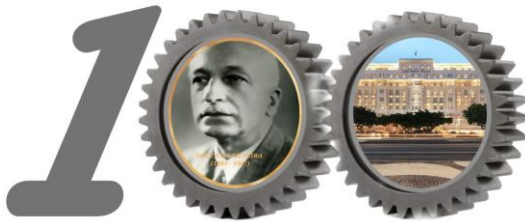


**ISSN: 1519-8782**

**XXVI CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA  
EM HOMENAGEM A SOUZA DA SILVEIRA  
E AOS 100 ANOS DA PUBLICAÇÃO DE SUAS LIÇÕES DE PORTUGUÊS  
E EM COMEMORAÇÃO AOS 100 ANOS DE EXISTÊNCIA  
DO ICÔNICO HOTEL COPACABANA PALACE  
E AOS 100 ANOS DO IMPOSTO DE RENDA  
E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL  
NITERÓI, DE 29 A 31 DE AGOSTO DE 2023**

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

**XXVI CNLF**



***Anos de Copacabana Palace***

**CADERNOS DO CNLF, v. XXVI, n. 03,  
ANAIS DO XXVI CNLF, TEXTOS COMPLETOS,  
TOMO I**



**RIO DE JANEIRO, 2023**

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos  
Rua da Alfândega, 115, Sala 108 – Centro  
20.070-003 – Rio de Janeiro-RJ  
eventos@filologia.org.br – (21) 3368-8483  
<http://www.filologia.org.br>

---

**DIRETOR-PRESIDENTE:**

*José Mario Botelho*

---

**VICE-DIRETORA PRESIDENTE:**

*Anne Caroline de Moraes Santos*

---

**SECRETÁRIA:**

*Celina Márcia de Souza Abbade*

---

**DIRETORA DE PUBLICAÇÕES:**

*Melyssa Cardozo Silva dos Santos*

---

**VICE-DIRETOR DE PUBLICAÇÕES (INTERINO):**

*José Mario Botelho*

---

**DIRETORA CULTURAL:**

*Leonardo Ferreira Kaltner*

---

**DIRETOR FINANCEIRA (INTERINO):**

*José Mario Botelho*

---

**XXVI CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA  
de 29 a 31 de agosto de 2023**

---

**COORDENAÇÃO GERAL:**

*José Mario Botelho  
Leonardo Ferreira Kaltner*

---

**COMISSÃO ORGANIZADORA:**

*Anne Caroline de Moraes Santos  
Celina Márcia de Souza Abbade  
José Mario Botelho  
Leonardo Ferreira Kaltner  
Melyssa Cardozo Silva dos Santos*

---

**COMISSÃO EXECUTIVA:**

*Anne Caroline de Moraes Santos  
Celina Márcia de Souza Abbade  
José Mario Botelho  
Leonardo Ferreira Kaltner  
Melyssa Cardozo Silva dos Santos*

---

**COMISSÃO CIENTÍFICA:**

*Anne Caroline de Moraes Santos  
Celina Márcia de Souza Abbade  
José Mario Botelho  
Leonardo Ferreira Kaltner  
Melyssa Cardozo Silva dos Santos*

---

**COORDENAÇÃO LOCAL:**

*Leonardo Ferreira Kaltner*

---

**SECRETARIA GERAL:**

*Celina Márcia de Souza Abbade*

---

EXPEDIENTE

Os Anais das edições do Congresso Nacional de Linguística e Filologia são publicados em Cadernos específicos (ISSN 1519-8782) como este. Tais Cadernos do CNLF são ancorados no *site* do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) como um periódico anual, o qual se destina a veicular a transmissão e a produção de conhecimentos e reflexões científicas, desta entidade, nas áreas de filologia e de linguística por ela abrangidas.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

**EQUIPE DE APOIO EDITORIAL**

Constituída pela Comissão Organizadora e Executiva de cada edição do Congresso Nacional de Linguística e Filologia: Anne Caroline de Moraes Santos, Celina Márcia de Souza Abbade, José Mario Botelho, Leonardo Ferreira Kaltner e Melyssa Cardozo Silva dos Santos, que são os atuais Diretores do Círculo.

**Editor-Chefe:** José Mario Botelho

**Redator:** José Mario Botelho

**Diagramação, editoração e edição:** José Mario Botelho

Esta Equipe é a responsável pelo recebimento e prévia avaliação das propostas de trabalho, cujos textos completos são encaminhadas para o Conselho Editorial e posteriormente para a publicação do *Caderno do CNLF*.

**CONSELHO EDITORIAL**

Constituída pela Comissão Científica de cada edição do Congresso Nacional de Linguística e Filologia e uma Comissão Consultiva: Aira Suzana Ribeiro Martins (CPII), Álvaro Alfredo Bragança Júnior (UFRJ), Anne Caroline de Moraes Santos (UVA), Bruno Rêgo Deusdará Rodrigues (UERJ), Dayhane Alves Escobar Ribeiro Paes (UFRRJ), José Mario Botelho (FFP-UERJ), Márcio Luiz Corrêa Vilaça (UNIGRANRIO), Márcio Luiz Moitinha Ribeiro (FFP-UERJ e UERJ), Mário Eduardo Viaro (USP), Nataniel dos Santos Gomes (UEMS), Paulo Osório (Uni. Of Beira Interior), Renata da Silva de Barcelos (UNICARIOCA).

Esta Equipe, constituída de Professores Doutores, é a responsável pela avaliação das textos completos que compõem o *Caderno do CNLF*.

## APRESENTAÇÃO

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos tem o prazer de apresentar-lhe este número 03 do volume XXVI dos *Cadernos do CNLF*, com os 26 textos completos dos trabalhos recebidos até o dia 30 de agosto de 2023, que foram apresentados no XXVI Congresso Nacional de Linguística e Filologia do dia 29 a 31 de agosto deste ano de 2023, em formato virtual, totalizando 343 páginas neste Tomo I, dos Anais deste XXVI CNLF.

Na história das locações deste Congresso, vale lembrar que ele foi realizado, pela primeira vez, em novembro de 1997, na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (São Gonçalo-RJ). Sua segunda edição ocorreu na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro-RJ) e, depois disso, quinze edições consecutivas foram realizadas no Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro-RJ). Por causa disso, muitos participantes frequentes deste Congresso já o consideravam um evento da UERJ, supondo que o CiFEFiL fosse um órgão ou setor daquela instituição.

Somente a partir de 2014 é que ele se realiza fora do âmbito das instituições públicas de ensino superior do Rio de Janeiro, com a adesão da Universidade Estácio de Sá, que gentilmente nos acolheu desde o início daquele ano, quando ali realizamos o VI Simpósio Nacional de Estudos Filológicos e Linguísticos, pelo que agradecemos imensamente.

Também em 2014 recomeçamos nossas atividades acadêmicas na Universidade Veiga de Almeida, com a IX Jornada Nacional de Linguística e Filologia da Língua Portuguesa, visto que foi aqui que começaram os primeiros eventos organizados pelo CiFEFiL, quando um dos seus fundador, Emanuel Macedo Tavares era professor de Filologia Românica nesta instituição.

Em 2018, retornamos para o IL da UERJ e realizamos o XXII CNLF, com o apoio da Prof<sup>ra</sup> Dr<sup>a</sup> Magali Moura, Diretora do Instituto de Letras. No ano de 2021, também em agosto como é de praxe, realizamos o XXIV CNLF no formato virtual, que transcorreu sem nenhum problema, pois a Equipe de Trabalho já era detentor de um *savoir faire*, adquirido dos outros três Eventos anteriores.

Nesse ano de 2023, também em agosto, realizaremos o XXVI CNLF no formato híbrido na Universidade Federal Fluminense (UFF), e

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

esperamos ter oferecido à comunidade cifefiliana um evento de alto nível, como tradicionalmente vimos fazendo ao longo desses 28 anos de existência do Círculo.

Esta é, portanto, a segunda vez que este, que é o Evento principal do Círculo, foi realizado em formato virtual, que já é um conhecimento solidificado para esta Comissão Organizadora.

Dando continuidade ao trabalho dos anos anteriores, editamos o Livro de *Programação*, o Livro de *Resumos* e agora esta edição dos *Textos Completos*, em suporte eletrônico (virtual e digital). Para conforto dos congressistas, editamos, em suporte virtual, na página do Congresso ([http://www.filologia.org.br/xxv\\_cnlf](http://www.filologia.org.br/xxv_cnlf)) a Programação do Evento.

Mais uma vez, os *Anais Eletrônicos do XXVI CNLF*, que já trazem publicados, além do livro de *Programação e Resumos*, estes de vinte e cinco textos completos deste XXVI Congresso Nacional de Linguística e Filologia, que corresponde à esta 1ª edição dos Anais, não foi entregue aos Congressistas para que pudessem ter consigo a edição de seu texto, não precisando esperar até o final do ano para terem em mãos a edição completa de todos os trabalhos.

A novidade para esta edição fica por conta da publicação de uma versão digital em formato *e-book*, que será editado com até 30 artigos dos aprovados pela Comissão Científica do Evento.

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos e sua Diretoria agradece a todos pela participação dessa rica semana de convívio acadêmico.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 2023.

  
Editor-Chefe dos Cadernos do CiFEFiL

SUMÁRIO

<b>Apresentação.....</b>	<b>5-6</b>
<i>José Mario Botelho</i>	
<b>1. A dissidência de gênero e os imperativos de uma masculinidade hegemônica: das discursividades e das subjetividades.....</b>	<b>10-18</b>
<i>Lisandra Amparo Ribeiro Pimentel</i>	
<b>2. “A poesia é a tônica de tudo que escrevo”.....</b>	<b>19-32</b>
<i>Marcella Maria Leite Sá</i>	
<b>3. A sistematicidade das artes e o método pragmatista na semiótica.....</b>	<b>33-49</b>
<i>Antonio Cílrio da Silva Neto, Arielly Rangel Rodrigues e Tatiana Thays Ramos</i>	
<b>4. Análise do discurso: análise de charge sobre a rede social.....</b>	<b>50-56</b>
<i>Andrea Barreto Borges e Juliana Ludovice Amaral</i>	
<b>5. Aquisição de língua: um estudo bibliográfico.....</b>	<b>57-67</b>
<i>Gabriela Sales da Silva e Giovana Rosa Martins</i>	
<b>6. Breves reflexões sobre a construção da figura feminina em “Casa velha”, de Machado de Assis.....</b>	<b>68-74</b>
<i>Cesar Christian Ferreira dos Santos</i>	
<b>7. Conceptualização do nordeste e do nordestino na turma do xaxado: um estudo pautado na semântica cognitiva.....</b>	<b>75-88</b>
<i>Edna da Paixão Pereira e Elisângela Santana dos Santos</i>	
<b>8. Contato linguístico no “Novo Mundo”: a representação das línguas autóctones nas crônicas do achamento do Brasil.....</b>	<b>89-103</b>
<i>Juan Rodrigues da Cruz</i>	
<b>9. Da origem da palavra à realidade sócio-histórica: consequências factuais para a comunidade surda.....</b>	<b>104-15</b>
<i>Bárbara Neves Salviano de Paula</i>	
<b>10. Diagnóstico do estudo onomástico com alunos do Ensino Fundamental.....</b>	<b>116-32</b>
<i>Sônia Maria Pereira Souza Ruas e Maria do Socorro Vieira Coelho</i>	
<b>11. Discurso sobre o discurso: as vozes de Bolsonaro e Lula no primeiro debate para presidente.....</b>	<b>133-45</b>
<i>Márcia A. G. Molina e Silas Gutierrez</i>	

12. **Do decreto à estrutura: o discurso de posse de Sousa da Silveira e a comissão de filologia da casa de Rui Barbosa.....146-59**  
*Ivan Pedro Santos Nascimento e Jacyra Andrade Mota*
13. **Entre motivações e a arbitrariedade: um estudo saussuriano da antroponímia.....160-77**  
*Ana Paula Marroques de Oliveira e Eliane Mara Silveira*
14. **Estudo toponímico bilíngue das instituições de ensino públicas de Feira de Santana-BA: português e Libras.....178-94**  
*Emanuelle Reisurreição Santos Carneiro Dantas e Liliane Lemos Santana Barreiros*
15. **Letramento literário no contexto de privação de liberdade...195-212**  
*Darlene Rodrigues de Freitas*
16. **Na Festa de São Lourenço (Anchieta, 1587): A philological-historiographic lecture.....213-21**  
*Leonardo Ferreira Kaltner*
17. **O livro didático e o ensino de ortografia: um destaque para o fonema /s/.....222-28**  
*Vanessa da Silva Braz e Lucirene da Silva Carvalho*
18. **O papel do docente no desenvolvimento do letramento crítico.....229-41**  
*Elaine Vasquez Ferreira de Araujo*
19. **O processo de escrita nos textos dos alunos do 3ºano do Ensino Médio.....242-8**  
*Priscilla Gevigi de Andrade Majoni*
20. **O processo de gramaticalização da expressão “de repente” na língua falada no português brasileiro.....249-63**  
*Lucirene da Silva Carvalho*
21. **Os múltiplos nordestes de Suassuna.....264-75**  
*Marcella Maria Leite Sá*
22. **Os percursos da gênese da obra “Para uma menina com uma flor”, de Vinicius de Moraes.....276-87**  
*Luana Leão Silva e Manoel Mourivaldo Santiago Almeida*
23. **Presença da narrativa indígena na estruturação de games eletrônicos.....288-98**  
*Luama Socio e Amanda Mendes Pereira*



- 24. I Mostra de Vídeos Apinajé como proposta no Ensino Superior.....299-314**  
*Mara Pereira da Silva*
- 25. (Re)existência indígena linguística e cultural em contos de Kawany Fulkaxó: notícias de uma pesquisa em andamento....315-25**  
*Maria Ionaia de Jesus Souza e Maria da Conceição Reis Teixeira*
- 26. Templo é dinheiro: uma análise discursiva da Teologia da Prosperidade.....326-43**  
*Francieli Gonzalez Santos e Raquel Moreira*

**A DISSIDÊNCIA DE GÊNERO E OS IMPERATIVOS DE UMA  
MASCULINIDADE HEGEMÔNICA:  
DAS DISCURSIVIDADES E DAS SUBJETIVIDADES**

*Lisandra Amparo Ribeiro Pimentel (UNEB-Campus I)*

[lispiment@hotmail.com](mailto:lispiment@hotmail.com)

**RESUMO**

Há até pouco tempo, não se pensava a performatividade de gênero em uma perspectiva para além do binarismo, até que os estudos de gênero propiciaram a plurificação de subjetividades, o que acabou por ascender debates acerca de formações discursivas em torno dos imperativos de ser, de saber e de poder em uma sociedade heteronormativa. Assim, o presente artigo objetiva analisar como o conceito de masculinidade se intersecciona ao de virilidade compulsória em marcações enunciativas do ser homem frente à agência de corporeidades dissidentes, tomando-se como aporte teórico os postulados de Foucault, Butler e de Bourdieu. Para tanto, realiza-se uma revisão de literatura nos últimos anos, materializada por uma pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo. Resultados: o argumento da hegemonia e de uma hierarquia de gênero ainda são os principais coeficientes de uma pseudojustificação dos imperativos de masculinidade sobre os mais diferentes corpos. Conclui-se que as subjetividades dissidentes são marcadas por uma pretensa masculinidade hegemônica, que se alicerça e se legitima simbolicamente por discursividades que se inscrevem em uma heteronorma excludente.

**Palavras-chave:**

Discursividades. Masculinidades. Subjetividades.

**ABSTRACT**

Until recently, gender performativity was not thought of from a perspective beyond binarism, until gender studies provided the plurification of subjectivities, which ended up giving rise to debates about discursive formations around of the imperatives of being, knowledge and power in a hetero-normative society. Thus, this article aims to analyze how the concept of masculinity intersects with that of compulsory virility in enunciative markings of being a man in the face of the agency of dissident corporeities, taking Foucault's and Bourdieu's postulates as a theoretical contribution. To this end, a review of the literature in recent years is carried out, materialized by a bibliographical research, of a qualitative nature. Results: the argument of hegemony and a gender hierarchy are still the main coefficients of a pseudojustification of the imperatives of masculinity on the most different bodies. It is concluded that the dissident subjectivities are marked by an alleged hegemonic masculinity, which is grounded and symbolically legitimized by discursivities that are inscribed in an excluding heteronorm.

**Keywords:**

Discursiveness. Masculinities. Subjectivities

## 1. Introdução

Um dia / Vivi a ilusão de que ser homem bastaria / Que o mundo masculino tudo me daria/ Do que eu quisesse ter. Que nada / Minha porção mulher, que até então se resguardara / É a porção melhor que trago em mim agora/ É que me faz viver. Quem dera/ Pudesse todo homem compreender, oh, mãe, quem dera/ Ser o verão o apogeu da primavera / E só por ela ser. Quem sabe/ O Super-homem venha nos restituir a glória / Mudando como um deus o curso da história / Por causa da mulher. (GILBERTO GIL, 2015)

Essa canção de Gilberto Gil traz reflexões sobre o ser, o estar, o devir de um “Super-homem” em crise (suposições acerca de uma masculinidade hegemônica); muitos são os percursos porque perpassam as pautas das generificações. Os debates sobre as performatividades de gênero têm-se arvorado por diferentes campos acadêmicos, encetando estudos sobre a ordem das subjetividades, das masculinidades, das autorizações, das legitimações, dos silenciamentos. Na cena dos processos de subjetivação, acionado a análise de discurso de Foucault, pode-se afirmar que a construção da ‘masculinidade’ perpassa por discursividades erigidas a partir das diferenças e de uma hierarquia de gênero delineada à tímica dos privilégios do masculino em detrimento da equidade de gênero em dada conjuntura social.

Ao dar ênfase às relações sociais entre os sexos, o conceito de gênero possibilita um traçado de desigualdades entre homens e mulheres, o que acaba delineando as relações de poder em diferentes corpos sociais (Cf. FARAH, 2004). Da esfera pública à privada, as relações de dominação e de subordinação se costumam a um jogo de autorizações e de legitimações à tímica dos privilégios aos homens e das abnegações às demais corporeidades.

O objeto de estudo aqui é a relação dos efeitos de sentido dos imperativos de uma masculinidade hegemônica no processo de produção de subjetividades que se inscrevem na dissidência de gênero. Nesse sentido, percebe-se que outras corporeidades para além do masculino, sobretudo as dissidentes, deliberadamente, são atravessadas por imperativos de uma masculinidade que se pressupõe hegemônica na medida em que encontram ecos consonantes e dissonantes nas áreas de conhecimento que lhe conferem ou lhe destituem legitimidade.

Em se falando de hegemonia, difícil costurar esse conceito ao da masculinidade, dada à pluralidade de características que, ao longo dos séculos, pôde-se flagrar e às relações de domínios e de influências que circunscrevem esse tema. Em vista disso, o presente artigo objetiva ana-

lisar como o conceito de masculinidade se intersecciona ao de virilidade compulsória em marcações enunciativas do ser homem frente à agência de corporeidades dissidentes.

Para tanto, construiu-se um percurso de análise do discurso a partir dos estudos de Michel Foucault sobre o processo de subjetivação, os regimes de verdade e a produção de saberes, em um exercício etnográfico cunhado pelo método arqueológico e genealógico desse teórico. Da revisão literária acerca dos Estudos de gênero e dos Estudos Queer, desenvolve-se uma pesquisa bibliográfica sobre os conceitos de masculinidade e de virilidade enquanto elementos de constituição de subjetividades, essencialmente por práticas discursivas.

## **2. Das Subjetividades e das Discursividades: esculpindo o “macho viril” pretensamente hegemônico**

De início, uma narrativa de diferenciação entre os sexos resvala-se na fisiologia e na anatomia, estipulando um referencial de superioridade que se baliza pelo império do falo e se engendra por uma hierarquia entre corpos, alocando as subjetividades em um estado contínuo de antagonismo e abjeção (Cf. MIRANDA; SCHIMANSKI, 2014; MUNIZ JR; BARBALHO, 2020). No entalhamento “do macho”, são cravejadas características de reconhecimento e ritos de moldagem, dentre as quais está a virilidade, que ocupa lugar de destaque na prateleira de atributos que tanto valorizam quanto objetificam corpos em um ponto de interseção com a performatividade sexual.

Diferentemente do sujeito (simulacro discursivo sustentado pelas relações de poder-saber), para Foucault, o corpo preexiste como superfície, que sofre ações historicamente fundamentadas e elaboradas em tecnologias distintas e que funciona como uma espécie de cabedal para os processos de subjetivação. Assim, o corpo, a partir do século XVIII, passou a ser visto como uma:

[...] uma superfície que se mantém ao longo da história. Sintetizando, pode-se dizer que, para Foucault, o corpo é um ente, composto por carne, ossos, órgãos e membros, isto é, matéria, literalmente um lócus físico e concreto. Essa matéria física não é inerte, sem vida, mas sim uma superfície moldável, transformável, remodelável por técnicas disciplinares [...] que sofre a ação das relações de poder que compõem tecnologias políticas específicas e históricas (MENDES, 2006, p. 168)

Em face de uma normatividade, diga-se, de uma heteronormatividade, promove-se um processo disciplinador que paulatinamente inflige

às corporeidades uma ordem naturalizadora de comportamentos, de formas de se vestir, de falar, de andar, de estar, logo de ser. Uma vez controlado, docilizado, operacionalizado, manipulado; o corpo – sujeitado – se manifesta útil, funcional; lógica essa que se pauta na ideia de que as subjetividades podem ser treinadas para atuar em prol de um propósito, desde que devida, coercitiva e hierarquicamente vigiadas, salienta Foucault (2004).

A sujeição é literalmente a feitura de um sujeito, o princípio de regulação segundo o qual um sujeito é formulado ou produzido. Essa sujeição é um tipo de poder que não só unilateralmente age sobre determinado indivíduo como forma de dominação, mas também ativa ou forma o sujeito (BUTLER, 2018, p. 90)

A esse respeito – da virilidade –, Bourdieu (2003) assinala que esse atributo se constitui em uma relação forjada entre os homens e aversa à feminilidade. Na ordem social, de forma arbitrária, engendra-se uma realidade sexuada, paulatinamente, tecida por princípios, por ideais, por diferenciações que dotam o masculino de domínios não compartilhados por outros corpos. Em uma trama sexualizante, “forças simbólicas” roteirizam e institucionalizam os modos de ser, de estar, de fazer, de viver; uma divisão de papéis, de tarefas, de acessos é planeada ideologicamente em favor dos homens – na família, na escola, na igreja, na academia, no mercado de trabalho.

[...] força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o apoio de pré-disposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos. (BOURDIEU, 2003, p. 50)

Sobre essa base simbólica, amainam-se as definições de papéis de gênero: aos homens, são destinados os espaços públicos, o poder, a liberdade, a soberania; às mulheres, reservaram-se a subserviência, o cuidado, a obediência, o espaço privado. Essas cercanias ideológicas, territoriais e filosóficas que vêm-se perdurando por séculos condicionam os corpos a comportamentos e a formas de pensar a partir de papéis histórica e socio-culturalmente alijados à supremacia masculina.

[...] princípio da inferioridade e da exclusão das mulheres, que o sistema mítico-ritual ratifica e amplia, a ponto de fazer dele o princípio de divisão de todo o universo, não é mais que a dissimetria fundamental, a do sujeito e do objeto, do agente e do instrumento, instaurada entre o homem e a mulher no terreno das trocas simbólicas, das relações de produção e reprodução do capital simbólico, cujo dispositivo central é o mercado matrimonial, que está na base de toda a ordem social: as mulheres só podem aí ser vistas como objetos, ou melhor, como símbolos cujo sentido se

constitui fora delas e cuja função é contribuir para a perpetuação ou o aumento do capital simbólico em poder dos homens. (BOURDIEU, 2003, p. 55)

Há de se destacar que os homens de um modo geral, independentemente de sua orientação sexual, no que tange à performatividade, também têm as suas masculinidades afetadas no processo de construção social de gênero.

O ato de *esculpir* vem do latim *sculpere*, lavrar figuras, cinzelar ornamentos em materiais duros; assim, esculpir um “macho viril” resvala-se em um devir, em um tornar-se que ascende o debate sobre as narrativas de naturalização de subjetividades. Isso posto, como assinala Da Silva (2000, p. 13), na contemporaneidade, “(...) é simplesmente impossível conceber uma hegemonia frente às nossas identidades, porque elas não são fixas, imutáveis, pelo contrário, elas estão constantemente sofrendo mudanças (...)”.

Ainda assim, por meio da operacionalização de ideias, valores, hábitos, uma hegemonia pode ascender-se e sustentar-se tanto pela força quanto pela simbologia, e as instituições responsáveis por promover essa normatização atuam de maneira organizada e engenhosa – igrejas, escolas, família, Justiça. (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

Nesse contexto, muitos discursos são evocados em vista de uma sistemática fundamentação dos estados de ser operacionalizada por regimes de verdade que promovem nos sujeitos efeitos de constrangimento, embora já se perceba um movimento de libertação na ordem de produção das subjetividades. Os tipos de discurso que dada conjuntura social abarca e torna funcionais e verdadeiros, ao passo que sancionam e diferenciam determinados enunciados, lançam mão de mecanismos e procedimentos que desqualificam outros (Cf. FOUCAULT, 1977).

Firma-se uma ideia de verdade que subjaz a escolha, porquanto se impõe como norma de conduta e submete o sujeito a discerni-la, absorvê-la enquanto único regramento do existir. Contudo, por meio dessa ideologia também subsiste a possibilidade de subvertê-la pela ordem da transgressão, no movimento de enfrentamento à dominação do regime contemporâneo da verdade (Cf. LORENZINI, 2016).

O discurso constrói o conhecimento, regulando-o por meio da produção de categorias e conjuntos de textos, sobretudo por autorizações e/ou proibições, por regularidades e dispersões. Assim o são os discursos científicos no processo de naturalização das diferenças de gênero, das

identidades masculinas e femininas, devidamente costuradas a significados, a interpretações de modos de ser, de agir, de pensar.

[...] quando os gêneros são narrados, descritos cientificamente, por meio da linguagem, temos, aí, uma “realidade” biológica sendo produzida *discursivamente* e não apenas um relato do que é. O discurso está, portanto, instituindo a existência de masculinidade e de feminilidades e narrando como devem ser interpretadas essas características. (FREITAS; CHAVES, 2013, p. 132)

Por entre narrativas e discursos, é no ato de produzir subjetividades que as masculinidades e as feminilidades são talhadas em um intenso jogo de poder e de saber, devidamente operacionalizado por mecanismos de controle, de vigilância. E, como assinala Foucault (2008), os discursos constituem-se um conjunto de regras da prática discursiva, forjada sob condições que propiciam sua existência e que são dadas em arenas de desigualdades, em que o discurso é atravessado pelo poder (Cf. FREITAS; CHAVES, 2013).

Importa dizer que tais desigualdades não se restringem ao binômio homem-mulher, mas entre homens e entre mulheres, porquanto subsistem engendros de categorização de performatividades que estabelecem superioridades e inferioridades com base em um referencial de masculinidade. Nessas operações de poder, masculinidades contra hegemônicas e dissidentes manifestam-se por subjetividades disruptivas, fragmentando a pretensa singularidade de uma masculinidade hegemônica. (Cf. CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

Poder que, segundo definição de Foucault (2006), é uma ação sobre outra ação possível, que se estabelece numa relação entre os indivíduos. Nesse sentido, trata-se de domínios que regulam condutas, atitudes, gestos e modos de pensar, valendo-se de uma pretensa hierarquia de gênero, e que por essa se articulam estereótipos e preconceitos em relação à dissidência. Tomando-se como exemplo o movimento de liberação gay, por exemplo, na altura da década de 1970, a opressão que homens heterossexuais perpetravam sobre os homens homossexuais já ascendia as discussões acerca de uma hierarquia das masculinidades (Cf. ALTMAN, 1972; CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

O masculino estrutura-se por meio de uma visualidade hierarquizada das relações antagônicas entre homem e mulher, perpassada por códigos de virilidade que separam qualidades de quem as possui e de quem não as detêm. O processo de subjetivação que Foucault descreve alinha-se a uma dinâmica tanto criativa quanto reativa à sujeição, porquanto, ao

mesmo tempo em que se enceta uma contra-conduta, entabulam-se novas subjetividades (Cf. BUTLER, 2009).

Tomando-se o patriarcalismo como referencial normativo de um sem-número de sociedades, pode-se afirmar que a masculinidade que se presume hegemônica ocupa lugar de destaque por entre os mecanismos de produção, de reprodução e de reforço dessa soberania, a exemplo dos meios midiáticos que delineiam os modelos tanto de masculinidade quanto de feminilidade. No entanto, há de se evidenciar que a masculinidade não se constitui somente em uma concepção cultural de um elemento natural, trata-se de um *continuum* de vigilância sobre a manutenção de um *status quo* masculino (Cf. RIOS, 2020).

No percurso de interposição de um padrão, emergem novas produções no que tange às cercanias identitárias e/ou subjetivas, as quais põem em xeque o modelo do macho viril (Cf. KOHN, 2014), ascendendo as sensibilidades e as singularidades de homens no caminho do enfrentamento a uma conduta prescrita pelo patriarcado. Entre discursividades que enredam as singularidades em um corpo social, as masculinidades convergem e divergem no processo de construção das subjetividades, expandindo o rol de possibilidades de ser (Cf. GAMA, 2016).

### 3. *Considerações finais*

Na intersecção das leituras aqui realizada, foram retomados debates sobre a sexualidade enquanto dispositivo discursivo de poder e sobre identidades e diferenças no processo discursivo de construção de masculinidades. A partir dos postulados de Foucault e de Bourdieu, foi possível perceber o funcionamento dos movimentos de padronização de subjetividades que abalizam o corpo social, sobretudo na operacionalização de instrumentos disciplinares de domesticação do comportamento humano, e que institui segregações e categorizações de corporeidades à tímica da normalidade/anormalidade.

Por entender que a experiência de si se constrói a partir das variações singulares em uma subjetividade em intensa e intermitente reinvenção (invenção de si com e através do outro), ou seja, o sujeito é um eterno devir; importante é compreendê-lo enquanto composto de variações que se circunscreve ontológica e contingencialmente em modos peculiares de ser, de saber e de poder.



No que tange à dissidência de gênero, pontua-se que tal contingência se perfaz em re/existências (como prática da liberdade), na constituição de alteridades, na transgressão aos ditos e aos não-ditos do outro, nas relações do devir, em detrimento do ser e do não ser. Das prescrições aos regramentos, operam-se pretensas naturalizações do “ser homem” por discursos inquisitórios que, na esteira da catequização, prescrevem os ritos de masculinidade que, na ignorância de uma perseguida universalidade, tentam sistematicamente suplantar a pluralidade e, historicamente, esquematar a performance do “homem viril”.

No tocante à epítome do devir masculino, ao qual se engendram os sistemas patriarcal e “viriarcal”, o discurso, na regulação das categorias de conhecimento e das autorizações, promove cerceamentos, apagamentos e silenciamentos, mormente pela corroboração de performatividades filiadas à ideologia da dominação masculina.

Entre “Seja homem!”, “Anda como homem!”, “Vira homem de verdade!”, são encenadas performances do ser, do agir e do devir na seara de imperativos de masculinidade, que transitam pelos ritos, pelos mitos, pelos estereótipos através do tempo e das sociedades, forjando cicatrizes, enterrando subjetividades ao passo que também acabam incitando os movimentos de resistências, tanto no terreno da dissidência de gênero quanto no da homoafetividade.

Dessarte, a hegemonia e a hierarquia de gênero constituem-se coeficientes fundamentais de uma pseudojustificação dos imperativos de masculinidade sobre os mais diferentes corpos. Conclui-se que as subjetividades dissidentes são marcadas por uma pretensa masculinidade hegemônica, que se alicerça e se legitima simbolicamente por discursividades que se inscrevem em uma heteronorma excludente.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, S. de. *O segundo sexo*. Trad. de Sérgio Milliet, v. 2. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1949.

BOURDIEU, P; *A dominação masculina*. 3. ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2003.

BUTLER, Judith. Critique, Dissent, Disciplinarity. *Critical Inquiry*, v. 35, p. 773-95, 2009.

BUTLER, J. *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-82, jan.-abr. 2013.

FARAH, M. Gênero e políticas públicas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1): 360, jan.-abr., 2004.

FOUCAULT, Michel. The Political Function of the Intellectual. *Radical Philosophy*, v. 17, p. 12-14, 1977.

GAMA, Juliana F. A. “Né Homem Não?” – *Retratos das Masculinidades: entre as singularidades e a hegemonia*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. 132f.

LORENZINI, Daniele. Foucault, Regimes of Truth and the Making of the Subject. In: CREMONESI, L. *et al.* (Eds). *Foucault and the Making of Subjects*. London: Rowman & Littlefield, 2016. p. 63-75 [N. T.]

MIRANDA, T. L.; SCHIMANSKI, E. Relações de gênero: algumas considerações conceituais. In: FERREIRA, A.J. (Org.). *Relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade: perspectivas contemporâneas* [online]. Ponta Grossa: UEPG, 2014. p. 66-91

MUNIZ JR, José de S.; BARBALHO, Alexandra A. Entre a diversidade e o antagonismo práticas articulatórias da discursividade LGBT no Ministério da Cultura. *RBCS*, v. 35, n. 102, p. 1-18, 2020: e3510209.

PIRES, Anderson M.; ROCHA, Weslwy H. A. da (org.). *Gênero e sexualidade: [Recurso eletrônico]: resistências dissidentes na contemporaneidade*. Catu: Bordô-Grená, 2021.

RIOS, Pedro P S. Práticas pedagógicas e a construção de masculinidades/homossexualidades na escola. In: SILVA, A.L.G. da; SILVA, J.J.C.; AMAR, V. (Orgs). *Interseccionalidades em pauta: gênero, raça, sexualidade e classe social*. Salvador: EDUFBA, 2020. p. 357-83

## “A POESIA É A TÔNICA DE TUDO QUE ESCREVO”

*Marcella Maria Leite Sá* (UNEB)  
marcella.leitesa@gmail.com

### RESUMO

“A história do amor de Fernando e Isaura” é o primeiro romance de Ariano Suassuna; a obra foi produzida em 1956; a primeira publicação é de 1994 e não é muito conhecida pelo leitor e pela crítica. Trata-se da única produção de Suassuna que não tematiza o Sertão e a Paraíba e é caracterizada como uma versão brasileira da lenda celta discutida em “O Romance de Tristão e Isolda”, de Joseph Bédier. Intenta-se observar a presença e o entrecruzamento da produção lírica do autor na feitura dessa narrativa primeira. Para tanto, toma-se o sentido de poesia – categoria anímica e espiritual e condição subjacente na totalidade da produção de Suassuna –, como mais um operador para a análise comparativa estabelecida entre sua poesia e seu romance primeiro.

### Palavras-chave:

Poesia. Ariano Suassuna. Literatura brasileira.

### ABSTRACT

The love story of Fernando and Isaura is the first novel by Ariano Suassuna, the work was produced in 1956, the first publication is in 1994 and is not well known by readers and critics. It is the only production by Suassuna that does not focus on Sertão and Paraíba and is characterized as a Brazilian version of the Celtic legend discussed in *O Romance de Tristão e Isolda*, by Joseph Bédier. It is intended to observe the presence and intertwining of the author's lyrical production in the making of this first narrative. To do so, the meaning of poetry – soulful and spiritual category and underlying condition in the totality of Suassuna's production – is taken as one more operator for the comparative analysis established between his poetry and his first novel.

### Keywords

Liric. Ariano Suassuna. Brazilian literature.

### 1. *Introdução*

A forte presença de Federico García Lorca, dramaturgo e poeta hispânico, nascido em 1898 e falecido em 1936, nas obras de Suassuna alicerça dois dos principais gêneros das produções do paraibano, a poesia e a dramaturgia. Essa influência ocorreu por meio do romancista ibérico, o qual apareceu tantas outras vezes na obra de Suassuna. Esse romancista desencadeia em Suassuna um tom de familiaridade com o romancista popular nordestino, com o qual se estabelece contato desde a mais tenra idade no sertão paraibano.

A lírica era, sem dúvida, a categoria preferida de Suassuna, que não gostava de poemas óbvios, conforme ele afirma em entrevista a Salazar (2010):

O resultado é que conheço poucos poetas franceses, que são poetas mesmo, pois na maioria são prosadores metrificados e rimados. A poesia do francês parece prosa, com aquela precisão e aquela clareza, e eu só gosto de poesia obscura, não gosto de poesia clara, mas da poesia obscura, cheia de metáforas e de imagens. (SALAZAR, 2010, p. 162)

Para os leitores mais atentos e conhecedores da obra de Suassuna, fica evidente a influência que a poesia exerceu sobre toda a sua produção. Porém, as publicações das obras do poeta no gênero poema foram bastante reduzidas.

O cansaço de uma sociedade não implica necessariamente a extinção das artes nem provoca o silêncio do poeta. O mais provável é que ocorra o contrário: suscita o aparecimento de poetas e obras solitárias. Cada vez que surge grande poeta hermético ou movimentos de poesia em rebelião contra os valores de uma sociedade determinada, deve-se suspeitar de que essa sociedade, não a poesia, padece de males incuráveis. (PAZ *apud* NEWTON JÚNIOR, 2000, p. 130)

Poucos são os estudos acerca da obra poética suassuniana, por isso, o professor Carlos Newton Júnior, estudioso da obra de Ariano Suassuna, há mais de trinta anos, na sua dissertação de Mestrado, intitulada *O pai, o exílio e o reino: a poesia armorial de Ariano Suassuna* (1999), chamava atenção para tal poesia, inclusive sobre o fato de a crítica e o público desconhecem os poemas de Suassuna, não lhes dando a devida atenção. Mais 20 anos após esse estudo no qual o professor já alertava para a amplitude da poesia de Ariano, pouco se avançou nesse sentido, fazendo com que este viés da sua obra ainda se encontre distante de levar os leitores da atualidade a associarem o contato com poemas a Ariano Suassuna, no entanto muito já se falou da popularidade do texto teatral do autor.

Newton Júnior menciona ainda a importância da realização de estudos que se debruçam sobre os poemas de Suassuna a fim de que tais textos não caiam no esquecimento e/ou desconhecimento. Tal preocupação ocorre devido à importância que os poemas e também a poesia assumem perante todas as produções suassunianas, como é possível ler no primeiro período que inicia a introdução na qual o autor da dissertação reafirma a declaração de Suassuna: “A poesia é a fonte profunda de tudo o que ele escreve.” (NEWTON JÚNIOR, 1999, p. 11). Tal afirmação demonstra a importância da lírica para a vida literária do escritor e que pode ser comprovada pelas palavras do próprio Suassuna:

O Ariano Suassuna poeta [...] é tão desconhecido como qualquer autor estreatante [...]. Ninguém dá a menor importância ao poeta. Outros consideram o romancista inferior e colocam o dramaturgo em primeiro plano. Pode ser até que a minha poesia seja mesmo inferior, mas penso que o poeta Ariano Suassuna está no mesmo nível do dramaturgo e do romancista. A poesia é a tônica de tudo o que eu escrevo e como poeta sou completamente ignorado e inédito na minha cidade. (SUASSUNA *apud* NEWTON JÚNIOR, 1999, p. 11)

Tal informação foi ainda destacada na dissertação de Mestrado *A morte, o feminino e o sagrado: uma leitura intersemiótica das iluminogravuras de Ariano Suassuna*, escrita por Ester Suassuna Simões (2016), neta de Ariano, que também faz alusão às recorrentes entrevistas concedidas pelo avô, nas quais ele afirmava ser a poesia a fonte de toda sua criação artística:

O texto literário, nas iluminogravuras<sup>1</sup>, é o poema. No universo particular de Suassuna, foi a poesia que serviu sempre de fonte e de base para toda a criação artística. Em muitas entrevistas e durante décadas, o escritor se declarou, antes de tudo, poeta, e lamentou o fato deste ser o aspecto de sua obra mais ignorado pelo público e pela crítica. Na verdade, o próprio Suassuna preferiu, a certo ponto, não publicar mais suas poesias, que passaram a integrar o conjunto do seu livro inédito. Ainda hoje, portanto, a poesia do escritor segue pouco publicada, pouco divulgada e, consequentemente, pouco lida. (SIMÕES, 2016, p. 22)

Suassuna não pode ser confundido com um escritor popular, equívoco que se resolve ao se analisar a hermeticidade de “Romance d’A Pedra do Reino” e dos poemas, negação explicitada, inclusive, por Newton Júnior (1999, p. 104): “Toda a obra de Ariano Suassuna – em literatura, teatro ou artes plásticas – é profundamente ligada às manifestações artísticas populares do Nordeste. O que não faz dele, em absoluto, um artista popular.”. Diante desse ponto de vista, fica evidente que os poemas de Suassuna guardam consigo a chave para a leitura das demais produções; quanto mais próximo conseguir chegar-se a eles, mais intimamente ligado se estará ao universo do escritor paraibano.

## 2. *Suassuna em verso e em prosa: a influência da lírica no primeiro romance*

Atendendo a essa recorrente afirmativa de Suassuna sobre a quase inexistência de estudos que valorizem, que tragam para cena seus poemas, busca-se transitar por alguns de seus textos líricos, produzidos des-

---

<sup>1</sup> Suassuna (2000b) define iluminogravuras como sendo o misto da iluminura medieval com os processos modernos de gravuras, o mesmo que pequenos desenhos feitos à mão.

de sua estreia como poeta com a publicação no *Jornal do Comércio* do poema “Noturno”, em 7 de outubro de 1945, até o ano de escrita de Fernando e Isaura; inclusive, é possível destacar que muitos desses textos chegaram a ser publicados em jornais e revistas ao longo dos anos.

Nesse período, compreendido por exatamente onze anos, visitam-se alguns poemas. O objetivo é identificar o que do texto poético de Suassuna teria influenciado a produção em prosa e, mais precisamente, “A história do amor de Fernando e Isaura”. É importante esclarecer que não se pretende, com essas análises, esgotar as interpretações possíveis aos poemas de Suassuna, porque o exame de tais produções não se restringe a um único intérprete e nem muito menos a alguns.

Tais poemas foram em sua maioria retirados do livro “Poemas” (1999), antologia que divide a produção poética de Suassuna em blocos: I – Pasto Incendiado (1945–1955), composto pelos livros: Livro I: “A Taça” (1945–1950) e Livro II: “O Pasto” (1950–1955); II – “Odes”; III – “Vida-Nova Brasileira”; IV – “Sonetos Iluminogravurados”; V – “Outros”. Nesta pesquisa, são analisados apenas poemas contidos no Bloco I – “Pasto Incendiado”, os quais compreendem poemas escritos entre 1945 e 1955.

A análise inicial dá-se, obviamente, pelo seu primeiro poema “Noturno”. Por essa época, Suassuna tinha 18 anos, e fazia apenas três que ele se havia mudado para o Recife. Porém, ele reconhece que várias vezes, assim como muitos escritores, abandonava constantemente a ideia de escrita pronta, acabada. Ele apresentava grande dificuldade em dar por concluído muitos dos seus escritos, o que é natural a todos aqueles que amam as palavras e as infundas que, juntas, elas podem trazer. Dessa forma, analisam-se aqui duas versões publicadas do primeiro poema, embora não se saiba se há mais alguma. Essa escolha ocorre porque se verifica que as duas versões, mesmo com várias mudanças de estrofação e conteúdo, continuam fiéis aos elementos passíveis de serem comparados com aqueles de “A história do amor de Fernando e Isaura”.

A busca por encontrar as influências dos poemas suassunianos enriquece, desse modo, os estudos, apresentando-se, então, as duas versões, sendo que a primeira aqui trazida foi republicada na edição do *Diário de Pernambuco*:

## NOTURNO [1945]

Têm para mim visões de um outro mundo  
 as noites luminosas, azuladas  
 quando a lua aparece mais bonita.  
 São idos sonhos, nossas mágoas santas  
 são fantasmas antigos, carinhosos,  
 que nesse mundo artístico e sem forma  
 realizam tudo que não fiz aqui.  
 Será que mais alguém os vê ou ouve?  
 Sinto o roçar de suas asas puras  
 e escuto as harmonias inefáveis  
 que ouvidas não se podem esquecer  
 Diluídos na branca luz da lua  
 a quem dirigem seus etéreos cantos?  
 Pressinto um vaporoso esvoejar:  
 passaram-me por cima da cabeça  
 e, como um halo de luz, envolveram-te;  
 eis-te de branco como uma visão mística  
 a ventania me agitando em torno  
 o perfume que sai dos seus cabelos.  
 Que vale a natureza sem teus olhos,  
 ó aquela a quem meu coração ama?  
 Da terra sai um cheiro bom de vida  
 e os nossos pés a ela estão ligados:  
 deixa que a tua escura cabeleira  
 alise levemente as minhas mãos.  
 Mas... não! A luz continua a envolver-te,  
 ventos fortes agitam todo o vale  
 e continua a ronda dos espíritos  
 – Ó meu amor, por que te ligo à morte? (SUASSUNA, 1994 b)

Em contato com a primeira versão publicada, observa-se a ausência no uso das palavras maiúsculas no meio dos versos. Tal característica aparece nos escritos posteriores de Suassuna, como se vê, inclusive, em “A história do amor de Fernando e Isaura”. No entanto, tem-se aqui, independente de algumas diferenças ou aprimoramentos que surgiram em escritos posteriores, o mesmo eu lírico, que talvez seja mais um *alter ego* do poeta que institui muitos dos temas que o mesmo Suassuna consolidou como seus ao longo da sua produção e, sobretudo, em “A história do amor de Fernando e Isaura”.

Alguns desses versos estabelecem certa relação com o poema e por toda a história contada pelo romance. Aderindo-se à milenar ideia de representar o todo pelas partes, tem-se: “Que vale a natureza sem teus olhos, ó aquela a quem meu coração ama?” – Essa natureza é personificada em “A história do amor de Fernando e Isaura” pela areia fina da praia, pelos pomos amarelos e vermelhos dos cajus ou pelos pingos sonolentos que caem das árvores. Todo esse inquestionável cenário de beleza

deixou de ser contemplado por Fernando, como também deixou de ser descrito por Suassuna, à medida que os amantes se separam. Na outra versão desse poema, é possível perceber alterações na escrita e na estrutura, frutos do amadurecimento do poeta, e dos inacabados finais que ele empregava aos seus escritos:

NOTURNO [1945–1952]

Têm para mim Chamados de outro mundo  
as Noites perigosas e queimadas,  
quando a Lua aparece mais vermelha.  
São turvos sonhos, Mágoas proibidas,  
são Oupéis antigos e fantasmas  
que, nesse Mundo vivo e mais ardente  
consumam tudo o que desejo Aqui.

Será que mais Alguém os vê e escuta?  
Sinto o roçar das asas Amarelas  
e escuto essas Canções encantatórias  
que tento, em vão, de mim desapossar.

Diluídos na velha Luz da lua,  
a Quem dirigem seus terríveis cantos?

Pressinto um murmuroso esvoejar:  
passaram-me por cima da cabeça  
e, como um Halo escuso, te envolveram.  
Eis-te no fogo, como um Fruto ardente,  
a ventania me agitando em torno  
esse cheiro que sai de teus cabelos.

Que vale a natureza sem teus Olhos,  
ó Aquela por quem meu Sangue pulsa?

Da terra sai um cheiro bom de vida  
e nossos pés a Ela estão ligados.  
Deixa que teu cabelo, solto ao vento,  
abrase fundamente as minhas mãos...

Mas, não: a luz Escura inda te envolve,  
o vento encrespa as Águas dos dois rios  
e continua a ronda, o Som do fogo.

Ó meu amor, por que te ligo à Morte? (SUASSUNA, 1999, p. 33)

Como elemento primeiro da influência estabelecida por esse poema inaugural, é possível destacar a referência à morte, que também é presença constante entre os amantes alagoanos trazidos por Suassuna em “A história do amor de Fernando e Isaura”. O eu lírico assume aqui uma postura de desesperança diante de uma morte inevitável e próxima. Tal



desmotivação perante a vida é claramente encontrada nos protagonistas do primeiro romance de Suassuna, após eles não alcançarem nem a concretização, nem a permanência do amor. Em seguida às idas e vindas, que sempre resultavam na forçosa separação dos amantes, tanto Isaura quanto Fernando perdem toda estima pela vida, uma vez que não faz sentido aos dois continuar vivendo longe um do outro:

– Fernando! – chamou ainda Isaura, desesperada. Ia correr em seu encaço quando viu que Marcos se aproximava, felizmente sem nada ter notado. Dominou-se, então, e, corajosamente, como era de seu feitio, conseguiu ocultar a morte que levava dentro de si durante mais de uma hora, enquanto Marcos desfiava várias considerações sobre as chuvas que tardavam e sobre a colheita ameaçada pela demora. (SUASSUNA, 2006, p. 81)

A presença da morte acompanhou Fernando, mesmo ele mudando-se para outro local, porque, para ele, o deslocamento da Fazenda São Joaquim para Piranhas em nada atenuava a dor que a distância de Isaura lhe causava. Pelo contrário, ele tinha dentro do peito um cronômetro que o avisava regressivamente sobre o momento de morrer:

Enfim, tudo passa neste mundo e a vida, aos poucos, começou a se tornar menos intolerável para todos. Fernando embarcara para Piranhas, onde morava Teodomiro, o amigo a quem Marcos o recomendara. Ali ficou então o pobre rapaz, trabalhando na empresa daquele e sentindo, a cada instante, a morte no coração. (SUASSUNA, 2006, p. 135)

Certo exagero que se poderia vislumbrar nos versos do poema “Que vale a natureza sem teus Olhos, ó Aquela por quem meu Sangue pulsa?”, ilustraria com precisão uma suposta falta de sentido que Fernando e Isaura atribuíram às suas vidas quando separados um do outro. Por mais que Marcos tentasse agradá-la com o amor e a dedicação do bom marido que era, nada conseguia afastar de Isaura a apatia diante da distância de Fernando, seu verdadeiro amor. Fernando, por sua vez, vive os dias ao lado da esposa Isaura – a das Brancas Mãos, mas não consegue esquecer-se de Isaura, e, desde o afastamento definitivo entre eles, não enxerga mais nenhuma beleza na vida, nas pessoas e muito menos na natureza.

Na penúltima estrofe, “Mas, não: a luz Escura inda te envolve”, tem-se o jogo antitético que denuncia todo o emaranhado de conflitos e energias que prenunciam a morte. No verso final deste poema – “Ó meu amor, por que te ligo à Morte?” –, é possível imaginar que, desde sua escrita em 1945, Suassuna já desejava personificar essa morte entre alguns amantes futuros. A presença do trágico no início da vida literária levou Suassuna certamente a construir poeticamente essas personagens tristes e

melancólicas para as quais ele encontraria posteriormente as figuras lendárias de Tristão e Isolda substituídas, por ele, pelos amantes alagoanos.

Quanto mais se recorre à leitura dos poemas de Suassuna escritos na época que antecede o romance, mais se veem características que os ligam umbilicalmente ao romance em estudo. Observe-se mais este poema pregresso:

NA FLORESTA [1945–1948]  
Na floresta, Verde e quente,  
gotas de Luz penetraram-me por todos os lados,  
circulando com o Sangue rutilante.  
[...]Tomou-me a cabeça quente,  
que no colo aconchegou  
e, a Ventania passando,  
seu cabelo me roçou.  
Cabelos finos, cheirosos,  
os lábios de meu amor  
em cujos peitos macios *e em dois peitos bem*<sup>2</sup>  
minha Sede descansou. *a minha Dor*  
E o ar encheu-se de repente  
de sussurros cheirosos de Jasmineiro.  
Olhei em torno, mudo, surpreendido,  
e, eis que, boiando sobre aquilo tudo,  
um sopro de Harmonia e de Beleza  
passou pelas flores que luziam como Estrelas  
e deslizou pelos Troncos das árvores velhas.

[...] Mas onde está tudo isso? Era assim que eu falava?  
Era assim mesmo que eu via os contrafortes  
do mundo, esse Castelo  
castanho, Negro, rubro e Amarelo?  
Não sei. Pois agora, de tudo, resta o Sangue,  
a memória da Sede, este Desejo  
e o Silvestre do Fruto, escuso e belo. (SUASSUNA, 1999, p. 37)

Nesse poema, assim como no todo da obra suassuniana, a natureza concorre em igualdade com as personagens. É possível encontrar, minuciosamente descritos, animais, em especial aqueles tipicamente nordestinos; uma vasta vegetação frondosa cuja copa também se apresenta serve por diversas vezes de abrigo aos amantes suassunianos. Assim co-

---

<sup>2</sup> Na Introdução do livro *Poemas*, há uma explicação quanto ao fato de terem sido mantidas, na publicação, algumas possíveis alterações do lado direito de alguns versos. A justificativa para tal fato é a de que, durante a transcrição do poema, foram mantidas todas as alterações manuscritas existentes no original datilografado por Suassuna. A transcrição considerou que esses manuscritos grafados ao lado de alguns versos, certamente, estariam expressando uma possível vontade do poeta em alterá-los. Mas, como ele não as tinha substituído definitivamente, optou-se pela sua preservação.

mo no poema, um dentre todos os momentos merece ser destacado no romance; seria justamente ao pé de um Jasmineiro que Isaura entrega sua virgindade a Fernando sob uma Lua que reflete os raios prateados:

Os raios da Lua passavam por entre a copa do Jasmineiro, salpicando o chão de manchas prateadas. Para Fernando, era quase inacreditável que tudo o que ele via e acariciava existisse: a harmonia, a graça, a flexibilidade e a maciez que havia nas espáduas dela, sob o tecido fino da camisola. (SUASSUNA, 2006, p. 57)

Por mais uma vez, é possível imaginar que Suassuna começou a produção de poemas talvez pensando nos amantes alagoanos e, com a possibilidade de transferência de gêneros textuais de que dispunha, ele já descrevera anteriormente, nos versos de “Na Floresta”.

NA FLORESTA

E o ar encheu-se de repente  
de sussurros cheirosos de Jasmineiro.  
Olhei em torno, mudo, surpreendido,  
e, eis que, boiando sobre aquilo tudo,  
um sopro de Harmonia e de Beleza  
passou pelas flores que luziam como Estrelas  
e deslizou pelos Troncos das árvores velhas.  
Minhas mãos, voluptuosas, erradias,  
acariciaram todo um corpo em flor.  
O vento balançou na Folhagem: era o chamado da vida.  
Penetrei, dominador, o Reino selvagem,  
a Papoula, a Rosa vermelha e áspera, *rubra*  
“Rosa, Rosa de amor, purpúrea e bela”. (SUASSUNA, 1999, p. 37)

Entre as vegetações, veem-se ainda algumas com flores ou frutos apetitosos expressos por cores precisas, capazes de referenciá-los à proximidade da colheita ou não, que ora parecem automaticamente substituírem-se entre si, como nos casos das papoulas vermelhas que se transmudam nos frutos amarelos e encarnados do Cajueiro ou das acácias, presentes no romance em estudo: “Em pouco, chegavam ao Riacho, cercado de pés de Pau d’Arco e de Acácias ainda floridas. Enxames de insetos zumbiam em torno das árvores cujos galhos, sem folhas, estavam, no entanto, pejados de flores” (SUASSUNA, 2006, p. 30).

Os fenômenos da natureza também aludem constantemente ao estado emocional das personagens, que se embalam pelas infundáveis tempestades, pelos ventos possantes ou pelas chuvas torrenciais, capazes até mesmo de aluir algumas embarcações. Mais uma vez, é possível apreciar-se menção ao Mar:

BEIRA-MAR [1946–1948]  
Na Praia silenciosa

a noite cavalga o vento.  
Ouvem-se apenas as Ondas  
num suave marulhar.  
Por que a lua é tão vermelha?  
A Morte canta cantigas,  
sangue rebrilha na Lua,  
Água e Aço à beira-mar.

[...] Um Mar de sangue e de morte  
rugia sob o Luar [...] (SUASSUNA, 1999, p. 35)

As ondas presentes nos versos acima estariam em qualquer lugar do mundo, ou em um Nordeste que se amplia para além do sertão. Essa constatação já era evidenciada antes de “A história do amor de Fernando e Isaura”. Em tal romance, Suassuna também descrevia as ondas revoltas das noites de inverno quando parecia que o mar invadia a casa de Marcos, e havia também aquelas que chegavam mansamente à praia sob o sol quando eram levemente cortadas pela “Estrela da Manhã”. Ou ainda em:

Tudo estava escrupulosamente limpo e bem cuidado, e Fernando sentiu-se bem, ali. Causava-lhe prazer o espetáculo das velas contra o céu azul, do Sol da manhã que aflorava mansamente as ondas e do suave marulho das águas quebrando-se, em seu ritmo eterno, contra a proa da Barcaça. (SUASSUNA, 2006, p. 34)

No poema “Beira-Mar”, Suassuna iniciou algum tipo de relação entre o eu lírico e as turbulências marítimas, aspecto também repetido no romance em foco. Lendo o poema ou o romance, é possível perceber que o mar, o vento e as ondas parecem movimentar-se espiritualmente, na mesma feição do estado emocional do eu lírico ou dos amantes:

Na verdade, a chuva amainava. Mas, na escuridão ainda reinante, agora com ruído dos trovões se afastava, Fernando começou a ouvir, com intervalos mais ou menos regulares, um barulho que lhe pareceu estranho, ameaçador mesmo. Começava com um sussurro; depois aumentava como uma metralha crescente; e, de súbito, explodia como se fosse o estalo de um imenso chicote.

– Que barulho é este? – perguntou ele.

– São as bombas de vento, olhe para ali! – indicou o Mestre; e, olhando para o local indicado, Fernando avistou uma espécie de outro Ridimunho com que o vento, espumando como um cavalo selvagem chicoteava a superfície do Mar. (SUASSUNA, 2006, p. 37)

A cena descrita acima se apresenta no romance, no capítulo “A viagem”, que retrata a partida de Fernando rumo a São Miguel, local onde ele representaria o tio Marcos no casamento por procuração com Isaura. Antes de descrever esses ventos arredios da citação acima, Suassuna

relata que, nesse momento da viagem, o sangue e o peito de Fernando cantam com estranheza. É como se a intuição de Fernando o avisasse de que o Mar, os ventos e muitas outras coisas da sua vida nunca mais se restabeleceriam de igual forma, desde essa partida.

Nas análises sobre a influência que a lírica de Suassuna desempenhou na prosa, é possível perceber com o poema “A faca” a hora da morte, seja de João Suassuna, seja de Isaura. A faca referida aqui pode ser lida como o tiro pelas costas que fez sucumbir, em plena avenida carioca, o pai de Suassuna, ou o punhal de cabo de prata que Suassuna pediu emprestado à Cecília Meireles e o entregou à Isaura para que ela perfurasse seus delicados seios, fazendo com que seu belo corpo sucumbisse à morte.

FACA [1947]

Entre a Faca e o Muro frio  
sem palavras se quedou.  
Lembranças corriam Rápidas:  
vozes alegres, Perdidas,  
numa já Distante infância.

Rostos e Mãos, à distância,  
Surgiam em sua Vista  
fascinada pela Faca.

E tudo foi um Momento:  
ao Sol, um risco de Prata,  
um baque surdo, um Gemido,  
e a vida, em Sangue jorrada. (SUASSUNA, 1999, p. 45)

Esse caráter correlacionado entre a produção lírica e as demais produções de Suassuna não se esgota, sendo possível visualizar em mais uma análise a qual corrobora com essa perspectiva, para tanto toma-se desta vez o poema produzido pouco antes de “A história do amor de Fernando e Isaura”.

A UMA DAMA TRANSITÓRIA [1953]

Deixa a cabeça em meu peito  
enquanto o Sol agoniza:  
longe, na tarde Dourada,  
ouço-te a Voz desvelada,  
antiga, forte, Indivisa.

Tempo e fortuna passaram,  
passaram Sede e saudade:  
deixa a cabeça em meu peito  
que teu Cabelo desfeito  
canta a Vida e a brevidade.

Um dia terei passado  
e Tu passarás também:  
mas, antes, um outro Peito,  
talvez sem tanto proveito,  
guarde o que o meu hoje tem.  
Que seja, pois: vida é Fruto,  
morte, Sol, sono e Suspeita.  
E eu te quero como à Vida  
doce e cruel - sem Medida  
na sua Glória imperfeita. (SUASSUNA, 1999, p. 125)

O título “A uma dama transitória” traria indícios do que Isaura representaria, posteriormente, na vida de Fernando. O peito de Fernando, assim como o do eu lírico, era também o porto seguro para a cabeça de Isaura, e a certeza do afastamento seguido por outro compromisso amoroso também já povoava a cabeça de Suassuna, para o que se concretizaria com a separação de Fernando e Isaura.

### **3. Considerações finais**

Indiscutivelmente, fica evidenciada a relação que os poemas apresentam para o todo da obra de Suassuna e, de algum modo, há a possibilidade de se considerar “A história do amor de Fernando e Isaura” como armorial, o que desbanca a primazia do “Romance d’a Pedra do Reino”. O recorte de 1945 a 1956 realizado nas poesias de Suassuna, para esse estudo, refere-se ao período que também coincide com a fase embrionária do Movimento Armorial.

O ano de 1956, quando Suassuna estava diretamente envolvido com o processo de criação desse Movimento tão significativo para cultura popular nordestina e brasileira, foi também o ano de escritura de “A história do amor de Fernando e Isaura”. Aglutinam-se um período, uma obra e um movimento, elementos capazes de confirmar a universalidade de Ariano Suassuna, de sua importante produção e a presença indissociável da poesia em toda a sua obra.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 3. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.

ANJOS JÚNIOR, M. T. R. Desmanche de Bordas: notas sobre identidade cultural no Nordeste do Brasil. In: HOLLANDA, Heloísa B. de; RESENDE, Beatriz (Org.). *Artelatina: cultura, globalização e identidades cosmopolitas*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. p. 45-59

BARBOSA, Lourenço da Fonseca [Capiba]. *O livro das ocorrências*. Recife: Fundarpe, 1985.

CARVALHAL, Tânia Franco. O reforço teórico. In: \_\_\_\_\_. *Literatura comparada*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. p. 45-74

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão, Consuelo Fortes Santiago. 2. reimpr. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

CULLER, Jonathan. *Teoria literária: uma introdução*. Trad. de Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca, 1999.

HOMEM, Sêlenio. Cúmplices na emoção [Reportagem]. *Diário de Pernambuco*, Recife, 28 out. 1994. (Caderno Especial)

MEIRELES, Cecília. Viagem. In: \_\_\_\_\_. *Obra poética*. 3. ed. São Paulo: Nova Aguillar, 1985. p. 79-140

NEWTON JÚNIOR, Carlos. *O pai, o exílio e o reino: a poesia armorial de Ariano Suassuna*. Recife: UFPE, 1999.

\_\_\_\_\_. O pasto iluminado ou a sagração do poeta brasileiro desconhecido. *Cadernos de Literatura Brasileira*, n. 10, p. 129-146, nov. 2000.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: SUASSUNA, Ariano. *Almanaque Armorial*. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008. p. 07-13.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: SUASSUNA, A. *Romance d'A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta*. 16. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017. p. 17-24

RODRIGUES, Daniella Carneiro Libânio. *A arte segundo Ariano Suassuna: a intermedialidade e a poética armorial*. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. 114f.

SALAZAR, Jussara Farias de Mattos. *Ariano Suassuna e o Fausto em cena: uma travessia nos jardins do diabo*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. 169f.

SANTOS, Idelette Muzart Fonseca dos. O decifrador de brasilidades. *Cadernos de Literatura Brasileira*, n. 10, p. 94-110, nov.2000.

SARAIVA, Antônio José; LOPES, Oscar. *História da literatura portuguesa*. 17. ed. Porto, Portugal: Porto, 2001.

SIMÕES, Ester Suassuna. *A morte, o feminino e o sagrado: uma leitura intersemiótica das iluminogravuras de Ariano Suassuna*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. 167f.

SOUZA, Camila. *Um Capiba de todos os ritmos*. 2014. Disponível em: [http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/cadernos/viver/2014/01/19/interna\\_viver,78211/um-capiba-de-todos-os-ritmos.shtml](http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/cadernos/viver/2014/01/19/interna_viver,78211/um-capiba-de-todos-os-ritmos.shtml). Acesso em: 5 jan. 2018.

SUASSUNA, Ariano. *A história do amor de Fernando e Isaura*. Recife: Edições Bagaço, 1994 a.

\_\_\_\_\_. *A história do amor de Fernando e Isaura*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

\_\_\_\_\_. *Almanaque Armorial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

SUASSUNA, Ariano. Conversa com Jussara Salazar [Entrevista]. *Suplemento Literário de Minas Gerais*, Belo Horizonte, n. 61, p. 5-12, jul. 2000b.

\_\_\_\_\_. *Poemas*. Seleção, organização e notas de Carlos Newton Júnior. Recife: UFPE, 1999.

\_\_\_\_\_. *Romance d'a Pedra do Reino e o Príncipe do sangue do vai-e-volta*. 14. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2014.

\_\_\_\_\_. *Romance d' a Pedra do Reino e o Príncipe do sangue do vai-e-volta*. 16. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017 a.

\_\_\_\_\_. Trégua na primavera [Entrevista]. *Diário de Pernambuco*, Recife, 2 out. 1994b. (Caderno Viver)

\_\_\_\_\_. Trégua na primavera [Entrevista]. *Diário de Pernambuco*, Recife, 28 out. 1994 c. (Caderno Especial)

WISNIK, José Miguel. A paixão dionisíaca em Tristão e Isolda. In: NOVAES, A. (Org.). *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 195-227



## A SISTEMATICIDADE DAS ARTES E O MÉTODO PRAGMATISTA NA SEMIÓTICA

*Antonio Cilírio da Silva Neto* (UEMA)

[cilirio.neto@gmail.com](mailto:cilirio.neto@gmail.com)

*Arielly Rangel Rodrigues* (UEMA)

[ariellyrodrigues@aluno.uema.br](mailto:ariellyrodrigues@aluno.uema.br)

*Tatiana Thays Ramos* (UEMA)

[tatianaramos@aluno.uema.br](mailto:tatianaramos@aluno.uema.br)

### RESUMO

Neste artigo investiga-se a sistematicidade da semiótica de Pierce com um olhar para as artes e para o método pragmatista, ou seja, para a simbologia sígnica na obra “A hora da estrela e na pintura “A hora de Macabéa. Apresenta-se questões sobre a sistematicidade e o pragmatismo a partir de Pierce (2017) à luz da “ciência dos signos”. Para nós, o signo, como coisa, carrega muitas definições na linguagem e na comunicação, porque o signo sendo distinto do seu objeto nos possibilita relacionar as semelhanças do objeto e do seu *representamen* (expressão). Desse modo, reflete-se, metodologicamente, tanto na segunda tricotomia da classificação dos signos delineadas por Pierce, que agrupa elementos referentes a linguagem, como o símbolo, o índice e o ícone, quanto em Jakobson (2007), e sua teoria da comunicação. A partir do pragmatismo disse-se que a tradução inter-semiótica e sua relação triádica apresenta uma relação entre signo, objeto e interpretante. Posto isso, percebeu-se que a obra pictórica “A hora de Macabéa”, de Joel DuMara é uma tradução do livro “A hora da estrela”, de Clarice Lispector. Portanto, constatou-se essas relações intersemiótica entre as obras, e os efeitos que o signo tem sobre o leitor intérprete.

### Palavras-chave:

Semiótica. Elementos sígnicos. Método pragmatista.

### ABSTRACT

This article investigates the systematicity of Pierce's semiotics with a view to the arts and to the pragmatist method, that is, to the sign symbology in the work “A hora da estrela” and in the painting “A hora de Macabéa”. It presents questions about systematicity and pragmatism from Pierce (2017) in the light of the “science of signs”. For us, the sign, as a thing, carries many definitions in language and communication, because the Sign being distinct from its object allows us to relate the similarities of the object and its representamen (expression.). This, methodologically, it is reflected both in the second trichotomy of the classification of signs outlined by Pierce, which groups elements related to language, such as the symbol, index and icon, and in Jakobson (2007), and his theory of communication. Based on pragmatism, it has been said that intersemiotic translation and its triadic relationship presents a relationship between sign, object and interpretant. That said, it was noticed that the pictorial work “A hora de Macabéa” by Joel DuMara is a translation of the book “A hora da estrela” by Clarice Lispector. Therefore, these intersemiotic relations between the works were verified, and the effects that the sign has on the interpreter reader.

**Keywords:**

**Semiotics. Pragmatist method. Sign elements.**

## **1. Introdução**

O termo semiótica tem sua raiz no grego *sem-* sinal, marca, significação e foi introduzido na linguagem científica internacional a partir do século XIX. Semiótica significa a parte da medicina que ensina a indicação de moléstias, e como segunda acepção “semiologia”, vindo do grego para o francês *sémiotique*, trouxe o sentido de observação dos sintomas (Cf. DUBOIS, 2004; CUNHA, 1986).

Diante disso, metaforicamente, observou-se os sintomas e o que se pede em relação ao campo semiológico das obras “A hora da estrela” e “A hora de Macabéa”, notou-se a necessidade de se compreender as artes plásticas e literárias e o impacto que elas exercem no mundo e nas pessoas. Ainda, percebeu-se como suas relações podem servir não apenas para expressar sentimentos, mas produzir novos mundos possíveis e impossíveis a partir própria criação.

Coadunou-se com a ideia de que a arte não se enquadra apenas em um gênero, ela explora todas as possibilidades do ser e do existir. Portanto, entendendo a importância da formação de um conceito acerca das artes propostas, temos a pretensão investigar e refletir a inter-relação da semiótica com a literatura e as artes visuais, ou seja, a interação de textos verbais e não verbais, para que, os interpretantes que, utilizando-se desse suporte entendam os conceitos de interpretação necessários não apenas para a vida, mas para uma vida em sociedade.

Concordou-se, ainda que, o contato com a arte proporciona um entendimento de mundo amplo e pode trazer oportunidades entre o que está estampado em uma tela, ou em páginas de livros com receptor, ou seja, com a pessoa que está apreciando a obra, o que possibilita a criação e a formação de um pensamento crítico, fazendo uma comunicação entre os sentimentos as ações do mundo em volta (Cf. SOUZA, 2013).

Para Aristóteles (2014), na sua Poética, a “arte” que se utiliza da palavra, e que não tinha nome naquela época, ficou conhecida como Literatura, como arte da palavra, o que possibilitou a interação da análise semiótica e pragmática.

Portanto, utilizou-se a arte literária e a arte pictórica entendendo-as como signos verbais e não verbais. Esse entendimento contribuiu para

a proposta de análises da sistematicidade semiótica e pragmatista, ou seja, para a simbologia das artes sígnicas: “A hora da estrela” de Clarice Lispector e a pintura do artista maranhense Joel DuMara: “A hora de Macabéa”.

## 2. A sistematicidade da semiótica

A semiótica é a ciência que estuda os signos, seus processos de significação, comunicação, interpretação e seus efeitos de uso (Cf. NÖTH; SANTAELLA, 2017). Segundo Fidalgo (1995), essa ciência surge em meados do século XX, sendo inicialmente nomeada como semiologia, pelo linguista suíço Ferdinand de Saussure. Charles Sanders Peirce cientista, filósofo, matemático e lógico americano apresentado juntamente do linguista suíço como fundador da semiótica moderna, surge para levar o estudo dos signos à uma visão mais ampla, onde ele cria categorias de percepções para assim estudar como o indivíduo entra em contato com o objeto.

Enquanto na semiótica saussuriana se volta para o estudo dos signos linguísticos, na semiótica de Pierce existe uma “semiotização geral da existência” e a lógica, porque abrange tudo que existe. Segundo Fidalgo e Gradim (2005, p. 145) Pierce “tentou fundar uma ciência geral dos signos que pudesse dar conta do mundo da experiência humana e garantir a sua comunicabilidade”.

A semiótica de Pierce caracteriza-se por ser dotada de uma concepção triádica do signo, esse autor define:

Um signo como qualquer coisa que, de um lado, é assim determinado por um objeto e, de outro, assim determina uma ideia na mente de uma pessoa, esta última determinação, que denomino interpretante do signo é, desse modo, mediatamente determinada por aquele objeto. Um signo tem assim uma relação triádica com seu objeto e com seu interpretante. (PIERCE,1931–58. p. 8.343)

Figura 1. Esquema representativo da relação triádica do signo.



Fonte: Autoria própria (2022), baseado em Peirce (2017).

De acordo com Peirce (2005), o signo ou *representamen* é tudo aquilo que sob certos aspectos ou modos representam algo para alguém e que cria na mente do sujeito um signo equivalente ou até mesmo mais desenvolvido, esse signo criado denomina-se como interpretante do primeiro signo, sendo o signo representante de alguma coisa, mais precisamente seu objeto. Porém, o signo não representa esse objeto em todas as suas particularidades, mas sim com referência a uma espécie de ideia que Peirce denomina como *fundamento do representamen*. Fundamento esse que é constituído pela *abstração*, ou seja, é necessária a abstração de algumas das características do objeto para que esse possa ser representado.

Enfim, com relação aos tipos de objetos possíveis para o signo, Peirce os distingue em dois tipos sendo eles o objeto dinâmico e objeto imediato. O objeto dinâmico se refere ao objeto real, o objeto tal como é em si mesmo. Se identifica então este como objeto da ciência, sendo aquilo que ela investiga. O objeto imediato está no signo, é conhecido tal como no signo sendo então uma ideia, o objeto imediato resulta da significação protagonizada pelo signo (Cf. FIDALGO; GRADIM, 2005). No que diz respeito ao seu interpretante, Peirce (2010) dividiu o objeto em três categorias denominados como imediato, dinâmico e final.

Quadro 1: Divisão do objeto em relação ao seu interpretante.

<b>Interpretante imediato</b>	– Relaciona-se à interpretabilidade do signo, ou seja, aquilo que o signo anuncia antes de ser interpretado.	
<b>Interpretante dinâmico</b>	– Refere-se ao efeito de sentido produzido na mente do interpretante. – Se subdivide em três categorias: o emocional, o energético e lógico.	– O interpretante com efeito de sentido <b>emocional</b> está ligado a experiência sensorial e o inconsciente, como a lembranças que são despertadas por meio de cores ou imagens; – O interpretante com efeito de sentido <b>energético</b> está ligado a ação e reação física, se trata do gasto de energia mental necessário para reorganizar e extrair uma informação quando se tem indício de algo – O interpretante com efeito de sentido <b>lógico</b> está associado ao conhecimento de regras interpretativas internalizadas no intérprete, sem essas regras os símbolos não possuem significado

<b>Interpretante final</b>	– Está relacionado ao modo como cada mente registra o signo, sendo necessárias informações externas para entendê-lo	
----------------------------	---	--

Fonte: baseado em Peirce (2010).

Pierce separou o signo em três tricotomias:

Quadro 2: Tricotomia signica em Peirce.

<b>Primeira Tricotomia</b>	<b>Segunda Tricotomia</b>	<b>Terceira Tricotomia</b>
– O signo em si mesmo, a relação se dá pela qualidade, um existente concreto ou uma lei geral (PEIRCE, 2010).	– Conforme a relação do signo para com o seu objeto consistir no fato de o signo ter algum caráter em si mesmo, ou manter uma relação existencial com o seu objeto ou em sua relação com o seu interpretante (PEIRCE, 2010).	– Conforme o seu interpretante representá-lo como um signo de possibilidade ou como um signo de fato ou como um signo de razão (PEIRCE, 2010).
Pode ser dividido em: <i>Qualissigno</i> , <i>Sinsigno</i> ou <i>Legissigno</i> .	A segunda tricotomia está relacionada ao tipo de relação do signo com seu objeto, assim gerando um <i>ícone</i> , um <i>índice</i> , e um <i>símbolo</i> .	Os tipos de signos correspondentes são o <i>Rema</i> , <i>Dicissigno</i> e <i>Argumento</i> .

Fonte: Baseado em Peirce (2010).

Com esses entendimentos, nesta investigação nos valeremos apenas da segunda tricotomia, pois a utilizaremos para estabelecer a relação entre os signos que se pretende analisar.

Primeiramente, sabe-se que o ícone é um signo que estabelece sua relação com seu objeto a partir de uma semelhança qualquer que seja, independentemente da existência ou não de tal objeto. A exemplo de ícones pode ser tomada a imagem, estatuas, filmes, desenhos etc. Em segundo, o índice como o signo que estabelece uma relação real e direta com o seu objeto, sendo a representação determinada por associação ou indicação, como exemplo de índice existe os sintomas que indicam ou estão associados a doença, o gesto de apontar ou o cata-vento. E, por fim, o símbolo como um signo que se refere ao objeto que denota em virtude de uma lei, representação está ligada ao que foi estabelecido culturalmente, a relação acontece por meio de atribuição. São exemplos de símbolos

a bandeira de um país, a cruz simbolizando o cristianismo entre outros (Cf. FIDALGO; GRADIM, 2005).

## **2.1. Semiótica e as artes**

Segundo Fidalgo (2003–2004) as artes como o teatro, cinema, música, literatura, pintura entre outras formas de arte tem sido um dos campos de principal investigação da semiótica. As razões para tal são diversas, sendo possível ser citado o fato de a arte ser um campo ainda a se explorar no seu aspecto teórico já que nunca foi reivindicada por nenhuma disciplina consolidada.

Também se deve levar em consideração o fato de as artes serem formas de expressão e comunicação similares à linguagem além de, e o mais importante, pelas artes serem atividades simbólicas dos homens. Uma maneira comum de investigar as artes na perspectiva da semiótica é compará-las à linguagem e tomá-las como forma de expressão e comunicação imbuída, de certa forma, de uma mensagem a ser decodificada. A abordagem semiótica da arte pode ser feita em três perspectivas, como se ver abaixo:

Quadro 3: Abordagem semiótica da arte feita em três perspectivas.

<b>Semântica</b>	<b>Sintática</b>	<b>Pragmática</b>
A perspectiva semântica tem o objetivo de questionar as formas de significação e os tipos de significados presentes em uma obra de arte, a investigação gira em torno de uma mensagem que a obra de arte veicula (que mensagem? como a veicula? com que adequação?)	Na perspectiva sintática o olhar se volta para a organização das partes, simultâneas ou sucessivas, objeto artístico, a semiótica terá o papel de investigar as partes do todo de uma obra, e segmentá-la o máximo possível com o objetivo de estudar a relação entre as partes e a relação entre as partes e o todo.	Na perspectiva pragmática o estudo é voltado para a relação da obra de arte com seus contextos assim como a relação que produtores e receptores estabelecem com ela.

Fonte: Baseado em Fidalgo e Gradim (2005).

Contudo, é relevante destacar a distinção entre estética e semiótica das artes, enquanto a primeira aborda a obra de arte pela perspectiva do belo e carrega uma abordagem valorativa dela, a semiótica das artes

possui uma abordagem descritiva, seu objetivo é analisar as obras de arte na sua dimensão simbólica e significativa e por consequência nas suas estruturas de significação.

## **2.2. Tradução intersemiótica**

Jakobson (2007) distingue três maneiras de se interpretar um signo verbal, a primeira é através da tradução intralingual, que consiste na interpretação dos signos verbais por meio de outros signos na mesma língua; a segunda é a tradução interlingual, que consiste na interpretação dos signos verbais por meio de alguma outra língua; e a terceira que é a tradução intersemiótica, a qual é a interpretação de signos verbais por meio de signos não verbais, considera-se, portanto, a terceira classificação para aprofundamento desta pesquisa.

No entanto, Júlio Plaza (2013) nos apresenta uma nova caracterização da tradução intersemiótica, que agora seria como uma redescoberta do passado, ou seja, a continuidade do passado histórico colocado em páginas de livros, músicas, telas e cinemas. Portanto, esse autor apresenta a intersemiótica como uma “prática crítico-criativa na historicidade nos meios de produção e reprodução, como literatura, como metacriação, como ação sobre estruturas eventos, como diálogos de signos, como síntese e reescritura da história” (PLAZA, 2013, p. 14). De fato, o pensar e transformar os sentidos em signos. Para esse autor:

O signo é a única realidade capaz de transitar na passagem da fronteira entre o que chamamos de mundo interior ao mundo exterior. Nessa medida, mesmo o pensamento mais ‘interior’, porque só existe na forma de signo, já contém o germen social que lhe dá possibilidade de transpor a fronteira do eu para o outro. (PLAZA, 2013, p. 19)

Posto isso, observa-se o signo sendo signo já no pensamento e sendo traduzido em forma de linguagem é a única coisa que atravessa aquilo que se encontra na linguagem verbal e se transpõe para a linguagem não verbal, pois a linguagem perpassa entre o que é concreto e o que é abstrato da realidade.

Concorda-se que a linguagem já é a própria tradução intersemiótica do pensamento, ou seja, a partir do momento em que um signo concreto estimula um novo pensamento no leitor, disso se cria um signo de pensamento inédito que pode traduzir-se em forma de linguagem, e isto é a tradução intersemiótica entre linguagens, segundo Plaza (2013). Representamos agora os exemplos com os objetos de estudos propostos, o livro

“A hora da estrela”, da autora Clarice Lispector, e o quadro “A hora de Macabéa”, do artista Joel DuMara.

Figura 2: Capa do Livro “A hora da estrela”.

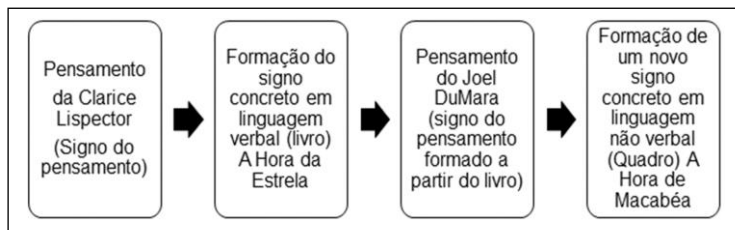


Fonte: Victor Burton e Anderson Junqueira, 2020.

Figura 3: “A hora de Macabéa”.



Fonte: Joel DuMara, 2017.



Para Plaza (2013), o pensamento na tradução intersemiótica, como pensamento intersemiótico, trânsito de meios e transmutação de formas é tido como único modo de representação, enquanto o ícone é o único meio de transmitir diretamente uma ideia.

### 3. *Método pragmatista*

O pragmatismo para Peirce se trata de um método lógico-semiótico capaz de esclarecer as ideias. O pragmatismo é o método que vai responder à questão levantada acerca do signo, a que pensamento se encontra associado e a que objeto se refere, em seu esquema de classificação das ciências Peirce divide a lógica em três subdisciplinas começando pela gramática especulativa, responsável pela classificação das funções e formas de todos os signos, seguindo com a crítica que compreende o estudo da classificação e validação dos argumentos e por fim a metodêutica que consiste no estudo dos métodos para chegar a verdade, o pragmatismo que baseia-se na ideia de que o sentido de um conceito ou



proposição pode ser explicado pela consideração do seus efeitos práticos se encaixa na teoria metodêutica (Cf. FIDALGO 2003–2004).

Em seu ensaio *Como tornar nossas ideias claras* (1993), Peirce critica a compreensão da filosofia cartesiana em relação a apreensão das ideias principalmente as noções de clareza e distinção. A filosofia cartesiana compreende a clareza como a capacidade de compreender uma ideia em qualquer circunstância e nunca a confundir com qualquer outra que seja, relativo a esse entendimento Peirce levanta duas objeções.

Primeiramente, essa seria uma capacidade além da habilidade humana levando em consideração que não é possível até então que o ser humano reconheça uma ideia em todos seus contextos e formas sem nunca duvidar de sua identidade.

Adiante, o reconhecimento dessa ideia seria apenas uma familiaridade com ela, o que nesse caso seria desenvolvido apenas um sentimento subjetivo não dotado de qualquer valor lógico e a clareza não pode resumir-se a uma impressão. Em complemento a concepção de clareza, a distinção se define como uma ideia onde todos seus elementos são claros sendo assim possível definir uma ideia em termos abstratos. Em termos gerais a crítica central de Peirce à noção de clareza e distinção é a de que as duas concepções não permitem decidir entre uma ideia que parece ser clara e outra que realmente o é (Cf. FIDALGO, 2003–2004).

Em sua máxima pragmatista, Peirce (1993) afirma que a ação do pensamento é motivada pela irritação da dúvida e cessa ao ponto em que se atinge a crença, levando em consideração que a única função do pensamento é a produção da crença, que por sua vez tem a função de acabar com a hesitação de como agimos ou procedemos. Peirce define a crença como uma regra de ação que ao mesmo tempo que é um lugar de paragem também é um lugar de recomeço para o pensamento já que a aplicação da crença implica posterior dúvida e posterior pensamento.

No livro “A hora da estrela”, de Clarice Lispector (2020), quando Olímpico de Jesus e Macabéa se conhecem ocorre a dúvida por não saberem como agir um com o outro, e a qual assunto dar início, porém o narrador afirma que os dois se reconhecem como nordestinos, e a partir desse reconhecimento é determinado o assunto das poucas conversas do casal como fica claro no trecho: “As poucas conversas entre os namorados versavam sobre farinha, carne-de-sol, carne-seca, rapadura, melado. Pois esse era o passado de ambos (...)” (2020, p. 42), baseando-se no pensamento de Peirce, uma crença cessou essa dúvida e definiu a base de ação

e reação dos personagens. Na obra “A hora de Macabéa”, do artista maranhense Joel DuMara, também ocorre esse reconhecimento do receptor nordestino com a obra gerando um sentimento de empatia em um contexto cultural.

Peirce afirma que a essência da crença é a criação do hábito. Fidalgo (2003–2004) dá como exemplo o garfo que é utilizado para servir-se de alimentos sólidos, a crença de que esse objeto é um garfo condicionará essa ação, porém para um chinês de uma aldeia remota da china, que se serve normalmente com *hashi*, é possível que ele não tenha a mesma crença sobre aquele objeto, e venha a desenvolver uma ideia totalmente diferente, o que resultará em uma ação igualmente diferente como por exemplo, utilizá-lo como um ancinho para remover a terra em pequenos vasos de flores, então sua crença será de utilizá-lo para tratar a terra de seus vasos. O que evidência o fato de que crenças diferentes distinguem-se pelas diferentes formas de ação a que dão origem, então a simples diferença de como se tem consciência da crença não é suficiente para considerá-la diferente de outra, já que ela resultará na mesma ação, e o hábito é conjunto de todas essas ações constituindo a identidade da crença e sendo seu critério de avaliação para identificar a diferença existente em relação à outras.

Portanto, na história, a tia de Macabéa tinha o hábito de lhe dar cascudos na cabeça, para evitar que ela vire uma prostituta, a atitude da tia resulta da crença de que o conceito de educação está ligado a violência.

### ***3.1. Análise semiótica na perspectiva pragmática do quadro “A hora de Macabéa”, de Joel Dumara***

Sendo o pragmatismo o método de atribuição de sentido ou valor ao signo, levando em consideração a interpretação do observador da obra, ou seja, a atribuição do significado, que será atingido quando o indivíduo através do seu pensamento (estimulado pela irritação da dúvida) formular a crença, ou seja, compreender de fato o significado do signo observado. Todo esse processo só pode ser concluído pois o mundo é permeado de signos, e seus objetos que conseqüentemente através do interpretante, acaba formulando novos *representamens*. Esse ciclo infinito é o que fornecerá conhecimentos (dito conhecimentos de mundo, ou conhecimentos que ele adquiriu ao longo do tempo) para a compreensão

das obras de artes (Livro e quadro), e assim poderá compreender também os aspectos intersemiótico que relacionam ambas as obras.

Explicado esse processo, passemos para a análise dos interpretantes (autores) para realizarmos a interpretação da relação entre as obras é relevante levarmos em consideração o processo criativo e de inspiração do artista Joel DuMara, que através da escolha de cores, traços e inspirações de escolas artísticas e realizou a tradução intersemiótica de características do ambiente, e forneceu uma entrevista<sup>3</sup> exclusiva aos autores.

E, é através das cores que o artista expressou a estrutura da personagem presente no quadro, a diferenciação do que é Rio de Janeiro, terra, pássaros, prédios, Macabéa e outros objetos da obra, que se integram para formar uma arte na totalidade, produzindo, portanto, um efeito óptico de movimento singular que produz no interpretante a percepção de continuidade das formas. No traço de DuMara há transcodificações de elementos sógnicos e simbólicos que compõem as delimitações da Personagem do livro “A hora da estrela”, ao ser transportada para o seu quadro “A hora de Macabéa”, elementos que são símbolos característicos de representação da região Nordeste do Brasil, a terra em aspectos de seca, o tom terroso do cerrado nordestino com a composição de plantas específicas, como os cactos e plantas rasteiras da região, como se visualiza na parte inferior da tela abaixo.

Figura 4. “A hora de Macabéa”.



Fonte: Joel DuMara, 2017.

Observa-se na “arte”, ainda, características do livro que discorrem sobre o percurso da vida de Macabéa e sua saída de Alagoas, região serrana do sertão nordestino, que na obra “A hora da estrela” é claramente descrito como os “maus antecedentes de Macabéa” (p. 23-4). Muda-se

<sup>3</sup> Entrevista concedida por SILVA, Joel Pereira. Entrevista I [19.09.2022]. Entrevistadores: Arielly Rangel Rodrigues e Antonio Cíllrio da Silva Neto, e Tatiana Thays Ramos. 2022. Arquivo M4A (54min).

para o Rio de Janeiro, que, de acordo com o personagem Rodrigo S.M. ou (se preferir) Clarice Lispector, é “uma cidade toda feita contra ela” (p. 13), representado na arte de DuMara pelos prédios que compõem a parte de cima do quadro, nos traços que delimitam o rosto da personagem, transformando-a em um espiral que vai do nascimento à morte de Macabéa e expondo uma organização de fatos recorrentes ao longo da história dessa personagem.

Essas características, ações, segundo Aristóteles, expõem:

[...] a parte mais importante é a da organização dos fatos, pois a tragédia é a imitação, não do homem, mas das ações da vida, da felicidade e da infelicidade (pois a infelicidade resulta também da atividade), sendo o fim que se pretende alcançar o resultado de uma certa maneira de agir, não de uma forma de ser [...] A ação, pois, não se destina a imitar os caracteres, mas, pelos atos, caracteres são representados. (ARISTÓTELES, 2014, p. 30-31)

Observa-se que Joel DuMara representa, no seu quadro “A hora de Macabéa”, o passado, o presente e o futuro da personagem, que é composto por elementos que a representam e fazem parte de sua vida, que moldam sua personalidade, quando todos diziam que ela era vazia. DuMara traz o passado da Macabéa alagoana, o seu presente no Rio de Janeiro e o seu futuro imprevisto do nada, seguindo assim, para a interpretação de um papel que não havia ensaiado previamente para estrelar, mas já sabia como o interpretar, pois Rodrigo S.M., anteriormente nos tinha avisado quando disse “assim como ninguém lhe ensinaria um dia a morrer: na certa morreria um dia como se tivesse estudado de cor a representação do papel de estrela” (p. 25).

Concomitante, na obra, visualizou-se uma luz branca brilhante bem no centro do quadro, cercada de pássaros, que posteriormente o artista, DuMara, nos diz serem abutres, aves necrófagas que se alimentam daquilo que já está morto, essas aves na tela representam as pessoas que se juntaram ao redor de Macabéa, ao redor de seu palco, do seu espetáculo de morte, essas pessoas são representadas como abutres por nunca terem sequer olhado para ela durante seus dezenove anos de vida, como diz o autor “ninguém lhe responde o sorriso porque nem ao menos a olham” (p. 13), mas que se reuniram para prestigiar seu único e último ato estrelado, onde Macabéa imaginava ser o início do seu futuro. Joel DuMara contribui para essa interpretação quando na entrevista diz:

Quadro 4: Trecho da entrevista com Joel DuMara a respeito das obras  
“A hora da estrela” e “A hora de Macabéa”.

<b>Joel DuMara:</b> essa obra aí tem muitas características do livro, vocês conseguem identificar alguma coisa surreal nela? Olha, ela era do Nordeste né, aqui tem mensagens nordestinas alusões ao nordeste. Vocês identificaram a estrela?
<b>Antonio Cilírio:</b> Na Hora da Estrela??
<b>Joel DuMara:</b> Não, a estrela, o ato do final do... “A hora de Macabéa” [intervenção] ( <b>Arielly:</b> Não seria esse ponto branco, da luminosidade bem no centro.
<b>Joel DuMara:</b> [ <b>Hum, rum</b> ] vocês conseguiram identificar os abutres?
<b>Antonio Cilírio:</b> Não. Ah, sim!
<b>Joel DuMara:</b> As pessoas em forma de abutres?
<b>Arielly:</b> Não, é porque bem, bem no ponto da estrela. [intervenção] ( <b>DuMara:</b> que é a morte dela) a gente tem o os bichinhos aqui os passarinhos.
<b>Joel DuMara:</b> os cactos aqui e esse cerrado eles se transformam em pássaros ó, sutilmente em pássaros, e esses pássaros são as pessoas que estão lá. [intervenção] ( <b>Arielly:</b> Bem na hora, literalmente na hora da estrela) é na Hora da Estrela”. Aqui em cima (parte superior da obra) é outra experiência que ela teve em São Paulo (Aqui o autor troca a cidade de Rio de Janeiro por São Paulo). [...] ( <b>Arielly:</b> O contraste de cidade) essa forma de cidade que ela vem como se fosse um túnel no rosto dela.

Fonte: Rodrigues, Ramos e Silva Neto (2022).

Na arte pictórica, temos todas as características que, normalmente, são consideradas relevantes, o pintor leu e interpretou em traços artísticos e nesse ponto compreende-se que houve um processo de tradução inter-semiótica, onde há a interpretação de signos verbais para não verbais, formulando, portanto, um diálogo de signos entre as obras.

Pragmaticamente pensando nas interpretações piercianas, dessa ciência, estabeleceu-se uma relação de determinação de significado aqui que possibilitaram uma interpretação dos conceitos já conhecidos pelos interpretantes.

No entanto, além de todas essas características discorridas por DuMara, descobriu-se outra, encontramos a própria Clarice na obra, o que não seria diferente, já que Clarice se colocou em “A hora da estrela”, imergiu na personagem, e assim fez DuMara ao expô-la em sua obra, fez essa imersão.

Quadro 5: Continuação da entrevista com DuMara.

<b>Joel DuMara:</b> Esse olhar (olhar de macabéa na obra) é a alma da Clarice, então, ou seja, é a Clarice, é a mistura, gente, a gente não consegue separar o autor da obra, já me disseram uma vez que, que não é o artista, eu não consigo responder direito essa pergunta, da mesma forma é a alma da Clarice ali, entendeu? De alguma forma a Clarice tá na obra, ela tem um olhar muito expressivo, ela ela tem uma personalidade muito forte que ela transforma, transporta pra a obra dela. E tudo isso eu coloco essa grande personalidade nesse cabelo, na cor do cabelo.
<b>Arielly:</b> Na cor do cabelo, eu ia perguntar, o azul do cabelo.
<b>Joel DuMara:</b> Isso aí é a agressividade da personalidade, entendeu? criar algo que chamasse atenção, então tudo isso, pegar essa poesia toda, pegar um livro, pegar essa

personalidade de uma pessoa e jogar numa obra, é muito complexo, e eu fiz isso: tudo de uma forma que fique chamativo, que fique bonito.

Fonte: Rodrigues, Ramos e Silva Neto (2022).

Aqui entra, além do discurso de Clarice nas entrelinhas da sua obra, o hibridismo que DuMara coloca em seu quadro, ao representar os aspectos da vida da Clarice no quadro conforme a sua subjetividade, Clarice não se separa de Macabéa, em nenhuma das obras, mas se entrega a ela, se funde a ela e a forma através de si.

Parafraseando Peirce, não há nada no significado que primeiramente não tenha passado pelo sentido (Cf. PEIRCE, 2010, p. 224). Em entrevista dada ao repórter Júlio Lenner em 1977, entre vários assuntos, Clarice menciona a criação de “A hora da estrela”, e quando é perguntada sobre o que a levou a escrever, ela “declara abertamente o processo de inspiração autobiográfica em que se baseou” (GUIDIN, 2001, p. 32).

Todos os processos sógnicos são dotados de significado, e esses se formulam através de vivências, o que aconteceu com a criação do livro “A hora da estrela”; Clarice Lispector pegou suas próprias experiências e traduziu-as em história, e esses aspectos podem ser notados ao longo de toda a obra, quando o pensamento do autor-personagem-narrador Rodrigo S. M., correspondem aos pensamentos da própria Clarice, se tratando da profissão, na região de nascimento, das vivências e experiências.

Ademais, em uma frase específica do livro onde Rodrigo S. M. diz “ainda bem que o que vou escrever já deve estar escrito em mim. Tenho é que me copiar com delicadeza de borboleta branca” (LISPECTOR, p. 18) fica explícito o processo intersemiótico em que Clarice se escrever, se colocar na obra pois já na própria dedicatória entrega-se como a real escritora, dedicatória do autor (na verdade, Clarice Lispector)” (p. 7). Constata-se, então, que tanto a personagem Macabéa, quanto Rodrigo S.M. (autor da história) carregam traços de Clarice, a escritora que se desmascara desde o início da obra.

É importante relacionar o autor-narrador-personagem da obra, Rodrigo S.M., que ao escrever a história de Macabéa acaba descrevendo em algumas partes a si mesmo. Ao dizer “como é que sei tudo que vai se seguir e que ainda o desconheço, já que nunca o vivi? É que numa rua do Rio de Janeiro peguei o ar de relance com o sentimento de perdição no rosto de uma moça nordestina” (GUIDIN, 2001, p. 10).

Mas, para além dessa fala, para essa autora, Rodrigo S.M. na mesma página diz “é que me criei no Nordeste, também sei das coisas

por estar vivendo” (p. 10). Assim, constrói-se a narrativa da obra, um autor-narrador-personagem que viveu e compreendeu o que muitas vezes sentiu Macabéa.

A partir daí, cria-se um novo signo, os signos formados por Clarice Lispector, que Joel DuMara estabeleceu em sua obra, ou seja, as situações formuladas em seu pensamento. Essa produção (quadro) condiz com as impressões que teve do símbolo, o que lhe permitiu ter uma concepção geral sobre o objeto, porque haverá no quadro e nos interpretantes (autores) sentimentos e interpretações que se formam a partir da construção da nossa conduta de vida, estabelecendo assim um fluxo de pensamentos interpretativos, e esse processo de interpretação e formulação de sentido com bases em nossos conhecimentos (crenças) acerca dos objetos sónicos apresentados, é o dito pragmatismo pois ele “estabelece um método de determinação de significados dos conceitos intelectuais, isto é, daqueles a partir dos quais podem resultar raciocínios” (PIERCE, 2010, p. 194).

Contudo, para o pintor e os investigadores, além de se ter criado um signo a partir de Macabéa, se cria também um novo signo em que há a junção de autora e personagens, baseado em suas crenças, portanto, a junção de Clarice Lispector e Macabéa em uma mesma pessoa responde o que é o signo “A hora de Macabéa”, que DuMara pintou, o que significou a forma e a transposição de Clarice em seu livro.

Ademais, quando o sujeito compreende os códigos de leitura e criação, esse adquire valores e conhecimentos relacionados à língua, a arte e suas próprias ideologias, essas constituem-se em novos conhecimentos semióticos, foi o que se constatou ao observarmos a criação do artista plástico Joel DuMara, ao transcodificar para sua tela, aquilo que lhe foi repassado por meio da leitura da obra “A hora da estrela”, atrelado ao conhecimento prévio do conteúdo, do qual ele teve acesso, promovendo uma formulação e reformulação de pensamento semiótico, isso, possivelmente o proporcionou a criar um *representamen*.

#### 4. Considerações finais

Ao relacionar-se questões da arte sobre a sistematicidade da semiótica, sobre o método pragmatista e correlacioná-las com as obras “A hora da estrela” e “A hora de Macabéa”. A partir da segunda tricotomia da classificação dos signos delineadas por Peirce referentes à linguagem, como o símbolo, o índice e o ícone, com análises argumentativas e discu-

tidas à luz da literatura secundária e crítica. O pragmatismo como método lógico-semiótico nos esclareceu ideias sobre o que é o signo e o que ele significa.

Sendo assim, uma análise baseada no método lógico-semiótico de clarificação de ideias, desse modo, o pragmatismo respondeu questões sobre o que é o signo e o que ele significa, sobre os pensamentos que podem estar associados ao objeto do qual esse signo se refere. O pragmatismo nos trouxe impressões de como o leitor formula concepções sobre o objeto, responsável pela construção de um pensamento novo, o *representamen* (expressão), a partir dos conhecimentos já obtidos.

Diante disso, realizou-se reflexões e análises semióticas das obras apresentadas através do conceito de comunicação e semiótica propostos por Peirce (2017) e o segundo conceito da segunda tricotomia dos signos (símbolo, índice e ícone) na interpretação das obras propostas.

Portanto, as análises compreensivas e interpretativas foram expostas a partir do pragmatismo e da tradução intersemiótica e sua relação triádica entre signo, objeto e interpretante para se perceber que a obra pictórica *A Hora de Macabéa* de Joel DuMara é uma tradução do livro “A hora da estrela”, de Clarice Lispector, com isso constatou-se essas relações entre as obras e os efeitos que o signo tem sobre o leitor intérprete.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO, *A Poética Clássica*. São Paulo: Cultrix, 2014.

CUNHA, Antônio Geraldo *et al.* *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

DUBOIS, Jean *et al.* *Dicionário de Linguística*. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

FIDALGO, António. *Semiótica: a Lógica da comunicação*. Covilhã: UBI, 1995.

\_\_\_\_\_. *Manual de Semiótica*. Portugal-Pt: UBI (Universidade da Beira Interior), 2003–2004.

\_\_\_\_\_; GRADIM, Anabela. *Manual de Semiótica*. Portugal-Pt: UBI (Universidade da Beira Interior), 2005.



GUIDIN, Márcia Lígia. *Roteiro de leitura: a hora da estrela de Clarice Lispector*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2001.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e Comunicação*. 24. ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

LISPECTOR, Clarice. *A hora da estrela*. Rio de Janeiro: Rocco, 2020.

NÖTH, Winfried; SANTAELLA, Lúcia. *Introdução a Semiótica: passo a passo para compreender os signos e a significação*. São Paulo: Paulus, 2017.

PEIRCE, Charles Sanders. *Collected Papers*, vol. I-VIII. (eds.) Harts-horne, and Weiss. Cambridge MA: Harvard University Press, 1931–58.

\_\_\_\_\_. *Como tornar as nossas ideias claras*. Tradução policopiada na UBI, 1993.

\_\_\_\_\_. (1839–1914). *Semiótica*. Trad. de José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2005.

\_\_\_\_\_. *Semiótica*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

\_\_\_\_\_. *Semiótica*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

PLAZA, Júlio. *Tradução intersemiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

SANTAELLA, Lúcia. *O que é semiótica?*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SOUZA, Andréia Cristina de. As Imagens da arte constroem o pensamento crítico reflexivo de alunos do fundamental. In: \_\_\_\_\_. *Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE: Produções Didático-Pedagógicas*. Londrina-PR, 2013.

**ANÁLISE DO DICURSO:  
ANÁLISE DE CHARGE SOBRE A REDE SOCIAL**

*Andrea Barreto Borges (IFBA)*

[deabborges@gmail.com](mailto:deabborges@gmail.com)

*Juliana Luduvic Amaral (SEC/BA)*

[julianaluduvic@hotmail.com](mailto:julianaluduvic@hotmail.com)

**RESUMO**

Este artigo é resultado de um gesto de análise de uma *charge* de autoria de Ivan Cabral, publicada em 01/06/2011, que apresenta uma imagem e uma definição verbal de “rede social”. O estudo desse texto é importante devido à atualidade dessa temática e à necessidade de análise crítica acerca da rede social. Para tanto, ao analisar o corpus desta pesquisa, será feita uma análise dos sentidos construídos por sujeitos historicamente situados, das identidades, dos interdiscursos, levando-se em consideração que os sentidos são construídos dentro do movimento entre linguagem e ideologia. Faz-se necessário, também, lançar um olhar sobre a multimodalidade da materialidade em análise e sobre a importância das múltiplas linguagens para a produção dos sentidos dos textos que circulam atualmente. O referencial teórico adotado é a Análise do Discurso de linha francesa, a partir de leituras de Brandão (2004), Orlandi (2000; 2005) e Pêcheux (1995), além da pesquisa acerca das redes sociais (RECUERO, 2009). Analisamos a *charge* e suas marcas apresentadas nas linguagens utilizadas, identificando os sentidos, as vozes e silêncios, embora compreendendo que esta compreensão será sempre incompleta, pois os sentidos sempre nos escapam.

**Palavras-chave:**

Discurso. Sujeitos. Rede Social.

**ABSTRACT**

This article is the result of an analysis of a cartoon by Ivan Cabral, published on 06/01/2011, which presents an image and a verbal definition of “social network”. The study of this text is important due to the topicality of this theme and the need for a critical analysis of the social network. Therefore, when analyzing the corpus of this research, an analysis will be made of the meanings constructed by historically situated subjects, of the identities, of the interdiscourses, taking into account that the meanings are constructed within the movement between language and ideology. It is also necessary to take a look at the multimodality of the materiality under analysis and the importance of multiple languages for the production of the meanings of the texts currently circulating. The theoretical framework adopted is the French Discourse Analysis, based on readings by Brandão (2004), Orlandi (2000; 2005) and Pêcheux (1995), in addition to research on social networks (RECUERO, 2009). We analyzed the charge and its marks presented in the used languages, identifying the senses, the voices and silences, although understanding that this understanding will always be incomplete, because the senses always escape us.

**Keywords:**

Discourse. Subjects. Social network.

## 1. *Considerações iniciais*

“Eu quero entrar na rede, pra manter o debate, juntar via Internet, um grupo de tietes de Connecticut”. Esse trecho da canção de Gilberto Gil (1982), “Pela Internet”, instiga-nos a refletir sobre um tema bastante relevante na sociedade contemporânea. O que são redes? E, mais ainda: o que são redes sociais? A rede, no Brasil, apresenta o mesmo sentido para todos os sujeitos?

Esta temática traz ainda outro ponto de reflexão: existe inclusão digital e social no país? Todos esses questionamentos, introdutórios, são relevantes para a realização deste trabalho, cujo objetivo é apresentar uma análise de uma *charge*, de autoria de Ivan Cabral (2011), que apresenta uma família, pertencente, de acordo com as características extralingüísticas apresentadas na imagem, a uma classe social desprivilegiada economicamente, e apresenta, ainda, uma definição de rede social.

Assim, diante da popularidade das redes sociais, este estudo justifica-se pela necessidade da análise de um discurso que apresenta, criticamente, outras possibilidades de leitura e definição destas palavras, cujos sentidos são complexos e inseridos num contexto, pois não podem ser construídos fora do movimento entre história e ideologia.

Nesse processo de análise dos sentidos, para a compreensão da *charge*, quando os sujeitos falam e calam sobre a rede social, toda a atenção e análise são voltados para o discurso, que nos proporciona a abordagem da relação entre língua, sujeito e história. A Análise do Discurso (AD) é um instrumento favorável à análise das identidades dos sujeitos, visto que a linguagem enquanto discurso é interação, é um modo de produção social e, conseqüentemente, um instrumento essencial no processo identitário. “Ela não é neutra, inocente e nem natural, por isso o lugar privilegiado para manifestação da ideologia.” (BRANDÃO, 2004, p. 20).

Destaca-se que, de acordo com a AD, os sentidos são moventes e incompletos. Por isso, não se pode afirmar que serão apresentados de modo preciso e definitivo neste artigo. Há sempre novos sentidos, sustentados pelas memórias, discursos e interdiscursos.

## 2. *Análise do Discurso: reflexões teóricas*

A utilização da (AD) para a análise da *charge*, corpus desta pesquisa, requer o estudo e a compreensão de alguns conceitos como sujeito, memória, interdiscurso, formação discursiva, língua, história, ideologia,

silêncios, esquecimento, dentre outros, do campo teórico da Análise de Discurso francesa, que teve como marco inaugural o ano de 1969, com a publicação de Michael Pêcheux intitulada Análise Automática do Discurso (AAD).

É necessário salientarmos que se trata aqui da AD francesa, a qual tem sua origem nos anos 1960, sendo afetada por rupturas, com o desenvolvimento do Marxismo, da Linguística e da Psicanálise. Há um deslocamento do ponto de partida da análise do produto pronto ou do processo interno de produção, segmentado ou não, para as condições de produção, ou seja, o objeto de estudo deixou de estar centrado na fala, na escrita ou no texto em si mesmos para recair nas condições, na situação, no momento de produção, invertendo a linha de raciocínio a respeito do processo de produção do discurso.

A atenção passou do texto para os sujeitos e para as condições/razões de produção. Esse sujeito, que não é sujeito social, mas do discurso, seria resultado de um processo histórico-social e influenciado ideologicamente, o que o transforma e marca o seu discurso.

Por que a AD é relevante para estudiosos da linguagem? Por esta abordagem, não há espaço para a literalidade dos sentidos, visto que estes não são evidentes, pois são “determinados pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)” (PECHÊUX, 1995, p. 160). Observar a língua é analisar a sua relação com a história, com os sujeitos, com os contextos.

A memória, tratada também como interdiscurso, remete o dizer a uma filiação de dizeres e as palavras mudam de sentido de acordo com as posições discursivas adotadas. O interdiscurso é o que é dito antes e que se relaciona com o sujeito nessa relação entre memória e esquecimento.

Ao produzir o sentido, o sujeito é afetado por essas memórias, pelo simbólico, pelo próprio mundo (Cf. ORLANDI, 2000). Ninguém está fora desse processo, dessa relação com o ideológico, por sentidos praticados socialmente e que são tomados como neutros, naturais.

A Análise do Discurso, de acordo com Orlandi, surge pela importância e necessidade de se pesquisar a materialidade do texto, o seu funcionamento, a sua historicidade, e os processos de significação. Nestes estudos, verificamos a presença do “político, do simbólico, do ideológico, o próprio fato do funcionamento da linguagem: a inscrição da língua na história para que ela signifique” (ORLANDI, 2005, p. 21).

Desse modo, trabalhar a *charge* que trata da rede social, necessariamente, implica analisar o discurso de um sujeito que fala de um determinado lugar, com condições históricas específicas, como veremos a seguir.

### 3. *Análise da charge*

A partir da leitura imagética e textual, bem como da observação do contexto de produção da *charge*, elaborada por Ivan Cabral (2011), notamos distintos sentidos para a expressão “rede social”, uma vez que, para uma classe prestigiada socioeconomicamente, a concepção da expressão colocada em destaque, em um quadrado, exposto na imagem, com letras em caixa alta e em negrito, ganha uma significação específica, isto é, o chargista brinca com o uso polissêmico da palavra “rede”, concebendo-a como rede de comunicação social, a qual envolve a internet, os *blogs*, *twitter*, entre outras denominadas redes sociais.

Recuero (2009) define redes sociais como o conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições, ou grupos, os nós das redes) e suas conexões (interações ou laços sociais), mas observaremos que a *charge* em análise não aborda esse sentido.

Assim, em consonância com a definição apresentada, em geral os discursos que tratam de rede social constituem-se em relação ao dizer já existente, cujo sentido coloca em evidência a rede social como espaço democrático de integração por meio digitais. Mas, como a *charge* demonstra, há outros sentidos sobre rede e interação digital, que são silenciados cotidianamente. Se há diferentes formações discursivas, que determinam “o que pode e deve ser dito” (PECHÉUX, 1995, p. 160), uma análise atenta da *charge* nos apresenta que o sentido de rede social não é neutro, pois é construído em um contexto sócio, histórico e ideológico específico.

No balão referente à fala exclamada (elemento linguístico) de um dos personagens presentes na rede, esta palavra diz respeito ao objeto utilizado para descanso ou para dormir. O tamanho das letras e a expressão exclamativa funcionam para enfatizar a materialidade linguística, chamando a atenção dos leitores para uma determinada condição social.

O pai de família caracteriza o interlocutor no discurso em questão, representando um grupo social específico, sendo o efeito de sentido do discurso promovido no processo de interlocução, o qual abarca posições

ideológicas dentro de um contexto sócio-histórico em que as palavras e expressões são produzidas. Identificamos, a partir da relação entre língua e história, o discurso que representa um grupo socialmente desprestigiado e desprovido do acesso às redes sociais, mesmo sendo estas tão comuns em tempos de amplo acesso à *internet*.

Figura 1: *Charge* de Ivan Cabral – rede social.



Fonte: <http://www.ivancabral.com/2011/06/charge-do-dia-rede-social.html>.

Em se tratando dos aspectos multimodais, pela presença da imagem, característica da *charge*, o aglomerado de pessoas dispostas na rede que a imagem apresenta é composto por uma família numerosa, na qual vislumbramos um pai, uma mãe e oito filhos pequenos. O pai de família evidencia um olhar tenso e preocupado, ao passo que a mãe nos revela um olhar tristonho e uma aparência relativamente apática, provavelmente, devido à situação financeira em que se encontram. Embora não seja objetivo desenvolver análise semiótica, é relevante observar a importância da linguagem multimodal presente, cujos sentidos questionam e atuam de modo provocativo em relação ao sentido predominante de rede social.

Pelo aspecto da rede, com algumas emendas, percebemos que se trata de um objeto desgastado, o que nos conduz a inferir que se trata de uma família pertencente à uma classe social menos favorecida socioeconomicamente. Em vista disso, podemos pensar que o acesso ao uso da rede social (digital) pela família é inviável. A rede que os sustenta é frágil, aproximando-se da vulnerabilidade social dos sujeitos presentes na imagem, o que não contribui para estabelecer conexões sociais de outra ordem.

Nesse contexto, no interior desta formação discursiva, em que são identificados sentidos sobre rede e rede social, espaço de interação, aproximam-se sentidos de outra formação discursiva, que são as vozes e os silêncios sobre a diferença, em que a linguagem se relaciona aos proces-

sos sócio-históricos. É crucial destacar a não evidência do sentido, assim como os diferentes efeitos de sentidos produzidos, de acordo com as formações discursivas a que os discursos se filiam. Além disso, pela noção de esquecimento (Cf. ORLANDI, 2000), de algo que já foi falado, já fez sentido, mas foi “esquecido”, tornou-se “anônimo”, o sujeito tem acesso apenas a uma parte do dizer. E é pela Análise do Discurso que se observa e reflete sobre a multiplicidade de sentidos e sobre os silenciamentos tão comuns no discurso.

O chargista faz uma crítica às condições de moradia dos sujeitos que são obrigados a dormir amontoados em uma rede de descanso por não existirem outras alternativas possíveis. Ademais, os sujeitos que agem e interagem nas redes sociais encontram-se, naturalmente, em uma classe social distinta da família exposta na *charge*, restando às camadas mais baixas da sociedade apenas a interação com o objeto rede, muitas vezes, em péssimas condições de uso.

Sendo assim, os sentidos atribuídos para a “rede social” no Brasil divergem a depender de que classes sociais estamos nos referindo. Os múltiplos sentidos concernentes à “rede social” transmitem, portanto, ideias diferentes conforme a mensagem que se pretende veicular. Isso só é possível porque, na historicidade do discurso, para que uma palavra faça sentido, é necessário que ela já tenha sentido. Assim, é preciso questionar que sentidos são esses que já são conhecidos e que dão a impressão de que as palavras são transparentes. Há outros sentidos e é preciso analisá-los, mesmo que de modo sempre inacabado.

Um texto tem em suas margens muitos outros textos. Como aponta Orlandi (2005), existem outros discursos no discurso que, assim como os sujeitos e os sentidos, são sempre incompletos. Todo discurso é heterogêneo e é na formação discursiva que o sujeito adquire sua identidade. Esta é formada dentro desse processo complexo afetado pela ideologia, que atinge não o sujeito, mas a estrutura na qual o sujeito age, isto é, na forma imaginária e simbólica de produzir sentidos. Assim, há tantos outros textos no texto ora analisado, o que nos convida a outras análises e outras leituras.

#### 4. *Considerações finais*

Os aspectos históricos e ideológicos presentes na *charge* permitiram-nos analisar o não dito. Se a rede social para esta família é o espaço de dormir para uma família numerosa, impera ali a exclusão, inclusive a

digital. Há famílias onde falta o básico, como camas para as pessoas dormirem. Portanto, os sujeitos deste discurso expressam outros sentidos que podem ser analisados por um olhar atento ao discurso.

Como tratar de inclusão nas redes sociais, um espaço teoricamente democrático, em famílias nestas condições de vulnerabilidade? Se não há neutralidade na língua, é preciso ler as múltiplas possibilidades de sentido para uma palavra ou conjunto de palavras, analisando criticamente os discursos e as identidades desses sujeitos, situados historicamente, que os pronunciam.

Dentre as diversas reflexões que este gesto de análise proporciona, é possível observar a língua como lugar de heterogeneidade e de equívoco. Assim, ao observar a materialidade linguística, aliada à materialidade histórica, é possível direcionar o olhar para os diversos discursos possíveis ao se pensar em redes sociais. A língua é lugar de falha, de equívoco, em que há o conflito entre as materialidades já citadas (linguística e histórica), o que afeta a constituição dos sentidos. Estes, portanto, podem sempre ser outros.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Helena Hathusue. *Introdução à Análise do Discurso*. 2. ed. Campinas-SP: Unicamp, 2004.

GIL, Gilberto. *Pela Internet*. Quanta. Warner Music. 1997.

ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas-SP: Pontes, 2000.

\_\_\_\_\_. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. 2. ed. Campinas-SP: Pontes, 2005.

PECHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2. ed. Campinas-SP: Unicamp, 1995.

RECUERO, Raquel. *Redes Sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

#### Outra fonte:

CABRAL, Ivan. *Charge do dia: Rede Social*. Disponível em: <http://www.ivancabral.com/2011/06/charge-do-dia-rede-social.html>. Acesso em 17/07/2023.



## AQUISIÇÃO DE LÍNGUA: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

*Gabriela Sales da Silva* (UEMS)

[gdsalesilva@gmail.com](mailto:gdsalesilva@gmail.com)

*Giovana Rosa Martins* (UEMS)

[giovana.martins@uems.br](mailto:giovana.martins@uems.br)

### RESUMO

A presente pesquisa se desenvolveu sob um caráter majoritariamente bibliográfico. A partir do lugar epistemológico dos estudos linguísticos, especialmente, no ramo da aquisição de línguas, nosso objetivo principal foi reunir estudos contemporâneos que tratam a questão. A realização desse trabalho se justificou por diversos motivos. Um deles é devido à necessidade de atualização da perspectiva e da divulgação de estudos que tratam da aquisição de línguas. Nesse cenário, a pesquisa foi construída a partir da seguinte pergunta norteadora: “o que os estudos, mais especificamente, os dos Programas de Pós-graduação no Brasil, vêm apontando acerca da Aquisição de Língua?”. Com este trabalho, dentre as mais variadas maneiras de viver a ciência, foi possível depreender um panorama geral de teses e dissertações que foram produzidas, entre 2020 e 2021 a respeito da temática. A partir de nossa pesquisa bibliográfica, evidenciamos autores, tais quais Chilante (2020), Glenday (2020), Mazzoco (2020), Ferreira (2021) e Vargens (2021), e suas respectivas reflexões analíticas sobre a aplicação do pensamento acerca da aquisição de línguas na contemporaneidade.

### Palavras-chave:

Língua estrangeira. Língua materna. Aquisição de línguas.

### ABSTRACT

The present research was developed under a mostly bibliographic character. From the epistemological place of linguistic studies, more specifically, in the field of language acquisition, our main objective was to gather more contemporary studies that deal with the respective issue. The realization of this work was given and justified for several reasons. One of them is due to the need to update the perspective and the dissemination of these studies. In this perspective, the research was built from the following guiding question: “what have the studies, more specifically those of the Graduate Programs in Brazil been pointing out about Language Acquisition?”. With this work, among the most varied ways of experiencing science, it was possible to deduce an overview of theses and dissertations that have been produced in 2020 and 2021 regarding the theoretical perspective of Language Acquisition. From our bibliographic research, we highlight authors such as: Chilante (2020), Glenday (2020), Mazzoco (2020), Ferreira (2021) and Vargens (2021) and their respective works and reflections on the application of thought on Acquisition in contemporary times.

### Keywords:

Foreign language. Language acquisition. Mother tongue.

## **1. Introdução**

A presente pesquisa se desenvolveu sob a natureza qualitativa, de cunho bibliográfico. A partir do lugar epistemológico dos estudos linguísticos, especificamente, no ramo da aquisição de línguas, nosso objeto principal foi o de analisar estudos recentes que tratam o tema.

Por conseguinte, abordamos acerca da conceituação de primeira língua (L1), língua materna (LM) e língua estrangeira (LE), visto serem denominações importantes discutidas por aqueles que estudam o processo de aquisição de línguas. Entrelaçado a esses conceitos, emerge a diferenciação entre aprendizagem e aquisição as quais influenciam na compreensão das denominações citadas.

Como justificativa, verificamos certa escassez no que se refere às publicações que retomam ou verificam a construção de um panorama dos estudos de Linguística sobre aquisição de língua. Além disso, em contribuição às publicações da presente revista, acreditamos ser valoroso para a produção acadêmica do nível de graduação, publicações de base e continuidade para futuros trabalhos que acompanhem o andamento de tais reflexões linguísticas.

Um trabalho que possivelmente se aproxima do nosso, pelo lugar epistemológico e metodologia de pesquisa, são os estudos de Lima (2013) e Faraco (2013) que tratam também da aquisição de línguas num viés bibliográfico, contudo, estão focados em questões mais específicas, tais como a aquisição de variação ou então, acerca da noção de aquisição voltada para a Educação Infantil, num viés mais pedagógico que teórico.

A presente pesquisa recorreu a respeito da aquisição de línguas em geral, e não somente de LE, contemplando diferentes perspectivas e conceitos linguísticos que serão definidos na primeira subseção. Ademais, os cinco autores selecionados na pesquisa bibliográfica evidenciam a pluralidade de abordagens referentes ao tema.

## **2. A Aquisição de Língua**

Esta subseção se empenhou em tratar exclusivamente acerca de apontamentos teóricos sobre a aquisição de língua. Para isso, selecionamos alguns autores que discorrem a respeito deste processo abordando diferentes perspectivas. Estes, portanto, asseguram nosso artigo na discussão presente nesta pesquisa.

Santos (2019), em seu capítulo intitulado “Aquisição de Língua-gem”, capítulo esse pertencente ao livro organizado por Fiorin, *Introdução à Linguística I*: objetos teóricos, trata exclusivamente da temática deste estudo. Dessa maneira, em uma das seções de seu capítulo, o autor se dedica, exclusivamente, em dissertar sobre as teorias que se orbitam acerca da aquisição, sendo elas: o Empirismo (behaviorismo e conexionismo); Racionalismo (inatismo e construtivismo – cognitivismo, interacionismo). Necessário que tais teorias são apontadas pela autora sem favoritismo, todavia, cada uma, à sua maneira, trata de aquisição, respondendo problemáticas em alguns pontos e não englobando outros.

Alguns conceitos básicos são imprescindíveis quando tratamos desse assunto, por exemplo, os conceitos de língua materna (LM), ou primeira língua (L1), e língua estrangeira (LE), ou segunda língua (L2). Trazendo a conceitualização da primeira noção, Spinassé (2006) explica:

A Língua Materna, ou a Primeira Língua (L1) não é, necessariamente, a língua da mãe, nem a primeira língua que se aprende. Tão pouco trata-se de apenas uma língua. Normalmente é a língua que aprendemos primeiro e em casa, através dos pais, e também é frequentemente a língua da comunidade. Entretanto, muitos outros aspectos linguísticos e não linguísticos estão ligados à definição. A língua dos pais pode não ser a língua da comunidade, e, ao aprender as duas, o indivíduo passa a ter mais de uma L1 (caso de bilinguismo). Uma criança pode, portanto, adquirir uma língua que não é falada em casa e ambas valem como L1 (SPINASSÉ, 2006, p. 5)

No que se refere à noção de segunda língua, Mota (2008) afirma:

[...] o processo de aquisição de língua, primeira ou segunda, é complexo, multidimensional e multifacetado e provavelmente precisamos da contribuição de várias perspectivas teóricas para termos uma compreensão razoável deste processo. Uma consequência desta pluralidade de visões, entretanto, é a maneira como conceitos importantes para a área são definidos por diferentes autores. Por exemplo, alguns teóricos gostam de fazer uma distinção entre os termos aquisição e aprendizagem. Para eles, o processo de aquisição se dá de maneira inconsciente, geralmente em contextos ditos naturais (ou seja, não instrucionais) e em situações de uso da língua para fins de comunicação real, em interação com o outro. Nesse caso, o aprendiz desenvolve conhecimento da língua apenas a partir de sua exposição a ela. Já o processo de aprendizagem, para esses teóricos, é um processo consciente de retenção de conhecimento e se dá em ambiente instrucional (na sala de aula da escola ou em cursos de idiomas) – ou seja, para eles, a aprendizagem é resultado da instrução (MOTA, 2008, p. 14-15)

Fica evidente também, a partir dos pressupostos de Mota (2008) que, segundo a autora, há uma diferença entre os termos *aquisição* e *aprendizagem*. Segundo o que a autora escreve em seu trabalho, a *aquisi-*

ção é a obtenção da língua de forma inconsciente; enquanto a *aprendizagem*, não – já que esse o sujeito possui consciência de seu processo de retenção de conhecimento – tais noções concordam com o que expõem outros autores, como Eckert e Frosi (2015).

Os referidos autores apresentam a discussão entre aprendizagem e aquisição por meio de um apanhado dos postulados de vários autores como Krashen (1981), Martín Martín (2004), Corder (1992), Marotta (2004), Mayor Sánchez (2004), Vez Jeremías (2004 e Santos Gargallo (2010). Ao discorrer sobre a diferenciação entre os dois processos, concordam que a aquisição é adquirida em ambiente informal, as regras estão sendo incorporadas de modo implícito, sem que haja estudo sistemático. A aprendizagem, por sua vez, é vista como o estudo explícito das regras da língua, no qual o aprendiz está ciente e as aplica em atividades orais ou escritas.

De maneira geral, conforme afirma Figueiredo (1995), ainda que num estudo de 1995, a aquisição de língua materna e de língua estrangeira, ou segunda língua, são distintas, mas semelhantes. Para o autor, são semelhantes, pois em ambas as aquisições, crianças e adultos se utilizam de estratégias parecidas e produzem também os mesmos “erros” nas tentativas. E, são distintas porque, segundo o autor, tais tipos de aquisições possuem graus situacionais e de formalidades distintas e mais variadas, por exemplo, a diferença de uma criança que adquire sua língua materna e o contexto de um adulto que quer adquirir uma língua estrangeira fora do país.

### **3. O passo a passo da pesquisa**

Como apontado desde o início, este artigo se construiu por meio metodológico e objetivado de uma pesquisa bibliográfica. Souza, Silva e Carvalho (2010) caracterizam essa perspectiva, associado a uma noção integrativa, como um método de pesquisa que atribui uma condensação de conhecimentos a partir de um agrupamento de pesquisas, reflexões, e produções acadêmicas as quais seus resultados são tidos como significantes. Nessa perspectiva, a pesquisa foi construída a partir da seguinte pergunta norteadora: “o que os estudos, mais especificamente os dos Programas de Pós-graduação no Brasil, vêm apontando acerca da aquisição de língua?”. Assim, de início, foram realizadas consultas às bases de dados virtuais da Scientific Electronic Library Online (SciELO) e do *Google Acadêmico*, contudo, percebemos a necessidade de afunilar no que se

referiu à escolha dos bancos de dados. Dessa maneira, optamos, a partir deste ponto, focar a pesquisa, exclusivamente, no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes<sup>4</sup>.

A partir desse preâmbulo, após a escolha do recurso de pesquisa de trabalhos acadêmicos, partimos para a pesquisa propriamente dita. Para isso, utilizamos descritores como “Aquisição de língua”, “Aquisição de linguagem”, “Aquisição”, “Aquisição de língua materna” e “Aquisição de língua estrangeira”. Optamos por pesquisas em português, ainda que encontremos idiomas outros, devido à intenção de seleção e divulgação de trabalhos mais associados à realidade brasileira.

Ainda, sobre a realização deste trabalho, assim como disposto na plataforma da Capes, utilizamo-nos de alguns recursos de filtragem de conteúdos, tais como, o filtro de ano de publicação – que foram selecionados de 2020 e 2021, respectivamente –; o filtro para demonstração de trabalhos tanto de mestrado quanto de doutorado; e, por último, o filtro que seleciona trabalhos mais associados às áreas de Letras e Linguística.

Para a análise bibliográfica dos trabalhos selecionados, seguimos dois principais passos. O primeiro deles, foi a partir da (re)leitura dos resumos, introduções e conclusões. O segundo passo, por sua vez, foi a organização das ideias, a escrita e a criação de uma tabela cartográfica para uma melhor apresentação dos trabalhos incluídos na análise.

#### **4. Trabalhos selecionados e Análise**

A partir dos resultados de seleção da presente pesquisa bibliográfica, selecionamos cinco trabalhos, os quais, como pretendido, variaram entre teses e dissertações. Na tabela abaixo, esquematizamos os trabalhos escolhidos, para melhor entendimento aos leitores, em: “Título do trabalho selecionado”, “Autoria”, “Ano de publicação”, “Tipo de trabalho” e o “*Link* no Catálogo da Capes” – para consulta. Vejamos a tabela:

---

<sup>4</sup> Plataforma que facilita o acesso a informações sobre teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação stricto sensu do país.

Tabela 1: Trabalhos selecionados na pesquisa bibliográfica.

Título do trabalho selecionado	Autoria	Ano de publicação	Tipo de trabalho	Link no Catálogo da Capes
A aquisição de Português como Língua de Acolhimento no Nepepe-UEMS: um retrato dos objetivos de aprendizagem e dos repertórios linguísticos dos imigrantes na apropriação do idioma	Isabella Saliba Pereira Chilante (UEMS)	2020	Dissertação	<a href="https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=11465820">https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=11465820</a>
A influência da idade de aquisição e da proficiência no processo de acomodação sintática de passivas por bilíngues português-ínglês	Candice Helen Grenday (UFPR)	2020	Tese	<a href="https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;idtrabalho=990194">https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;idtrabalho=990194</a>
Relações Prototemporais na Aquisição de Tempo e Aspecto no Português Brasileiro	Denise Miotto Mazocco (UFPR)	2020	Tese	<a href="https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=8746949">https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;id_trabalho=8746949</a>
A relevância como propriedade na Aquisição de Línguas Adicionais	Marina Xavier Ferreira (UFPR)	2021	Tese	<a href="https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;idtrabalho=10975598">https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;idtrabalho=10975598</a>
Aquisição de proparoxítonas: acento, léxico e suas possíveis relações	Arthur Moura Vargens (UFBA)	2021	Tese	<a href="https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;idtrabalho=11340323">https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&amp;idtrabalho=11340323</a>

Fonte: pesquisadoras.

Passemos aos comentários analíticos bibliográficos dos trabalhos recortados. O primeiro trabalho traz a dissertação de Chilante (2020), o qual possuiu o intuito de verificar como se deu a língua portuguesa como língua de acolhimento para imigrantes, referente às suas recepções e suas aquisições do referido idioma no novo país, a partir do Curso de Extensão Neppes<sup>5</sup>, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), especificamente. Desde esse cenário e de suas investigações em questionários, Chilante (2020) depreende que os repertórios linguísticos dos alunos têm impacto favorável na aquisição da língua portuguesa, e que por isso é importante que eles sejam incorporados às práticas de aprendizagem de português como língua de acolhimento, evitando, assim, o apagamento das suas biografias linguísticas.

O segundo trabalho selecionado, foi o estudo de Glenday (2020). Esse estudo da autora trata-se de uma tese produzida no Programa de Pós-Graduação em Linguística, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Glenday (2020), diferente de Chilante (2020), não direciona seu estudo à aquisição da língua portuguesa, tida como língua de acolhimento, mas, verifica qual o grau de influência do português brasileiro na aquisição da língua inglesa como L2, no que se refere, especificamente, a compreensão e a produção de sentenças na voz passiva nesta segunda língua. Como resultados, a autora afirma que “os fatores idade e proficiência influenciam o processamento de sentenças passivas na língua inglesa por aprendizes universitários brasileiros de inglês e a transferência sintática tende a ser menor em aprendizes precoces com nível alto de proficiência” (GLENDA, 2020, p. 8).

A terceira pesquisa, também uma tese de doutorado, por sua vez, é advinda do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Essa tese é da autora Mazocco (2020) e se intitula: *Relações Prototemporais na Aquisição de Tempo e Aspecto no Português Brasileiro*. Neste trabalho, Mazocco realiza um estudo também sobre o português brasileiro (PB), comparando, no escopo desta Aquisição como Língua Materna (LM), a compreensão e a produção, num viés sintático e semântico do tempo, a partir de experimentos próprios.

Nas palavras da autora, como resultados obtidos, Mazocco (2020) sintetiza:

---

<sup>5</sup> Programa de extensão que oferta cursos de Português para Estrangeiros.

Em síntese: no processo de aquisição de tempo e aspecto no português brasileiro, a criança desenvolve inicialmente uma relação prototemporal: uma situação é ancorada em um instante imediato da criança que pode corresponder a todo ou a parte do tempo de referência e a uma etapa do tempo de evento. Esse instante imediato em que a situação é ancorada é chamado aqui de tempo de fala da criança (TFC). Para essa relação, a percepção dos eventos e subeventos em sequência é uma pista inicial (MAZOCCO, 2010, p. 7)

Ferreira (2021), autora do quarto trabalho selecionado, publicou sua tese de doutorado em Letras, da UFPR, intitulada *A relevância como propriedade na Aquisição de Línguas Adicionais*, a qual, evidenciado desde o título, foca na questão da aquisição voltada às línguas adicionais. Ferreira (2021) afirma que seu intuito no trabalho foi:

[...] conjecturar as características necessárias para os fenômenos da aquisição de línguas adicionais, coadunando-os aos aspectos pragmáticos, principalmente a propriedade cognitiva da relevância, que acreditamos ser indispensável para que a aquisição ocorra. (FERREIRA, 2021, p. 9)

Dessa maneira, a autora depreendeu que “a presunção de relevância seria um elemento que impulsionaria a recepção e processamento dos *inputs* do professor, mostrando que sempre haverá alguma relevância nesta entrada de dados (expectativa de relevância)” (FERREIRA, 2021, p. 9).

Por fim, o quinto trabalho selecionado de autoria de Vargens (2021), do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), intitulado *Aquisição de proparoxítonas: acento, léxico e suas possíveis relações*. Este trabalho propõe um estudo sobre o “acento proparoxítono e o léxico proparoxítono no processo de aquisição do português como língua materna”, buscando-se analisar possíveis relações ontogênicas entre aquisição lexical e acentual.

Com esse trabalho, Vargens (2021) identifica tal relação entre aquisição de acento e léxico proparoxítonos como estabelecidos a partir dos 2:01 (dois anos e um mês). Além disso, afirma que seus dados constatam que uma maior produção do acento proparoxítono intervém a produtividade do léxico proparoxítona, dentre outras questões as quais faz com que Vargens (2021) complemente o andamento do campo desses estudos.

Como visto nos trabalhos supracitados, os estudos sobre aquisição de línguas ou de alguns aspetos da língua, sejam elas maternas, estrangeiras, entre outras, não nos leva a um estágio de que tenha havido muitos estudos acadêmicos que tratassem da temática entre 2020 e 2021, pelo



menos, não na plataforma CAPES. Assim, passamos agora a algumas considerações pertinentes.

### 5. *Considerações finais*

Com este trabalho, dentre as mais variadas maneiras de viver a ciência, foi possível apreender um panorama geral de teses e dissertações que foram produzidas nos anos de 2020 e 2021 a respeito de aquisição de línguas.

A partir de nossa pesquisa bibliográfica, evidenciamos autores, tais quais Chilante (2020), Glenday (2020), Mazzoco (2020), Ferreira (2021) e Vargens (2021), e suas respectivas obras e reflexões sobre a aplicação do pensamento sobre a Aquisição na contemporaneidade. É de grande valia também apontarmos que tais trabalhos contemplam análises, métodos e estudos tanto no que se refere à aquisição de língua materna (LM), como na aquisição de língua estrangeira (LE) e até mesmo de língua de acolhimento. E, ainda de apenas aspectos gramaticais como no caso do último artigo.

Ademais, com a realização deste trabalho foi possível conhecer ainda mais, *grosso modo*, alguns Programas de Pós-Graduação no Brasil que estão estudando sobre aquisição, além de percebermos o valor e a necessidade da pesquisa bibliográfica como divulgação e difusão relacional de determinado conhecimento.

É significativo salientar que alguns dos textos escolhidos utilizam, a priori, o termo aquisição no título do trabalho, todavia, ao ler o texto, percebe-se a aplicação deste mais no sentido de aprendizagem propriamente dita, visto a diferenciação apresentada anteriormente. Podemos observar esta carência de distinção das terminologias na tese de Chilante (2020) e Glenday (2020).

Diferentemente, Ferreira (2021), esclareceu valer-se de aquisição e aprendizagem como processos sinônimos, informando, além disso, sua não pretensão em entrar nesta discussão. Já os trabalhos de Mazzoco (2020) e Vargens (2021) aplicam a nomenclatura aquisição adequadamente, tendo em vista a análise da pesquisa focar na internalização de regras em crianças pequenas (entre 1 a 4 anos) no seu processo subconsciente de adquirir uma língua.

Por fim, a partir destas considerações, pontuamos a indispensabilidade de pesquisas e estudos sobre aquisição que especifiquem a distin-

ção de conceitos entre *Aprendizagem* e *Aquisição* ou até mesmo que se dediquem a apresentar oposições, trazendo atualizações e novas perspectivas ao processo aquisitivo de línguas, fomentando, desta forma, o interesse pelo ramo de aquisição de línguas.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHILANTE, Isabella Saliba Pereira. *A aquisição de Português como Língua de Acolhimento no Neppe-UEMS: um retrato dos objetivos de aprendizagem e dos repertórios linguísticos dos imigrantes na apropriação do idioma*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2020.

ECKERT, Kleber; FROSI, Vitalina Maria. Aquisição e aprendizagem de línguas estrangeiras: princípios teóricos e conceitos-chave. *Domínios de Lingu@ gem*, v. 9, n. 1, p. 198-216, 2015.

FARACO, Catharina Medeiros. *A aquisição da linguagem na educação infantil: práticas e processos pedagógicos*. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (Curso de Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

FERREIRA, Marina Xavier. *A relevância como propriedade na Aquisição de Línguas Adicionais*. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

FIGUEIREDO, Francisco José Quaresma de. Aquisição e aprendizagem de segunda língua. *Signótica*, v. 7, n. 1, p. 39-57, Goiânia, jan./dez. 1995. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sig/article/view/7380/5246>.

GLENDAY, Candice Helen. *A influência da idade de aquisição e da proficiência no processo de acomodação sintática de passivas por bilíngues português-inglês*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

GROSSO, M. J. Língua de acolhimento, língua de integração. *Horizontes de Linguística Aplicada*, v. 9, n. 2, p. 61-77, 2010.

LIMA, Lisiane Barreto. *A aquisição da variação e sua relação com o INPUT linguístico: um estudo bibliográfico*. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Licenciatura em Letras e/ou Respectivas Literaturas) – Universidade Federal do Pampa, Bagé, 2013.

MAZZOCO, Denise Miotto. *Relações Prototemporais na Aquisição de Tempo e Aspecto no Português Brasileiro*. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

MOTA, Mailce Borges. *Aquisição de segunda língua*. Florianópolis: UFSC, 2008.

SANTOS, Raquel. A aquisição da Linguagem. In: FIORIN, J.L. *Introdução à Linguística I: objetos teóricos*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2019 [2002].

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012 [1916].

SILVA, Carmem Luci da Costa. *A criança na linguagem: enunciação e aquisição*. Campinas-SP: Pontes, 2009.

SOUZA, M.; SILVA, M.; CARVALHO, R. *Revisão integrativa: o que é e como fazer*. Einsten, 8, p. 102-6, 2010.

SPINASSÉ, Karen Pupp. Os conceitos Língua Materna, Segunda Língua e Língua Estrangeira e os falantes de línguas alóctones minoritárias no Sul do Brasil. *Contingentia*, v. 1, n. 1, 2006.

VARGENS, Arthur Moura. *Aquisição de proparoxítonas: acento, léxico e suas possíveis relações*. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

Outra fonte:

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. CAPES. *Catálogo de teses e dissertações*. Disponível em: [https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/. Acesso em: 12 dez. 2022.](https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/)

**BREVES REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DA FIGURA FEMININA EM “CASA VELHA”, DE MACHADO DE ASSIS**

*Cesar Christian Ferreira dos Santos (UFRGS)*  
[cesarchristian2@gmail.com](mailto:cesarchristian2@gmail.com)

**RESUMO**

Diversos autores do século XIX apresentam em suas narrativas um retrato da sociedade da época, Machado de Assis é um desses casos. Suas obras célebres foram incansavelmente estudadas por críticos e apreciadas pelos leitores comuns. Porém, Machado apresenta algumas obras não tão prestigiadas em relação às possibilidades de estudos que elas apresentam. Entre essas obras encontra-se “Casa velha”, cuja narrativa é envolta em conflitos femininos, onde as mulheres exercem tanto o poder do próprio patriarca, dando continuidade e propagando os valores desse tipo de sociedade, como é o caso da viúva e matriarca da família na obra. A despeito desse poder de mando, as mulheres da narrativa ainda exercem seu poder de sedução e de manipulação das personagens masculinas para conseguirem seus intentos, sejam eles nobre ou não. Nosso objetivo neste trabalho é analisar a construção da figura feminina na obra, seu poder de mando em uma sociedade patriarcal, e, ainda, perceber a obra como um extrato da sociedade brasileira do século XIX.

**Palavras-chave:**

**Construção. Feminina. Sociedade.**

**ABSTRACT**

Several authors, from 19<sup>th</sup> century, present in their narratives a picture of that time, Machado de Assis is one of them. His celebrate works were tirelessly studied by critics and ordinary readers. However, Machado presented not so prestigious works in relation to the possibilities of studies that they present. Among these works is “Casa velha”, whose narrative is surrounded by female conflicts, where women exercise both the power of the patriarch, continuing and propagating the values of this type of society, as is the case of the widow and matriarch of the family at work. Despite this power of command, the women in the narrative still exercise their power of seduction and manipulation of the male characters to achieve their intentions, whether noble or not. Our objective in this work is to analyze the construction of the female figure in the work, her power of command in a patriarchal society, and, also, perceive the work as an extract from Brazilian society in the 19<sup>th</sup> century.

**Keywords:**

**Construction. Feminine. Society.**

**1. Introdução**

A literatura brasileira do Séc. XIX apresenta em várias obras figuras femininas com poder de mando, com poderes decisórios sobre a vida

dos filhos, escravos e agregados que circundavam sua área de influência. Podemos citar como exemplo Maria da Glória, que se converte na cortês Lúcia, de Lucíola, da obra de Alencar, que, ainda no romantismo, fazia duras críticas à sociedade da época, como por exemplo o casamento por interesse financeiro. Lúcia, apesar da degradação moral é uma heroína que tem intenções nobres, como a de proteger e dar estudo à sua irmã mais nova, evidenciando a questão da idealização das personagens, que é uma das principais características do romantismo.

No realismo podemos citar o clássico exemplo de Capitolina, a alpinista social que saiu de uma condição subalterna, de filha de empregado de repartição, para senhora de uma rica casa. Vale lembrar que Bentinho nunca teve coragem de enfrentar a mãe para dizer que não tinha vocação para o sacerdócio e só o faz pela pressão e influência que Capitu exerce sobre ele. E, é claro, não podemos deixar de citar na mesma obra a senhora Dona Glória, mãe de Bentinho. A referida senhora era quem administrava sua vida e sua casa de acordo com suas convicções sendo, por exemplo, irredutível quanto à ideia de mandar o filho para o seminário. Mesmo no começo dessas linhas temos então já duas mulheres que destoam de um padrão familiar de poder, onde o patriarcado seria a base do mando.

Afunilando aqui nossas considerações sobre as construções femininas que eram desenhadas em muitas obras do século XIX, tanto no romantismo quanto no realismo brasileiro, Machado de Assis constitui interessante caso de construção de figuras femininas em suas narrativas. Parece ele ter um padrão que se repete em pelo menos duas obras para construir algumas de suas personagens femininas. Não podemos deixar de citar nesta introdução um padrão entre Dom Casmurro e “Casa velha” ao construir as senhoras das casas das respectivas obras. Ambas viúvas e relativamente jovens, ainda na casa dos quarenta anos de idade, que resolveram não mais se casar e tampouco ter amantes ou segundos maridos. Ambas mães de um filho único. Para ilustrar tais afirmações fazemos a seguinte citação sobre Dona Glória:

Ora, pois, naquele ano da graça de 1857, D. Maria da Glória Fernandes Santiago contava quarenta e dois anos de idade. Era ainda bonita e moça, mas teimava em esconder os saldos da juventude, por mais que a natureza quisesse preservá-la da ação do tempo. Vivia metida em um eterno vestido escuro, sem adornos, com um xale preto, dobrado em triângulo e abrochado ao peito por um camafeu. (MACHADO, 2019, p. 8)

Dona Antônia, a senhora da casa velha era descrita da seguinte maneira:

D. Antônia era antes baixa que alta, magra, muito bem composta, vestida com singeleza e austeridade; devia ter quarenta e seis a quarenta e oito anos. (MACHADO, 2019, p. 121)

Evidenciamos até aqui semelhanças físicas, classe social e opções das personagens que as aproximam, porém as semelhanças entre as senhoras estendem-se também às pretendentes dos filhos, tanto em relação ao par amoroso de Bentinho, como em relação ao par amoroso de Felix. As duas moças, Capitolina e Cláudia, eram conhecidas por apelidos, Capitu e Lalau, respectivamente.

Tal fator que à primeira vista pode ser visto como um carinho, mas que talvez seja relevante para esta análise é a questão dos apelidos, que substituem os nomes das moças nas duas narrativas, talvez seja uma maneira de não lhes dar importância a ponto de praticamente nem terem nome, pois o nome de cada uma só aparece uma vez nas duas obras. As duas moças eram também muito jovens com pouco mais de quinze anos e de classe social muito mais baixa que a de seus pretendentes.

Ainda na esteira da comparação o relacionamento delas com os filhos das senhoras não era desejado nem incentivado por estas, que trabalharam efetivamente para que não se concretizasse. Para finalizarmos esta introdução é necessário dizer que “Casa velha” é uma obra anterior a “Dom Casmurro”, ou seja, as mulheres de “Casa velha” influenciaram a construção das mulheres de Mata-cavalos, e não o contrário.

## **2. A “Casa velha” e suas mulheres**

“Casa velha” é um romance de folhetim, publicado entre 1885 e 1886, e, embora tenha sido publicado na fase dita realista do autor, a obra apresenta características românticas, que nos fazem pensar que Machado possa ter reaproveitado escritos anteriores. A narrativa temporalmente está no Período Regencial do Império e ambienta-se em uma casa, já antiga, como o próprio título do livro anuncia, feita pelo avô de Dona Antônia, a senhora da casa, ainda em fins do século XVIII.

Podemos perceber que a “Casa velha” representa um microextrato da sociedade brasileira do Séc. XIX; porém, nessa obra, observamos uma mulher com poder de mando sobre todos os da casa, filho, clero, parentes próximos, agregados e escravos. A influência e o poder dessa mulher eram tão grandes a ponto de ela decidir casamentos, ora o matrimônio na época era uma coisa para a vida inteira, com raras exceções. Sendo as-

sim, quando ela dizia que um casal se casaria, na verdade ela decidia a vida daquelas pessoas subordinadas a ela.

Tal mando dá-se em uma primeira análise, porque ela não delegou para ninguém a gerência das posses herdadas tanto de sua família quanto às herdadas do falecido ministro. Ou seja, ela possuía tal mando pela sua situação senhorial e muitos à sua volta necessitavam de seus favores, como por exemplo a própria Lalau, que teve seus estudos bancados pela senhora. Porém, além do mando ostensivo que influenciava todos que a circundavam, Dona Francisca exerce ainda uma forte influência emocional, pois usa seu papel de mãe e de mulher para ter todos ao seu redor e que todos façam as suas vontades, mesmo que não o saibam, como se fosse um mando subterrâneo e oculto.

Podemos perceber aqui um jogo de sedução cuja vítima é o padre, que se vê envolto entre a vontade de duas mulheres sedutoras. Essas forças antagônicas que coexistem dentro da casa provocando tensões no romance têm o padre como o para raios, que sem perceber acaba por fazer, em diversas ocasiões, a vontade de ambas. A influência e sedução da senhora dava-se, logicamente pela sua beleza, mas principalmente por sua figura austera e senhorial, pois postava-se diante do padre tal como uma madona encarnada, sóbria em sua vestimenta e nobre no seu porte, representando exatamente os ideais defendidos e mantidos pela Igreja junta à elite econômica do país no Séc. XIX. Dissimuladamente e sem contar seus reais interesses ela pede ao padre para levar o filho a uma viagem pela Europa com o intuito de afastar seu rebento da convivência inoportuna com a moça, no que é prontamente atendida pelo padre.

Machado constrói uma mulher poderosa, e aqui encontramos uma contradição que talvez possa ser proposital na construção da obra, essa figura feminina machadiana representa uma estrutura patriarcal, ou seja, a personagem ajudava a fazer a manutenção daquela estrutura social, não só ajudava como era peça fundamental para que tal estrutura se mantivesse, pois, a casa, unidade familiar era governada pela mulher, mas representando os valores do patriarcado, mesmo com o falecimento do marido a figura deste estava presente no imaginário de todos os da casa, sobretudo a senhora o representava ou o substituíva.

A senhora da “Casa velha” é muito ligada à casa, que é como se fosse parte do que é a mulher em si, pois a casa era da família dela. Mesmo quando o marido fora ministro, ela foi somente duas vezes ao Paço, o papel dela sempre fora o de cuidar da casa, onde ela exercia autoridade sobre todos.

Com efeito, a casa era uma espécie de vila ou fazenda, onde os dias, ao contrário de um rifão peregrino, pareciam-se uns com os outros; as pessoas eram as mesmas, nada quebrava a uniformidade das coisas, tudo quieto e patriarcal. D. Antônia governava esse pequeno mundo com muita disciplina, brandura e justiça. (MACHADO, 2019, p. 110)

Para ajudar em sua governança, após a morte do marido ela manteve tudo como se ele ainda estivesse lá, sem mexer na sua biblioteca e tendo-o enterrado na capela da propriedade. Apesar de sua aparente austeridade, brandura e justiça, D. Antônia é capaz de fazer o mal, de usar da dissimulação para conseguir afastar seu filho de Lalau, pois na verdade ela manipula o padre de tal forma que não é preciso ela dizer nada, o padre apenas vai chegando às conclusões que ela queria que ele chegasse por ocasião da paternidade de Lalau. Essa é uma consideração importante, porque ela aparentemente tinha um casamento muito feliz e acaba por ficar muito decepcionada quando descobre que realmente seu marido teve um relacionamento com a mãe de Lalau. Tal descoberta, serve como um castigo à sua mentira, trazendo características românticas à narrativa.

Lalau por outro lado, contava com a beleza e o frescor da juventude para seduzir e ter suas vontades satisfeitas, tanto que o padre quando se deu conta a amava, amava-a como mulher sim, pois era homem, porém ele nunca teve dúvidas de sua vocação e então, limitou-se a tentar fazê-la feliz. Sabedora de que sua beleza encantava o padre, passou a moça então a manipula-lo para também atingir seus objetivos, fazendo visitas frequentes a ele na biblioteca do ministro onde também jogava seus charmes sedutores para o padre, Machado (2019):

[...] um dia, porém, atreveu-se a entrar às escondidas, e foi ter comigo. Suspendi o trabalho, e conversamos perto de meia hora, sobre uma infinidade de coisas, presentes e passadas [...] Deixei-me ir ao sabor do momento. (MACHADO, 2019, p. 489)

O narrador constrói Lalau como bonita e até certo ponto inteligente, e foi a própria D. Antônia que pagou pelos estudos da moça, que parecia ter concluídos apenas os estudos primários, o que a fazia inculta se compararmos seu nível de instrução com a do padre e de outros homens da época, com a da própria senhora. Suas grandes prendas eram saber ler, escrever, costurar e bordar. Ela achava os livros muito grandes, na verdade não tinha noção nenhuma sobre a profundidade intelectual daquelas obras não raras escritas em italiano, francês e latim.



### 3. *Considerações finais*

O mando feminino é recorrente em diversas obras da literatura brasileira do século XIX, seja no romantismo ou no realismo deparamo-nos com mulheres poderosas, ainda que esse poder talvez seja restrito às suas propriedades, não se estendendo aos palácios e paços onde residiam o poder político. Digo talvez, porque nunca saberemos a influência que tinha a senhora da Casa Velha sobre seu marido, que na obra fazia parte do Governo Imperial de D. Pedro I, exercendo então o poder político que emanava do imperador.

Questões interessantes sobre o mando feminino em uma sociedade patriarcal surgem a partir do que expomos até agora: “Por que Machado insiste em apresentar em duas obras mulheres com características comuns entre elas?”. Estamos falando aqui de quatro personagens que sabem usar seu mando econômico, seus papéis sociais e tudo isso sem abrir mão de artifícios de sedução. “Seria esse tipo de mando feminino recorrente na sociedade carioca de então?”. Façamos então as relevantes perguntas de Cândido (1980):

[...] qual a influência exercida pelo meio social sobre a obra de arte? Digamos que ela deve ser imediatamente completada por outra: qual a influência exercida pela obra de arte sobre o meio? (CÂNDIDO, 1980, p. 18)

E aqui seguimos perguntando: “Machado foi influenciado e pintou em suas linhas mulheres poderosas com as quais conviveu ou as viu?”. “Era comum as mulheres do século XIX sobressaírem-se dessa maneira, para também terem a seu modo influência e poder?” Schwarz ajuda-nos com essas indagações ao citar que

O dispositivo literário capta e dramatiza a estrutura do país, transformada em regra da escrita. E com efeito, a prosa narrativa machadiana é das raríssimas que pelo seu mero movimento constituem um espetáculo histórico-social complexo [...]. (SCWARZ, 2012, p. 11)

Ou seja, podemos depreender que os tipos de mulheres como a Senhora da “Casa velha” não eram incomuns. O que aparentemente é um dualismo (o fato de uma mulher representar os valores patriarcais) na verdade talvez seja uma prática comum da aristocracia brasileira<sup>6</sup> de então, herdeira da aristocracia portuguesa.

---

<sup>6</sup> Talvez a palavra aristocracia não seja a melhor palavra a ser usada para descrever o extrato social que formava a elite da complicada sociedade brasileira na época do império, que como Schwarz nos diz era burguesa e escravista.

Este trabalho abre espaço para pensarmos na origem social e histórica do mando, do poder que exerciam essas mulheres pertencentes às classes sociais mais elevadas do país. Uma possibilidade seria estudar a origem desse mando por meio da literatura, ou seja, a partir do trovadorismo português, onde a mulher ocupava um papel central e suserânico na poesia, que talvez reflita algum aspecto da sociedade medieval portuguesa, que talvez tenha lançado ecos sobre a sociedade brasileira e portuguesa do século XIX.

Para finalizarmos, também podemos sugerir uma abordagem psicanalítica em estudos posteriores sobre o mando feminino em “Casa velha”, pois “A motivação da sociedade humana é, em última análise, econômica” (FREUD *apud* EAGLETON, 2006, p. 227), ou seja, seu mando emanava a partir de sua condição financeira, mas misturava-se com características inerentes, ou pelo mais evidenciadas, no sexo feminino. Como por exemplo, a questão de D. Antônia querer que o filho se casasse com outra mulher rica pode não ser simplesmente econômica, mas uma maneira de ela não querer romper com o complexo de Édipo, projetando-se na pretendente rica com a qual o filho acabou se casando.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ASSIS, Machado de. *Casa velha*. 1. ed. Rio de Janeiro: Vermelho Marinho, 2019.

\_\_\_\_\_. *Dom Casmurro*. 1. ed. Rio de Janeiro: Vermelho Marinho, 2019.

CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. 6. ed. São Paulo: Nacional, 1980.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura, uma introdução*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

CONCEPTUALIZAÇÃO DO NORDESTE E DO NORDESTINO  
NA TURMA DO XAXADO: UM ESTUDO PAUTADO  
NA SEMÂNTICA COGNITIVA

*Edna da Paixão Pereira* (UNEB)

[edna.life@hotmail.com](mailto:edna.life@hotmail.com)

*Elisângela Santana dos Santos* (UNEB)

[elssantos@uneb.br](mailto:elssantos@uneb.br)

RESUMO

O trabalho busca apresentar o resultado de um estudo empreendido sobre a conceptualização do Nordeste e do nordestino, em tirinhas da Turma do Xaxado, de Antônio Cedraz. Para a realização da pesquisa e a análise dos dados, foram adotados pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Cognitiva e, mais especificamente, da Semântica Cognitiva e da Teoria da Metáfora Conceptual. No que concerne à metodologia, utilizamos uma abordagem qualitativa do *corpus*, que, por sua vez, foi constituído por dois textos multimodais coletadas do livro “1000 tiras em quadrinhos da Turma do Xaxado”. Além disso, o trabalho realizado teve natureza exploratória, descritiva e interpretativa. Entre os resultados alcançados, concluímos que os elementos verbais e os imagéticos, usados nas tirinhas estudadas, inter-relacionam-se e possibilitam a construção de sentidos pelos conceptualizadores e possíveis leitores; ademais, verificamos que as conceptualizações foram estruturadas por metáforas, como NORDESTE É POBREZA e SER HUMANO É ANIMAL, bem como NORDESTINO É BURRO, NORDESTINO É MERCADORIA e, também, por ALTO É POSITIVO, BAIXO É NEGATIVO. Também foi identificada a metonímia PARTE PELO TODO, como em SERTÃO POR NORDESTE. Com a realização deste estudo, concluímos o papel importante que a metáfora multimodal desempenha na conceptualização humana, levando-nos a refletir sobre os impactos da atual realidade na região nordeste.

Palavras-chave:

Nordeste. Semântica Cognitiva. Turma do Xaxado.

ABSTRACT

The work aims to present the results of a study undertaken on the conceptualization of the Northeast region and the people from that region (known as “northeastern resident”), in the comic strips of Turma do Xaxado by Antônio Cedraz. The research and data analysis were based on theoretical and methodological assumptions from Cognitive Linguistics, specifically Cognitive Semantics and Conceptual Metaphor Theory. As for the methodology, a qualitative approach was used on the corpus, which consisted of two multimodal texts collected from the book “1000 tiras em quadrinhos da Turma do Xaxado”. Furthermore, the study had an exploratory, descriptive, and interpretive nature. Among the achieved results, it was concluded that the verbal and visual elements used in the analyzed comic strips are interrelated and allow for the construction of meaning by both the creators and potential readers. Moreover, it was found that the conceptualizations were structured by metaphors such as NORTHEAST IS POVERTY and HUMAN BEING IS ANIMAL, as well as NORTHEASTERN

**RESIDENT IS STUPID, NORTHEASTERN RESIDENT IS A COMMODITY and also by the metaphor TALL IS POSITIVE, SHORT IS NEGATIVE. Additionally, the metonymy like Synecdoche was identified, as in BACKLAND BY NORTHEAST. Through this study, the significant role of multimodal metaphor in human conceptualization was recognized, leading to reflections on the impacts of the current reality in the Northeast region.**

**Keywords:**

**Northeast. Cognitive Semantic. Turma do Xaxado.**

## **1. Introdução**

A Turma do Xaxado é uma produção essencialmente baiana, em que o seu autor, Antônio Cedraz, traz à tona problemas de ordem social, política e econômica que afetam a região nordestina. Ao denunciar a negligência dos poderes públicos diante dos direitos da sua população e ao cobrar das autoridades melhores condições de vida e assistência para o povo nordestino, nas tirinhas disponibilizadas em publicações periódicas, ele apresenta o cenário contraditório em que o nordestino vive: de um lado, há um Nordeste empobrecido, devido às épocas de seca, à vegetação escassa, ao analfabetismo e à desigualdade social; de outro, há um Nordeste enaltecido pela sua diversidade, cultura e riqueza artística.

Com uma linguagem simples, descontraída e cheia de ironia, o referido cartunista baiano aborda, nos textos multimodais que produz, a vida do nordestino e as mazelas de cunho sócio-histórico-culturais que afetam as pessoas da região, como as barganhas de políticos ou de velhos coronéis para conquistar votos em períodos de campanhas eleitorais. Ao focar o contexto multifacetado em que a população do Nordeste se insere, esse autor busca também denunciar o preconceito demonstrado por algumas pessoas, naturais de outros estados brasileiros, contra essa região.

Em face das estigmatizações, estereótipos e xenofobia historicamente vivenciados pelo povo nordestino dentro do seu próprio país, principalmente, em períodos de campanhas eleitorais como a que ocorreu em outubro de 2022, julgamos relevante pesquisar como essa região é conceptualizada. Portanto, no estudo ora proposto, temos por objetivo geral investigar a significação do Nordeste e do povo nordestino em tirinhas que abordam a temática da eleição, disponíveis na Turma do Xaxado, de Antônio Cedraz, à luz da Semântica Cognitiva, da Teoria da Metáfora Conceptual, da Teoria da Metáfora Multimodal e da Teoria dos Esquemas de Imagens, as quais estão atreladas aos pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Cognitiva. Como objetivos específicos, intentamos identi-

ficar e analisar as conceptualizações metafóricas sobre o Nordeste e o povo nordestino em dois textos multimodais selecionados; verificar como elementos do texto multimodal podem contribuir para a construção de sentidos da região Nordeste e do povo nordestino no *corpus* estudado e averiguar se possíveis fatores sócio-histórico-culturais podem interferir em eventuais variações e mudanças dessas conceptualizações.

## **2. *Sobre a Linguística Cognitiva e as bases teóricas para compreensão da metáfora multimodal***

Na primeira metade do século XX, um grupo de pesquisadores estadunidenses formado por George Lakoff, Ronald Langacker, Mark Johnson e Leonard Talmy, entre outros, propuseram uma nova base epistemológica para a discussão dos fenômenos linguísticos, em oposição ao modelo teórico gerativista por eles adotado para o estudo da linguagem. Apoiados nos pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Cognitiva ou LC, buscaram entender como ocorre o processo de construção do significado e qual a sua importância para a linguagem. A LC configura-se como um conjunto de teorias relacionadas entre si e constitui-se por diferentes abordagens teórico-metodológicas, a exemplo da Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados, da Teoria dos Esquemas de Imagem, da Teoria da Metáfora Conceptual, da Teoria da Metáfora Multimodal, da Teoria da Semântica Cognitiva, dentre outras propostas.

Ao estudar a interação das diferentes dimensões da vida humana e seus reflexos no processo da significação, o modelo teórico cognitivista trouxe à tona a compreensão do significado “(...) como natural, perspectivista, baseado no uso, de caráter enciclopédico e resultante de interações sensorio-motoras, o que evidencia a sua natureza perceptual, corporificada, experiencial e situada” (ALMEIDA; SANTOS; SANTANA, 2021, p. 71).

Sobre a construção do significado, Almeida e Santana (2019) defendem que:

[...] a construção do significado é, variavelmente, inter-relacionada a práticas sócio-histórico-culturais-orais-escritas, multimodais, e, também, interconectada a questões de autoridade social e de poder, localizada, espacialmente, impregnada por ideologias, fruto das culturas das pessoas e dos grupos sócio-histórico-culturais dos quais são partes constituintes. (ALMEIDA; SANTANA, 2019, p. 127)

De acordo com essa nova perspectiva, o significado é construído por meio da nossa experiência sensório-motora de estar no mundo e, portanto, é situado sócio-histórico-cultural-político e ideologicamente. Além disso, as metáforas passam a ser concebidas como bases conceituais para construção de múltiplos sentidos e, por conseguinte, para ampliação de redes semasiológicas.

Ao estudarem o poder cognitivo da metáfora não somente como fenômeno da linguagem, mas também do pensamento e da ação, Lakoff e Johnson (1980 [2002]) se contrapuseram à definição tradicional de que a metáfora era uma comparação implícita entre conceitos similares ou um tropos. Essa compreensão ainda hoje predomina em materiais didáticos brasileiros de língua portuguesa, tal como constatou Santos (2015; 2019), ao averiguar a abordagem dos estudos semânticos em livros didáticos, a despeito das pesquisas empreendidas nas últimas décadas sobre a existência automática e inconsciente das metáforas na vida cotidiana.

A partir dos estudos da significação sob a égide da Semântica Cognitiva, é possível constatar que os significados construídos não ocorrem apenas por meio da linguagem verbal, mas também por outras formas de linguagem que instanciam a conceptualização metafórica que não se restringe aos textos monomodais, uma vez que abrangem também os multimodais. As tirinhas, assim como as *charges*, os *memes*, os anúncios publicitários, as capas de revistas, entre outros gêneros textuais multimodais, são um espaço propício para a ocorrência da metáfora multimodal, uma vez que se constituem pela linguagem verbal associada à linguagem não verbal, também imagética.

Ao estudar as metáforas, Forceville (2006; 2009) estabelece uma distinção entre a metáfora monomodal e a multimodal. Na primeira, o domínio-alvo, aquele que desejamos conhecer melhor, e o domínio-fonte, aquele que conhecemos, podem ser constituídos por um único modo, o verbal; já na segunda, o domínio-alvo e o domínio-fonte são representados de modos diferentes, ou seja, tanto verbal como não verbal. Em outras palavras, ele explica que, diferentemente da metáfora monomodal, a metáfora multimodal ocorre em, pelo menos, dois modos semióticos, uma vez que, “no processamento metafórico multimodal, dois ou mais modos são acionados simultaneamente” (ALMEIDA; SANTOS, 2020, p. 62). Nessa perspectiva, Sperandio (2014) pontua que

[...] quando estamos diante de um texto produzido pelos modos verbal e imagético, por exemplo, não podemos considerar a imagem como mera ilustração do verbal, ou tratar o verbal como mais importante que o visual, ou o verbal e o imagético como elementos totalmente discretos.

Esse texto deve ser visto como um texto integrado. A integração desses diferentes modos semióticos é o trabalho de um código abrangente, cujas regras e significados são fornecidos ao texto multimodal com a lógica dessa integração. (SPERANDIO, 2014, p. 17)

Nesse viés, a interação entre os diferentes modos semióticos possibilita a compreensão de um texto multimodal. Dessa forma, tanto a linguagem verbal e a imagética entrecruzam-se para que o texto faça sentido.

Para realizar o estudo sobre as metáforas construídas sobre o Nordeste e o povo nordestino, que resultou no presente trabalho, recorremos ao aporte teórico-metodológico da Linguística Cognitiva ou LC, especificamente à Teoria da Metáfora Conceptual desenvolvida por Lakoff e Johnson (1980), e às contribuições da Teoria da Metáfora Multimodal, de Forceville (2006; 2009), o qual reconhece que a metáfora se manifesta a partir de modos semióticos distintos.

### **3. *O Nordeste sob a ótica de Antônio Cedraz***

O autor Antônio Cedraz, ao escrever as tirinhas da Turma do Xaxado, evidencia sua ligação com os espaços que ilustra em sua obra. O quadrinista, morador da cidade de Miguel Calmon, interior da Bahia, retrata as vivências do sertanejo em suas tirinhas, escreve sobre as suas experiências enquanto nordestino e enaltece a cultura e as belezas da região.

Como preceitua Mattos (2012, p. 6), “(...) Cedraz como ninguém sabe fazer uso da imagem como instrumento de opinião, influenciando seu público, atuando com consciência crítica da sociedade, como educador e responsável pela preservação de nossas raízes e culturas”. Na Turma do Xaxado, é nítido que ele valoriza o nordestino, ao mesmo tempo em que denuncia os problemas que assolam a população da sua região. Além do uso de mecanismos linguísticos e tipográficos atrativos, como o ritmo e as cores, respectivamente, ele coloca como protagonista das suas tiras, principalmente, o nordestino que mora na zona rural e dela retira o meio para a sua sobrevivência.

As histórias contadas por Antônio Cedraz, de modo geral, proporcionam ao leitor uma concepção de Nordeste diferente dos estereótipos propagados no Brasil, uma vez que a região costuma ser vítima de tantos estigmas e preconceitos. Os discursos de ódio proferidos contra o Nordeste e o povo nordestino na última eleição, por exemplo, refletem a di-

visão política do país, que se somam ao cenário racista em que o nordestino vive, resultante das marcas de uma colonização perversa e cruel em que o diferente, na concepção do racista, é considerado inferior, o que reforça, por sua vez, o preconceito associado aos sertanejos.

A Turma do Xaxado, além de trazer histórias de mistérios e magia, com diversidade, simplicidade e bom humor, consiste em uma obra literária, que resgata temas do cotidiano.

[...] o regionalismo se impõe e dá uma aura especial aos seus personagens, principalmente os da Turma do Xaxado, cujas histórias acabam obtendo um caráter universal, pois identificam-se com os leitores independentemente de faixa etária, etnias ou país de origem, devido às suas características que permitem a transmissão de humor [...].

Ainda segundo Mattos (2012, p. 6), “Cedraz não subestima a inteligência de seu público e sabe explorar com sensibilidade as sutilezas, emoções e espontaneidade de cada situação, sem perder a graça e sem deixar de registrar sua crítica e dar sua contribuição à cultura”. Contudo, além de levar humor e alegria para quem desfruta das suas obras, o quadrinista ainda luta, por meio da linguagem, para conquistar direitos para a população brasileira não assistida.

Entender o Nordeste por essa perspectiva nos mostra o quanto essa região é plural e, ao mesmo tempo, possui belezas singulares. Suas obras tratam de temas polêmicos, instigando o leitor a conhecer melhor os dilemas da região, independentemente da faixa etária. Assim,

[...] suas historinhas encontram espaços por serem inteligentes, bem roteirizadas e engraçadas sem perderem o senso reflexivo e educativo. Suas histórias são atuais, contextualizadas e de inserção social. Além de defenderem os interesses da região, transmitindo as preocupações e reivindicações do semiárido nordestino, os personagens da Turma do Xaxado expressam um entrelaçamento de eventos e relações sociais globais quando discutem questões sociais, ambientais e ecológicas. Em suas historinhas regionais, existe uma perfeita compreensão e consciência do mundo como um todo. (MATTOS, 2012, p. 5)

Antônio Cedraz foi um dos mais importantes quadrinistas da Bahia, conquistou prêmios nacionais e internacionais. Ao falecer em 2014, deixou um legado para a cultura brasileira, seus quadrinhos. O referido artista buscava mostrar, através dos seus personagens, a vida simples e dura do homem e da mulher do campo, que lutam para sobreviver num cenário hostil ilustrado nas imagens que compõem as narrativas.

O Nordeste, pelas lentes de Cedraz, é rico em belezas naturais, cultura singular e tradições que cativam. Contudo, a população não está



incólume aos problemas históricos que atravessa ao longo dos séculos, como secas, analfabetismo, desemprego e corrupção. Esses e outros temas são encontrados também em obras literárias de autores canônicos, como Raquel de Queiroz, Euclides da Cunha, Graciliano Ramos, Ariano Suassuna, entre outros.

Para constatar como essa temática é abordada no *corpus*, destacamos, na seção a seguir, as tirinhas que retratam situações vivenciadas, muitas vezes, em períodos eleitorais pelo povo nordestino.

#### **4. Sobre o corpus e a metodologia adotada para o estudo**

O *corpus* da pesquisa é constituído por dois textos multimodais extraídos do livro da Turma do Xaxado intitulado “1000 tiras em quadrinhos”, organizado por Antônio Cedraz, quando o personagem principal Xaxado completou dez anos de existência. Conforme já mencionado, por meio do estudo do *corpus*, pretendemos averiguar como o Nordeste e o seu povo são significados.

Para o estudo do fenômeno da conceptualização, adotamos uma abordagem qualitativa e interpretativa, de natureza exploratória, documental e descritiva. Vale ressaltar que conceptualizar é significar e, ao significarmos, partimos das nossas experiências enquanto sujeitos ecológicamente situados. Sendo assim, o significado pode ser compreendido como produto das relações entre mente, corpo, ambiente e vida em sociedade. Segundo Silva (2010, p. 1561), “o significado tem origens históricas e culturais específicas”. O estudo do significado perpassa por fatores sócio-histórico-culturais e contribuem para entendermos as metáforas conceptuais presentes no *corpus* estudado.

De acordo com Lakoff e Johnson (2002 [1980]), ao compreendermos e experienciarmos uma coisa em termos de outra, a partir de dois domínios conceptuais distintos, denominados fonte e alvo, estamos metaforizando, ou seja, projetando um domínio cognitivo fonte, que é geralmente mais concreto, mais conhecido, em um domínio cognitivo alvo, menos conhecido e conseqüentemente, mais abstrato.

Partindo desse princípio, o presente estudo busca interpretar dois textos selecionados, usando pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Cognitiva e, mais especificamente, da Semântica Cognitiva, da Teoria da Metáfora Conceptual, da Teoria da Metáfora Multimodal e da Teoria dos Esquemas de Imagem.

Por meio do cruzamento entre o verbal e não verbal das tirinhas selecionadas, Antônio Cedraz deseja descrever e, por conseguinte, satirizar como se estabelecem as relações de poder na região nordestina em épocas de eleição, mostrando traços peculiares dessa localidade e dos seus diferentes grupos sociais. As ações expostas nas tirinhas da Turma do Xaxado são resultantes da experiência de mundo e, principalmente, do contexto cultural em que o autor se insere.

Para melhor visualizarmos e discutirmos as construções de sentidos nas tirinhas selecionadas, apresentamos algumas considerações sobre as análises esboçadas a seguir.

## 5. *Estudo do corpus*

Tirinha 01: NORDESTE É POBREZA.  
HUMANO É ANIMAL / POVO NORDESTINO É BURRO.



Fonte: 100 tiras em quadrinhos (CEDRAZ, 2012, p. 170)

Vivemos recentemente no Brasil o período eleitoral, em que a população brasileira teve o direito de escolher democraticamente quem governaria o país pelos próximos quatro anos. O primeiro turno das eleições presidenciais foi marcado pela expressiva participação dos nordestinos no palco das discussões políticas. Diante desse panorama, a região Nordeste passou a desempenhar o papel de protagonista na corrida governamental, uma vez que, no segundo turno, o voto dessa parcela da população foi decisivo para o resultado das urnas. As tirinhas de Cedraz, ainda que tenham sido feitas anos antes desses acontecimentos políticos, ilustram como a sociedade brasileira conceptualiza o povo nordestino e, por conseguinte, o Nordeste brasileiro.

Na tirinha 1, o personagem localizado à esquerda do primeiro quadrinho apresenta uma aparência de homem bem vestido, sorridente e que provavelmente utiliza a linguagem culta e domina o discurso político; enquanto o personagem à direita é magro, usa roupas simples, chapéu de palha e parece não compreender o outro. Por meio do nosso conheci-

mento de mundo, depreendemos que o primeiro personagem retrata o político e o segundo, o eleitor nordestino. O diálogo ilustrado costuma ser uma prática nas campanhas eleitorais, quando alguns políticos fazem promessas, barganhas, com foco nas fragilidades dos seus eleitores para conquistar o voto e se manter no poder.

A região Nordeste costuma ser alvo de ataques xenofóbicos e preconceituosos, quando uma parcela da população considera os nordestinos matutos e incompetentes para votar. É possível ressaltar que falas de cunho racistas contra a população nordestina também foram noticiadas e relatadas em eleições passadas, como na vitória da presidenta Dilma Rousseff em 2011 e de seu antecedente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003.

O preconceito regional enfrentado pelos nordestinos é constante e se reflete principalmente em períodos eleitorais, prova disso ocorreu nas eleições de 2022. Com a vitória expressiva do candidato eleito na região Nordeste, os comentários foram acalorados, trazendo à tona discursos de ódio proferidos também em eleições anteriores, como relata Bento 2022, p. 3): “Morte aos nordestinos. Analfabetos. Malditos. Cabeças chatas. Mortos de fome. Com indignação sem surpresa, vi o ódio ser vomitado contra nordestinos/as nas redes sociais, logo após o fim do primeiro turno da eleição presidencial”. Mensagens como essas comprovam que concepções do passado atravessam a sociedade atual e ainda permanecem.

Notamos, na tirinha em análise, que elementos verbais e imagéticos interrelacionam-se, predominando no texto a metáfora multimodal, já que prevalece a articulação de modelos semióticos distintos, isto é, a linguagem verbal e a linguagem imagética. O domínio-alvo NORDESTE, seco e sem vida, com sol forte e vegetação escassa, representado, no segundo quadrinho, pelas imagens do mandacaru e do sol causticante, é compreendido em termos do domínio fonte POBREZA, atestado verbalmente no primeiro quadrinho, quando o político aproveitador afirma que, no futuro, “o sertão será a região mais rica do país”.

Em face disso, percebemos as conceptualizações metafóricas NORDESTE É POBREZA e HUMANO É ANIMAL, e depreendemos que POVO NORDESTINO É BURRO, sendo que o animal burro é acionado pela imagem do equino, ou seja, pelo texto não verbal. É recorrente encontrarmos diferentes construções metafóricas em que identificamos a animalização do ser humano, quase sempre com um teor depreciativo: “fulana é uma galinha ou uma cachorra”, “ciclano é um macaco ou um cavalo”, “beltrano é o cão ou é um burro”, entre outras possibilidades.

Nessa tirinha, encontramos também o desdobramento metafórico SERTÃO É NORDESTE, alicerçado pelo esquema imagético PARTE-TODO, em que o SERTÃO, à parte, é conceptualizado em termos de NORDESTE, o todo; assim como os esquemas DENTRO-FORA e CENTRO-PERIFERIA, já que o político é de fora, do centro, e o sertanejo, nordestino, é o homem da terra, de dentro. Ainda é possível acionar a metáfora orientacional ALTO É POSITIVO e, por conseguinte, o que não é alto é negativo, quando o político profere que, se eleito, a população terá “um alto padrão de vida”, reforçando a certeza de que ali há pobreza. Essas metáforas conceptuais, por sua vez, nos permitem fazer inferências que emergem a partir das nossas vivências, percepções e conhecimento de mundo.

É notório perceber que, em nosso país, discursos de ódio e atitudes preconceituosas têm sido recorrentes nas últimas décadas. Como afirma Oliveira (2011), não só nordestinos têm sido alvos de comportamentos como estes, mas pessoas com opção sexual diferente do que é estabelecido como “moralmente correto”, pessoas negras e alguns grupos minoritários. Além disso, nos últimos tempos, são noticiados em jornais de circulação nacional que nordestinos têm sido resgatados de trabalhos em condições análogas à escravidão.

O ser humano na condição de escravizado, infelizmente, é considerado um objeto mercadológico, objeto de uso, mercadoria sem valor. Embora Cedraz tenha escrito sobre a soberania dos que dispõem de um poder aquisitivo sobre os menos favorecidos anos antes desses fatos virem à tona, ainda hoje as práticas de corrupção e abuso de poder são recorrentes em nossa sociedade em períodos eleitorais, como disposto na tirinha a seguir.

Tirinha 02: POVO NORDESTINO É MERCADORIA.



Fonte: “1000 tiras em quadrinhos” (CEDRAZ, 2012, p. 183).

Na tirinha 02, a produção de sentidos se efetiva, mais uma vez, por meio da interação dos seus diferentes modos semióticos. Nesse texto,

percebemos a intenção do autor em mostrar, de maneira irônica, o movimento de dois sujeitos que se antagonizam na sociedade brasileira. De um lado, está um personagem, o patrão que, na tirinha, é um indivíduo sem escrúpulos, que compra as pessoas da região em troca de votos e, do outro lado, está o outro personagem, o trabalhador, que é coagido a se corromper e ceder a uma prática comum nas eleições brasileiras: a compra e venda de votos. Temos, então, a conceptualização NORDESTINO É MERCADORIA, uma vez que o trabalhador pode ser comprado e pode ter um preço. A imagem do dinheiro aciona a ideia de que o ser humano se torna mercadoria nas eleições, principalmente quando as pessoas são pobres e julgadas pelo pouco estudo.

Essa inferência se deve ao fato de a compra da honestidade da pessoa ser ilustrada pelas cédulas de dinheiro oferecidas pelo patrão corrupto. Notamos que os esquemas de imagens que ancoram essa metáfora são ORIGEM-PERCURSO-META, CONTATO, CONTROLE, FORÇA e POSSE, uma vez que há um deslocamento de corpos ou das mãos dos personagens, consideradas a zona ativa na imagem, para estabelecer o contato com o dinheiro que é oferecido em troca do voto, o que pressupõe um controle sobre o outro, a partir de uma dinâmica de forças empregada pela imposição do dinheiro e, por conseguinte, do poder do patrão sobre o empregado, o nordestino, que é convencido a adquirir a posse do dinheiro.

É comum que, em épocas de eleições, os políticos manifestem interesse pela classe menos favorecida da população com o intuito de conquistar votos e fazer promessas se aproveitando da vulnerabilidade e fragilidades da mulher e do homem do campo. Fatos como esses ilustram o papel desempenhado pelo coronel no período eleitoral que, de acordo com Janotti (1980, p. 50), “(...) no processo eleitoral garantia a sobrevivência de um sistema político que alijava as classes populares”. Portanto, prevalece a supremacia do coronel em detrimento de outros grupos considerados supostamente inferiores por serem devedores de favores para os grandes proprietários de terra.

Nesse sistema de subserviência e “troca de favores” entre o coronel e o eleitorado, a classe trabalhadora, principalmente do campo, evidencia os abusos de poder de uma elite conservadora. Nesse sentido, Leal (1975) reforça que “a massa humana que tira a subsistência das suas terras vive no mais lamentável estado de pobreza, ignorância e abandono” (LEAL, 1975, p. 46). Sendo assim, o eleitorado se sente na obrigação de

ceder às chantagens do coronel e manter as relações sociais estabelecidas pela supremacia política.

## **6. Considerações finais**

A partir das tirinhas estudadas, é possível constatar que o Nordeste brasileiro enfrenta dificuldades de ordem social, política e econômica e que os fatores sócio-histórico-culturais favorecem para que estigmas e preconceitos se perpetuem na sociedade, prova disso são os constantes ataques sofridos pela população nordestina. Também é possível observar que as metáforas multimodais tornam possível a construção de sentidos pelo autor-conceitualizador e possível leitor-conceitualizador, a partir do entrelaçamento de modos semióticos distintos. Sendo assim, a conceptualização do Nordeste nas tirinhas da Turma do Xaxado nos faz refletir sobre os elementos culturais e identitários presentes na obra de Cedraz e cria a imagem de um Nordeste seco, pobre, necessitado e que só atrai a atenção dos políticos em épocas de eleição.

As conceptualizações identificadas reforçam que, embora Cedraz tente empreender uma visão otimista da população sertaneja, as mazelas sociais também estão associadas às temáticas discutidas em seu trabalho. Quando, no primeiro quadrinho, depreendemos a conceptualização metafórica HUMANO É ANIMAL/NORDESTINO É BURRO é porque, infelizmente, a animalização atribuída ao nordestino ainda é veiculada nas mídias, nos discursos e nas mentes de muitas pessoas que o inferiorizam. Já na segunda tirinha, o autor evidencia o poder de corrupção dos políticos, principalmente em épocas de eleição que se aproveitam da ingenuidade e fragilidades do sertanejo nordestino para manipulá-lo, comprar o seu voto e o ridicularizar, o que é possível perceber na conceptualização metafórica NORDESTINO É MERCADORIA.

Assim, por meio da multimodalidade, a imagem do Nordeste con-torna as tirinhas da Turma do Xaxado e pode ser inferida, seja pela forma de falar dos personagens, seja pelo modo como se vestem, seja pelo cenário em que a trama acontece. Contudo, diante do exposto, a Semântica Cognitiva baseia seus estudos na percepção, categorização e conceptualização do mundo e dos seres. Nessa direção, o estudo de metáforas conceptuais se faz importante, uma vez que entende a linguagem e as formas de pensar e agir das pessoas no mundo, por meio de contextos sócio-histórico-culturais-cognitivos-ideológicos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. A.; DOS SANTOS, E.; SANTANA, N. M. Metáforas do novo coronavírus e da pandemia/COVID-19 em artigos de opinião publicados no Brasil. *Arboles y Rizomas*, v. 3, n. 2, p. 69-84, 16 nov. 2021.

\_\_\_\_\_; DOS SANTOS, Elisângela Santana. Ciência, opinião e fake news em tempos de coronavírus: conceptualizações em memes sob a abordagem da linguística cognitiva / Science, opinion and fake news in times of the coronavirus: conceptualizations in memes under Cognitive Linguistics approach. *Pensares em Revista*, [S.l.], n. 19, set. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/pensaresemvista/article/view/52642>. Acesso em: 01 maio 2023. doi:<https://doi.org/10.12957/pr.2020.52642>.

BENTO, Berenice. *Nordeste: orgulho e preconceito*. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/nordeste-orgulho-preconceito/>. Acesso em: 25 de abr. 2023.

CEDRAZ, Antônio. *1000 tiras em quadrinhos*. São Paulo: Martin Claret, 2012.

FORCEVILLE, Charles. Non-verbal and multimodal metaphor in a cognitivist framework: agendas for research. In: FORCEVILLE, C.C.; URION-APARISI, E. *Applications of cognitive linguistics: multimodal metaphor*. New York: Mouton de Gruyter, 2009.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *O Coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. Coordenação de trad. de Mara Sophia Zanotto. Campinas: Mercado de Letras: EDUC, 2002 [1980].

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

MATTOS, S. Os dez anos da Turma do Xaxado. In: CEDRAZ, A. *1000 tiras em quadrinhos*. São Paulo: Martin Claret, 2012. p. 5-6.

OLIVEIRA, Luciano. Amaral. Mate um nordestino afogado: análise crítica de um artigo da revista época. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 11, n. 2, p. 361-76, maio 2011.

SANTANA, Neila Maria Oliveira; ALMEIDA, A. Ariadne Domingues. *A Semântica Cognitiva Sócio-Histórico-Cultural: Questões Epistemológicas*.

cas, p. 113-32. In: \_\_\_\_; \_\_\_\_\_. *Língua e Sociedade: Diferentes Perspectivas*, Fim Comum. São Paulo: Blucher, 2019.

SANTOS, Elisângela Santana dos. A polissemia de itens lexicais no livro didático de língua portuguesa: testemunhos de uma coleção. In: SANTOS, E.S. dos; ALMEIDA, A. Ariadne D., SIMÕES NETO, N. (Orgs). *Dez leituras sobre o léxico*. 1. ed. Salvador: EDUNEB, 2019. (v. 1, p. 91-112)

\_\_\_\_\_. A semântica em uma coleção de livros didáticos de língua portuguesa. In: ALMEIDA, A.A.D.; ZOGHBI, D.M.O.; SANTOS, E.S. dos. (Org.). *Formação de professores e interconexões da sala de aula no ensino de línguas*. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2015. (v. 1, p. 67-93)

SILVA, Augusto S. da. O que a semântica cognitiva pode dizer aos estudos dos média. In: SILVA, A.S. da *et al.* (Orgs). *Comunicação, cognição e mídia*. Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa, 2010a. p. 1547-67. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/323116887\\_O\\_que\\_a\\_Semantica\\_Cognitiva\\_pode\\_dizer\\_aos\\_estudos\\_dos\\_Media](https://www.researchgate.net/publication/323116887_O_que_a_Semantica_Cognitiva_pode_dizer_aos_estudos_dos_Media). Acesso em: 26 abr. 2023.

SPERANDIO, N. E. *Entre os domínios da metáfora e da metonímia na produção de sentido de charges animadas*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras. 2014. 155p. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MGSS-9W7LUQ>. Acesso em 01 de mai. 2023.



**CONTATO LINGÜÍSTICO NO “NOVO MUNDO”:  
A REPRESENTAÇÃO DAS LÍNGUAS AUTÓCTONES  
NAS CRÔNICAS DO ACHAMENTO DO BRASIL**

*Juan Rodrigues da Cruz* (UFF e SME-RJ)  
[juanrodrigues@id.uff.br](mailto:juanrodrigues@id.uff.br)

**RESUMO**

Através da leitura crítica dos três textos que relatam o achamento do Brasil à Coroa Portuguesa, este artigo pretende analisar a forma em que tais registros descrevem as línguas nativas encontradas, pelos portugueses, ao primeiro descerem à terra em nosso território. Esses documentos, escritos por cronistas empregados nas expedições, despertaram o interesse europeu no que, para eles, era um novo mundo. Também gozam de rico valor informativo considerando que apresentam, em si, descrições das primeiras situações de contato linguístico estabelecida no que posteriormente se tornaria o nosso país. Usamos como referencial teórico uma obra que contém uma transcrição para o português moderno desses textos, organizada por Pereira (1999). Faz-se necessário, também, apresentar o contexto histórico do achamento, com base em Sérgio (1981) e Albuquerque (1999), considerando seus desdobramentos para a história brasileira em geral.

**Palavras-chave:**

Representação. Crônicas do achamento. Línguas indígenas e contato linguístico.

**ABSTRACT**

After conveying an attentive reading of the three chronicles about the finding of Brazil, which inform the Portuguese Crown about said happening, in the end of the 15<sup>th</sup> century, this paper analyzes ways in which said chronicles depict the languages found by the Portuguese when they first came to land in our territory. These reports, written by professionals employed in the expeditions, served as a source for the European interest in what, for them, was a new world, until then unknown. Moreover, those texts are important considering their informative characters, for they also show the first instances of language contact in what would, later, become Brazil. Our analysis is based upon a critical edition of these texts, organized by Pereira (1999). We also analyze the historical setting of the Portuguese findings, based on Sérgio (1981) and Albuquerque (1999), considering their outcomes over Brazilian history, in general.

**Keywords:**

Depiction. Chronicles of the finding. Native Brazilian languages and language contact.

**1. Portugal, senhor do mar**

É conhecida há muito tempo a intimidade entre Portugal e o mar. Localizado no extremo Ocidente da Europa, o país faz fronteira terrestre unicamente com a Espanha, e está voltado para o Oceano Atlântico, sen-

do por ele inteiramente banhado. A nação portuguesa, logo, via no mar a única forma de se transportar sem que fosse preciso passar por solo estrangeiro<sup>7</sup>. Além disso, Albuquerque (1999) mostra que o estabelecimento de novos mercados de consumo e fontes de fornecimento por parte de Portugal viria a realizar-se por caminhos marítimos, demonstrando a importância do mar para essa nação.

Da mesma forma, Wehling (1999, p. 17) mostra que a expansão marítima é indispensável para entender o processo de modernização de Portugal no século XVI. O país desenvolveu sua construção naval ao longo dos séculos, e relatos de sua grandeza nesse âmbito podem ser encontrados desde o século XIII. No século XV, finalmente, começou a época das Grandes Navegações, evento considerado o início do Império Português. Cada etapa desse processo tem importância individual. A chegada à Índia, em 1498, conforme Albuquerque (1981, p. 147), por exemplo, concretizou o projeto português de estabelecer relações comerciais diretas com produtores de especiarias, drogas e outros produtos na Ásia. Esse fato, por si só, também representou a descoberta, enfim, do que havia além do Cabo da Boa Esperança, região geográfica sul-africana cuja transposição era, acreditava-se, impossível, visão transmitida inclusive na literatura, por escritores como Fernando Pessoa<sup>8</sup> e Luís de Camões<sup>9</sup>, cada um em seu tempo.

Alguns autores portugueses, como Sérgio (1981, p. 44), têm uma visão bastante ufanista a respeito dos acontecimentos do século XV. Tal autor, por exemplo, afirma que esses foram uma façanha de gente metódica, dotada de clara inteligência política e visão lúcida, entre outras qualidades. De fato, a expansão marítima portuguesa precisava de alto nível de organização político-social para acontecer, mas não se deve romantizá-la a ponto de esquecer de seus desdobramentos negativos, como regimes escravocratas e o genocídio travado contra povos nativo-americanos, muito comuns nas regiões que viriam a se tornar colônias portuguesas. Vale lembrar que ser colônia indica subordinação por parte de um território

---

<sup>7</sup> Convém destacar, no entanto, que o mar já fora chamado de *Tenebroso* por um longo tempo por causa da ideia de que, em algum lugar dele, haveria um abismo no qual os barcos cairiam para nunca mais retornar.

<sup>8</sup> Em *O Monstrego*, um dos poemas de *Mensagem* (1934): <http://arquivopessoa.net/textos/2387>.

<sup>9</sup> Em *Os Lusíadas*, canto V, o leitor poderá encontrar várias passagens onde Adamastor está presente e, inclusive, dialoga com os portugueses. Disponível digitalmente em: [https://pt.wikisource.org/wiki/Os\\_Lus%C3%ADadas/V](https://pt.wikisource.org/wiki/Os_Lus%C3%ADadas/V).

rio a um poder maior (as metrópoles) e dominação por parte desse poder, o que só já demonstra a desvantagem que tais territórios tinham.

## 2. *Quem chegou primeiro à América, afinal?*

O século XV terminou com outro fato também ligado à expansão marítima, dessa vez a espanhola. No dia 12 de outubro de 1492, o italiano Cristóvão Colombo<sup>10</sup> alcançou o que hoje faz parte do território das Bahamas, na primeira de suas quatro viagens marítimas, em que tentava estabelecer uma rota alternativa para chegar às Índias. Esse fato fez Portugal sentir que seus empreendimentos estavam sob possível ameaça, o que por sua vez influenciou na promulgação da bula *Inter cætera*<sup>11</sup> pelo papa Alexandre VI em 1493.

Tal texto, basicamente, estabelecia um acordo que deixava claros os limites que as nações ibéricas deveriam seguir durante os processos de exploração. Uma linha imaginária a 660 quilômetros da Ilha de Açores fora estabelecida como responsável pela divisão do mundo, sendo também a referência para a divisão de terras. Tudo a oeste dessa linha seria posse espanhola, e tudo a leste seria posse portuguesa. Acreditava-se que essa atitude de mediação de Alexandre VI ajudaria a evitar um conflito entre ambos os países. O que a bula estabeleceu, no entanto, não vigorou por muito tempo, e por motivos até hoje pouco claros o Reino de Portugal requisitou revisão do acordo. Esta é a origem do Tratado de Tordesilhas<sup>12</sup> (1494).

Não necessariamente isso quer dizer que, no fim do século XV, o restante da América já era conhecido pelo mundo ou, ao menos, pelas potências que à época empenhavam esforços para estabelecer novas rotas de comércio. Além de Colombo, há comprovação de que regiões do Extremo Norte da América e da atual Groenlândia foram alcançadas por povos vikings<sup>13</sup>, séculos antes das viagens de Colombo e Cabral. No en-

<sup>10</sup> Colombo registrou esta data em seu diário, por isso é possível dizermos com certeza que o fato mencionado ocorreu nesse dia.

<sup>11</sup> O texto da bula, em latim, pode ser encontrado digitalizado em <https://digitalq.arquivos.pt/details?id=4185853>. Acesso em 24 de maio de 2023.

<sup>12</sup> Uma transcrição pode ser encontrada em [https://www.arqnet.pt/portal/portugal/documentos/tratado\\_tordesilhas.html](https://www.arqnet.pt/portal/portugal/documentos/tratado_tordesilhas.html). Acesso em 19 de julho de 2023.

<sup>13</sup> Um registro disso é a “Saga de Érico, o Vermelho”. Traduções para o inglês e para o norueguês modernos, além de uma transcrição para o islandês moderno, podem ser encontradas em: [https://sagadb.org/eiriks\\_saga\\_rauda.en](https://sagadb.org/eiriks_saga_rauda.en).

tanto, a chegada dos nórdicos ao nosso continente não surtiu os mesmos efeitos que as dos espanhóis e portugueses.

O ano de 1500 foi marcado pela chegada de navegadores espanhóis (Vicente Yáñez Pinzón e Diego de Lepe) e portugueses (Pedro Álvares Cabral) ao território brasileiro. Cabral, tradicionalmente, é considerado o “descobridor do Brasil” já que o feito de Pinzón e de Lepe, em janeiro de 1500, não surtiu maiores efeitos por aqui e só foi considerado resultado da expansão marítima espanhola. Bueno (1998, p. 11) afirma que, por esse motivo, os espanhóis seriam, de fato, os nossos “descobridores”, algo que suscita polêmica, mas sustentado por registros da viagem espanhola. Convém lembrar que a Espanha não poderia pedir qualquer crédito para si nesse fato visto que, conforme o Tratado de Tordesilhas, a região alcançada por Pinzón<sup>14</sup> localiza-se dentre os limites do que pertenceria ao Império Português.

Meses depois, em 22 de abril de 1500 o comboio de Cabral deparou-se com os nativos da nossa terra. Temos ideia do que ocorreu nesse momento, os personagens nele envolvidos e seus desdobramentos posteriores com base em relatos de viagem, compilados por Pereira (1999). O autor elenca três textos como parte desse conjunto: a Carta de Pero Vaz de Caminha, a Relação do Piloto Anônimo e a Carta do Mestre João Faras, o qual, por sua vez, não faz referência aos povos indígenas vistos pelos portugueses.

### **2.1. Uma questão de nomenclatura**

Não se pode deixar de mencionar que a chegada ao continente americano envolveu um erro e uma confusão histórica. Donato (2014) explica que Colombo, ao chegar à América, teve certeza de que havia na verdade logrado êxito em sua missão original: chegar à Índia (na Ásia). Logo, o habitante daquela nova terra por ele encontrada seria *índio*. Ribeiro (2009) mostra que nem os portugueses mais bem informados sabiam se tinham chegado de fato à Índia ou à África. Os nativos com que depararam não eram negros nem pareciam ser indianos. Com o passar do tempo, nos mostra o autor, houve propostas de alternativas para substituí-lo, como *ameríndio*, mas *índio* foi a denominação mais popularmente

---

<sup>14</sup> Eduardo Bueno referencia os trabalhos de Max Justo Guedes, capitão de mar-e-guerra, que propõe que Pinzón alcançara a ponta de Mucuripe, ao sul da capital cearense, que atualmente tem um bairro de nome Vicente Pinzon. No entanto, a tradição considera a região do Cabo de Santo Agostinho (PE) como aquela em que os espanhóis aportaram.

adotada, acabando por cristalizar-se no nosso idioma. Esse termo, contudo, é incorreto e seu uso deve ser evitado, visto que insinua que todos os não-portugueses aqui encontrados pertenciam ao mesmo grupo étnico, não tendo identidades nem culturas individuais. É claro que isso era desconhecido pelos navegadores, mas foi a ideia perpetuada.

Cabral, hoje sabe-se, travou contato com um grupo de indivíduos da etnia tupiniquim<sup>15</sup>: uma sociedade indígena, mas não índia, uma das muitas que ocupam o nosso território. O termo *índio* acabou assumindo uma forte carga preconceituosa e estigmatizada com os anos, cheia de estereótipos, refletida em expressões típicas da linguagem popular e cotidiana, como “passeio de índio”. O debate sobre tal questão recentemente reverberou, por exemplo, na renomeação, através da Lei 14.402/2022, da celebração realizada anualmente no dia 19 de abril: o até então ‘Dia do Índio’ (assim instituído pelo governo Vargas, décadas atrás) foi rebatizada para ‘Dia dos Povos Indígenas’.

Considerando que o Brasil já tinha habitantes e sociedades estruturadas (ou seja, com suas próprias histórias, tradições, rituais, culturas e regimentos sociais) quando os portugueses e/ou espanhóis daqui se aproximaram, não se usará neste artigo termos como “descobrimento” e outros da mesma família de ideias – somente quando estritamente necessário, e mesmo assim entre aspas. Não se pode sob nenhuma hipótese usar palavras que ajudem a perpetuar o apagamento e a violência que os nossos povos originários têm sofrido ao longo de nossa história, sendo vítimas de abusos, desrespeitos e explorações de diversas ordens.

Basta ver as estimativas apresentadas por Pappiani (2007, p. 8), de que havia 5 milhões de indígenas que habitavam o Brasil no séc. XV, população hoje reduzida a cerca de aproximadamente 1,7 milhão de indivíduos, conforme estimativa do Censo de 2022 divulgada pelo IBGE<sup>16</sup>.

Essa situação de apagamento, infelizmente, perdura e ainda se repete nos dias de hoje, com vários discursos preconceituosos sendo repe-

---

<sup>15</sup> Bueno (2020, p. 19) apresenta os tupiniquim como divisão do grupo étnico Tupi-Guarani. Eles teriam chegado ao litoral do território brasileiro através de longos processos de migração. O grupo foi quase levado à extinção devido à escravidão portuguesa e a doenças infecciosas, no fim do século XVI, mas conforme dados de 2014 há 2901 indivíduos dessa etnia em nosso país.

<sup>16</sup> Convém mencionar que, felizmente, esse número cresceu em relação aos 900 mil indivíduos (517 mil dos quais situados em terras indígenas previamente demarcadas) que se identificam como indígenas na última edição do recenseamento demográfico brasileiro (2010).

tidos em diferentes situações, inclusive por pessoas que, na teoria, deveriam respeitar as diferenças socioculturais dos cidadãos brasileiros e trabalhar em prol da integração e da interação dos diferentes setores populacionais, como governantes e políticos. A nossa intenção, com essa tomada de posição, é suscitar uma reflexão, ainda que breve, no leitor.

### **3. Crônica de viagem: Gênese da literatura brasileira?**

Os acontecimentos das viagens de exploração nos são conhecidos hoje devido à existência de vários registros (também chamados *crônicas*) escritos. A autoria desses recai sobre escrivães, profissionais que, conforme Costa (2016, p. 225), além de escriturários (responsáveis pela escrita/transcrição de discursos de outros), eram agentes da coroa, os quais detinham as chaves para as cargas, registravam os acontecimentos transcorridos durante viagens e fiscalizavam tanto as operações comerciais quanto a distribuição do saque em nome do rei. Esses registros costumavam ser editados na forma de diários de navegação<sup>17</sup>, havendo uma nova anotação para cada dia novo.

O primeiro dos três documentos que informam sobre o nosso achamento é a Carta de Pero Vaz de Caminha<sup>18</sup>, considerada o primeiro texto escrito em solo brasileiro e também a nossa certidão de nascimento e batismo. A *Carta*, que relata os acontecimentos ocorridos por volta do dia 22 de abril de 1500 (quando os primeiros portugueses desceram no território brasileiro), representa também o marco inicial do movimento da literatura de informação, que conforme Martins e Ledo (2008, p. 161) inclui os textos sobre o Brasil, que transmitem ao europeu informações sobre a terra e os povos que aqui viviam, sendo indispensável e necessário dizer que através do olhar único do estrangeiro. Ou seja, uma análise aprofundada de algumas obras do período revela visões preconceituosas por parte dele sobre os nativos brasileiros e seus costumes.

Não se pode ou deve dizer, no entanto, que a *Carta* é o marco inicial da nossa literatura, já que o processo de colonização brasileira, efetivamente, só foi iniciado em 1531. No século XVI, no Brasil, a produção literária foi restrita ao nicho específico das crônicas de viagem. Canônica e academicamente, a obra considerada a primeira da literatura brasileira

---

<sup>17</sup> A exemplo do *Diário* de Pero Lopes de Souza, irmão de Martim Afonso.

<sup>18</sup> Uma versão digitalizada do documento e outros recursos que auxiliam no seu entendimento podem ser encontrados aqui: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4185836>. No entanto, usamos uma edição física, de 2013, para embasar o presente trabalho.

data de 1601: trata-se do poema épico *Prosopopeia*, do português Bento Teixeira, que representou o início do movimento barroco. Já o primeiro autor brasileiro nato a ser publicado é Manuel Botelho de Oliveira (1636-1711), contemporâneo de Gregório de Matos, expoente e personalidade mais famosa da literatura barroca brasileira, com quem Botelho conviveu.

Outro registro do achamento brasileiro é a Carta do Mestre João Faras, dirigida a D. Manuel I<sup>9</sup>. De seu autor, sabemos apenas o que ele mesmo deixa explícito no texto, através de autorreferências (“O bacharel mestre João, físico<sup>20</sup> e cirurgião de Vossa Alteza”<sup>21</sup>). O título de “Mestre” a João Faras concedido também ajuda a sabermos mais sobre ele. Antonio Luiz Costa mostra que esse era atribuído às pessoas que, na hierarquia náutica, eram subordinadas ao capitão, e desempenhavam o papel de chefe de marinheiros e grumetes, auxiliadas por contramestres (também chamados soto-mestres). Possível e provavelmente, Faras, devido ao seu conhecimento de diversas áreas e à sua experiência (como mencionamos acima), gozava de uma certa posição de poder e prestígio, ainda que mínima.

O último registro de que se tem notícia é a *Relação do Piloto Anônimo*, a qual narra o prosseguimento da viagem de Cabral, expondo como ocorreu a segunda viagem dos navegadores portugueses à Índia, realizando o que Vasco da Gama outrora não conseguiu. Sua autoria é alvo de vários estudos e hipóteses, mas não foi encontrado consenso ainda sobre qual seria, de fato. Paulo Pereira, por exemplo, indica os trabalhos do historiador estadunidense William Brooks Greenlee, que propuseram que o autor da *Relação* seria o português João de Sá, escrivão da armada cabralina e um dos homens alfabetizados que com ela retornaram, mas de quem pouco se sabe. França (2000), por outro lado, apresenta a figura do italiano Giovanni Matteo Cretico, que teria traduzido uma narrativa anônima para o italiano, o que justifica o fato de ser essa tradução a primeira edição, de que se tem notícia, da *Relação*, em 1507. Cretico, no entanto, não falava português, logo, não poderia realizar qualquer processo de tradução que envolvesse tal língua.

<sup>19</sup> Manoel, o Venturoso, viveu de 1469 a 1521. Membro da Casa de Avis, foi Rei de Portugal de 1495 a 1521. Ele foi responsável pelo financiamento de diversos exploradores portugueses, como Pedro Álvares Cabral.

<sup>20</sup> Na época, usava-se esse termo para se referir a médicos que, diferentemente de cirurgiões, tratavam seus pacientes com remédios e medicações.

<sup>21</sup> Em latim, conforme registrado: *Johannes: artium et medicine bachalarius*.

#### 4. A Carta de Pero Vaz de Caminha

Pero Vaz de Caminha (1450–1500) foi um fidalgo português que serviu como escrivão na armada cabralina, função na qual tornou-se conhecido. Sua *Carta*, escrito destinado ao Rei Manuel I de Portugal, é reconhecida pelo seu rigor descritivo da flora e dos habitantes nativos do que posteriormente se tornaria o Brasil. Diégues Junior (1980, p. 15), por esse motivo, atribui a Caminha o papel de primeiro descritor das características étnicas e culturais dos povos nativos brasileiros, também sendo ele responsável pela descrição dos primeiros contatos entre nativos e portugueses, envolvendo aspectos como os costumes dos indígenas.

Por esse motivo, Diégues Junior inclusive afirma que o cronista, por pouco, não fez da *Carta* uma obra sociológica ou antropológica, apontando a riqueza de elementos por ele reunidos, que são minuciosamente apresentados ao leitor, que pode desenvolver em sua mente a imagem daquele momento. Foi justamente esse rigor descritivo dos relatos de viagem que, conforme Wehling (1999, p. 44), despertou interesse europeu no Ocidente. E isso embasa o fato de que, ao longo do século XVI, o litoral brasileiro foi palco para encontros de diversos povos concorrentes entre si, com navios e comerciantes franceses, portugueses e espanhóis.

Caminha relata os acontecimentos transcorridos entre 09 de março e 01 de maio de 1500, datas respectivamente da saída da frota portuguesa de Belém (região litorânea de Lisboa) e de sua saída do território brasileiro. Accioli e Taunay (1973, p. 12) elencam que, nesse interim, houve eventos como o avistamento das ilhas Canárias (em 14 de março) e de Cabo Verde (em 22 de março). Em 23 de março acontece um incidente, quando Vasco de Ataíde se perdeu dos demais. Supõe-se que ele tenha naufragado, ainda que seu corpo e os destroços de sua nau nunca tenham sido encontrados. Nesse momento, os portugueses já estavam em alto mar, e seu caminho seguiu por vias marítimas por mais vinte dias.

Essa situação começou a mudar no dia 21 de abril, quando os portugueses avistaram os primeiros sinais de terra. Nesse momento, eles atribuem o primeiro nome ao que anos mais tarde viria a tornar-se o Brasil: Terra de Vera Cruz. Essa data também justifica o nome dado ao Monte Pascoal (atualmente parte do território da cidade baiana de Porto Seguro), visto que naquela semana, para os de fé católica, celebrava-se a Páscoa.

E assim seguimos nosso caminho, por este mar, de longo, até que, terça-feira das Oitavas de Páscoa, que foram aos 21 dias de abril, que topamos



com alguns sinais de terra, sendo da dita ilha, segundo os pilotos diziam, cerca de 660 ou 670 léguas [...]. E neste dia [quarta-feira, 22 de abril de 1500], ao final do dia, tivemos a visão de terra, seja, primeiramente de um grande monte, mui alto e redondo, e de outras serras mais baixas ao sul dele; e de terra plana, com grandes arvoredos; ao qual monte alto o capitão pôs nome – o Monte Pascoal –, e à terra – a Terra de Vera Cruz. (CAMINHA, 2013, p. 9-11, grifo nosso).

O primeiro contato estabelecido entre portugueses e indígenas, Pero Vaz de Caminha nos relata, ocorreu no dia 23 de abril de 1500, uma quinta-feira, na parte da manhã. Os portugueses haviam parado suas frotas à beira de um rio, onde já não era mais possível navios grandes seguissem em frente.

E dali tivemos a visão de homens que andavam pela praia, cerca de sete ou oito, segundo os navios pequenos disseram, por chegarem primeiro. Ali lançamos os batéis e esquifes ao mar; e vieram logo todos os capitães das naus a esta nau do capitão-mor, onde conversaram. E o Capitão-mor mandou no batel em terra a Nicolau Coelho<sup>22</sup> para ver aquele rio. E logo que ele começou a ir para lá, acudiram pela praia homens, quando dois, quando três, de maneira que, ao chegar o batel à beira do rio, eram ali havia 18 ou vinte homens pardos, todos nus, sem nenhuma coisa que lhes cobrisse suas vergonhas. (CAMINHA, 2013, p. 11).

Imediatamente após esse primeiro contato visual, Caminha explica que não foi possível estabelecer comunicação efetiva com os nativos, visto que o som da arrebentação do mar impossibilitava qualquer entendimento (“Ali não pode haver conversa nem entendimento que se aproveitasse, por o mar quebrar na costa”). Posteriormente, há outra situação de comunicação (ou tentativa de) estabelecida entre portugueses e nativos, realizada por Pedro Álvares Cabral, Capitão-mor da frota<sup>23</sup>:

Depois andou o Capitão para cima ao longo do rio, que corre sempre chegado à praia. Ali esperou um velho, que trazia na mão uma pá de almadia. Falava, enquanto o Capitão esteve com ele, perante nós todos, sem nunca ninguém o entender, nem ele a nós quantas coisas que lhe demandávamos acerca de ouro, que nós desejavamos saber se na terra havia. (CAMINHA, 2013, p. 31).

Ou seja, não havia entendimento, pelos portugueses, sobre o que os indígenas diziam, da mesma forma que, logicamente, os povos autóct-

<sup>22</sup> Nicolau Coelho viveu, supostamente, entre 1460 e 1504. Alguns anos antes de participar da esquadra cabralina, ele esteve presente também na armada de Vasco da Gama que alcançou a Índia. Sua biografia, como a de vários personagens mencionados nos relatos do achamento, não é totalmente conhecida.

<sup>23</sup> Antonio Luiz Costa define o capitão-mor, figura cuja importância cresceu ao longo da era dos descobrimentos, como “comandante das frotas de naus e galeões”. Eles tinham como vices os soto-capitães.

tones não entendiam os estrangeiros. Esse trecho também demonstra uma das intenções portuguesas: o interesse em saber se havia, na terra recém-encontrada, algum tipo de jazida mineral de ouro.

Mais à frente, já quase em seu fim, a *Carta* faz outra sutil referência à dificuldade encontrada por parte dos portugueses quando tentavam se comunicar com os nativos, bem como à outra de suas possíveis intenções:

Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles não têm, nem entendem em nenhuma crença, segundo parece. E portanto, se os degredados, que aqui hão de ficar, aprenderem bem a sua fala e os entender, não duvido que eles, segundo a santa intenção de Vossa Alteza, se hão de fazer cristãos e crer na nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque, certo, esta gente é boa e de boa simplicidade. (CAMINHA, 2013, p. 43-44)

Ou seja, nem um dia completo havia se passado da descida inicial dos portugueses ao nosso solo, mas eles já tinham uma opinião formada sobre os nativos, que acreditavam não ter nenhum credo religioso (visão frequente nos relatos e crônicas de viagem do século XVI), algo que atualmente sabemos que é incorreto: as sociedades indígenas têm, sim, crenças e rituais próprios e específicos a cada uma delas, respeitando suas particularidades e individualidades.

O excerto acima faz referência à figura dos degredados. Esses eram indivíduos que, por terem cometido algum grave crime, eram condenados ao desterro, uma forma de banimento semelhante ao exílio. Trazidos nas armadas portuguesas, eles foram deixados em solo brasileiro para tentar entender o regimento social das sociedades indígenas e, como vemos, as línguas que elas falavam, servindo como proto-intérpretes para os portugueses, na ocasião de um retorno deles ao Brasil. Os trabalhos desses indivíduos, posteriormente, deram origem aos línguas, que ao longo do século XVI foram fundamentais para a difusão religiosa por parte dos colonizadores, servindo como forma de avanço na promoção da catequização dos nativos e no estabelecimento de relações com eles.

## 5. *Carta de João Faras*

A escrita da *Carta* foi realizada no litoral da atual cidade baiana de Santa Cruz Cabrália, uma das em que os portugueses estiveram em 1500<sup>24</sup>. Nela, João Faras relata os acontecidos transcorridos entre 27 de

---

<sup>24</sup> As outras duas foram Porto Seguro e Prado.

abril e 01 de maio de 1500. Destaca-se no texto um incidente curioso: Faras relata que seus trabalhos, por melhores que tenham sido suas intenções e vontades, não estavam sendo realizados plenamente, devido a um problema em uma de suas pernas. Um ataque de coceira evoluiu para uma ferida aberta, que provavelmente infeccionou devido às condições insalubres dos navios, conforme relatado no trecho abaixo.

Quanto, Senhor, ao outro ponto, saberá Vossa Alteza que, acerca das estrelas, eu tenho trabalhado o que tenho podido, mas não muito, por causa de uma perna que tenho muito mal, que de uma coçadura se me fez uma chaga maior que a palma da mão; e também por causa de este navio ser muito pequeno e estar muito carregado, que não há lugar para coisa nenhuma. (PEREIRA, 1999, p. 69)

Não há, na Carta de João Faras, descrições sobre os nativos brasileiros, seus costumes e línguas. Seu foco são as condições astronômicas com que deparou. Apesar disso, o relato de Faras não tem menos importância que os demais, visto que ele fez a primeira menção de que se tem notícia da constelação do Cruzeiro do Sul, a qual está retratada inclusive na atual bandeira brasileira. Esse foco, inclusive, difere o escrito de Faras dos outros dois aqui em análise.

Dos três textos aqui analisados, a Carta de Faras é o menor: na edição de Pereira ocupa só quatro páginas. Isso não quer dizer que o relato de Faras seja menos detalhado que os demais. Ele faz uma exímia exposição da posição latitudinal em que se encontrava (“(...) julgamos estar afastados da equinocial por 17° e ter por conseguinte a altura do pólo antártico em 17°.”), aferição realizada com o uso de um astrolábio, instrumento astronômico frequentemente empregado em tempos antigos para auxiliar na navegação. O cronista também explica ao Rei de Portugal que propor a posição dos astros seria melhor de fazer em terra firme, pois o balançar do navio nas ondas influenciava nesse ato:

Somente mando a Vossa Alteza como estão situadas as estrelas do (sul), mas em que grau está cada uma não o pude saber, antes me parece ser impossível, no mar, tomar-se altura de nenhuma estrela, porque eu trabalhei muito nisso e, por pouco que o navio balance, se erram quatro ou cinco graus, de modo que se não pode fazer, senão em terra. (PEREIRA, 1999, p. 69)

## 6. *Relação do Piloto Anônimo*

O texto da *Relação* é menos extenso do que a *Carta* de Caminha, tendo somente cinco divisões (chamadas pelo autor de *capítulos*), ocupando menos de dez páginas na edição proposta por Paulo Pereira, sendo

assim um pouco maior que a *Carta* de João Faras. Destaca-se a informação de que a terra encontrada não tinha, ao menos até onde os portugueses conseguiram explorar à época, presença de ferro ou outros metais, usando os nativos pedras para cortar madeira. Justamente respondendo à dúvida trazida por Caminha anteriormente.

Há somente pequenas referências feitas, na *Relação*, à forma de comunicação dos nativos brasileiros com que os portugueses se depararam. A primeira delas é feita no começo do “Capítulo II – Como correram as naus com tormenta”. Esse trecho detalha os acontecimentos transcorridos entre os dias 22 e 24 de abril de 1500. Nele, há a descrição física dos primeiros indivíduos vistos pelos portugueses, em 22 de abril: aqueles eram pardos, de cabelos compridos e andavam nus, sem nada que cobrisse suas genitálias, algo que causara espanto aos portugueses. Cada um deles, o autor mostra, estava armado com um arco e flecha. Na armadilha, no entanto, não havia ninguém que compreendesse a língua por eles falada, motivo pelo qual os homens que haviam descido do batel a ele retornaram.

Já no dia 23, houve nova descida de batel, a um local onde alguns nativos estavam a pescar. Dois desses foram pegos pelos portugueses e levados, forçadamente, ao Capitão, para que fosse determinado que gente nova era aquela. No entanto, não houve comunicação ou entendimento, nem oralmente nem por meio de gestos. Esses dois indivíduos ficaram retidos sob poder português naquela noite e, no dia 24, após ordens do Capitão, foram vestidos com uma camisa, um vestido e um gorro vermelho, que muito os contentou e maravilhou. Após isso, esses dois homens foram devolvidos à terra.

## **7. Considerações finais**

Dois dos relatos do achamento contribuem para que possamos entender as primeiras opiniões dos portugueses sobre o território brasileiro, as pessoas que encontraram e seus regimentos socioculturais, ainda que com olhares que hoje em dia sabemos ser possivelmente preconceituosos. As impressões registradas nesses documentos serviram como base, inclusive, para a curiosidade e espanto da sociedade europeia do século XVI.

No que tange à questão da comunicação e da interação por meio da linguagem, Pero Vaz e o Piloto Anônimo deixam claro que elas não foram efetivamente estabelecidas entre portugueses e indígenas, o que

faz total sentido. Logo, pode-se dizer que houve de fato um contato linguístico, mas sem que houvesse intercompreensão. Os línguas e degredados, possivelmente, contribuiriam nesse sentido, mas nos registros do achamento aqui estudados isso não é mencionado ou mais aprofundado.

Talvez justamente pelo desconhecimento por parte dos portugueses, não foram feitas descrições mais aprofundadas ou mais detalhadas do modo de falar dos nativos brasileiros. Textos datados de pós-1500, mas ainda dentro do momento histórico Brasil Colônia, podem talvez aprofundar essa questão, mas esse pode ser foco de outra análise no futuro.

Nota-se, apesar disso, que os relatos do achamento deixam claro que os portugueses tinham outras intenções no território brasileiro, não somente explorar e conquistar. A dúvida de Caminha sobre a possível existência de ouro em nossas terras, por exemplo, já dá origem a vários questionamentos. Esses documentos são, somente, a primeira descrição do solo brasileiro e das comunidades que aqui viviam.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCIOLI, Roberto Bandeira; TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. *História Geral da Civilização Brasileira: das origens à atualidade*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1973.

ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto e. *Os descobrimentos portugueses e o encontro de civilizações*. Rio de Janeiro: Nórdica: Fundação Cultural Brasil-Portugal, 1999.

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. *Pequena história da formação social brasileira*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981. (Biblioteca de História – Vol. 6).

BRASIL. Lei nº 14.402, de 08 de julho de 2022. Institui o Dia dos Povos Indígenas e revoga o Decreto-Lei nº 5.540, de 2 de junho de 1943. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2022/Lei/L14402.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14402.htm). Acesso em 04 de agosto de 2022.

BUENO, Eduardo. *Brasil: uma história: cinco séculos de um país em construção*. 2. ed. São Paulo: Leya, 2020.

\_\_\_\_\_. *Náufragos, Traficantes e Degredados: As primeiras expedições ao Brasil*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998. (Coleção Terra Brasilis – Vol. 2)

CAMÕES, Luis de. *Os Lusíadas*. São Paulo: Martin Claret, 2006. (Coleção A Obra Prima de Cada Autor – Vol. 33)

CAMINHA, Pero Vaz de. *A Carta do Descobrimento: Ao Rei D. Manuel*. Edição e atualização de texto de Maria Angela Villela. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013. (Saraiva de Bolso, Vol. 144).

COSTA, Antonio Luiz M. C. *Títulos de Nobreza e Hierarquias: Um guia sobre as graduações sociais na história*. São Paulo: Draco, 2016.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *Etnias e Culturas no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980. (Coleção General Benício, V. 176, Publ. 497).

DONATO, Hernâni. *Os povos indígenas no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2014.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. O desastre de Cabral. *FOLHA ONLINE/FOLHA DE SÃO PAULO*. Brasil 500 – Histórias do Brasil. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/histdescob1.htm>. Acesso em 04 de agosto de 2022.

LEDO, Teresinha de Oliveira; MARTINS, Patrícia. *Manual de Literatura: Literatura portuguesa, literatura brasileira*. São Paulo: DCL, 2008. (Guia Prático da Língua Portuguesa)

PAPPIANI, Angela. *Povo verdadeiro: Os povos indígenas no Brasil*. São Paulo: IKORÉ, 2009.

PEREIRA, Paulo Roberto (Org.). *Os três únicos testemunhos do descobrimento do Brasil*. Organização, introdução, comentário, notas e bibliografia realizadas pelo autor. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.

PESSOA, Fernando. *Mensagem*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1934. Disponível em: <http://arquivopessoa.net/textos/2387>. Acesso em 19 de julho de 2023.

RIBEIRO, Berta. *O índio na história do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Global, 2009.

SÉRGIO, António. *Breve interpretação da história de Portugal*. 10ª ed. Edição crítica orientada por Castelo Branco Chaves, Vitorino Magalhães Godinho, Rui Grácio e Joel Serrão e organizada por Idalina Sá da Costa e

XXVI CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Augusto Abelaira. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1981. (Obras completas de António Sérgio).

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. M. *Formação do Brasil Colonial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

**DA ORIGEM DA PALAVRA À REALIDADE  
SÓCIO-HISTÓRICA: CONSEQUÊNCIAS FACTUAIS  
PARA A COMUNIDADE SURDA**

*Bárbara Neves Salviano de Paula* (UFMG)  
[barbarasalviano@ufmg.br](mailto:barbarasalviano@ufmg.br)

**RESUMO**

A Etimologia, enquanto ciência no âmbito da Linguística Histórica, é essencial para a área dos estudos linguísticos por se tratar de um campo gênese. Ao analisar um percurso etimológico, é possível descrever a genealogia da lexia, bem como refletir sobre a diacronia de uma língua e ainda aprofundar em outros aspectos como os fonético-fonológicos, ortográficos, sintáticos, morfológicos, semânticos, lexicais, etc. Porém, o estudo do provável étimo de uma palavra não traz ao pesquisador apenas informações de cunho linguístico, como as anteriormente descritas. Em trabalho anteriormente publicado, identificamos que a busca pela origem de uma palavra também nos aproxima de aspectos histórico-sociais relevantes. Por meio da atual proposta, mostraremos as descobertas da investigação e análise do percurso etimológico da lexia *surdo* a fim de, não apenas detectar o provável étimo da mesma, mas também de compreender, a partir de tais informações, o percurso sócio-histórico da comunidade surda ao longo da história. Em continuidade à primeira pesquisa, indicaremos os resquícios socioeducacionais que permaneceram na comunidade surda em consequência da forma como sua identidade foi historicamente construída.

**Palavras-chave:**

Léxico. Surdo. Linguística Histórica.

**ABSTRACT**

Etymology, as a science within the scope of Historical Linguistics, is essential for the area of linguistic studies because it is a genesis field. By analyzing an etymological path, it is possible to describe the genealogy of the lexia, as well as to reflect on the diachrony of a language and also to delve into other aspects such as phonetic-phonological, orthographic, syntactic, morphological, semantic, lexical, etc. However, the study of the probable etymology of a word does not bring to the researcher only linguistic information, as previously described. In a previously published work, we identified that the search for the origin of a word also brings us closer to relevant historical and social aspects. Through the current proposal, we will show the findings of the investigation and analysis of the etymological path of the lexia *deaf* in order not only to detect its probable etymology, but also to understand, from such information, the socio-historical path of the deaf community throughout history. Continuing the first survey, we will indicate the socio-educational remnants that remained in the deaf community as a result of the way their identity was historically constructed.

**Keywords:**

Deaf. Lexicon. Historical Linguistic.



## 1. A Linguística Histórica e a Etimologia

A Linguística Histórica, doravante LH, aborda estudos linguísticos basilares enquanto campo de gênese. No que diz respeito à linguagem, os apontamentos da LH estão intrinsecamente relacionados com o seu duplo aspecto.

A linguagem [...] como instituição humana que é – usemos essa expressão, embora imperfeita – tem uma função atual e única, a de comunicar, e uma história, isto é, tem raízes em um passado que lentamente foi acumulando as suas formas, fixando e alterando continuamente suas funções até chegar ao presente. (MAURER JR., 1967, p. 21)

O ato comunicativo por meio da linguagem é tão natural e ordinário, embora complexo, que, por vezes, não associamos os instrumentos lexicais que compõem a nossa mensagem a uma atribuição histórico-social. No entanto, ambos os aspectos da linguagem, a saber, a função de comunicar e a contextualização histórica são essenciais para uma compreensão ampla da manifestação linguística e dos seus efeitos.

Uma das ciências relacionadas à Linguística Histórica que nos permite alcançar a compreensão é a Etimologia. Embora ainda não se usasse o termo *étymon* ou a palavra *etymología* diretamente,

[...] a consciência etimológica do ser humano é testemunhada, pelo menos, há vinte e cinco séculos. Nos textos sobreviventes de Heráclito de Éfeso (c540-470 a.C.), jogos de palavras apontam para uma Etimologia incipiente. Platão (c428-347 a.C.) explorará várias discussões de sua época em seus diálogos, nos quais essa visão de mundo transparece nos fatos. Etimologias aparecem de forma parcimoniosa em Protágoras 312c, 361d; Fedro 237a, 238c, 244b, 251c, 255c; Teeteto 194c; República 2:369c; Górgias 493a; Fédon 80-81d; Sofista 221c, 228d; Leis 2:654a, 7:816a, 12:957c, mas é no Crátilo, escrito por volta de 386-385 a.C. que esses problemas são discutidos de modo mais abrangente. Apesar de seu julgamento ambíguo a respeito das questões etimológicas, Platão foi o melhor intérprete de como a discussão se efetuava em sua época. (VIARO, 2013, p. 28)

Nesse sentido, compreende-se que à humanidade interessava não somente comunicar-se, mas fazê-lo por meio de uma consciência de resgate da origem, isto é, do conceptáculo linguístico.

A Etimologia é descrita como

[...] a investigação de histórias de palavras. Ela tem, tradicionalmente, preocupado-se mais especialmente com o histórico de palavras das quais os fatos não são exatos e sobre as quais uma hipótese tem que ser construída para explicar sua origem ou uma etapa de sua história. [...] A Etimologia faz parte do campo mais amplo de pesquisa da Linguística Histórica,

isto é, das tentativas de explicar como e por que as línguas mudaram e se desenvolveram nos caminhos tomaram. (DURKIN, 2009, p. 1,2) (Tradução nossa)

O que podemos perceber, então, é que a Etimologia nos permitirá identificar fatos e/ou hipóteses acerca da origem de uma lexia e, então, considerar mudanças e desenvolvimentos da linguagem em uma comunidade linguística.

Promover tal resgate embasado na LH traz benefícios relevantes, conforme nos lembra Maurer Jr. (1967). Dentre eles, o autor menciona a possibilidade de identificar as relações de parentesco entre as línguas e, inclusive, reuni-las em grupos ou famílias; o auxílio em decifrar as línguas antigas; a possibilidade de promover uma interpretação inteligente sobre os fenômenos da linguagem; o estabelecimento das relações culturais entre os povos, dentre outros.

Vamos nos ater à última colocação do autor supracitado. É especialmente relevante nos lembrarmos da relação entre léxico e cultura. Nesse caso, as aplicabilidades da LH se aproximam da História e da Antropologia. Considerar elementos etimológicos de um grupo nos levará a conhecer aspectos que extrapolam a historicidade e alcançam características comportamentais.

De fato, a etimologia pode ser definida como a aplicação, ao nível de uma palavra individual, de métodos e insights extraídos de muitas áreas diferentes da Linguística Histórica, a fim de produzir um relato coerente da história dessa palavra. (DURKIN, 2009, p. 2) (Tradução nossa)

A palavra carrega sua história, mesmo que os usuários dela não conheçam essa origem. Como fenômeno social, o léxico é de primordial importância identitária para a comunidade linguística que representa e está diretamente associado a questões culturais. Lemos:

[a cultura é] um conceito quase determinista, significando aquelas características da vida social – costume, parentesco, linguagem, ritual, mitologia – que nos escolhem muito mais do que escolhemos a elas e, assim, coloca-se tanto acima como abaixo da vida social ordinária, mais consciente e menos calculável. (EAGLETON, 2011, p. 45)

De fato, língua, linguagem, cultura e léxico são conceitos intrínsecos e associados entre si. Comprovamos essa afirmativa a partir dos estudos da LH e da Etimologia da lexia *surdo* e como ela está associada ao percurso sócio-histórico da comunidade surda.

## 2. Considerações acerca do provável étimo da *lexia surdo*

Em estudo anterior, uma análise detalhada da *lexia surdo* trouxe conclusões importantes a serem consideradas.<sup>25</sup>

A *lexia surdo* tem origem no latim, todavia, quanto à forma do étimo latino há pequenas discrepâncias. Alguns dicionaristas descrevem que *surdo* é proveniente do lat. *surdus* (adjetivo), enquanto outros indicam ser proveniente do lat. *surdu*. A obra *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (CUNHA, 2010) indica que, a partir do século XIV, a palavra já se apresenta na forma atualmente utilizada, a saber, *surdo*. A partir dessa data, sua acepção principal é: “que não ouve ou quase não ouve”. (SALVIANO, 2016, p. 82)

O significado primeiro do adjetivo *surdo* tem a ver com “aquele que não ouve”. A análise de *corpus* a partir do século XIV indicam que a maioria das aparições da *lexia surdo* estão para esse sentido. Todavia, estudos anteriores ampliam a perspectiva sócio-histórica da palavra:

Guérios ainda amplia as especificidades quando descreve que a origem também está relacionada às formas *swarta-* e *s-kwer*, do germânico e indo-europeu respectivamente. A unidade germânica traz o sentido de “preto” e a unidade indo-europeia é de sentido “ser negro”. Assim, a ideia inicial da unidade que originou a *lexia surdo* estava relacionada à obscuridade. Guérios ainda reforça a colocação por indicar *surdu* como cognato de *sordes*, isto é, “sujo” ou “preto”. Ernout e Meillet (2001), em seu dicionário etimológico, concordam com a afirmação de Guérios quando explicam a *lexia sordes*. Os autores consideram que a forma inicial germânica trazia a ideia de “negro”: gót. *swart*. Assim, o percurso semântico da unidade *surdu/surdus* é tal que podemos constituir: preto/negro/sujo → obscuro → difícil compreensão/que não entende → que não escuta. (SALVIANO, 2016, p. 83)

Como podemos notar, o sentido primário do adjetivo *surdo* atualmente não reporta àquele de origem germânica e indo-europeia. Mas, mesmo que, nos dias de hoje, a maioria das pessoas não recupere a noção de “preto, negro, sujo” e/ou “obscuro e escuridão” ao se deparar com a *lexia surdo*, é evidente que a relação do seu sentido mais antigo se manifestou nas relações sociais da comunidade ouvinte com a comunidade surda.

---

<sup>25</sup> O artigo mencionado é: “Um estudo etimológico da *lexia surdo*: a aproximação da língua a fatos sócio-históricos” In: DUCHOWNY, A. *Pelas veredas da Etimologia*. São Paulo: NEHiLP/FFLCH/USP, 2016.

### 3. Consequências factuais para a comunidade surda

Até o século XV, período anterior ao registro prioritário de surdo associado à falta de audição, as ideias sobre as pessoas surdas tinham conotações negativas:

Na Antiguidade, os surdos eram considerados seres castigados pelos deuses. Para Aristóteles (384–322 a.C), as pessoas que nasciam surdas eram também mudas e, conseqüentemente, não podiam falar nenhuma palavra. Segundo Aristóteles, para atingir a consciência humana, tudo deveria penetrar por um dos órgãos do sentido, e ele considerava a audição o canal mais importante de aprendizado. [...] Já os romanos diziam que os surdos que não falavam não tinham direito legal. Os surdos romanos não podiam fazer testamento e precisavam de um curador para todos os seus negócios. Até mesmo a Igreja Católica afirmava que sua alma não era imortal, porque eles eram incapazes de dizer os sacramentos. (GUARINELLO, 2007, p. 20)

A falta de audição e, conseqüentemente, a dificuldade em falar, mantinha na comunidade ouvinte uma visão deturpada sobre os surdos. A sociedade relacionava os surdos ao obscurantismo no sentido de que não eram vistos como sujeitos capazes de exercer sua cidadania, apesar da surdez. Obviamente, a falta de metodologias educacionais para esse grupo cooperava para tal perspectiva equivocada se manter, dado que, sem proporcionar uma relação de ensino-aprendizagem, tornava-se difícil identificar a capacidade cognitiva das pessoas surdas.

Então, a compreensão sobre a pessoa surda tinha apenas um lado: o ponto de vista dos ouvintes. Como minoria linguística, os surdos eram isolados, marginalizados e desrespeitados. Nada que dizia respeito à comunidade surda foi considerado a partir dos próprios membros dessa comunidade. Antes, a comunidade ouvinte julgava-se no direito de indicar suas perspectivas e resoluções acerca dos surdos, não levando em consideração suas especificidades e/ou opiniões.

Os surdos não eram protagonistas de sua própria história, portanto, o que nos serve de referência sobre as características do surdo e de sua comunidade só pode ser considerado verdade parcial, pois não temos o ponto de vista da comunidade surda da época. (SALVIANO, 2016, p. 85)

Concluimos que, nesses moldes, é possível fazer uma associação direta entre os termos, à época associados aos conceitos de “preto”, “escuro”, “negro”, com o indivíduo que não ouve. Do ponto de vista ouvintista, aquela pessoa que não escutava, não falava ou apenas emitia sons incompreensíveis e que não tinha direitos civis, facilmente poderia ser associada a um perfil intelectual e social “preto”, “escuro” ou “negro”.

Não havia luz para elas. Não lhes era possível determinar seus próprios caminhos.

#### 4. *Mudança no étimo, mas pouca mudança social*

A mudança na associação conceitual da lexia *surdo* mudou. Prova disso é que, se perguntarmos a qualquer pessoa o que significa *surdo*, a maioria delas, se não todas, responderá de imediato algo relacionado à falta de audição. Todavia, por mais que a recuperação do étimo primórdio não aconteça para o léxico mental das pessoas atualmente, os resquícios do seu sentido ainda permanecem nos tratos com a comunidade surda.

Uma prova disso está, por exemplo, nos modos como se dá a orientação pedagógica dos surdos nas escolas.

Até os anos 1960, prevaleceu o método oralista de ensino aos surdos, abordagem esta que se baseia na linguagem falada como prioridade. A linguagem oral seria a mais indispensável para o desenvolvimento pleno do sujeito. Assim, os sinais são excluídos da comunicação e se estimula a recepção de linguagem pela via auditiva (para surdos não profundos) ou pela leitura labial. (SALVIANO, 2016, p. 88)

Ainda hoje, as escolas, mesmo as chamadas inclusivas, estão pouco preparadas para promover um percurso educacional para o surdo que realmente o coloque em condição de equidade com os colegas ouvintes. O cenário é de professores que desconhecem a Língua Brasileira de Sinais e dependem de um intérprete para comunicação; materiais didáticos base e estratégias de ensino que não estão adequados às especificidades visuais do aluno surdo; um currículo escolar que não contempla a cultura surda; etc. Essa realidade mantém o aluno surdo segregado no segundo ambiente social de formação mais importante; a saber, a escola, sendo que, para grande parte dos indivíduos surdos, o isolamento também é uma realidade no primeiro ambiente social de formação mais importante, qual seja, a família.

Podemos exemplificar os desafios que a comunidade surda vem enfrentando no ambiente escolar por mencionar os dados trazidos pela pesquisadora Cristina Lacerda (2006) ao analisar a experiência de um aluno surdo matriculado em escola regular.

No mundo todo, a partir da década de 1990, difundiu-se com força a defesa de uma política educacional de inclusão dos sujeitos com necessidades educativas especiais, propondo maior respeito e socialização efetiva destes grupos e contemplando, assim, também a comunidade surda. Houve

um movimento de desprestígio dos programas de educação especial e um incentivo maciço para práticas de inclusão de pessoas surdas em escolas regulares (de ouvintes). Desse modo, diversas têm sido as formas de realização da inclusão. Todavia, é inegável que a maioria dos alunos surdos sofreu uma escolarização pouco responsável. (LACERDA, 2006, p.164)

Não será foco deste artigo ampliar discussões acerca da transição e distinções entre políticas de Educação Especial e políticas de Educação Inclusiva; no entanto, é importante ressaltar que, conforme traz Lacerda, as práticas de propostas inclusivas não são, obviamente, únicas para todos os públicos-alvo delas. E, no caso, das pessoas surdas, essas propostas devem ter uma perspectiva específica para sujeitos que têm foco de aprendizado visual e aprendem a língua portuguesa como L2 – diferente de qualquer outro grupo de pessoas com necessidades pedagógicas especiais.

A necessidade de métodos educacionais exclusivos acaba por dificultar, para a comunidade surda, alcançar um ensino em equidade aos colegas ouvintes. Por exemplo, a pesquisa da autora citada trata de alguns empecilhos à formação eficiente dos alunos surdos.

Em primeiro lugar, é importante mencionar o aspecto da linguagem.

[...] Os sujeitos surdos, pela defasagem auditiva, enfrentam dificuldades para entrar em contato com a língua do grupo social no qual estão inseridos (Góes, 1996). Desse modo, no caso de crianças surdas, o atraso de linguagem pode trazer consequências emocionais, sociais e cognitivas, mesmo que realizem aprendizado tardio de uma língua. Devido às dificuldades acarretadas pelas questões de linguagem, observa-se que as crianças surdas encontram-se defasadas no que diz respeito à escolarização, sem o adequado desenvolvimento e com um conhecimento aquém do esperado para sua idade. (LACERDA, 2006, p.165)

A linguagem é indispensável para que processos psíquicos sejam estruturados, estimulados e aprimorados. É a linguagem que permitirá a construção do conhecimento à medida que associa o pensamento à comunicação. Como sabemos, a língua é produto social adquirido a partir do contato com pares linguísticos. Porém, a defasagem nesse processo pode acarretar problemas nas mais diversas esferas da vida do ser humano – problemas tais que podem chegar a ser irreversíveis no que diz respeito às funções cognitivas, por exemplo.

A partir dessas considerações, concluímos que uma formação educacional embasada, primária e exclusivamente, na L2 do aluno dificilmente possibilitará a ele acesso pleno ao conteúdo intencionado pelo currículo escolar. Daí uma defasagem de desenvolvimento e conheci-

mento quando em comparado com os alunos que receberam instrução por meio da sua L1. Esse é, portanto, o primeiro obstáculo para os surdos.

O problema central é o acesso à comunicação, já que são necessárias intervenções diversas (boa amplificação sonora, tradução simultânea, apoio de intérprete, entre outros), que nem sempre tornam acessíveis os conteúdos tratados em classe. A dificuldade maior está em oportunizar uma cultura de colaboração entre alunos surdos e ouvintes, e que professores e especialistas que participam da atividade escolar constituam uma equipe com tempo reservado para organização de atividades, trabalhando conjuntamente numa ação efetiva de proposição de atividades que atendam às necessidades de todos os alunos. (LACERDA, 2006, p. 167)

Dentre as dificuldades em relação à linguagem, além das mencionadas, está um material didático exclusivamente produzido em língua portuguesa e que não proporciona autonomia integral nos estudos pelo aluno surdo. Todas essas barreiras linguísticas desfavorecem o aprendizado pessoal do estudante, bem como a cooperação no ambiente escolar como um todo. Veja como isso se dá na prática. O relato abaixo trata de um caso específico, mas que, podemos afirmar, ser uma realidade recorrente:

Quando da entrada do aluno surdo nesta escola, a direção se mostrou interessada pelo processo de inclusão com a presença de intérprete de LIBRAS e afirmou que seria feito um trabalho conjunto para o sucesso da inclusão: coordenação, professores, intérprete, família, fonoaudióloga e alunos. Todavia, após o início do ano letivo, poucos encontros ocorreram, sendo inicialmente mensais, e durante a quinta série só ocorreram encontros mediante a solicitação das intérpretes e da fonoaudióloga. A escola julgava a inclusão bastante satisfatória e não via necessidade de discussões. Apesar das solicitações feitas pelas intérpretes e pela fonoaudióloga do aluno surdo, não foram realizadas reuniões de planejamento para oferecer mais informações sobre a surdez, sobre o aluno surdo, sobre a adequação das estratégias em sala de aula e sobre o papel do intérprete aos novos professores da quinta série. A direção escolar prometeu tais reuniões, mas não as realizou, alegando falta de horário disponível. (LACERDA, 2006, p. 169)

Notamos uma dificuldade comum na maioria das escolas regulares inclusivas: não há planejamento específico acerca das estratégias de educação dos alunos surdos. A escola recebe esses alunos e, muito rotineiramente, aportam a responsabilidade da sua participação ao intérprete de Libras e/ou ao professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE). A falta de informações acerca das especificidades do ensino de surdos, da cultura surda e da língua do povo surdo fomenta um cenário contraditório: profissionais da educação que lidam diariamente com o aluno surdo alegam estar satisfeitos com os resultados obtidos pela forma como a escola conduz a Educação Inclusiva *versus* uma realidade de de-

fasagem de aprendizado da maioria dos surdos, comprovada por baixos índices de aproveitamento escolar; baixo número de alunos formados no Ensino Médio que garantem vaga no Ensino Superior, dada a não aprovação nos vestibulares brasileiros; a não colocação no mercado de trabalho ou a entrada no mercado de trabalho majoritariamente em vagas operacionais ou no subemprego; além de alta taxa de evasão escolar.

Apesar da realidade da comunidade surda relacionada ao seu processo educacional ser evidentemente grave, o posicionamento dos profissionais da Educação não mostra essa percepção:

O fluxo geral dos depoimentos aponta para a satisfação dos professores diante dos resultados dessa experiência, relatando que suas aulas transcorrem normalmente; que as presenças do aluno surdo e intérprete são facilmente assimiladas na rotina escolar; e que percebem um bom relacionamento entre os alunos e um bom rendimento geral do aluno surdo. [...] Os professores referem-se a uma experiência que transcorre bem, que não causa estranhamento e que, portanto, não demanda ajustes e pode ser mantida como está, porque os incômodos são mínimos e não merecem maior cuidado. A realidade é vista apenas parcialmente, esfumada, e isso parece garantir a tranquilidade para o trabalho. (LACERDA, 2006, p. 172)

O posicionamento dos professores traz menções do tipo: “O surdo e o intérprete não me incomodam”; “A dinâmica de ter um aluno surdo e um acompanhante não atrapalha minha aula”; “O intérprete é bem-vindo, não dificulta a rotina escolar”. Não há compreensão irrestrita de que o aluno surdo faz parte do ambiente; de que esse professor é responsável pelo seu percurso educacional, e não o intérprete. Não há aproximação do professor com o aluno – é como se a escola lhe fizesse um favor e que esse favor só é possível porque o surdo e o intérprete não incomodam. Nada é preciso mudar, pode ficar como está.

Essa percepção proveniente da autoridade (professores) passa para os alunos. Os colegas também acabam por achar que está tudo bem. Nada precisa mudar, o ambiente é feliz e ponto. Mas quando questionados, por exemplo, se a comunicação é fluida e eficiente, a resposta é negativa: é apenas suficiente. Ou seja, a avaliação de uma possível boa relação está do ouvinte para o surdo e não o contrário. Tanto assim o é, que os colegas desejam que o aluno surdo aprenda a falar:

Os depoimentos dos alunos ouvintes revelam que o aluno surdo é acolhido pela classe, visto com respeito e que conta com a amizade de vários companheiros. Entretanto, também revelam uma supervalorização destas relações, como se não houvesse problemas e como se tudo se desenvolvesse satisfatoriamente. [...] Entretanto, nos mesmos depoimentos, é possível perceber que a língua de sinais é vista como algo difícil, trabalhosa



para aprender e que, às vezes, é um pouco chata; que o amigo surdo é 'legal', mas faz coisas estranhas que, frequentemente, não são compreendidas e que se espera que ele aprenda a falar e fale. Configura-se um paradoxo entre aquilo que parece importante que se acredite e aquilo que é efetivamente vivenciado. A relação entre alunos ouvintes e surdo não se revela sempre difícil, mas não se revela sempre fácil, há dificuldades de relação, de conhecimento sobre a surdez e de aceitação de certas características. (LACERDA, 2006, p. 172)

Fica claro como o ambiente da chamada Educação Inclusiva nem sempre é inclusivo para o surdo. E pior - é perigoso: dá ao surdo a impressão de que aquilo que têm é o suficiente, quando não é. Nivelada por baixo. O surdo analisado na pesquisa de Lacerda deixa isso claro. A autora diz:

[O aluno surdo] reconhece que seus professores não conhecem sinais, mas isso não traz problemas. Vê seu relacionamento restrito às intérpretes e às poucas trocas dialógicas com os alunos ouvintes como natural. A situação do aluno surdo parece insólita: em uma quinta série não conhece o nome dos amigos, não se relaciona diretamente com os professores, tem apenas um interlocutor efetivo no espaço escolar, está sempre acompanhado por um adulto, configurando uma situação que não pode ser chamada de satisfatória. Ele, provavelmente, por não conhecer outra realidade, mostra-se bem adaptado a sua situação. (LACERDA, 2006, p. 173)

Daí a necessidade da nossa reflexão, se vivência escolar como essa retratada, que é essencialmente comum, é realmente funcional e se esse é o espaço educacional que se deseja para os alunos surdos.

Até que ponto essa realidade não é a motivadora dos problemas apontados e discutidos pela escola como indissolúveis, tais como comportamentos inadequados, dificuldade de aprendizado, evasão, semianalfabetismo nas duas línguas de acesso, baixa estima, falhas comunicacionais, etc.?

A associação com o mito da caverna de Platão está aí: a visão de penumbra e não de realidade absoluta; o contentamento pelo pouco que se tem; a unicidade e a não diversidade. Daí o nosso papel, enquanto formadores e educadores, de vencer o outro a sair da caverna – da escuridão, dado que a “não partilha de uma língua comum impede a participação em eventos discursivos que são fundamentais para a constituição plena dos sujeitos” (LACERDA, 2006, p. 181). Essas são questões norteadoras para nós, profissionais da Educação. São questões que devem ser motivadoras de compreensão do todo para aplicar no nosso micro espaço, a sala de aula e, enfim, perdermos, de fato, a retomada do provável étimo que a palavra *surdo* carrega na prática social e educacional.

## 5. Considerações finais

Os estudos da Linguística Histórica são especialmente relevantes. Suas considerações, por exemplo, da Etimologia, podem trazer luz não apenas sobre a origem de uma lexia, como também sobre perspectivas socioculturais e/ou comportamentais de uma sociedade. Isso aconteceu ao buscarmos o provável étimo da palavra *surdo* em língua portuguesa. Embora hoje o significado de *surdo* esteja predominantemente associado à falta da capacidade de ouvir, o sentido inicial da palavra esteve relacionado às conotações ‘preto’, ‘escuro’, ‘obscuro’, ‘ser negro’.

Esses são significados que podem parecer distantes do sentido que a palavra carrega hoje. No entanto, compreender a relação da sociedade ouvinte com a comunidade surda nos indica exatamente o contrário: considerar o surdo como incapaz de exercer seus direitos de cidadão é como atribuir a ele a manutenção da obscuridade social.

Tal perspectiva da Antiguidade se mantém, mesmo que velada, até os dias de hoje. Durante todos esses séculos que separam o significado primário da lexia *surdo* e o seu conceito atual, a mudança é apenas na representação imediatamente resgatada no léxico mental dos falantes hodiernos, pois a forma como a sociedade lida com a comunidade surda ainda retrata aspectos ouvintistas que subjagam a língua e cultura surda. Identificamos isso na relação de ensino aprendido dos surdos em escolas regulares inclusivas, mas podemos afirmar que é uma visão que se estende a outros âmbitos sociais.

Como profissionais da Educação, faz-se imprescindível considerar as estratégias de ensino para esse público - que detém dos mesmos direitos de receber uma educação de qualidade tal qual os alunos ouvintes. É ainda essencial nos responsabilizarmos em promover o empoderamento da comunidade surda no ambiente escolar e, conseqüentemente, em toda a sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DURKIN, Philip. *The Oxford Guide of Etymology*. Oxford University Press. 2009.

EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. Trad. de Sandra Castello Branco; revisão técnica Cezar Mortari. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2011.

GUARINELLO, Ana Cristina. *O papel do outro na escrita de sujeitos surdos*. São Paulo: Plexus, 2007.

LACERDA, Cristina B.F. de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 26, n. 69, p. 163-84, 2006.

MAURER JR, Theodoro Henrique. Linguística Histórica. In: *ALFA Revista de Linguística*: UNESP. 1967. Disponível em: file:///C:/Users/Babi/Downloads/2+-+ling%C3%BC%C3%ADstica+hist%C3%B3rica%20(1).pdf. Acesso em: 21 jul 2023.

SALVIANO, Bárbara Neves. Um estudo etimológico da lexia surdo: a aproximação da língua a fatos sócio-históricos. In: DUCHOWNY, A.T. (Org.). *Pelas veredas da Etimologia*. São Paulo: NEHiLP/FFLCH/USP. 2016.

VIARO, Mário Eduardo. Uma breve história da Etimologia. *Revista Filologia e Linguística Portuguesa*. São Paulo: USP. 2013.

**DIAGNÓSTICO DO ESTUDO ONOMÁSTICO  
COM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

*Sônia Maria Pereira Souza Ruas* (UNIMONTES)  
[soniapereira.moc@gamil.com](mailto:soniapereira.moc@gamil.com)

*Maria do Socorro Vieira Coelho* (UNIMONTES)  
[soccoelho@hotmail.com](mailto:soccoelho@hotmail.com)

**RESUMO**

Este artigo apresenta os resultados da pesquisa diagnóstica sobre o conhecimento onomástico de alunos do ensino fundamental. Investigaram-se quatro topônimos: o nome do país, Brasil, da cidade Montes Claros, do bairro Jardim Primavera, e da escola, Escola Municipal Celestino Pereira Salgado, além de 33 antropônimos dos estudantes. O estudo sustentou-se nos postulados da Lexicologia, da Onomástica, atrelados ao ensino da língua portuguesa. Quanto à metodologia, utilizaram-se as pesquisas documental, qualitativa e a pesquisa-ação. A diagnose foi subsidiada por um questionário constituído por 20 perguntas, cuja intenção foi averiguar o conhecimento onomástico dos estudantes quanto aos quatro topônimos e aos antropônimos, as razões que motivaram as escolhas das designações. Os resultados apontaram que todos os alunos desconhecem a motivação para o topônimo “Brasil”. Acerca da denominação da cidade, 30/91% apontaram seu nome, sem dizer a razão. Sobre o nome do bairro, 01/3% levantou hipótese sobre sua motivação. Quanto ao nome da escola, 02/06% afirmaram ser em homenagem a alguém, mas ignoram informações sobre seu referente. Quanto a seus prenomes, 21/64% dos estudantes não souberam dizer as motivações para sua escolha, nem seus significados. A despeito de seu desconhecimento sobre a onomástica, 30/91% dos discentes demonstraram interesse em conhecer os fatores motivacionais que suscitaram seus antropônimos e seus significados, e também, os topônimos relacionados a esta pesquisa.

**Palavras-chave:**

Antroponímia. Toponímia. Léxico onomástico e ensino.

**ABSTRACT**

This article presents the results of the diagnostic research on the onomastic knowledge of elementary school students. Four toponyms were investigated: the name of the country, Brazil, of the city Montes Claros, of the Jardim Primavera neighborhood, and of the school, Escola Municipal Celestino Pereira Salgado, in addition to 33 anthroponyms of the students. The study was based on the postulates of Lexicology and Onomastics, linked to the teaching of the Portuguese language. As for the methodology, documental and qualitative research and action research were used. The diagnosis was supported by a questionnaire consisting of 20 questions, whose intention was to ascertain the students' onomastic knowledge regarding the four toponyms and anthroponyms, the reasons that motivated the choice of designations. The results showed that all students are unaware of the motivation for the toponym “Brazil”. Regarding the name of the city, 30/91% mentioned its name, without saying why. Regarding the name of the neighborhood, 01/3% hypothesized about its motivation. As for the name of the school, 02/6% said it was in homage to someone, but ignore

information about its referent. As for their first names, 21/64% of the students could not say the motivations for their choice, nor their meanings. Despite their lack of knowledge about the onomastic, 30/91% of the students showed interest in knowing the motivational factors that gave rise to their anthroponyms and their meanings, as well as the toponyms related to this research.

**Keywords:**

**Anthroponymy. Toponymy. Onomastic lexicon and teaching**

## ***1. Introdução***

Este artigo apresenta resultados da análise diagnóstica da pesquisa realizada com alunos do 6º ano do Ensino Fundamental em Montes Claros-MG<sup>26</sup>. Seu objetivo é verificar os conhecimentos onomásticos que os estudantes possuem, sobre as denominações de lugares relacionados a seus contextos e sobre os nomes dos discentes da referida turma.

Para esse artigo foram selecionados quatro topônimos – o nome do país (Brasil), da cidade (Montes Claros), do bairro (Jardim Primavera), da escola municipal (Celestino Pereira Salgado) e 33 antropônimos (os nomes dos alunos), analisando-os quanto a sua motivação.

Este texto está estruturado em quatro partes: i) pressupostos teóricos, em que se discutem os conceitos teóricos que orientaram o estudo proposto; ii) metodologia, que descreve as etapas da pesquisa; iii) análise dos dados, que apresenta os resultados do trabalho realizado e, por último, iv) as considerações da diagnose e as referências citadas neste texto.

## ***2. Referencial teórico***

### ***2.1. Léxico: relação entre história, cultura e sociedade***

O léxico é compreendido como o conjunto de palavras de uma língua e se configura como os conhecimentos obtidos pelas pessoas ao decorrer de sua vida, resultando na difusão de saberes culturais, sociais e linguísticos de um povo. Segundo Biderman (2001, p. 13-14), o léxico de uma língua natural consiste em uma forma de registrar o conhecimento

---

<sup>26</sup> A pesquisa diagnóstica é parte do estudo onomástico, em andamento, com alunos do ensino fundamental da Escola Municipal Celestino Pereira Salgado para a composição da dissertação de mestrado intitulada “Estudo onomástico com alunos do ensino fundamental – Montes Claros-MG”, vinculada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Letras da Unimontes.

do universo, pode ser identificado como patrimônio vocabular de uma comunidade linguística construído ao longo dos tempos.

Nesse sentido, o léxico é visto como uma riqueza cultural, formado por signos lexicais herdados de gerações anteriores com protótipos categoriais que contribuem para a formação de novas palavras. À medida que a sociedade se desenvolve, amplia-se também o seu léxico e, conseqüentemente, requer dos usuários da língua o aprimoramento de seu repertório lexical com o intuito de atender e acompanhar as demandas da comunicação. Por isso, em conformidade com Mota (2021, p. 37), dizemos que o léxico é um sistema aberto, que se modifica em consonância com a sociedade. Palavras deixam de ser usadas, outras surgem, algumas são modificadas, logo, o léxico é infundável, sempre que aparece algo novo, surgem novas palavras ou vocábulos já existentes na comunidade linguística são ressignificados.

Cabe à Lexicologia, ciência cujo objeto de estudo é o léxico, observar, descrever, analisar e definir as palavras que fazem parte ou não do vocabulário de uma comunidade. Conforme Barbosa (1992), compete a esta ciência, também, verificar as palavras que se ligam pela relação de significados, estudar o léxico efetivo e virtual, além do vocabulário ativo e passivo; conceituar e delimitar a unidade lexical, isto é, o sintagma formado por um ou mais significantes e juntos possuem unidade de sentido de base – a lexia; averiguar e descrever as estruturas morfossintáticas, as semânticas, a estruturação, a tipologia e as possibilidades combinatórias das unidades; além de examinar as relações do léxico de uma língua com a sociedade e a sua cultura. A autora destaca, ainda, as tarefas de abordar a palavra como um instrumento de construção e percepção de um acontecimento, de princípios e valores; analisar a influência do contexto em cada palavra e sua atuação em diferentes contextos possíveis; estudar o vocabulário de um grupo de indivíduos; sistematizar os processos fundamentais de criação e renovação lexicais; analisar e descrever as relações entre a expressão e o conteúdo das palavras e os fenômenos daí resultantes, como, polissemia, homonímia, sinonímia, parassinonímia, hiperonímia, hiponímia, co-hiponímia, antonímia e paronímia.

O léxico é objeto de estudo, de formas diferenciadas, das disciplinas da ciência Linguística: Lexicologia (Onomástica: Antroponomástica e Toponomástica), Lexicografia e Terminologia. Essas disciplinas interessam a várias áreas de conhecimento, com objetos de estudos e perspectivas de análise variados. Esclarecemos que este trabalho se situa no

campo da Lexicologia, especificamente da onomástica e ensino. Trata-mos de um dos campos de estudo da Linguística, a Onomástica, a seguir.

## 2.2. A Onomástica

A Onomástica é uma ramificação da Lexicologia, sua função é investigar os nomes próprios, seu objeto de estudo o é léxico. Seabra (2006, p. 1953) afirma que o léxico de uma língua constitui um arquivo que armazena e acumula as aquisições culturais que representam uma sociedade, refletindo as percepções e as experiências de um povo adquiridas no decorrer de sua existência.

Os estudos onomásticos, em conformidade com Amaral e Seide (2020, p. 34-5), se iniciaram na Europa, por volta do século XVII, cujo foco de investigação era a origem dos nomes, isto é, sua etimologia, atentando-se para a evolução dos designativos ao longo dos tempos e das línguas. No século XIX, com o desenvolvimento de pesquisas filológicas, acentuam-se os estudos cooperativistas, que também se ocupam da história dos nomes. No século XX, exacerbaram-se os estudos em relação aos nomes próprios em todo o mundo sob influência dos diversos campos linguísticos, considerando aspectos gramaticais, sociais, discursivos.

No Brasil, os estudos onomásticos surgiram no século XX, provenientes dos estudos linguísticos, por meio dos cursos de Letras e se intensificaram com o início dos programas de pós-graduação. Dentre os primeiros pesquisadores brasileiros de onomástica, destaca-se Rosário Farañi Mansur Guérios (1907–1987). O autor publicou, em 1949, o *Dicionário Etimológico de Nomes e Sobrenomes*, sua contribuição aos estudos onomásticos no país é de extrema relevância para muitos trabalhos contemporâneos. Outra pesquisadora é a Professora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, referência nos estudos toponímicos no Brasil e pioneira do Grupo de Trabalho de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letra e Linguística. Os estudos de Dick vêm influenciando novas pesquisas na área da Onomástica.

Amaral e Seide (2020, p. 10) ponderam que a onomástica possui duas áreas de investigação: a Antroponímia, que estuda a origem de nomes próprios de pessoas, nomes individuais, parentais, sobrenomes, apelidos e alcunhas; e a Toponímia cujo objeto de estudo são os nomes de lugares, os enunciados linguísticos que nomeiam e identificam espaços de áreas rurais, como rios, córregos, sangas, igarapés, cachoeiras, monta-

nhas, serras, cordilheiras; e urbanas, a exemplo, cidades, vilas, povoados, bairros, ruas, alamedas, praças. Considera-se os seus aspectos linguístico-etimológicos, antropológicos, sócio-históricos, geográficos, o processo de denominação em épocas e localidades distintas.

Seabra (2006, p. 1954) destaca que embora a Onomástica tenha duas ramificações principais, ambas se encontram em um mesmo *onoma*, em uma área de interseção em que o vocabulário se reveste de caráter denominativo, seja como topônimo ou antropônimo. Essa interseção, deve-se ao fato, de que o vocábulo deixa seu uso pleno na língua, transitando para o uso onomástico, a fim de nomear lugares, seres e produtos, tornando-se topônimo ou antropônimo.

Para a referida autora, ao falar de toponímia e antroponímia nos deparamos com a questão da referência, tendo em vista a associação que um nomeador faz a uma determinada realidade por meio de um signo linguístico que passa a esta se referir. Isso pode acontecer de forma indireta em que o nome dado a um lugar é carregado de sentido, a identificação do referente passa pela essência do nome, sendo necessário, portanto, conhecer o seu contexto. O nome, também, pode se ligar ao referente de forma direta, sem passar pelo sentido para designar um lugar, um ser ou fazer referência a algo, pois sua acepção nem sempre se encontra armazenado na mente do ouvinte, nem na do falante, principalmente se é um topônimo muito antigo. Na maioria das vezes, o êxito de uma referência ocorre quando o ouvinte consegue identificar o referente.

Nosso trabalho insere-se nessas duas áreas, antroponímia e toponímia, uma vez que estudamos os nomes dos alunos do 6º ano vermelho, bem como os nomes dos lugares relacionados ao seu contexto, as designações para o país, a cidade, o bairro e, também, da escola em que eles estudam.

É de suma importância frisar que, para investigar os processos de nomeação desses elementos, é necessário pesquisar o contexto histórico a que se chegou tal denominação. Logo, requer uma análise linguística, etimológica, histórico-cultural, pois, conforme Amaral e Seide (2020, p. 10-11), trata-se de um estudo interdisciplinar, uma vez que dialoga com a Linguística, com a História, a Geografia, a Antropologia, a Sociologia.

Segundo Carvalhinhos (2002) os estudos onomásticos contribuem no resgate da história e preservação da memória social contida nos nomes de uma determinada região, partindo da etimologia para reconstruir os significados levando em consideração as motivações, seja pelas caracte-



terísticas físicas do ambiente, dos aspectos culturais da sociedade ou pelas subjetividades do seu denominador.

Assim, dizemos que os nomes próprios estão imbuídos de crenças, concepções, princípios de grupos sociais, além de devoções, motivações e também de seus modismos e valores.

Dessa forma, consideramos em nossa pesquisa que o estudo onomástico esclarece, amplia e revigora sentimentos e saberes imprescindíveis para a formação dos estudantes como cidadãos e para a solidificação de valores constitutivos de sua realidade.

### **2.2.1. A Toponímia**

A Toponímia é uma ramificação da onomástica. Trata-se de uma área que se dedica à investigação dos nomes próprios de lugares. Seu objeto de estudo tem como foco a motivação e o significado dos designativos locais, por exemplo, países, municípios, cidades, estados, bairros, ruas, vilas, travessias, considerando seus aspectos físicos, socioculturais ou antropológicos.

A principal referência em estudos toponímicos no Brasil é a professora Maria Vicentina Dick, com as obras *A motivação toponímica e a realidade brasileira*, de 1990a, e *Toponímia e Antroponímia no Brasil*, de 1990b, entre outras.

Inicialmente, a toponímia era vista como uma área de estudo cuja função era investigar a origem e o significado etimológico dos nomes de lugares. Todavia, quando se estuda denominações de lugares recorremos à história, à geografia, aos aspectos físicos, aos sentimentos, à religião e aos valores e convicções do denominador. Isso quer dizer que o estudo toponímico é interdisciplinar, pois se relaciona com campos do saber de outras disciplinas que para Andrade (2012, p. 205-6) possibilita o sujeito encontrar ou reencontrar a identidade, a história, a etimologia do nome na multiplicidade de conhecimentos no ato de nomear lugares.

Dessa forma, os estudos onomástico-toponímicos compreendem, em seus aportes teóricos, fatores de cunho sociocultural, histórico, geográfico, religioso e político, estabelecendo congruência entre os mais variados saberes. Para Isquierdo (2012, p. 118), as pesquisas dessa área documentam não só traços linguísticos, como também evidenciam relação entre o nome e a identidade histórico-cultural do grupo a que pertence o denominador.

Sendo assim, nosso estudo faz interface, em especial, com a história, a geografia e a linguística, uma vez que propõe investigar a motivação toponímica, ou seja, os fatores condicionadores, inspiradores que levaram à escolha do nome do nosso país “Brasil”, da cidade “Montes Claros”, do bairro “Jardim Primavera” e da Escola Municipal Celestino Pereira Salgado.

### **2.2.1.1. A motivação toponímica**

A nomeação de um lugar não é aleatória, trata-se de um ato repleto de motivações tanto do lugar nomeado como de seu denominador. Dentre as principais funções dos topônimos destacamos a de homenagear alguém que teve influência significativa para o local; a de identificar os lugares, servindo de referência à realidade espacial do homem. Ambas as situações, compreendem um complexo linguístico, histórico-cultural de uma comunidade.

Assim sendo, ao estudar a toponímia de um local, recorre-se à memória individual ou coletiva, com seus diferentes modos de percepção de uma região, de identificação de fatos linguísticos, de ideologias e crenças e de sentimentos vividos. A oralidade, portanto, contribui significativamente o resgate de histórias, tendo em vista que muitas informações são adquiridas de forma oral por meio de vivências, saberes de pessoas mais antigas, que foram internalizados, havendo, dessa forma, uma correlação entre passado e presente, em que se busca naquele uma explicação para acontecimentos, desconhecidos ou pouco conhecidos.

Seabra (2006, p. 1957) enfatiza que os estudos onomástico-toponímicos são meios importantes de investigação linguística, que ultrapassam a função nomenclatória, referindo-se ao modo de viver de uma cultura e a maneira desta representar os seus valores. Diante disso, o léxico ocupa um lugar proeminente, tendo em vista que o ser humano adquire e desenvolve seus vocábulos a partir do contato e de vivências desde quando se começa a ouvir, reproduzir e produzir sons, palavras, frases e textos. Sendo assim, a língua, a linguagem e a cultura de um povo relacionam-se intrinsecamente.

Nessa perspectiva, Souza e Dargel (2017, p. 7) ponderam que “Estudar a língua de uma sociedade é adentrar o mundo cultural e social das pessoas que dela fazem parte desde gerações anteriores possíveis de serem resgatadas pela memória humana, histórica e linguística”. Logo, o estudo toponímico permite o contato com a história de um povo em suas

variadas esferas, concepções, expectativas e em diferentes fases de sua vida.

Destacamos a relevância da nossa pesquisa, visto que coloca em evidência a forma como os nomes dos lugares são influenciados pela vida cotidiana e vice-versa.

### 2.2.2. *A Antroponímia*

A antroponímia é outra ramificação da onomástica que estuda os nomes próprios de pessoas, sejam eles prenomes, o primeiro nome de um indivíduo, pelo qual os pais almejam que ele seja chamado e identificado na sociedade; sobrenomes, que denotam a ascendência das pessoas; ou apelidos, nomes não oficiais.

Conforme Amaral e Seide (2020, p. 9), nomear é uma atividade que o homem pratica desde os primórdios da humanidade, já que para tudo que surge há a necessidade de dar um nome, muitas vezes, o processo de nomeação está relacionado a modismos, isto é, nomes que estão na moda em uma dada época ou são designativos tradicionais que revelam atributos culturais, históricos, geográficos e identitários.

Quanto a esse fenômeno, Guérios (1981) apresenta três opções que podem justificar o ato de nomear os seres. A primeira relaciona-se à necessidade de as pessoas serem citadas, a segunda de serem chamadas e a terceira de serem diferenciadas umas das outras. Para elucidar melhor essa terceira situação, exemplificamos com o contexto da turma do 6º ano vermelho, amostra deste diagnóstico. Nela, há vários alunos com o mesmo nome, os quais são diferenciados pelos sobrenomes. Por exemplo, três alunas com o nome “Maria Eduarda”, quatro alunos que se chamam “Davi”, duas meninas com o nome “Flávia”. Nesse caso, costuma-se acrescentar o sobrenome com o intuito de especificar a qual pessoa se refere.

Carvalhinhos (2007, p. 2-3) afirma que a nomeação de pessoas pode ser desprovida da função significativa, não tendo obrigatoriamente, ligação ideológica, histórica, sendo, portanto, a expressão e o reflexo de do denominador. Logo, nem sempre o nome condiz com os aspectos físicos, psicológicos e emocionais do referente.

A motivação antroponímica decorre, constantemente, por influência midiática ou religiosa, uma vez que há uma tendência em nossa sociedade em nomear crianças com prenomes de protagonistas de novelas;

em homenagem a seu santo ou santa de devoção ou em agradecimento por uma dádiva recebida.

### **3. Aspectos metodológicos da pesquisa**

A diagnose foi desenvolvida na Escola Municipal Celestino Pereira Salgado, situada no bairro Jardim Primavera, em Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. A amostra selecionada para este trabalho foi a turma do 6º ano vermelho, do ensino fundamental II, composta por 33 alunos participantes, sendo vinte do sexo feminino e treze do sexo masculino, com faixa etária entre dez e treze anos<sup>27</sup>.


O método científico usado neste estudo foi a pesquisa-ação com estreita associação entre a realização da atividade com a geração de novos conhecimentos, no qual pesquisador e participantes se envolvem de modo cooperativo ou participativo, sob a abordagem qualitativa, em que a explicação para os fatos se dará pela coleta de dados. O objetivo é descrever e explicar os fenômenos sociais, por meio da análise de conhecimentos e experiências dos estudantes. Trata-se de uma prática efetiva objetivando a análise e a compreensão da realidade dos envolvidos na pesquisa.

Segue o quadro 1 com o questionário aplicado aos discentes.

---

<sup>27</sup> Informamos que a proposta de pesquisa de mestrado foi submetida e aprovada pelos pais dos alunos, direção da escola, Universidade Estadual de Montes Claros e se encontra registrada na Plataforma Brasil sob o Parecer CEP nº 5.659.225, 28 de setembro de 2022.

Quadro 1: Questionário.

	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO E LETRAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS
<b>Pesquisa:</b> <i>Estudo onomástico com alunos do ensino fundamental em Montes Claros.</i>	
<b>Orientadora:</b> Prof <sup>ª</sup> Dr <sup>ª</sup> Maria do Socorro Vieira Coelho.	
<b>Pesquisadora:</b> Prof <sup>ª</sup> Sônia Maria Pereira Souza Ruas.	
<b>Local:</b> Escola Municipal Celestino Pereira Salgado/2022.	
<b>Disciplina:</b> Língua Portuguesa – 6º Ano Vermelho.	
<b>QUESTIONÁRIO – Conhecimentos sobre Onomástica</b>	
1. Nome completo do participante/aluno.	
2. Data de nascimento. _____/_____/_____	
3. Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino	
4. Escreva o nome completo do seu pai? (caso seja possível) _____	
5. Qual é o nome da sua mãe? (caso seja possível) _____	
6. Você sabe como as pessoas, os lugares, as coisas, os objetos são nomeados no Universo? ( ) Sim Como? _____ ( ) Não	
7. Você sabe quem escolheu o seu nome? ( ) Sim Quem? _____ ( ) Não	
8. Você sabe o significado do seu nome? ( ) Sim Qual? _____ ( ) Não	
9. Você sabe a origem do seu sobrenome? ( ) Sim Qual? _____ ( ) Não	

10. Qual é o nome do seu país? \_\_\_\_\_
11. Você sabe quem escolheu o nome do seu país?  
( ) Sim  
    Quem? \_\_\_\_\_  
( ) Não
12. Você sabe por que o seu país recebeu esse nome?  
( ) Sim  
    Por quê? \_\_\_\_\_  
( ) Não
13. Cite o nome da cidade que você mora no momento? \_\_\_\_\_
14. Você sabe quem escolheu o nome da cidade onde você mora atualmente?  
( ) Sim  
    Quem? \_\_\_\_\_  
( ) Não
15. E o bairro onde você mora, qual é o nome dele?  
\_\_\_\_\_
16. Você sabe dizer por que o seu bairro recebeu este nome?  
( ) Sim  
    Por quê? \_\_\_\_\_  
( ) Não
17. Qual o nome da sua escola? \_\_\_\_\_
18. O nome dado a essa escola foi em homenagem a alguém?  
( ) Sim  
    A quem? \_\_\_\_\_  
( ) Não
19. Você sabe em qual ano essa escola foi fundada?  
( ) Sim  
    Quando? \_\_\_\_\_  
( ) Não
20. Você gostaria de estudar, conhecer, pesquisar sobre seu nome e o nome da sua escola?  
( ) Sim  
( ) Não

Fonte: Arquivo de Ruas (2022).

#### 4. *Pesquisa diagnóstica*

O estudo foi composto pelo questionário “Conhecimentos sobre Onomástica” que dispunha de vinte perguntas, direcionadas a trinta e três alunos do 6º ano vermelho do ensino fundamental, da Escola Municipal Celestino Pereira Salgado. O objetivo foi averiguar o conhecimento onomástico dos alunos em relação à identificação pessoal por meio do nome, filiação, com o intuito de saber a origem dos sobrenomes; bem como situacional, no que tange às referências de país, cidade, bairro e escola. Além disso, pretendeu-se saber se eles conhecem a motivação para tais designações.

A questão um do questionário foi necessária para identificar o aluno e fazer uma analogia de seu antropônimo com o de seus pais, para saber a origem dos sobrenomes, a motivação dos prenomes (caso possível), bem como sua estrutura. Já a segunda pergunta possibilitou saber a idade dos alunos e, posteriormente, identificar a recorrência do prenome em determinado período, por meio de pesquisas em sites como o IBGE. Enquanto a pergunta três objetivava saber o sexo dos estudantes, com vistas a quantificar essa informação.

As questões quatro e cinco solicitaram o nome do pai e da mãe, todavia as respostas não eram obrigatórias, uma vez que o participante poderia não se sentir à vontade em expor essas informações. Essa observação também foi passada oralmente à turma antes da aplicação. A finalidade dessas perguntas é equivalente ao intuito da questão um, no que tange ao processo analógico.

No tocante ao nome do pai (Questão 4), 26 (79%) alunos o escreveram de forma completa; 4 (12%) registraram o prenome sem sobrenome; enquanto 3 (9%) não a responderam. Quanto à denominação da mãe (Questão 5), 30 (91%) dos estudantes escreveram o nome completo e 3 (9%) não responderam à questão. Das respostas com antropônimos completos, ficou evidente que os sobrenomes são de origem paterna e materna, não nessa ordem somente.

Quando interrogados (Questão 6) se sabiam como as pessoas, os lugares, as coisas, os objetos entre outros são nomeados no universo, apenas 2 (6%) responderam positivamente, enquanto 31 (94%) afirmaram não saber.

Uma das perguntas (Questão 7) indagava se o aluno sabia quem havia escolhido o nome dado a ele, 6 (18%) desconheciam essa informa-

ção, contra 27 (82%) que indicaram saber quem havia escolhido seu nome.

Outra pergunta (Questão 8) intencionava saber se os estudantes conheciam o significado de seus nomes. O resultado mostrou que 21 (64%) afirmaram não saber a informação; 8 (24%) acusaram conhecer o significado e o escreveram; 4 (12%) também responderam positivamente, porém, não registraram o significado ou o fizeram de modo incoerente.

Quando perguntados se sabiam a origem do sobrenome que lhes foi dado (Questão 9), 12 (36%) disseram saber a origem e a escreveram na resposta; 1 (3%) respondeu que sabia a origem, no entanto, não a anotou; 20 (61%) afirmaram desconhecer essa procedência.

No tocante às informações relacionadas à toponímia do país, como a designação, 2 (6%) dos discentes se equivocaram ao dizer que o país em que vivem se chama “Montes Claros”; 31 (94%) responderam que é nomeado de Brasil. Com relação a quem escolheu o nome “Brasil” para o país, 16 (48%) afirmaram desconhecimento em relação à pergunta, enquanto 17 (52%) responderam saber e asseguraram ser Pedro Álvares Cabral. No que tange à motivação, as respostas foram unânimes, todos dos estudantes não souberam dizer a razão desse nome.

Com relação ao nome da cidade em que moram no momento (Questão 13), 30 (91%) dos participantes responderam que residem em Montes Claros. Porém, 3 (9%), referiram-se à localidade como “Minas Gerais”, denominação dada ao estado e não à cidade.

Quando interrogados sobre quem escolheu o nome da cidade em que residem (Questão 14), o resultado foi categórico, todos disseram desconhecer essa informação.

Acerca do bairro em que moram (Questão 15), todos os alunos souberam indicar o nome do local. Desse número, 31 (94%) residem no bairro Jardim Primavera, onde se localiza a escola Municipal Celestino Pereira Salgado; 1 (3%) mora no Novo Primavera; e 1 (3%) no Jaraguá II. Os últimos são bairros adjacentes ao Jardim Primavera.

No que diz respeito ao motivo de o bairro receber o nome que lhe foi dado (Questão 16), 29 (88%) afirmaram não saber a razão, 2 (6%) disseram saber a sua motivação, desse número, uma resposta continha hipótese sobre o motivo do nome e 2 (6%) não responderam à questão.

Outras perguntas direcionadas aos alunos, se referiam ao nome da escola, quem a nomeou, se o nome foi dado em preito a alguém, qual o



ano de fundação. Dentre os discentes, 2 (6%) afirmaram que foi em homenagem a uma pessoa, contudo desconheciam informações sobre ela; 31 (94%) não souberam responder à pergunta (Questão 18). Concernente ao ano de fundação (Questão 19), 30 (91%) afirmaram não saber esse dado; 1 (3%) acusou conhecimento, porém não o mencionou; 2 (6%) disseram ter sido em 2011 (resposta incoerente).

Por fim, com a intenção de verificar o interesse dos alunos em participar da pesquisa, foram questionados se gostariam de estudar, conhecer, pesquisar sobre o nome dado a eles e, também, à escola (Questão 20). Dentre eles, 30 (91%) dos discentes demonstraram interesse, contra 3 (9%) que responderam não ter esse desejo.

As respostas dos participantes serviram para confirmar a importância de nossa pesquisa, uma vez que eles desconhecem informações relacionadas à toponímia, por exemplo, o significado e a motivação do nome dado ao nosso país, cidade, bairro e escola. Além disso, ficou evidente o desconhecimento em relação à antroponímia, que diz respeito aos seus próprios nomes (motivação dos prenomes e origem dos sobrenomes).

A partir da análise e da tabulação dos dados da investigação, atentamo-nos a um aspecto relevante quanto à grafia de nomes próprios – o uso da maiúscula inicial, uma exigência da variedade padrão da língua. Conforme Cegala (2008, p. 64), escreve-se com letra inicial maiúscula a primeira palavra de período ou citação; substantivo próprio (antropônimos, alcunhas, topônimos, nomes sagrados, mitológicos, astronômicos, nomes de religião).

Verificamos, a partir da diagnose, que 18 (55%) dos estudantes não aplicaram essa regra, utilizando a letra minúscula em vez da maiúscula no início de nomes de lugares, como, “montes claros (Montes Claros)”, “minas Gerais (Minas Gerais)”, “jardim Primavera (Jardim Primavera)”. No que diz respeito aos antropônimos, 15 (45%) usaram letra minúscula para iniciar seu prenome ou sobrenome, a título de exemplo, “Ana júlia pereira soares (Ana Júlia Pereira Soares)”, “pedro auves (Pedro Alves)”.

Diante do exposto, ficou claro que embora os participantes da pesquisa estejam no 6º ano do Ensino Fundamental, muitos deles ainda apresentam dificuldades em relação ao uso de maiúsculas e minúsculas no início de topônimos e antropônimos. Há, também, casos em que o uso

de maiúsculas acontece em lugares em que as letras minúsculas seriam adequadas. Como no exemplo a seguir.

17. Qual o nome da sua escola? <u>Escola Municipal Celestino Pereira Salgado</u>
Versão digitada
17. Qual nome da sua escola? EScola MuNicipAl CelestiNo PereirA SALGADO

Fonte: Arquivo de Ruas (2022).

Os resultados do estudo diagnóstico alimentarão uma segunda etapa denominada “Propostas Pedagógicas de Prática de Ensino”, que se dará por meio de atividades envolvendo diversos gêneros textuais, a fim que de os alunos conheçam a motivação, origem e estrutura de seus antropônimos, assim como das denominações dos quatro topônimos referentes a este estudo. Além de melhorar as habilidades de falar, escrever e da participação em eventos de oralidade (entrevistas, *videocasts*, paródias).

## 5. À guisa de conclusão

Ressaltamos, na conclusão desta etapa da pesquisa, realizada na escola Municipal Celestino Pereira Salgado que há pouca incidência de trabalhos envolvendo Onomástica, Antroponímia, Toponímia e Ensino. Até onde sabemos este é o primeiro trabalho que está sendo desenvolvido no Curso de Letras da Graduação e Pós-graduação da Unimontes.

Ainda que a pesquisa não tenha sido concluída, acreditamos que este estudo contribuirá para o ensino em Montes Claros, em Minas Gerais, e até mesmo no país, tendo em vista que essa diagnose serviu de pilar para a geração de conhecimentos inéditos e ainda não publicados.

Para essa investigação, fizemos um estudo sobre Onomástica, uma disciplina que estuda os nomes próprios, e principais ramificações: Antroponímia, que estuda os nomes de pessoas; Toponímia, que estuda os nomes de lugares, com vistas a conhecer os fatores motivacionais na escolha dos nomes de lugares e pessoas.

Buscamos, aqui, apresentar os resultados da diagnose, realizada com os alunos do 6º ano do ensino fundamental em Montes Claros, por

meio de um questionário que tencionava averiguar os conhecimentos onomásticos dos estudantes relativos a denominações relacionadas ao contexto dos alunos e a seus prenomes e sobrenomes.

Os resultados obtidos apontaram que todos os alunos desconhecem a motivação para o topônimo “Brasil”. Acerca da denominação da cidade, 30 (91%) apontaram seu nome, sem dizer a razão. Sobre o nome do bairro, 1 (3%) levantou hipótese sobre sua motivação. No tocante ao nome da escola, 2 (6%) afirmaram ser em homenagem a alguém, mas ignoram informações sobre seu referente. Quanto a seus prenomes, 21 (64%) dos estudantes desconhecem suas motivações e significados. No que concerne aos sobrenomes, 20 (61%) dos alunos disseram não saber sua origem.

Diante do exposto, é de suma importância que esta etapa seja a base para o desenvolvimento de atividades que proporcionem aos alunos o contato com a história dos topônimos e antropônimos inerentes a esta pesquisa.

Por meio desse recorte, percebeu-se, também, conhecimentos ainda não consolidados concernentes à norma ortográfica da Língua Portuguesa, referentes à acentuação gráfica de palavras, pontuação, concordância verbal e nominal, início de nomes próprios com letra maiúscula, uma vez que ficou evidente a inadequação de seus usos no diagnóstico aplicado.

Com as reflexões trazidas aqui, e os resultados da diagnose esperamos incitar novas pesquisas nos campos dos estudos onomásticos.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque; SEIDE, Márcia Sipavicius. *Nomes próprios de pessoa: introdução à antroponímia brasileira*. São Paulo: Blucher, 2020.

ANDRADE, K. S. Os nomes de lugares em rede: um estudo com foco na interdisciplinaridade. *Domínios de Linguagem*, v. 6, n. 1, p. 205-25, Uberlândia, 2012. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiusdelinguagem/article/view/14557>. Acesso em: 23 ago. 2023.

BARBOSA, Maria Aparecida. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia, terminografia, identidade científica, objeto, métodos, campos de atuação. In: II Simpósio Latino-Americano de Terminologia. I Encontro Brasilei-

ro de Terminologia Técnico Científico. *Anais...* Brasília: CNPQ/IBICT, 1992.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, A.M. P. P.; ISQUERDO, A. N. (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, Lexicografia e Terminologia*. Campo Grande: UFMS, 2001, p. 13-22

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus; ANTUNES, Alessandra Martins. Princípios teóricos de toponímia e antroponímia: a questão do nome próprio. *Cadernos do CNLF*, v. 11, n. 3, p.108-21. Rio de Janeiro: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

DICK, Maria Vicentina de Paula Amaral. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. São Paulo: FFLCH-USP, 1990.

\_\_\_\_\_. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990b.

ISQUERDO, Aparecida Negri. A toponímia como signo de representação de uma realidade. *Fronteira – Revista História*, v. 1, n. 2, p. 27-46. Campo Grande: UFMS, 1997.

\_\_\_\_\_. Léxico regional e léxico toponímico: interfaces linguísticas, históricas e culturais. In: ISQUERDO, A.N.; SEABRA, M.C.T.C. (Orgs). *As ciências do léxico: lexicologia, Lexicografia e Terminologia*, v. VI. Campo Grande: UFMS, 2012, p. 115-39

MOTA, Raquel Ribeiro Guimarães. *A toponímia no ensino fundamental: um estudo sobre os nomes dos logradouros de Alvação, distrito de Coração de Jesus*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Departamento de Comunicação e Letras, Universidade de Montes Claros, Montes Claros-MG, 2019. 308p.

SEABRA, Maria Cândida Trindade. Referência e onomástica. In: MAGALHÃES, J.S.; TRAVAGLIA, L.C. (Orgs). *Múltiplas perspectivas em linguística*. Uberlândia: EDUFU, 2008.

SOUZA, Alexandre Melo de. DARGEL, Ana Paula Tribesse Patrício. Onomástica: interdisciplinaridade e interfaces. *Revista GTLex*, v. 3, n.1, p. 7-22. Uberlândia: DOI: 10.14393/Lex5-v3n1a2017-1. 2017. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/GTLex/article/view/53813>. Acesso em: 23 ago. 2023.

## DISCURSO SOBRE O DISCURSO: AS VOZES DE BOLSONARO E LULA NO PRIMEIRO DEBATE PARA PRESIDENTE

Márcia A. G. Molina (UFMA)

[marcia.molina@ufma.br](mailto:marcia.molina@ufma.br)

Silas Gutierrez (FATEC)

[silas.gutierrez@fatec.sp.gov.br](mailto:silas.gutierrez@fatec.sp.gov.br)

### RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o artigo “Bolsonaro responde com raiva sobre ter raiva de mulher; Lula tropeça no tema”<sup>28</sup>, produzido por Anna Virginia Balloussier, depois do primeiro debate para presidência. Nesse artigo, em especial, analisamos sob a perspectiva da Semiolinguística (2005), como a repórter constitui seu texto: a “semiotização” do mundo, naquela instância particular em que os candidatos à presidência, em especial, Lula e Bolsonaro, praticamente, degladiavam-se na e para a conquista de seus eleitores. Observaremos como seu texto cria sentidos. Sublinhamos aqui que não pretendemos, de forma alguma, discutir posição política. Em hipótese alguma, tomaremos partido deste ou daquele, há época, presidencial. Analisaremos o texto de Anna Virgínia, buscando nele os traços em que a autora revela como “enxerga” o mundo e os protagonistas do debate e como o mostra a seus destinatários. Por fim, nossa análise centraliza-se, nos estudos propostos por Charandeau (2005) e, ainda, no decorrer do texto, apoiamo-nos em ideias do Círculo Bakhtiniano (2009). O método utilizado para as análises é o descritivo-analítico.

### Palavras-chave:

Discurso. Semiolinguística. Debate presidencial,veis,

### ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the article “Bolsonaro responds angrily about being angry with women; Lula stumbles over the issue”, produced by Anna Virginia Balloussier, after the first presidential debate. In this article, in particular, we analyze from the perspective of Semiolinguistics (2005), how the reporter constitutes her text: the “semiotization” of the world, in that particular instance in which the presidential candidates, in particular, Lula and Bolsonaro, practically clashed in and for the conquest of its voters. We will observe how his text creates meanings. We emphasize here that we do not intend, in any way, to discuss a political position. Under no circumstances will we take sides with this or that person who has been presidential for some time. What we will do is read Anna Virgínia's text, seeking in it the traits in which the author reveals how she “sees” the world and the protagonists of the debate and how she shows it to her recipients. Finally, our analysis is centered on the studies proposed by Charandeau (2005) and, furthermore, throughout the text, we rely on ideas from the Bakhtinian Circle (2009).

### Keywords:

Discourse. Semiolinguistic. Presidential debates.

---

<sup>28</sup> Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/quem-e-vera-magalhaes-a-jornalista-atacada-pelo-deputado-bolsonarista-douglas-garcia/>

## **1. Introdução**

As eleições de 2022 foram um marco importante de nossa história política e revelou o que já se esperava: a existência de dois brasis: um de direita, conservador, apegado aos valores religiosos e morais, porém despreocupado com o social; e outro de esquerda, despojado, atento à sociedade e ao meio ambiente. Representando o primeiro, como todos já sabem, tínhamos a polêmica figura de Jair Bolsonaro, do PSL (Partido Social Liberal) político de carreira, deputado que respondeu a inúmeros inquéritos em virtude de suas não menos polêmicas posições; representando o outro lado, Lula, do PT (Partido dos Trabalhadores): duas vezes eleito presidente, em ambas as edições deixando seu mandato com alto índice de aprovação, tendo, por outro lado, sido condenado a muitos anos de prisão pela Lava Jato, acusado de corrupção. Libertado em 2019, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), dada uma mudança de compreensão a respeito da prisão em segunda instância.

É bom que recordemos que os modos de produção, distribuição e consumo são “controlados” estrategicamente por determinados grupos. Esse “controle” mantém comportamentos sociais, desenvolve posturas, identidades, configurando uma sociedade cujo saber é permitido e divulgado de acordo com interesses muito específicos, na forma como se vê o mundo.

Naquele momento histórico das eleições de 2022, a população brasileira, parte dela adepta à direita, trazia como nunca se vira anteriormente nossa bandeira no peito, nos carros, nas sacadas dos edifícios. Já os de esquerda, na ocasião, modestamente, ostentavam a bandeira vermelha do PT (Partido dos Trabalhadores). As pesquisas havidas até então, apontavam um empate técnico entre os dois candidatos. Para auxiliar a população a decidir, a Rede Bandeirantes promoveu (e costuma promover) debates eleitorais.

Em relação ao presidencial, o primeiro entre os candidatos à presidência ocorreu, dia 28 de agosto de 2022, colocando frente a frente pela primeira vez, os principais candidatos ao Planalto: Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Jair Bolsonaro (PL), Ciro Gomes (PDT), Simone Tebet (PMDB), Felipe D’Avila (Novo) e Soraya Thronicke (União Brasil). O segundo, promovido por essa emissora, já para o segundo turno, ocorreu em 16 de outubro do mesmo ano.

O primeiro encontro foi mediado pelos jornalistas Adriana Araújo e Eduardo Oinegue, do Grupo Bandeirantes de Comunicação, nos dois

primeiros blocos. No último, pelo diretor de Jornalismo da TV Cultura Leão Serva e pela jornalista Fabíola Cidral, do portal UOL.

É exatamente sobre o artigo, produzido um dia depois do primeiro debate, que discorreremos a seguir, centrando nossa atenção, em especial, aos momentos em que a articulista trata das falas de Bolsonaro e Lula, avaliando nesse texto os traços em que a autora revela como “enxerga” o mundo e os protagonistas do debate e como o revela a seus destinatários. Para isso, utilizaremos os estudos realizados por Charandeau (2005) e em ideias propostas pelo Círculo Bakhtiniano (2009), adotando o método descritivo-analítico para análise do *corpus*.

## 2. Da autora

Anna Virginia Balloussier<sup>29</sup> é jornalista desde 1995, formada pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Escreve sobre religião, política, eleições e direitos humanos. Está na Folha desde 2010, passando por diversas editorias. De 2013 a 2014, assinou o *blog Religiosamente*. Em 2016, foi correspondente do jornal em Nova York. Autora do livro “Talvez ela não precise de mim: diários de uma mãe em quarentena” (Todavia). Escreveu para o Estadão, foi editora do site “BR Político” e hoje publica no Estado de Minas, sendo comentarista de alguns veículos de comunicação.

## 3. Do veículo: a Folha de São Paulo

Fundada em 1921, a Folha é um dos maiores e dos mais influentes dentre nossos jornais diários. Seu crescimento foi calcado nos quatro alicerces do Projeto Folha: pluralismo, apartidarismo, jornalismo crítico e independência, propondo-se a fazer uma curadoria de notícias, oferecendo conteúdo variado e expondo seus leitores a diversos pontos de vista de uma mesma notícia. Seu jornalismo concentra-se em temas de informação geral e interesse público, traduzidos em material compreensivo para o maior número de pessoas.

Define-se como veículo de inspiração liberal, reformista e aberto à pluralidade de tendências, sempre mantendo firme compromisso com a defesa da democracia.

---

<sup>29</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/autores/anna-virginia-balloussier.shtml>.

Seus valores compreendem: compromisso com o leitor; diversidade; excelência; independência econômica e editorial; integridade e liberdade de expressão. Em relação a seus princípios editoriais, preconiza que, sob o pressuposto de que a difusão de informações confiáveis e opiniões qualificadas estimula o exercício da cidadania e contribui para o desenvolvimento das ideias e da sociedade, possui compromisso com os seguintes princípios:

1. Confirmar a veracidade de toda notícia antes de publicá-la;
2. Praticar um jornalismo que ofereça resumo criterioso e atualizado do que acontece de mais relevante em São Paulo, no Brasil e no mundo, com ênfase na obtenção de informações exclusivas;
3. Priorizar temas que, por afetarem a vida da coletividade ou de parcelas expressivas da população, sejam considerados de interesse público;
4. Promover os valores da democracia representativa, dos direitos humanos, da evolução dos costumes, do conhecimento, da solução pacífica dos conflitos, da livre-iniciativa e da equalização de oportunidades;
5. Abordar os assuntos com disposição crítica e sem tabus, no intuito de iluminar problemas, apontar falhas e contradições, questionar as autoridades públicas e os poderes privados, sem prejuízo de buscar conteúdos proveitosos ou inspiradores;
6. Cultivar a pluralidade na composição da Redação e no conteúdo veiculado pelo jornal, seja ao divulgar um amplo espectro de opiniões de diferentes atores sociais, seja ao focalizar mais de um ângulo da notícia, sobretudo quando houver antagonismo entre as partes nela envolvidas; registrar com visibilidade compatível pontos de vista diversos implicados em toda questão controversa e inconclusa;
7. Obrigar-se a ponderar os argumentos da parte acusada e, publicando uma acusação, garantir espaço ao contraditório;
8. Manter atitude apertada, desatrelada de governos, oposições, doutrinas, conglomerados econômicos e grupos de pressão;
9. Preservar o vigor financeiro da empresa como esteio da independência editorial e garantir que a produção jornalística tenha autonomia em relação a interesses de anunciantes; assegurar, na publicação, características que permitam discernir entre conteúdo jornalístico e publicitário;
10. Estabelecer distinção visível entre material noticioso, mesmo que permeado de interpretação analítica, e opinativo;
11. Rechaçar censura e outras agressões à liberdade de expressão, reconhecendo, no caso de abuso comprovado dessa liberdade, a responsabilização posterior dos autores, nos termos da lei;



12. Identificar e corrigir com destaque erros de informação cometidos; publicar manifestações de crítica ao próprio jornal; manter mecanismos transparentes de autocontrole e correção.<sup>30</sup>

Embora se considere um veículo apartidário, esse jornal tem mostrado forte vocação esquerdista, tanto no que diz respeito à abordagem das notícias quanto nas vozes dos articulistas. A esse respeito, Sérgio Dávila, editor-executivo do jornal, em artigo publicado no final de 2017, admitiu que esse veículo seria constituído majoritariamente pela “elíte de esquerda”<sup>31</sup>.

Tal tendência parece ter se revelado já na instância de sua criação, uma vez que surgira como oposição ao Estado de S. Paulo, que atendia às elites rurais, apresentando uma posição conservadora e tradicional. A Folha que se propõe reformista e aberta à pluralidade de tendências, seria então o outro lado da moeda em veículos de notícias de São Paulo.

Em relação a seus leitores, uma pesquisa realizada pelo jornal em 2018, mostrava tratar-se, na maioria, da Grande São Paulo, têm de 25 a 60 anos e são pertencentes, sobretudo, à classe B. Dentre esses, inúmeros professores de Ensino Fundamental, Médio e Superior, muitos dos quais, como se sabe, de esquerda. Têm TV por assinatura e *internet*, portanto amplo acesso à informação<sup>32</sup>.

#### 4. *Da enunciação ao ato de linguagem*

Como se sabe, deve-se à Benveniste (2005) os primeiros estudos a respeito da enunciação. Apoiado, de um lado, no método distribucional de Harris e, de outro, em Saussure, chega ao enunciado, isto é, ao emprego por um falante, das formas submetidas a determinadas regras ou conjunto de regras em que essas formas significantes devem, normalmente, aparecer numa língua.

Por meio dessas regras o falante chega à enunciação, compreendida por Benveniste (*Op. cit.*), como ato individual de utilização da língua, nas quais se recuperam os índices pessoais que atestam o jogo da inter-subjetividade.

---

<sup>30</sup> Informações obtidas em: [https://www1.folha.uol.com.br/institucional/o\\_grupo.shtml](https://www1.folha.uol.com.br/institucional/o_grupo.shtml).

<sup>31</sup> <https://www.ilisp.org/noticias/em-artigo-editor-da-folha-admite-que-jornal-e-de-esquerda-e-militou-pro-haddad/>. Acesso em 14.03.2023.

<sup>32</sup> [http://www.publicidade.folha.com.br/folha/perfil\\_do\\_leitor.shtml](http://www.publicidade.folha.com.br/folha/perfil_do_leitor.shtml). Acesso em: 14.03.2023.

Para a Análise do Discurso de Linha Francesa (AD), por outro lado, as marcas que atestam a relação do sujeito com a sua linguagem não são unívocas nem recuperáveis empiricamente. Para essa teoria, tal concepção deixa de ser produto da individualidade e passa ser advinda de uma ideologia, de um lugar de confronto do ser com o mundo, o lugar da dispersão e da unidade do sujeito.

Dessa forma, a enunciação vista pelos teóricos seguidos de Benveniste como ato individual de utilização da língua, passa a ser compreendida pela AD como produto da organização feita por um sujeito múltiplo e descentrado, advindo de várias formações discursivas.<sup>33</sup>

Já Charaudeau (2005) a linguagem comporta várias dimensões, dentre as quais destaca uma cognitiva, outra social e psicossocial e, por fim, uma semiótica, lembrando que, para ele o discurso fica inserido numa problemática geral que procura relacionar os fatos de linguagem a alguns outros fenômenos psicológicos e sociais, tais como a *ação* e a *influência*, posição denominada de semiolinguística<sup>34</sup>.

A primeira dessas dimensões, a cognitiva, busca saber se há, efetivamente, uma percepção e uma categorização do mundo independentes da ação da linguagem, ou se tais processos se realizam necessariamente através da linguagem ou se fatos sociais e psicológicos atuam em conjunto na e para a realização do sentido do texto. A segunda dimensão aborda questões que remetem ao valor de troca dos signos e ao valor de influência dos fatos de linguagem. E a última trata da relação entre a construção do sentido e a construção das formas, buscando respostas para questões relativas à maneira de como se dá a semantização das formas e do sentido, por exemplo.

Para Fairclough (1989), o estudo da linguagem realizado criticamente contribui para identificar relações de dominação e poder implícitos no discurso, pois muitas vezes, certas formas de realidades são encaradas como naturais e inquestionáveis. Determinadas marcas linguísticas instauram uma realidade de discurso criada não apenas pelo enunciado, mas

---

<sup>33</sup> Conjunto de regras anônimas, históricas, determinadas no tempo e no espaço que definem uma época e uma área social, econômica, geográfica ou linguística, dada as condições de exercício da função enunciativa (ORLANDI, 1988).

<sup>34</sup> *Semio*, de “semiosis”, evocando o fato de que a construção do sentido e sua configuração se fazem através de uma relação forma-sentido (em diferentes sistemas semiológicos), sob a responsabilidade de um sujeito intencional, com um projeto de influência social, num determinado quadro de ação; *linguística* para destacar que a matéria principal da forma em questão - a das línguas naturais.

por todo um processo interativo que delinea discursivamente um dado retrato linguístico social. Sendo assim, descarta-se uma análise apenas dos fenômenos linguísticos, mas que privilegie aspectos sociais, culturais e históricos.

Neste trabalho, apoiados em Charandeau (*Op. cit.*), seguiremos, principalmente, a proposta da Semiologia, avaliando como a autora procedeu à semantização das formas, estabelecendo sentido ao discurso, ou seja, se no artigo em pauta, avaliando os atos enunciativos proferidos pela autora se fazem por meios de fatos de linguagem ou se por fenômenos psicológicos e sociais como *ação e influência*, auxiliando na e para a constituição do significado do texto. Outros autores, como Bakhtin, quando julgarmos relevante, serão trazidos à discussão.

### 5. *Da análise do texto*

Começamos esclarecendo aqui que entendemos como texto a parte concreta do discurso, neste caso específico, aquela materializada no jornal por meio do artigo: “Bolsonaro responde com raiva sobre ter raiva de mulher. Lula tropeça no tema”, produzido um dia após o debate ocorrido na Rede Bandeirantes, lembrando que nosso objetivo são particularmente as partes em que a autora diz respeito às falas de Bolsonaro e Lula.

Iniciamos a análise já do título do texto: “Bolsonaro responde com raiva sobre ter raiva de mulher; Lula tropeça no tema”. De imediato percebemos a coocorrência do substantivo feminino “raiva”, que traduz um “comportamento repleto de fúria, demonstrado pelo excesso de agressividade; ira: sentimento de irritação; ódio; expressão de aversão ou relutância; frustração: sensação de repugnância; repulsão<sup>35</sup>”. A autora, ao escolher este substantivo de valor semântico negativo (raiva) e o utilizando por duas vezes, quando trata de Bolsonaro, parece querer sublinhar o que seus leitores já sabem: o preconceito e machismo atribuído a ele durante todo o seu mandato (e até antes dele), corroborado por expressões utilizadas em muitas de suas falas, tais como: “Ela não merece porque ela é muito ruim, porque ela é muito feia, não faz meu gênero, jamais a estupraria. Eu não sou estuprador, mas, se fosse, não iria estuprar, porque ela não merece” (proferida em 2014, para o Jornal Zero Hora).

---

<sup>35</sup> Dicionário on-line: <https://www.dicio.com.br/raiva/>.

Logo no início do artigo, Anna traz aos leitores, a resposta de Bolsonaro à pergunta formulada pela jornalista Vera Magalhães<sup>36</sup>, relativa ao tema da desinformação sobre vacinas por ele alimentada:

Muitas eleitoras dormiram pensando na reincidência misógina de Jair Bolsonaro (PL), que acusou uma jornalista de dormir pensando nele quando ele topou com uma pergunta que não gostou (sic). “Você tem alguma paixão em mim”, disse o presidente.

Ao utilizar a expressão “acusou uma jornalista de...”, como se a acusasse de um crime, imprime ao verbo carga bastante negativa.

A palavra é um meio estratégico e dinâmico em contínua transfiguração num processo de interorientação socioverbal. Dada sua mutabilidade, adquire várias tonalidades semânticas na cadeia comunicativa; sendo na enunciação o lugar onde pode ocultar ou revelar, por meio sutis e versáteis, valores, ideias e crenças. Dessa forma conceitual, a palavra situa-se no núcleo das práticas discursivas que se cruzam ideologicamente; sua significância é construída, mantida ou modificada dentro de esferas de produção, circulação e recepção social que a revestem de inúmeros acentos ideológicos.

Assim sendo, as coerções de determinadas esferas da atividade humana formam o signo, de outra forma, estaria destituído de carga ideológica e permaneceria em sua concepção neutra: um sinal. Bakhtin/Voloshinov (2009) apontam para a distinção entre signo e sinal. O primeiro é o sinal revestido ideologicamente. Já o segundo, refere-se à capacidade que um recurso semiótico tem de transitar por diferentes esferas sociais e históricas, absorvendo cargas ideológicas distintas. Esse assunto faz parte de uma abordagem mais ampla sobre a crítica do Círculo ao objetivismo abstrato que faz do signo apenas um sinal.

Isso quer dizer que palavra, nessa perspectiva, é analisada por meio da expressividade de quem a utiliza, considerando também entonações, acentos apreciativos e tons valorativos em diferentes situações, além do comportamento ético-social de seus interlocutores: “não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc.” (*op.cit.* p. 98). As realidades criadas e direcionadas, segundo as escolhas verbo-visuais, são retratadas pela linguagem.

---

<sup>36</sup> Jornalista brasileira, formada pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, apresentou grandes trabalhos *Roda Viva*; *CBN Brasil*; *O Globo*; *Jovem Pan*; *Estadão*; *VEJA*; *Folha de S.Paulo*; *Primeira Leitura*; *Diário do Grande ABC*.

E parece ser isso que a autora vislumbrava nos discursos de Bolsonaro: palavras desagradáveis acerca das mulheres, de acordo com a visão de mundo de seu enunciador.

Em relação à fala de Lula, a autora somente expressa: “tropeça no tema”... vejamos: não foi: “mostrou insegurança”, tampouco “deixou a desejar”, apenas e laconicamente: escolheu o verbo “tropeçar”.... ou seja, Lula escorrega, mas não cai, de carga semântica que não tende nem ao negativo tampouco ao positivo.

Voltamos aqui a Charandeau (*Op. cit.*), ao postular que o processo de semiotização do mundo envolve dois momentos:

- o primeiro é o de *transformação*, que, partindo de um “mundo a significar”, o *transforma* em “mundo significado” sob a ação de um sujeito falante;
- o segundo é o de *transação*, que faz deste “mundo significado” um *objeto de troca* com um outro sujeito que desempenha o papel de destinatário deste objeto:

Figura 1: Processo de semiotização.



Fonte: <http://www.patrick-charaudeau.com/Uma-analise-semiinguistica-do.html>.

Isso quer dizer que Anna tinha o debate a significar e, partindo de seu conhecimento de mundo e o partilhado que sabe ter com os seus leitores, executa os processos de transformação (o que ouviu) e o de transação (para quem está dirigido o texto, naquele veículo específico, assumidamente de esquerda, que é a Folha de São Paulo), para leitores em sua maioria, simpatizantes com a mesma linha.

Na sequência, a repórter, utilizando-se do “princípio de influência”, continua: “A simpatia de 82 milhões de mulheres aptas a votar este ano é do que as campanhas mais deveriam correr atrás neste palco dominado por dois homens que, cada um a seu modo, encarnam um bolorento papel de cabra-macho no imaginário popular”. Recordemo-nos de que o princípio de influência, para Charandeau (*Op. cit.*) diz respeito, em linhas gerais a um ato de linguagem organizado por um sujeito social num meio

social, sob determinado contexto, para um destinatário. Nas palavras do autor:

[...] por conseguinte, todo sujeito receptor-interpretante de um ato de linguagem sabe que é alvo de influência. Isto confere a este último a possibilidade de interagir, mas obriga os parceiros a levar em consideração a existência de restrições ao exercício da influência. A *finalidade intencional* de todo ato de linguagem se acha, pois, inscrita no dispositivo sociolinguageiro. (CHARANDEAUX, 2008)

Nessa instância do artigo, aquele lado da balança que pendia negativamente contra Bolsonaro no título, agora parece ter equilíbrio, já que iguala a ambos a “cabras machos”.

Essa expressão, advinda, como a própria jornalista apontou, do imaginário popular, diz respeito ao indivíduo admirado ou respeitado, geralmente pela sua valentia<sup>37</sup>, mas como o sentido de um texto se dá globalmente, ao utilizar a expressão, a autora parece querer atribuir aos dois característica de “mandões”, “brutões”, adjetivos de carga semântica negativa.

Dando continuidade no texto, a autora, traz a pergunta da presidente Simone Tebet a Bolsonaro: “Por que tanta raiva das mulheres?” Fazendo aparecer pela terceira vez a palavra raiva no texto, amenizando o texto, com a seguinte afirmação: “E aí não há Michelle que consiga salvar a imagem do marido grosseirão que, veja bem, no fundo tem coração de manteiga”. Embora a maioria dos leitores da Folha de São Paulo se julguem de esquerda, há dentre eles, os de direita. Assim, está ciente de que, para ser lida, deve atender a ambos os tipos de destinatários.

Contudo, como sujeito sociocognitivo que é, pertencente a uma determinada esfera social, novamente faz a balança pender negativamente para o então presidente, “Tanto Bolsonaro quanto Lula (PT) tiveram momentos ruins quando a paridade de gênero entrou na conversa, mas o presidente foi mais infeliz. Bolsonaro já tem um histórico de falas machistas para desqualificar mulheres que o enfrentam”. Com o emprego do adjetivo “infeliz”, seguido de “falas machistas” e “desqualificar mulheres”, acaba por revelar o ser social por trás da constituição do texto.

Ou seja, a situação extraverbal está longe de ser meramente a causa externa de um enunciado – ela não age sobre o enunciado de fora, co-

---

<sup>37</sup> in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008–2021, <https://dicionario.priberam.org/cabra-macho> [consultado em 14-03-2023].

mo se fosse uma força mecânica. Melhor dizendo, a situação se integra ao enunciado como uma parte constitutiva essencial da estrutura de sua significação.

E, nesse jogo de fazer oscilar a balança, mais adiante no texto, assevera: “Lula também está longe de ser um aluno exemplar. Questionado se assumiria o compromisso de preencher metade de sua Esplanada com ministras mulheres, disse que indicaria “as pessoas que têm capacidade”. Preferiu “sair-se com esse argumento queridinho da turma da meritocracia, que parte da falsa premissa que todos nascem em pé de igualdade para disputar a mesma vaga”.

Sendo assim, o enunciado traz diferentes formas de apropriação do mundo e seus modos de dizer encontram-se em um processo contínuo de comunicação, ajustando contexto, locutor e ouvinte.

Importante ressaltar que o Círculo não concebe formas estáveis de textualização, pois cada estrutura composicional é motivada por diferentes propósitos, em interação com locutores distintos. Dessa forma, o enunciado caracteriza-se pelo projeto enunciativo do locutor integrado num processo de permanente adaptação, organizado em gênero de discurso.

E mais uma vez, ao significar a fala de Lula, embora tenha dito que o presidenciável não fora “aluno exemplar” dá a impressão de que sublinha apenas um “tropeço” em relação a um assunto tão delicado.

Tais constatações fazem-nos chegar ao seguinte quadro resumitivo das falas de ambos os presidenciáveis:

Tabela 1: Semiotização das falas dos dois presidenciáveis.

Bolsonaro	Carga Semântica	Lula	Carga Semântica
Raiva	Negativo (-)	Escorrega	negativo/positivo (+-)
Raiva	Negativo (-)	Bolorento papel	Negativo (-)
		Cabra macho	Negativo (-)
Raiva	Negativo (-)	Está longe de ser aluno exemplar	Negativo (-)
Acusa	Negativo (-)	As pessoas que têm capacidade	negativo/positivo (+-)
Raiva	Negativo (-)		
Bolorento papel	Negativo (-)		
Cabra macho	Negativo (-)		

Muito ruim	Negativo (-)		
Feia	Negativo (-)		
Jamais a estupraria	Negativo (-)		
Mais Infeliz	Negativo (-)		
Machista	Negativo (-)		
Não fora aluno exemplar	Negativo (-)		

Fonte: Autoria própria.

Sendo assim, um interlocutor, imanente ou presumido, molda e, ao mesmo tempo, é moldado por um dado empreendimento enunciativo verbal, atuando de forma responsiva, sendo um interagente diante da notícia jornalística.

Para finalizar o texto, a autora traz uma pesquisa realizada pelos ouvintes/espectadores da Bandeirantes feita durante o debate: “E, enquanto o debate transcorria, a pergunta “o que é feminista” subiu 800% nas buscas do *Google*. “Misoginia” teve uma alta de 2.650%.” Suas palavras finais são: “Quem procura acha”, contando novamente com o saber partilhado e subentendido entre ela (sujeito falante) e seus leitores (sujeitos destinatários): “Bolsonaro no debate não conseguiu ultrapassar seu preconceito em relação a mulheres.”.

Como sujeito social, que enxerga o mundo a sua volta, ao chamar para seu texto um outro o fez com a intenção de mostrar a seus leitores qual a imagem efetiva possuída e reafimada durante o debate por Bolsonaro.

## **6. Considerações finais**

Ao final das análises, pudemos perceber, nas pegadas de Charandeau (*Op. cit.*), que todo sujeito de fala, na instância de um ato de linguagem deve buscar compreender e buscar engajar-se naquele espaço, legitimando e/ou justificando sua “tomada da palavra”.

Além disso, deve posicionar-se em relação aos outros, usando estratégias para criar engajamento em relação a seu destinatário. E foi esse exercício que vimos a autora fazendo durante todo o seu artigo. Usando de atos de linguagem, utilizando palavras de valor semântico negativo, mostrou o então presidente reforçando seu discurso misógino e avesso à Ciência.



Contudo, como já falado, a maioria de seus leitores é de esquerda e, como todo sujeito deve também *posicionar-se com relação aos outros* (quer se trate do parceiro real do ato de linguagem ou de diversos destinatários visados), usa de palavras menos pesadas em relação à Lula, estratégia discursiva para criar relações de *aliança* com seus leitores.

Somando a isso, como todo sujeito linguageiro precisa situar-se em relação ao mundo, não pode deixar de problematizar sua enunciação de maneira adequada. Assim faz uso dos processos de semiotização (transformação x transação), para revelar a seus leitores, mesmo que subrepticamente, quem despontava, naquele momento, o menos pior candidato.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikail; VOLOSHINOV, Valentin. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 13.; ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I e II*. Campinas-SP: Pontes, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. *Une analyse sémiolinguistique du discours*. Paris: Langages n. 117, 1995.

\_\_\_\_\_. Uma teoria dos Sujeitos da Linguagem. In: \_\_\_\_\_. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. *Language and power*. London: Longman, 1989.

FIORIN, José Luís. *Elementos de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2013.

**DO DECRETO À ESTRUTURA: O DISCURSO DE POSSE  
DE SOUSA DA SILVEIRA E A COMISSÃO DE FILOLOGIA  
DA CASA DE RUI BARBOSA**

*Ivan Pedro Santos Nascimento* (UFBA)

[ips.nascimento@hotmail.com](mailto:ips.nascimento@hotmail.com)

*Jacyra Andrade Mota* (UFBA)

[jacymota@gmail.com](mailto:jacymota@gmail.com)

**RESUMO**

A presente comunicação pretende divulgar dados preliminares de uma tese de doutorado em andamento que investiga as bases da constituição e da institucionalização da dialetologia e da geografia linguística no Brasil, a partir do decreto 30.643, de março de 1952, referente ao estabelecimento de uma Comissão de Filologia para a construção de um atlas linguístico pela Casa de Rui Barbosa. Nesse contexto, propõe-se uma análise do discurso de posse do filólogo Sousa da Silveira (1883-1967), à época professor catedrático de Língua Portuguesa da Universidade do Rio de Janeiro e Presidente da Academia Brasileira de Filologia, como membro da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa, em 10 de outubro de 1952, proferido no Gabinete do Ministro da Educação e Saúde Pública e transcrito pelo *Jornal do Commercio* em notícia de 12 de outubro de 1952. Foram eleitos como pontos de discussão a estruturação do discurso de posse enquanto gênero textual e a retórica. Para tanto, assumem-se os pressupostos teórico-metodológicos da historiografia linguística, compreendida como “estudo sistemático e crítico da produção e evolução de ideias linguísticas, proposta por atores, que estão em interação entre si e com um contexto sociocultural e político e em relação com seu passado científico e cultural” (SWIGGERS, 2004).

**Palavras-chave:**

Historiografia Linguística. Sousa da Silveira.  
Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa.

**ABSTRACT**

This communication aims to disseminate preliminary data from an ongoing doctoral thesis that investigates the foundations and institutionalization of dialectology and linguistic geography in Brazil, starting from Decree 30.643 of March 1952, which established a Philology Commission for the creation of a linguistic atlas by the Casa de Rui Barbosa. In this context, an analysis of the inaugural discourse of the philologist Sousa da Silveira (1883-1967) is proposed. At the time, he was a full professor of Portuguese Language at the University of Rio de Janeiro and President of the Brazilian Academy of Philology. The discourse took place on October 10, 1952, during his induction into the Philology Commission of Casa de Rui Barbosa. It was delivered in the Office of the Minister of Education and Public Health and was transcribed by the newspaper *Correio da Manhã* in a news article dated October 12, 1952. As points of discussion, the structuring of the inaugural discourse as a textual genre and rhetoric have been chosen. Therefore, the theoretical and methodological assumptions of linguistic historiography are embraced, understood as the “systematic and critical study of the production and evolution of linguistic ideas, proposed by actors who

interact with each other and with a sociocultural and political context, in relation to their scientific and cultural past” (SWIGGERS, 2004).

**Keywords:**

**Linguistic Historiography. Sousa da Silveira.  
Philology Commission of Casa de Rui Barbosa.**

## **1. Introdução**

A Casa de Rui Barbosa é uma instituição científico-cultural que emergiu no contexto histórico da Primeira República, no início do século XX, em uma tentativa de salvaguardar propriedades e o espólio documental de Rui Barbosa de Oliveira (1849–1923), um jurista, político e escritor baiano reconhecido, popularizado e elevado a símbolo de defesa nacional.

O estabelecimento da instituição foi produto de séries de determinações governamentais, sendo a primeira referente à aquisição da casa da rua São Clemente, n. 134, Rio de Janeiro, com o mobiliário, a biblioteca, o arquivo, os manuscritos e as obras inéditas, no contexto do Projeto Antônio Azeredo, n. 12, de 1923, cuja aprovação e providências se deram em 1924, sob a presidência de Artur Bernardes. Dentre muitas mudanças envolvidas nesse espaço ao longo de décadas, destaca-se a reestruturação do ano de 1952, por meio do decreto n. 30.643, de 20 de março de 1952, durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951–1954) e sob a tutela do Ministro da Educação Ernesto Simões da Silva Freitas Filho, pelo qual se propõe o estabelecimento de um centro de pesquisas no âmbito da Casa de Rui Barbosa, contemplando duas áreas do conhecimento versadas pelo patrono da instituição: a filologia e o direito.

DECRETO N° 30.643, DE 20 DE MARÇO DE 1952  
Institui o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa e dispõe sobre o seu funcionamento.

O PRESIDENTE DE REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, DECRETA: **Art. 1° Fica instituído, na Casa de Rui Barbosa, o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa. Art. 2° O Centro ora instituído realizará seus estudos e trabalhos no domínio do direito e da filologia, e terá por campo de pesquisas a biblioteca e os arquivos da aludida Casa de Rui Barbosa e novas aquisições necessárias ao desenvolvimento dos seus trabalhos. Art. 3° O Centro em referência compreenderá, inicialmente, duas Secções: a de Direito e a de Filologia, dirigidas cada qual por uma Comissão de especialistas convidados pelo Ministro da Educação e Saúde, mediante parecer do Diretor da Casa de Rui Barbosa. § 1° Cada Comissão de que trata este artigo estabelecerá anualmente, um plano de trabalho em**

cuja elaboração poderão colaborar os professores universitários do Brasil, providos em cátedras de direito e de filologia ou em cadeiras afins. § 2º A Comissão de Direito planejará publicações de bibliografia jurídica, de jurisprudência e de história do direito, organizando catálogos de publicações jurídicas, legislativas, parlamentares e jurisprudências do Brasil; boletins de bibliografia brasileira e estrangeira, estudos sistemáticos de bibliografia e hemerografia de jurisprudência federal e das unidades da Federação. § 3º **A Comissão de Filologia promoverá pesquisas em todo o vasto campo de filologia portuguesa - fonológicas, morfológicas, sintáticas, léxicas, etimológicas, métricas, onomatológicas, dialetológicas, bibliográficas, históricas, literárias, problemas de texto, de fontes, de autoria, de influências, sendo sua finalidade principal a elaboração do "Atlas Lingüístico do Brasil"**. Art. 4º O Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa promoverá a publicação de seus trabalhos em arquivos e boletins periódicos, visando especialmente aos resultados das pesquisas que terão caráter estritamente objetivo. Art. 5º Além da Biblioteca da Casa de Rui Barbosa e das aquisições imprescindíveis para atualizá-la, o Centro em causa disporá de instalações apropriadas, cujo projeto será oportunamente apresentado. Art. 6º O Ministério da Educação e Saúde contratará os técnicos em bibliografia, arqueologia e revisão necessários aos trabalhos em cursos. Art. 7º Os casos omissos neste Decreto serão resolvidos por meio de instruções do Ministro da Educação e Saúde. Art. 8º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Rio de Janeiro, em 20 de março de 1952, 131º da Independência e 64º da República. GETÚLIO VARGAS E. Simões Filho (BRASIL, 1952) (grifos nossos)

O ordenamento supracitado é pertinente ao estabelecimento de uma Comissão de Filologia para a elaboração de um atlas linguístico, oferecendo um sistema de coordenadas no quadro dos estudos linguísticos para o alcance dessa meta e garantindo recursos humanos, instrumentais e materiais proporcionados pela Casa de Rui Barbosa. Tradicionalmente, esse evento é reiterado como elemento encadeador de novos direcionamentos quanto à pesquisa e à metodologia da dialetologia. Para Ferreira e Cardoso (1994) e Cardoso (1999; 2010), esse acontecimento estaria articulado a uma terceira fase dos estudos dialetais (1952 a 1996), na qual se percebe um salto metodológico na recolha e na sistematização de dados diatópicos.

### **TERCEIRA FASE**

Caracteriza-se pela produção de trabalhos com base em corpus constituído de forma sistemática e é marcada pelo início das preocupações com o desenvolvimento e implementação dos estudos de geografia linguística no Brasil. Nessa linha, manifesta-se a intenção de elaborar-se o atlas linguístico do Brasil que toma forma de lei através do Decreto 30.643, de 20 de março de 1952, cujo Art. 3º, assenta como principal finalidade da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa a “elaboração do atlas linguístico do Brasil”. (CARDOSO; FERREIRA, 1994, p. 44)

No entanto, mais do que explicitar aquilo que a dialetologia produziu em uma retrospectiva, deve constituir também um tópico de discussão a conjuntura que permitiu a construção de um dado conhecimento científico e as experiências individuais e sociais que foram decisivas para uma determinada descrição histórico-lingüística e que permitiu o estabelecimento da dialetologia como um campo relevante nos estudos lingüísticos.

Dessarte, como parte de uma investigação sobre as bases da constituição e da institucionalização da dialetologia e da geografia lingüística no Brasil, a partir do Decreto 30.643, de março de 1952, referente ao estabelecimento de uma Comissão de Filologia e desenvolvimento de estudos para a construção de um atlas lingüístico brasileiro no contexto da Casa de Rui Barbosa, a partir do mapeamento de conhecimentos e práticas, propõe-se, neste artigo, uma análise do discurso de posse do filólogo Sousa da Silveira (1883–1967), à época professor catedrático de Língua Portuguesa da Universidade do Rio de Janeiro e Presidente da Academia Brasileira de Filologia, como membro da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa, em 10 de outubro de 1952, proferido no Gabinete do Ministro da Educação e Saúde Pública e transcrito pelo jornal *Correio da Manhã* em notícia de 12 de outubro de 1952.

Defende-se que esse pronunciamento apresenta elementos discursivos importantes para identificar e discutir efeitos científicos do Decreto n. 30.643, de 20 de março de 1952, sobre a pesquisa lingüística em termos científicos e políticos, servindo como subsídio para descrever e interpretar circunstâncias que favoreceram a um programa de investigação e levantamento de dados ganhar a atenção estatal; além de caracterizar a comunidade científica que se voltou ao estudo dialetológico. Nesse sentido, foram eleitos como pontos de discussão a estruturação do discurso de posse enquanto gênero textual e a retórica, assumindo-se os pressupostos teórico-metodológicos da historiografia lingüística como “estudo sistemático e crítico da produção e evolução de ideias lingüísticas, proposta por atores, que estão em interação entre si e com um contexto sociocultural e político e em relação com seu passado científico e cultural” (SWIGGERS, 2004).

## ***2. Sousa da Silveira e a Comissão de Filologia***

Em virtude do Decreto 30.643, de março de 1952, cuja iniciativa é atribuída ao ministro da pasta educacional Ernesto Simões Filho com

apoio do presidente Getúlio Vargas, a Casa de Rui Barbosa ampliava suas atividades, visto que, até então, era um Museu-Biblioteca, encarregando-se da conservação da biblioteca, organização e publicação de catálogos, realização de eventos acerca da vida e da obra do estadista, para além dos serviços de consulta ao acervo e exposições museológicas.

As exposições de motivos de Simões Filho ao presidente Vargas apontam para uma ressignificação da Casa de Rui Barbosa não mais como um depósito centrado na salvaguarda material de objetos simbólicos, mas na transmissão de uma herança social subjacente ao espólio do estadista como patrimônio cultural. Por sua vez, essa matéria-prima se caracterizaria como produtiva tanto para a construção de conhecimentos quanto para a legitimação de um Estado Nacional, a partir de um discurso de consolidação de uma unidade entre o passado, o presente e o futuro, perpetuando uma narrativa ruiana de cultivo de um direito alicerçado em ideais de liberdade e justiça e de uma filologia zelosa pela pureza e pelo aperfeiçoamento da língua, esta considerada um instrumento de expressão.

Sob a perspectiva de aperfeiçoamento da língua orientado por princípios filológicos, constituiu-se uma comissão filológica no esgotamento de seu vasto campo no estudo da língua, dos textos e da literatura, tendo como finalidade a elaboração de um atlas linguístico do Brasil. Os membros selecionados para a composição de um quadro de especialistas foram publicados na portaria nº 651, de 31 de julho de 1952, revelando as escolhas do Ministro da Educação e Saúde, mediante o parecer do Diretor da Casa de Rui Barbosa, Américo Jacobina Lacombe, para planejar as atividades anuais, orientar e fiscalizar os trabalhos do novo centro de pesquisas. Haviam sido nomeados Álvaro Ferdinando de Sousa da Silveira (1883–1967), Antenor Nascentes (1886–1972), Antônio dos Santos Jacinto Guedes, Padre Augusto Magne (1887–1966), Augusto Meyer (1902–1970) e Clóvis Monteiro (1898–1961): essencialmente, catedráticos de instituições de ensino, agentes do novo aparelho estatal e escritores de renome.

De modo particular, Álvaro Ferdinando de Sousa da Silveira (1883–1967) era professor catedrático de Língua Portuguesa da Universidade do Rio de Janeiro e presidente da Academia Brasileira de Filologia. Pertencia a uma geração de filólogos e autodidatas anteriores às faculdades de Letras e, como eminente filólogo, apresentava uma produção de caráter linguístico-literário, que contemplou a edição de textos clássicos e modernos e obras de caráter pedagógico em torno da língua portu-

guesa, como se revela em *Trechos Seletos* (1919); *Lições de Português* (1923); *Obras de Casimiro de Abreu* (1940); *Textos Quinhentistas* (1945); *Fonética Sintática* (1952).

Desperta curiosidade o fato de o referido intelectual possuir antecedentes de cooperação com a Casa de Rui Barbosa e com iniciativas governamentais no campo da língua, a exemplo de uma posição integrante na comissão encarregada de organizar um formulário da língua nacional, no que concerne à ortografia, composta em 1936, junto a Antenor Nascentes e ao Padre Augusto Magne; a função de relator do parecer à denominação do idioma nacional, no contexto de uma comissão de professores, escritores e jornalistas instituída por um ato de disposições constitucionais transitórias no ano de 1946, no qual defendeu a designação “língua portuguesa” como “vantagem de lembrar, em duas palavras (...) a história da nossa origem e a base fundamental de nossa formação de povo civilizado” (SILVEIRA, 1946) perante o debate linguístico em torno do texto constitucional da época; e a vice-presidência da comissão organizadora do Congresso Brasileiro de Língua Vernácula, em comemoração ao centenário de Rui Barbosa, promovido pela Academia Brasileira de Letras com o apoio do Ministério da Educação e Saúde em 1949.

No dia 10 de outubro de 1952, houve uma solenidade de posse do grupo que operaria na Casa de Rui Barbosa no Gabinete do Ministro Ernesto Simões Filho. Nela, constava a presença dos seis integrantes da Comissão de Filologia e de um membro da Comissão de Direito, Demóstenes Madureira de Pinho. A partir da cobertura midiática encontrada em dois jornais, *Jornal do Commercio* (12/10/1952) e no *Correio da Manhã* (12/10/1952), foram descobertas duas transcrições de um discurso proferido por Sousa da Silveira, que apresentam elementos discursivos significativos para identificar e discutir as circunstâncias que favoreceram a um programa de investigação e levantamento de dados ganhar a atenção estatal; além de caracterizar a comunidade científica que se voltou ao estudo dialetológico.

Nessa perspectiva, se procedeu à discussão e à análise da transcrição do discurso veiculada pelo *Jornal do Commercio* (12/10/1952) por considerá-la o texto mais completo em relação ao publicado pelo *Correio da Manhã* (12/10/1952, p. 12). Em sequência, será procedida uma caracterização dos discursos de posse enquanto gêneros textuais para, posteriormente, descrever e discutir a estruturação do discurso de posse e a retórica manifestada, considerando a posição de Sousa da Silveira como membro da Comissão de Filologia.

### **3. Sobre discursos de posse**

Para Marcuschi (2002), um texto é qualquer ocorrência linguística que pode se manifestar em modalidade oral ou escrita dotada de uma unidade sociocomunicativa, semântica e formal, realizada e corporificada materialmente em algum gênero textual. Esse, por sua vez, enquadra-se como uma prática sociocomunicativa constituída por forma, conteúdo e estilo.

Desse modo, quando se constrói um texto, isso é realizado dentro de um jogo de circunstâncias e expectativas formais e conceituais, o que mobiliza uma estrutura, procedimentos próprios de como o enunciado precisa ser arquitetado de modo a produzir um efeito de sentido, o tipo de conteúdo e temática que vai ser tratada e as escolhas individuais que se podem tomar no âmbito desse complexo esquema no qual a língua intermedeia práticas sociais.

Considerando as circunstâncias de manifestação dessa ocorrência linguística como prática sócio-histórica, Barros (2010, p. 20) aponta que “um discurso político de posse ocorre num momento de júbilo e ao mesmo tempo de desabafo. Um grupo político ascende ao poder em detrimento de outro, que dele se afasta”. Em adição, Constancio e Schlee (2021), ao prestarem uma análise sob a ótica da linguística sistêmico-funcional, postulam:

O discurso de posse é um gênero textual pertencente aos contextos de cultura político e jurídico. Portanto, tem uma estrutura potencial, enquanto gênero, circunscrita ao uso de uma linguagem ultraformal/monitorada e, por vezes, relacionada ao aspecto da polidez excessiva e do uso da força retórica para organização do seu dizer. [...] Uma característica bastante peculiar do gênero discurso de posse é fato de ser planejado no âmbito da escrita. Alguns dos fatores que interferem nesse planejamento são: a organização do discurso para um público altamente qualificado (a plateia pode ter juristas e outras figuras importantes do cenário político); o uso da retórica para persuadir/convencer o público de que o eleito é qualificado (por isso, há muitas alusões a textos de natureza filosófica e literária, por exemplo. (CONSTANCIO; SCHLEE, 2021, p. 152-3)

De modo geral, um discurso de posse é a enunciação de uma mudança e a assunção de um compromisso. Trata-se de um gênero textual que emerge caracteristicamente de uma reestruturação da lógica do poder e de uma ascensão individual ou coletiva numa estrutura hierárquica que, para ser validada, precisa ser comunicada com estratégias estilísticas e retóricas de modo a assegurar sua aceitabilidade e inspirar o sentimento



de continuidade em um cenário ou instituição que opera com diretrizes próprias e demanda a gestão e mediação de conflitos.

Tendo isso em vista, prossegue-se à discussão da estruturação do discurso de posse enquanto gênero textual, a partir da identificação de seus constituintes informacionais básicos, e de sua retórica, isto é, as “manifestações discursivas adotadas por cientistas e intelectuais em busca da validação e legitimação de sua produção de conhecimento e prática de pesquisa” (BATISTA, 2021, p. 113), no que tange a aspectos identitários de Sousa da Silveira enquanto membro da comissão de filologia.

#### 4. *O discurso de posse de Sousa da Silveira*

No dia 12 de outubro de 1952, o *Jornal do Commercio* veiculou ao longo de duas colunas de sua *Gazetilha*, um espaço dedicado ao resumo de atos governamentais, um informativo pertinente à Casa de Rui Barbosa, descrevendo a posse dos membros das Comissões de Direito e Filologia do Centro de Pesquisas. Dentre seus elementos centrais, constava o discurso de posse do Professor Sousa da Silveira, o qual ocuparia 21 dos 24 parágrafos que totalizam o texto.

[...] Realizou-se, no Gabinete do Ministro da Educação, Sr. Simões Filho, a solenidade de posse dos membros das Comissões de Direito e Filologia do Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa, nomeados de acordo com o decreto n. 30.643, de 20 de Março de 1952, que instituiu aquele Centro.

Cada Comissão é composta de sete membros, tendo sido empossados os seguintes professores: Demóstenes Madureira de Pinho, Sousa da Silveira, Clóvis Monteiro, Antenor Nascentes, Jacinto dos Santos Guedes, Augusto Magne e Augusto Meyer. As comissões têm por fim planejar o trabalho anual e controlar a sua execução.

Após as palavras do Sr. Ministro da Educação, congratulando-se com os empossados pela grandiosa tarefa que iriam cumprir, sob a inspiração do patrono daquela Casa, o Professor Sousa da Silveira pronunciou o seguinte discurso:

“A criação do Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa deve ter alegado grandemente a todos os amigos do desenvolvimento da cultura intelectual brasileira. E por esse motivo é V. Excia. credor da nossa mais viva gratidão.

Muito sabiamente foi dividido o Centro em duas seções: a de Direito e a de Filologia. De fato, o grande brasileiro, cuja memória especialmente se cultua na Casa de Rui Barbosa, exerceu a atividade da sua inteligência em múltiplos departamentos do saber, mas, sobretudo, se distinguiu na sua dedicação ao Direito e à Língua Portuguesa.

Das suas pesquisas e meditação no campo do Direito dão testemunho não só os seus inúmeros trabalhos publicados, e que ora estão sendo recolhi-

dos na edição das obras completas que a Casa de Rui Barbosa vem dando a lume, mas também os seus atos como advogado, como homem público e como político.

Outros, melhor do que eu o fariam já pusemos à vista a sua figura realçada à luz do Direito.

Quanto à Língua Portuguesa, Rui Barbosa estudou-a com o fim de, adquirindo o conhecimento profundo do seu tesouro de palavras e do modo sintático de as combinar, torná-las um instrumento dócil de expressão, com o qual êle transmitisse, elegantemente, e de acôrdo com o gênio do idioma, as idéias e pensamentos a que chegava com as lucubrações do seu cérebro privilegiado.

Não foi um linguista, nem mesmo um filólogo, na rigorosa acepção da palavra; mas fez várias incursões frutuozas no terreno filológico do seu tempo e foi sobretudo, como escritor sem par, um cultor e preservador da língua literária, que o estudo sêco da filologia e, principalmente, da linguística, pôde facilmente concorrer para abastardar e dissolver.

Nesta esfera, êle chegou àquela admirável síntese a respeito da Língua Portuguesa no seu domínio europeu e brasileiro: “O idioma em que se contempla a comunhão das duas nacionalidades e que igualmente próprio de ambas, tem a sua unidade, não desruída, nem substituída, mas opulenta pelas variantes dialetais de além e aquém-mar.”

Que bela concepção! A unidade substancial da língua em todo o seu domínio, com os acidentes dialetais, não fragmentado, mas enriquecendo o patrimônio comum das duas pátrias!

Está claro que a Comissão de Filologia terá de ocupar-se com pesquisas de linguística aplicada à Língua Portuguesa; com a Fonética experimental; com os problemas dialetais; com o levantamento do atlas linguístico do Brasil; com a descrição fidedigna das nossas falas populares, e com outros numerosos assuntos.

Espero, porém, que também constitua objeto de carinhosa atenção da Comissão a organização de edições filológicas de autores de língua portuguesa, tanto brasileiros como europeus.

É realmente confrangedor que não haja (pelo menos que eu saiba) uma biblioteca de bons textos anotados de escritores nossos, não só prosadores, mas também poetas.

O “Congresso de Língua Vernácula” em comemoração do Centenário de Rui Barbosa, já propôs a organização da “Coleção Rui Barbosa”, que seria constituída de volumes de autores brasileiros; na prosa, oradores sacros e profanos, moralistas, pensadores, jornalistas, cronistas, críticos, historiadores, romancistas, autores de contos e de teatro e, no verso, os poetas mais representativos dos vários momentos da nossa literatura.

Embora o gôsto próprio da nossa época e escassa cultura clássica atual tenham relegado ao ostracismo obras de sólido valor, como o poema “Colombo” de Porto Alegre, a “Confederação dos Tamoios” de Gonçalves de Magalhães e a obra substancialíssima para o conhecimento da língua latina e portuguesa, o “Vergílio Brasileiro” de Odorico Mendes, esses e outros trabalhos preferem estudo e publicação no seio de um povo que não queira deixar perder desidiosamente o tesouro do seu pensamento e de sua potência literária.

Muito acertada foi a escolha dos membros de ambas as Comissões. Aqui me referirei apenas aos componentes da Comissão de Filologia: o Profes-

sor Pe. Magne, filólogo dedicado à etimologia, ao vocabulário e à publicação de textos, autor de numerosas obras, das quais menciono apenas o “Dicionário da Língua Portuguesa”, o “Dicionário Etimológico Latino” (êste prestes a sair), a “Demanda do Santo Graal”, o “Bosco Deleitoso”; o Dr. Antenor Nascentes, erudito de renome, Professor Emérito do Colégio Pedro II, possuidor de larga bibliografia, da qual distingo o “Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa”, aparecido em 1932 no seu primeiro volume, e, recentemente, no segundo, que se consagra aos nomes próprios; o Professor Clóvis Monteiro, vencedor brilhante em vários concursos para catedrático, enaltecido por trabalhos como “Português da Europa e Português da América”, orador eloquente, ex-Secretário de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal.

Como a Língua Portuguesa é uma das diferenciações atuais do latim vulgar, e, graças à atuação erudita, tem muitas relações com o latim clássico, um latinista como o Professor Jacinto Guedes é prestantíssimo elemento para a Comissão de Filologia.

Todos esses a que me referi, são filólogos. Mas o filólogo costuma ver os fatos através de um prisma que tem muita coisa de demasiadamente científico; de sorte que um escritor, ao mesmo tempo poeta e prosador, que sinta os fenômenos da língua através da intuição artística, é excelente companheiro e conselheiro de filólogo para lhe completar a deficiência em certas ocasiões.

Por isso aplaudo que integre a Comissão o festejado poeta e excelente prosador, que é o Dr. Augusto Meyer, o qual, além do mais, pela sua situação de Diretor do Instituto Nacional do Livro, tem contínuo contacto e mesmo relações de amizade com um bom número de filólogos.

Agora uma nota pessoal: vindo eu trabalhar neste Centro de Pesquisas, alegra-me a perspectiva de que terei mais amiudados encontros com o Diretor da Casa de Rui Barbosa, o Dr. Américo Jacobina Lacombe, Professor e erudito de límpida inteligência e trato fidalgo, qualidades que tem em alto grau e que são apanágio da nobre família a que pertence.

Senhores: Nesta cerimônia de posse dos membros das Comissões, peçamos para o Centro a bênção de Deus.

Vestido com essa armadura espiritual, o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa há de prosperar e produzir frutos ótimos.

É o que como brasileiro, como filólogo e como extremoso amante da Língua Portuguesa, eu lhe desejo de todo o coração.” (JORNAL DO COMMERCIÓ, 12/10/1952, p. 6)

O discurso de Sousa da Silveira, na condição de representante da Comissão de Filologia em interlocução com o público geral, reiterava um compromisso coletivo com o desenvolvimento cultural e intelectual brasileiro, conferia legitimação à postura ruiana sobre o estatuto do português do Brasil e inseria o objeto de estudo numa genealogia românica.

O texto apresenta uma evidente polidez discursiva e estratégias retóricas para realçar o mérito das nomeações, compondo-se de:

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

1. um agradecimento pelas recomendações e aceitação dos eleitos à Comissão de Filologia para a atuação no Centro de Pesquisas;
2. súmula descritiva da organização do Centro de Pesquisa, situando o contexto de atuação da Comissão de Filologia em conformidade às áreas de conhecimento privilegiadas pelo Patro-  
no institucional;
3. particularização dos esforços no campo “filológico”;
4. firmamento de compromissos em relação ao estudo da Língua Portuguesa sob as inspirações de Rui Barbosa;
5. síntese meritória para o realce da habilitação de cada membro da Comissão e a relação orgânica entre suas formações e com-  
petências para o cumprimento de tarefas futuramente legadas;
6. nota pessoal de estima em relação ao Diretor da Casa de Rui  
Barbosa;
7. encerramento com um pedido de proteção divina e a assunção  
individual como brasileiro, filólogo e estudioso da língua por-  
tuguesa.

Sousa da Silveira dirige-se a Ernesto Simões Filho como dinamizador de uma nova estrutura na Casa de Rui Barbosa e representante de um governo apoiador ao desenvolvimento da cultura intelectual brasileira. A instituição, outrora um museu-biblioteca, um depósito centrado na salvaguarda material de objetos simbólicos e de um espólio documental representativo para a sociedade, se redirecionaria à transformação de uma herança social: a legitimação de um Estado Nacional, a partir de um discurso de consolidação de uma unidade entre o passado, o presente e o futuro, perpetuando uma narrativa ruiana de cultivo de um direito alicerçado em ideais de liberdade e justiça e de uma filologia zelosa pela pureza e pelo aperfeiçoamento da língua.

Nesse ponto, defendia-se que a língua portuguesa era “una” em essência, mas dotada de particularidades em seus dois grandes domínios pela dimensão geográfica e pelos elementos que condicionaram o enriquecimento de um patrimônio comum, não o distanciamento, nem a fragmentação linguística. As diferenças eram, grosso modo, projetadas para o fenômeno da dialeção, como parte de um processo comum e previsível na história das línguas românicas que, no caso do português, não possuía caráter centrífugo para a diferenciação linguística. Atualizava-se,

dessa maneira, uma retórica de defesa pela unidade da língua portuguesa como elemento de coesão nacional e se validava o monolingüismo promovido pelas glotopolíticas do regime varguista desde o período do Estado Novo (1937-1945).

Se, para a elaboração de um atlas nacional estava prevista uma agenda de pesquisa no esteio da filologia portuguesa, contemplando a fonologia, a morfologia, a sintaxe, o léxico, a etimologia, a onomatologia, a dialetologia, a métrica, a bibliografia, a história, a literatura e a edição de textos, tal como estabelece o Decreto 30.643, cada membro da comissão era retratado competentemente como um especialista para cobrir as áreas de conhecimento predeterminadas sob um viés científico. Sousa da Silveira reconhecia-se filólogo e enxergava-se em um ambiente filológico.

Uma vez que a estrutura do centro de pesquisas recém-fundado era reflexo de um legado cultural e intelectual de Rui Barbosa, Sousa da Silveira enfatizava a continuidade e a atualização do pensamento linguístico ruiano, situando, no contexto da filologia, o aparato que seria mobilizado nas pesquisas linguísticas: a fonética experimental, a dialetologia, a geografia linguística e a crítica textual. Língua falada e língua escrita seriam os objetos primários para cultivar um legado do passado no presente.

### 5. *Considerações finais*

Esta comunicação buscou apresentar uma visão preliminar de uma pesquisa de doutorado em andamento que explora a constituição e a institucionalização da dialetologia e da geografia linguística no Brasil, a partir do marco histórico do Decreto 30.643 de março de 1952.

Nesse sentido, foi tomado como ponto de partida o discurso de posse de Sousa da Silveira, uma figura proeminente na década de 1950 como professor catedrático de Língua Portuguesa na Universidade do Rio de Janeiro e Presidente da Academia Brasileira de Filologia. Seu discurso foi examinado com atenção à estruturação e às estratégias retóricas empregadas para destacar a importância da Comissão de Filologia e sua missão dentro do contexto mais amplo do desenvolvimento cultural e linguístico do Brasil.

Por meio da análise, observou-se que Sousa da Silveira posicionou o centro de pesquisa recém-criado como uma continuação do legado intelectual de Rui Barbosa, enfatizando a utilização da experimentação

fonética, dialetologia, geografia linguística e crítica textual no âmbito da filologia. Os interesses pela língua falada e pela língua escrita do português do Brasil expressam um legado contemporâneo do passado: o pensamento linguístico do patrono institucional. Dessa maneira, identificou uma retórica de continuidade.

Em síntese, o discurso de posse proferido em 10 de outubro de 1952, no gabinete de Edgard Santos, ministro da educação, reflete a integração de dimensões linguísticas, culturais e políticas na criação da Comissão de Filologia e do Centro de Pesquisas na Casa de Rui Barbosa. O texto articula um compromisso com a unidade linguística nacional ao mesmo tempo em que dialoga com os contextos históricos, sociais e acadêmicos da época. Além disso, as estratégias empregadas no discurso não apenas apresentam a missão e os objetivos da Comissão, mas também estão alinhadas com narrativas mais amplas de identidade brasileira e continuidade cultural.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, R. A. *Organização argumentativa e gênero no discurso político de posse: teorias em interação*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Núcleo de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2010.

BATISTA, R. *Fundamentos da pesquisa em Historiografia da Linguística*. São Paulo: Mackenzie, 2021.

BRASIL. *Decreto nº 30.643, de 20 de março de 1952*. Institui o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa e dispõe sobre seu funcionamento. Rio de Janeiro, Legislação Federal, 1952.

CARDOSO, S. *Geolinguística: tradição e modernidade*. São Paulo: Parábola, 2010.

\_\_\_\_\_. A dialectologia no Brasil: perspectiva. *DELTA*, São Paulo, v. 15, n. especial, p. 233-55, 1999.

CONSTANCIO, F. A.; SCHLEE, M. B. O gênero discurso de posse pela ótica da Linguística Sistêmico-Funcional. *Revista Philologus*. Rio de Janeiro: CiFEFiL, Ano 27, n. 80, 2021. Disponível em: <https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/596/644>.

FERREIRA, C.; CARDOSO, S. *A dialectologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A.P. *et al.* (Org.). *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 19-36

SILVEIRA, A. F. et al. A Denominação do idioma nacional do Brasil. Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1946. *Relatório técnico-científico ao Ato das Disposições Transitórias, apenso à Constituição dos Estados Unidos do Brasil*, promulgada em 18 de setembro de 1946).

SWIGGERS, P. Modelos, métodos y problemas en la historiografía de la lingüística. In: CORRALES-ZUMBADO, C. *et al.* (Ed.). *Nuevas aportaciones a la historiografía lingüística*, Madrid: Arco Libros, 2004. v. 1, p. 113-46

Outra fonte:

CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1952, p. 6.

**ENTRE MOTIVAÇÕES E A ARBITRARIEDADE:  
UM ESTUDO SAUSSURIANO DA ANTROPONÍMIA**

Ana Paula Marroques de Oliveira (UFU)

[anapaulamarroques@gmail.com](mailto:anapaulamarroques@gmail.com)

Eliane Mara Silveira (UFU)

[elianemsilveira@gmail.com](mailto:elianemsilveira@gmail.com)

**RESUMO**

Dentre os muitos elementos linguísticos presentes na língua, o nome próprio pessoal possui um espaço especial na vida do falante, uma vez que é a palavra utilizada para designação do sujeito. Apesar de sua relevância, sabe-se que ainda existem diversas problemáticas relacionadas a análise dessa classe à luz da ciência da linguagem. Dessa forma, buscando elucidar a participação da antroponímia no sistema linguístico, este trabalho procura, por meio da teoria Saussuriana, compreender o funcionamento dessa classe enquanto signo. Nesse sentido, analisamos, com base no *Curso de Linguística Geral (CLG)* (2012 [1916]) e sustentados pelo trabalho de Henriques (2021), a participação dos nomes próprios na obra de Saussure. A partir dessa análise, salienta-se a noção da arbitrariedade proposta pelo genebrino, que implicaria a não motivação como funcionamento intrínseco ao signo linguístico. Essa proposta, parecendo não se encaixar tranquilamente à classe da antroponímia e, em especial aos nomes sociais, poderia indicar uma problemática a teoria. A fim de entender a problemática do arbitrário nos antropônimos, encontramos na terceira parte do capítulo “Mecanismo da língua”, presente no *CLG*, as noções de arbitrariedade absoluta e arbitrariedade relativa. Essas noções, quando aplicadas a alguns antropônimos, são capazes de demonstrar de forma mais clara o funcionamento dessa classe, que assume certos níveis de motivação, mas não subverte a arbitrariedade já determinada pela língua.

**Palavras-chave:**

**Antroponímia. Arbitrariedade. Nome Social.**

**ABSTRACT**

Among the many linguistic elements present in the language, the personal name has a special place in the speaker's life, since it is the word used to designate the subject. Despite its relevance, it is known that there are still several problems related to the analysis of this class in the light of language science. Thus, seeking to elucidate the participation of anthroponymy in the linguistic system, this work seeks, through the Saussurian theory, to understand the functioning of this class as a sign. In this sense, we analyze, based on the *Course on General Linguistics (CGL)* ([1916]2012) and supported by the work of Henriques (2021), the participation of proper names in Saussure's work. Based on this analysis, the notion of arbitrariness proposed by the Genevan is highlighted, which would imply non-motivation as an intrinsic functioning of the linguistic sign. This proposal, which does not seem to fit easily into the class of anthroponymy and, in particular, into social names, could indicate a problem with the theory. In order to understand the issue of arbitrariness in anthroponyms, we find in the third part of the chapter Mechanism of language present in the *CGL*, the



notions of absolute arbitrariness and relative arbitrariness. These notions, when applied to some anthroponyms, are able to demonstrate more clearly the functioning of this class, which assumes certain levels of motivation, but does not subvert the arbitrariness already determined by the language.

**Keywords:**

**Anthroponymy. Arbitrariness. Social Name.**

### 3. *Introdução*

Percebe-se que os nomes próprios pessoais, ou antropônimos, possuem um espaço especial no cotidiano dos falantes, tanto em uso quanto como objeto de reflexões, se apresentando como um elemento da língua que compreende um contato especial com o falante, além de ser suscetível a problematizações. Assim, este trabalho busca elucidar a questão dos antropônimos à luz da Linguística com objetivo de compreender o funcionamento dessa classe linguística, enquanto integrante de um sistema linguístico, buscaremos averiguar a aplicabilidade dessa hipótese a partir da teoria estruturalista saussuriana.

Nesse viés, essa teoria demonstra um espaço frutífero para problematização dos nomes próprios pessoais, uma vez que ela inaugura o que conhecemos hoje enquanto linguística moderna, caracterizando a língua como sistema estruturado composto por signos. Dessa forma, Ferdinand de Saussure foi um pesquisador muito importante para que os estudos da linguagem pudessem ser compreendidos enquanto ciência, a partir do estabelecimento da língua enquanto objeto.

Cabe ainda ressaltar que as produções de Saussure foram importantes para formação de novas concepções sobre a natureza da língua, que contraria os estudos anteriores relacionados à língua, nos quais a concepção de língua estava ligada à ideia de nomenclatura e representação do pensamento. Portanto, o rompimento com esses vieses faz com que os nomes próprios sejam um ponto de tensão na teoria saussuriana, uma vez que para essa classe a função da nomeação é predominante, provocando assim novas reflexões a respeito dessa categoria em que os antropônimos participam.

Dentre as problematizações possíveis, elencamos a questão da arbitrariedade como o ponto de maior tensão entre a teoria do genebrino e os antropônimos, uma vez que esse é um conceito importante para elaboração da teoria que parece não se aplicar confortavelmente aos antropônimos. A partir disso, analisaremos essa questão no que concerne aos

nomes sociais, dado que esse tipo de antropônimo pode se apresentar como um complexizador dessa temática.

#### **4. A antroponímia enquanto signo linguístico**

De início, é válido explicar que Ferdinand de Saussure foi um grande pensador, pesquisador e professor suíço que viveu no final do século XIX e início do século XX, que durante o início de sua carreira, dedicou-se aos estudos da Gramática Comparada e possuía um interesse particular pelos topônimos. Entretanto, em sua trajetória, o linguista se deparou com uma problemática terminológica que o levou a suspender suas pesquisas relacionadas a áreas que lhe interessavam para se debruçar acerca da Linguística Geral.

A fim de compreender as relações entre a teoria proposta por Saussure e os nomes próprios, Henriques (2021) traça esse paralelo na obra *O caso mais grosseiro da semiologia: O que Saussure pode nos dizer sobre os nomes próprios*. No segundo capítulo da obra, a autora realiza uma análise do CLG (*Curso de Linguística Geral*), buscando elencar os momentos em que a nomeação e os nomes próprios foram citados. A partir disso, percebe-se que essas categorias são apresentadas de duas formas específicas: durante as críticas que Saussure faz à nomenclatura e nas considerações a respeito na analogia e a evolução da língua.

A autora indica que a primeira crítica se encontra logo na introdução da obra, no capítulo “Objeto da Linguística”, no qual Saussure explora a ideia de que o ponto de vista criaria o objeto. A partir dessa afirmação, o linguista encaminha suas reflexões de forma a delimitar o lugar da língua, e é nesse momento que a primeira crítica é exposta: “Há, inicialmente, a concepção superficial do grande público: ele vê na língua somente uma nomenclatura, o que suprime toda a pesquisa acerca de sua verdadeira natureza.” (SAUSSURE, 1975, p. 25).

Nesse ponto, Henriques elucida que a negação à nomenclatura se estabelece para que se torne possível a compreensão da língua como um sistema de signos que se relacionam de forma independente a variações externas.

Desse modo, é plausível afirmar que a negação da nomenclatura enquanto concepção de linguagem pode ser considerada como um dos aspectos fundamentais para a afirmação de que a língua possui uma ordem própria. Pode-se compreender isso porque essa ordem baseia-se nas relações

estabelecidas entre os elementos no interior do sistema linguístico e não nos aspectos exteriores a esse sistema. (HENRIQUES, 2021, p. 77)

Assim, Henriques retoma do exemplo do jogo de xadrez presente no *CLG* para demonstrar que a compreensão da língua como sistema mostraria que as relações formadas entre os elementos que a constitui são mais relevantes do que seu exterior em si, ou seja, “o material do qual as peças são constituídas não interfere no funcionamento do jogo, conquanto as regras permaneçam as mesmas e que os jogadores as respeitem” (2021, p. 78). Desse modo, a concepção da língua como um instrumento de nomenclatura não é cabível na proposta de Saussure devido a noção de língua como um sistema de valores.

Henriques ainda nos lembra que essa concepção de língua proposta por Saussure no *CLG* só pode ser concebida por meio da alteração da natureza do signo linguístico, o que nos leva a segunda crítica feita a Saussure: a problemática envolvendo o signo e sua arbitrariedade. É válido destacar que a teoria saussuriana descreve a língua como um sistema de signos, que correspondem às palavras como elementos constituintes das línguas e possuem características que expõem diversos pilares para compreensão geral da língua. Assim, é justamente no capítulo “Natureza do signo linguístico” que a segunda crítica se realiza.

Para certas pessoas, a língua, reduzida ao seu princípio essencial, é uma nomenclatura, vale dizer, uma lista de termos que correspondem a outras tantas coisas. [...] Tal concepção é criticável em numerosos aspectos. Supõe ideias completamente feitas, preexistentes às palavras; ela não nos diz se a palavra é de natureza vocal ou psíquica, pois *arbor* pode ser considerada sob um ou outro aspecto; por fim, ela faz supor que o vínculo que une um nome a uma coisa constitui uma operação muito simples, o que está longe de ser verdade. (SAUSSURE, 1975, p. 79)

Essa citação se encontra no primeiro capítulo da primeira parte da obra, que pretende descrever justamente a constituição do signo e algumas de suas características. Para essa apresentação inicial, Saussure começa sua explanação criticando mais uma vez a noção de língua como nomenclatura. Todavia, Henriques (2021) explica que Saussure não exclui a função de referência na língua, mas explica que há uma performance dos signos que precede o próprio ato de nomeação.

Como vimos, era comum no século XIX a concepção segundo a qual o âmago da linguagem era composto pelos nomes e que a principal função da língua era dar nome aos objetos presentes no mundo. Entretanto, caso a língua se restringisse a uma lista de etiquetas que nomeiam objetos, toda a sua complexidade seria perdida e não haveria a necessidade de se estudar o seu funcionamento. Além disso, um aspecto interessante a ser ressaltado nessa citação é a afirmação de que o vínculo entre um nome e

uma coisa não constitui uma operação simples. Ao que nos parece, então, **Saussure não nega que um nome possa se referir a objetos, mas sim que antes da relação de referência acontecer há todo um funcionamento que é interior ao sistema linguístico.** (HENRIQUES, 2021, p. 79) (grifos nossos)

A autora aponta que é por meio dessas considerações que Saussure explica que os signos linguísticos são constituídos por um significado e um significante, que configuram respectivamente o conceito e a imagem acústica que o representam. Segundo o teórico, ambos os elementos são entidades psíquicas e estão intimamente ligados. Por meio dessa definição, o autor enuncia alguns princípios inerentes aos signos, iniciando com a arbitrariedade que caracteriza o laço entre o significado e o significante, compreendendo que essa relação se estabelece de forma e imotivada.

A palavra arbitrário requer também uma observação. Não deve dar a ideia de que o significado dependa da livre escolha do que fala (ver-se-á, mais adiante, que não está ao alcance do indivíduo trocar coisa alguma num signo, uma vez esteja ele estabelecido num grupo linguístico); queremos dizer que **o significante é imotivado, isto é, arbitrário em relação ao significado**, com qual não tem nenhum laço natural na realidade. (SAUSSURE, 1975, p. 83) (grifos nossos)

E é justamente nesse aspecto que ocorre o mais comum mal-entendido com relação ao *CLG*: a arbitrariedade implicaria a imotivação entre o significante e o significado, ou seja, é independente de pretextos do falante. Nesse ponto, críticos à teoria tendem a levantar a questão dos nomes próprios, em especial os prenomes, como exemplo de contrariedade ao caráter arbitrário do signo, uma vez que, como um traço cultural comum em diversas sociedades, é habitual que os pais nomeiem seus filhos a partir de algum tipo de intenção significativa.

Como evidência, tem-se a própria existência dos dicionários de nomes que conjugam diversos prenomes a um significado epistemológico ou sócio-histórico, a fim de auxiliar esses pais a atribuírem algum tipo de sentido característico aos filhos a partir do prenome. Tem-se como exemplo a proposta de Costa (1988) em sua obra *Dicionário de Nomes Próprios: Milhares de alternativas para dar nome ao seu bebê*, que tem por princípio, exposto pela própria estruturação sintática-semântica de seu título, auxiliar pais a escolherem o nome de seus filhos com base em sentidos etimológicos, como nota-se no exemplo: **“Pedro** do latim: ‘Pedra’. Do grego: ‘Rocha’” (COSTA, 1988, p. 143).

Retomando as problemáticas de Henriques, indaga-se: Se há motivação na escolha do prenome por parte dos pais, como Saussure poderia

afirmar a arbitrariedade imotivada do signo? Como resposta, Henriques esclarece a diferenciação entre arbitrário filosófico e arbitrário linguístico com base em Gadet (1990).

Para essa autora, o arbitrário filosófico impõe a relação entre o nome e o referente, encontrando-se no exterior do signo. Por outro lado, o arbitrário linguístico situa-se na relação estabelecida entre significante e significado, ou seja, não há na constituição do signo linguístico um lugar para os objetos presentes no mundo. (HENRIQUES, 2021, p. 80)

Dessa forma, nota-se que a arbitrariedade em Saussure não diz respeito à relação entre o signo e o objeto, e sim a relação entre o significante e o significado. Logo, a alegação de que a motivação culturalmente presente no processo de nomeação de seres humanos corromperia a estruturação da teoria saussuriana é falha, dado que ao afirmar a existência da arbitrariedade, Saussure explica que a relação imotivada se dá entre o significante e o significado. Cabe ainda destacar que por se tratar da imagem acústica e conceito, a noção de conceito para o significado pode se confundir com a noção de referente.

Nesse ponto, é pertinente colocar a seguinte questão: A afirmação do arbitrário filosófico negaria o arbitrário linguístico, ou vice-versa? Essa questão é de difícil resolução e podemos dizer que essa dificuldade foi percebida por Saussure (1973:82), ao afirmar que, apesar de ser uma verdade, é difícil assinalar o lugar que cabe ao arbitrário. (HENRIQUES, 2021, p. 81)

Nesse sentido, Henriques relembra que a coexistência dos dois tipos de arbitrariedades pode sim causar uma confusão. Entretanto, o arbitrário saussuriano pode ser compreendido de forma mais distintiva a partir do exemplo dado no *CLG* com relação aos diferentes significantes utilizadas em idiomas diferentes que fazem referência a um mesmo objeto empírico, no qual são utilizados conjugações sonoras e gráficas diferentes para constituição de diferentes significantes.

Assim, a ideia de “mar” não está ligada por relação alguma interior à sequência de sons m-a-r que lhe serve de significante; poderia ser representada igualmente bem por outra sequência, não me importa qual; como prova, temos as diferenças entre as línguas e a própria existência de línguas diferentes: o significado da palavra francesa boeuf (“boi”) tem por significante b-ö-f de um lado da fronteira franco-germânica, e o-k-s (Ochs) do outro. (SAUSSURE, 1975, p. 82)

Com relação aos prenomes, sabemos que o exemplo da mudança de idiomas é inadequado, dado que não é comum que nomes próprios sejam traduzidos. Todavia, é também possível demonstrar a arbitrariedade saussuriana a partir da coexistência de mais de um significado para

realização de um mesmo significante. Este é um caso extremamente compatível com a aplicabilidade dos antropônimos, uma vez que é habitual encontrarmos pessoas diferentes que possuem prenomes idênticos.

Dessa forma, segundo o Censo Demográfico realizado em 2010 pelo IBGE, existem no Brasil aproximadamente 1.219.605 pessoas que utilizam o prenome “Pedro”. Isto posto, nota-se que não é possível afirmar uma relação motivada entre o significado e o significante, dado que um mesmo significante foi utilizado para diferentes significados. Assim, realizando um paralelo com a proposta feita por Costa (1988), como poderiam todos os pais dos 1.219.605 Pedros brasileiros terem sido motivados pelo significado etimológico proposto pela autora, dado que cada indivíduo possui características diferentes?

Nesse viés, culminamos na terceira, e última, crítica feita no *CLG* que diz respeito à diferenciação entre o valor e a significação. Saussure explica em sua obra que a diferenciação desses conceitos, apesar de penosa, é essencial para compreensão da língua para além da nomenclatura: “É necessário, contudo, esclarecer essa questão, sob a pena de reduzir a língua a uma simples nomenclatura” (SAUSSURE, 1975, p.133). Pensando nisso, Henriques explica que “se tomarmos essa distinção da maneira com que ela é exposta neste capítulo do *CLG*, temos que o valor advém da relação estabelecida entre os termos no sistema, enquanto a significação é a contraparte da imagem auditiva ou a relação entre significante e significado” (HENRIQUES, 2021, p. 85).

Mas por que essa diferenciação é tão importante para a organização dessa teoria? Justamente porque o valor não inclui objetos externos, sendo uma característica interior da constituição do sistema da língua, que precede a “contraparte da imagem auditiva” (SAUSSURE, 1975, p. 133). É importante destacar que a significação é um conceito pouco explorado durante as formulações do *CLG* e, por isso, sua definição se torna complexa. Entretanto, assumimos aqui que a significação, ao contrário do valor, incluiria objetos externos.

A fim de explorar novas hipóteses, Henriques lembra que pesquisadores do *CLG*, como Bally (1940) e Burger (1961), propõem que a distinção entre o valor e a significação esteja diretamente ligado à diferença entre língua e fala

Para Bally (1940), há, portanto, uma distinção fundamental entre valor e significação. O valor linguístico, a saber, as relações estabelecidas entre os termos no interior do sistema, não teria, de fato, nenhuma relação com os objetos exteriores. **Essa relação seria estabelecida no âmbito da pa-**

**role(fala), a partir do momento em que um falante fala de algo para alguém** (HENRIQUES, 2021, p. 86) (grifo nosso)

Assim, para Burger (1961), a significação depende do valor, ou seja, uma determinada **palavra pode adquirir várias significações** conquanto essas significações sejam possibilidades oferecidas pelas relações dos termos no interior do sistema. Nesse sentido, quando Saussure afirma que é necessário distinguir valor de significação, sob pena de reduzir a língua a uma nomenclatura, somos levados a considerar que **a língua só não é uma nomenclatura, porque ela não se restringe às significações que uma palavra pode adquirir** (HENRIQUES, 2021, p. 88) (grifos nossos)

Com base nesses autores, é possível reconhecer que uma palavra pode assumir várias significações, e esses fenômenos se estabelecem a partir de relações com exterioridades da língua que ocorrem nos momentos de fala. Nesse sentido, é válido lembrarmos as afirmações de Amaral e Seide (2020) no que diz respeito a ausência de traços semânticos perceptíveis nos antropônimos. Se levarmos essa afirmativa em consideração, percebemos mais uma vez a peculiaridade dos nomes próprios pessoais, que demonstram um frágil vínculo às noções de significação, sem necessariamente perder o seu valor linguístico.

Entretanto, também é importante retomar a problemática das motivações culturais no ato de nomeação, nas quais os pais do sujeito sobre o qual será designado um nome, possuem motivações que revelam algum tipo de intencionalidade de sentido. Ao que nos parece, essa é uma das situações em que a língua, enquanto sistema, entra em contato com exterioridades por meio da fala, revelando possíveis significações, que não influenciam a arbitrariedade estabelecida entre significante e significado, mas demonstram uma possibilidade de significação.

### 5. *A única citação aos nomes próprios no CLG*

Após a apresentação das críticas, Henriques destina um período de sua obra para discorrer acerca do único momento em que a classe dos nomes próprios é mencionada no *CLG*. Nesse sentido, essa menção ocorre durante as considerações sobre a Linguística Diacrônica, mais especificamente no momento em que Saussure realiza reflexões sobre a analogia e a evolução da língua. Em síntese, Saussure considera que a analogia é um fenômeno de muita produtividade para formação de novas palavras.

Ao que nos parece, isso se mostra pertinente a partir do momento em que consideramos que **a analogia é um processo de criação que utiliza de formas já existentes na língua** e que funciona a partir dos mecanismos associativos e sintagmáticos. (HENRIQUES, 2021, p. 93) (grifos nossos)

Todavia, Saussure indica que essa produtividade não alcança todas as classes de palavras, sendo as exceções os nomes próprios e os geográficos. Assim, nota-se que, no *CLG*, uma consideração importante que essa obra nos oferece é o “isolamento” que ocorre com os nomes próprios enquanto signos participantes de um sistema.

As únicas formas sobre as quais a analogia não tem poder nenhum são naturalmente as **palavras isoladas**, tais como os nomes próprios, especialmente os nomes de lugares (cf. Paris, Genève, Agen etc.), que não permitem nenhuma análise e, por conseguinte, nenhuma interpretação de seus elementos; nenhuma criação concorrente surgiu a par deles. (SAUSSURE, 1973, p. 20) (grifos nossos)

A partir dessa afirmação do linguista, Henriques sinaliza que genebrino havia notado a “produtividade morfológica limitada do nome próprio” (2021, p.95) que não anularia a possibilidade de formação de novos nomes por meio de nomes próprios já existentes, mas que revela a uma performance peculiar desta classe no sistema linguísticos. Assim, essa diferença entre os nomes próprios e os demais signos, indicam um isolamento dessa classe, processo este que, segundo Henriques, parece ser um ponto de tensão na teoria, uma vez que Saussure “considera a língua como um sistema fundamentado nas relações de seus termos” (2021, p. 95).

## **6. A arbitrariedade: entre motivações e convenções**

Diante do exposto, é possível inferir que os nomes próprios são signos linguísticos dotados de idiossincrasias. Dentre elas, salientam-se a questão da arbitrariedade, a sua relação com as significações e seu isolamento devido a suas limitações no processo de formação de palavras por analogias. Apesar de todas se demonstrarem questões relevantes, elucidarmos a questão da arbitrariedade com mais enfoque, acreditando que esta problemática poderá abrir caminhos para as demais reflexões.

Retomando a questão da arbitrariedade, nos parece perceptível que, para além da relação imotivada entre significado e significante, é possível perceber a existência de algum tipo de motivação, no que concerne aos antropônimos, que ocorre no momento de nomeação. Entretanto, como já apontado anteriormente, as motivações se dariam por meio de fatores extralinguísticos, que não estariam necessariamente ligados à relação entre significado e significante.



Neste ponto, nos parece viável retomar a terceira parte do capítulo “Mecanismo da língua” presente no *CLG* durante as reflexões acerca da linguística sincrônica. É neste momento em que Saussure descreve algumas questões acerca das relações sintagmáticas e destina um período para explicar a existência do que nomeia como “arbitrário absoluto e arbitrário relativo”. Desse modo, o linguista inicia explicando a importância dessa perspectiva de funcionamento do mecanismo da língua.

O princípio fundamental da arbitrariedade do signo não impede distinguir, em cada língua, o que é radicalmente arbitrário, vale dizer, imotivado, daquilo que só o é relativamente. Apenas uma parte dos signos é absolutamente arbitrária; em outras, intervêm um fenômeno que permite reconhecer graus no arbitrário sem suprimi-lo: *o signo pode ser relativamente motivado*. (SAUSSURE, 1973, p. 152) (grifos do autor)

Por meio dessa afirmação, Saussure interioriza uma flexibilização da noção de arbitrariedade no sistema linguístico, assumindo que um signo pode adquirir diferentes graus de arbitrariedade, sem necessariamente suprimi-la, tornando-se, assim, relativamente arbitrário, ou seja, passível de motivações. Para explicar melhor esta questão, o linguista usa com exemplo os números “vinte” e “dezenove”, e explica que esses signos possuem graus de arbitrariedade diferentes, sendo que “dezenove” apresenta maior reatividade, por evocar termos que lhe estão associados. Assim, “dez” e “nove” teriam um grau de arbitrariedade mais próximo a “vinte”, mas “dezenove” representa um caso de motivação relativa.

O genebrino também utiliza casos de derivação sufixal para demonstrar essa flexibilização do arbitrário, como na palavra “pereira”, que evoca o sentido de “pêra”, bem como o sufixo “eira” evoca as palavras como “cerejeira” e “macieira”. Desse modo, há nas línguas palavras de arbitrário absoluto (completamente imotivado), como em francês *berger* (“pastor”), bem como palavras que podem assumir o arbitrário relativo (relativamente motivado), como *vacher* (“vaqueiro”), também em francês.

Dentre as considerações a respeito desse conceito, Saussure explica que nem sempre a análise sintagmática é tão evidente e que há casos “cuja significação é turva ou inteiramente nula” (p. 153). Outro ponto importante é o fato de que “mesmo nos casos mais favoráveis, a motivação não é nunca absoluta” (p.153), isso porque, segundo o linguista, “o valor do termo total jamais iguala a soma dos valores das partes; *per X eira* não é igual a *per + eira*” (p. 153), ou seja, as partes só adquirem valor juntas não isoladamente.

Pensando a respeito dos antropônimos, vimos no tópico anterior que Saussure já sinalizava a pouca produtividade dessa classe para formação de novas palavras por meio do processo de analogia, demonstrando um possível isolamento dessa classe. Entretanto, Simões Neto e Rodrigues (2017), mostram em sua obra *A neologia e os processos genolexicais em antropônimos brasileiros: um breve mapeamento de estudos realizados* que o cenário brasileiro se mostra culturalmente propício para produção de novos nomes próprios, incluindo processos como sufixação e a própria analogia.

Dentre os casos, salientamos os nomes próprios pessoais formados a partir de uma possível fusão de outros nomes, dado que, em geral, essas escolhas são motivadas por questões extralinguísticas, como a junção dos nomes dos pais, avós, ou outros nomes de pessoas importantes para os responsáveis pela designação. Tomemos como exemplo o nome “Marlucia”, que segundo o Censo Demográfico de 2010, possui uma frequência de 20.803 pessoas no Brasil. Neste nome, é possível perceber a evocação dos termos “Maria” e “Lucia”, demonstrando assim a existência do arbitrário relativo nesta classe, e sua passividade às motivações.

É importante retomarmos uma questão levantada por Saussure com relação ao arbitrário relativo, no que diz respeito a explicação desse fenômeno que, segundo o autor, implica a análise das relações sintagmáticas e associativas presentes no termo, dado que, além de limitar o arbitrário, “Essa dupla relação lhe confere uma parte de seu valor” (p. 153), que como já visto anteriormente é um ponto decisivo para compreensão de que a motivação nunca será absoluta. Assim, quando resgatamos o exemplo “Marlucia”, é possível perceber que ao evocar os termos “Maria” e “Lúcia” esta relação acrescenta-lhe algum tipo de valor, mas não determina uma motivação absoluta, dado que o novo nome possui um valor único na língua: Se tivermos três mulheres em uma sala, sendo elas nomeadas “Maria”, “Lucia” e “Marlucia”, cada uma delas responderá ao seu vocativo único e não haverá confusão no momento de referenciação.

Dessa maneira, é possível perceber que apesar de suas peculiaridades, os nomes próprios pessoais compõem uma classe que possui um funcionamento sistêmico proposto por Saussure em sua teoria. Ademais, também afirmamos, a partir das questões já expostas, que os antropônimos parecem apresentar uma maior proximidade no que concerne ao arbitrário relativo, devido a sua grande proximidade a fatores extralinguísticos, como fatores culturais e as motivações individuais de cada sujeito no momento de designação.

### 6.1. Nome Social

É justamente pensando nessa proximidade entre signo e sujeito que indica a presença do arbitrário relativo na classe dos antropônimos que se encontra a questão dos nomes sociais. Aqui é importante ressaltar que aceitar a arbitrariedade dos nomes próprios pessoais parece mais simples quando pensamos que o nosso nome nos é dado segundo parâmetros que independem da nossa vontade enquanto falantes da língua. Entretanto, no caso dos nomes sociais, percebe-se a ação direta do falante na língua, na qual há a pretensão de alteração do sistema linguístico.

A respeito dos nomes sociais, Amaral e Seide (2020) explicam que o conhecimento a respeito desta classe de antropônimos se difundiu no Brasil durante os últimos anos devido a necessidade da garantia do princípio da dignidade humana para pessoas trans e travestis. Todavia, ao contrário do nome civil (e até mesmo o nome de urna), o nome social não possui nenhuma normatização via lei no Brasil. O que existe atualmente é, na verdade, um Decreto que reconhece a existência dessa classe.

Em 2016, a então Presidente da República, Dilma Rousseff, edita o Decreto nº 8.727, que dispõe sobre o uso do nome social e o **reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais** no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Nesse decreto, o nome social é definido da seguinte forma: “**designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida**”. (AMARAL; SEIDE, 2020, p. 94) (grifos nossos)

Desse modo, percebe-se que o nome social é um antropônimo utilizado primordialmente por pessoas transexuais e travestis, isto porque esses indivíduos “não se identificam com o nome civil que possuem, atribuído a um gênero diferente do qual ele ou ela se identifica” (2020, p. 94, adaptada). A fim de explicitar as diferenças entre o nome social e o nome civil, Cerqueira apresenta em sua obra *Nome social: propósito, definição, evolução histórica, problemas e particularidades* (2015) propõe um quadro didático que possibilita a visualização dessas diferenças.

Tabela 1.

	Nome civil	Nome Social
1	Obrigatório a todas as pessoas.	Facultativo. Só possui quem assim o desejar.
2	Destinado a todos.	Destinado especificamente

		ao público transgênero.
3	Subsiste sozinho, independentemente da existência de nome social.	Não subsiste sozinho. O seu titular passa a ter tanto o nome civil quanto o nome social. (Na hipótese de alteração do nome em cartório, o estatuto do nome social deixa de existir e o titular passa a ter um novo nome civil.)
4	Adquirido com o registro de nascimento, com a pessoa ainda sem discernimento para prática dos atos da vida.	Conferido muito posteriormente ao nascimento, tendo como pré-requisito que a pessoa tenha identificação de gênero preferencial, o que exige consciência.
5	Atribuído por terceiros ao seu titular (via de regra os pais nomeiam os filhos).	É escolha personalíssima de seu titular, não havendo a possibilidade de que terceiro impute nome social a outrem.
6	Pode ser recusado pelo cartório, se expuser a pessoa ao ridículo.	Não pode ser recusado pela repartição pública, pois o cidadão declara sua aceitação pessoal ao nome.
7	É atribuído mediante registro em cartório, mas só pode ser alterado por meio de uma decisão judicial.	Pode ser alterado administrativamente sem a necessidade de uma decisão judicial.
8	Vincula o tratamento de todas as pessoas que interagem com o seu titular.	Atualmente, limita-se a vincular o tratamento dado ao seu titular no âmbito da administração pública (e escolas) e de instituições que assim o regulamentarem.
9	Deve guardar relação com a família do seu titular, podendo ser alterado, por exemplo, após o reconhe-	Não precisa guardar relação com o núcleo familiar de seu titular.

	cimento de paternidade ou adoção.	
<b>10</b>	Não necessita de aprovação social (pois a personalidade está no seu começo).	Via de regra, configura-se como um antropônimo já utilizado pela sociedade para a identificação de seu portador.
<b>11</b>	Pode ser alterado por ocasião do casamento.	O casamento é indiferente ao nome social. Via de regra, as legislações são omissas quanto ao tema.

Fonte: Adaptado de Cerqueira (2015).

A partir da observação do quadro, analisando-o as questões da teoria Saussuriana, é possível perceber que, dentre as singularidades do nome social, salienta-se justamente a ação individual do sujeito na língua, que por uma questão particular, infere uma mudança no uso de um antropônimo, que como já dito, é um signo participante do sistema. Ao que parece, o requerimento do nome social indicaria um forte caráter da convencionalidade do signo, presente na teoria de Whitney e rebatida por Saussure, uma vez que o caráter convencional “evidenciaria uma concepção de linguagem como nomenclatura” (HENRIQUES, 2021, p. 83).

Essa convencionalidade do nome social é perceptível, dado que esta classe depende de um acordo entre o referente e os demais falantes, demonstrando assim uma possível subversão do sistema linguístico à vontade do falante, consideração esta que poderia indicar uma falha na proposta teórica do genebrino. Poderia então o nome social ser a exceção não prevista pelo Linguista?

Acreditamos que não. Isto porque, ao que parece, o nome social poderia se enquadrar no que já fora visto anteriormente enquanto arbitrário relativo. Mesmo apresentando um forte caráter da motivação, que faz com que essa classe se aproxime cada vez mais com que Whitney descreve como convencional, a escolha do nome social obedeceria a algumas arbitrariedades já presentes no sistema linguístico envolvendo essa classe. Logo, é improvável, por exemplo, que um sujeito opte por utilizar um nome comum como “cadeira” como um nome social, uma vez que este uso contrariaria à arbitrariedade do sistema linguístico. O mesmo aconteceria se o sujeito optasse por uma construção agramatical.

Além disso, é importante ressaltar que, como já posto, o nome social advém do desconforto de pessoas trans e travestis com identificação proposta pelo nome civil que é incompatível com a sua identidade de gênero. Desse modo, para que essa situação seja resolvida, o nome social precisa indicar compatibilidade a essa identidade de gênero proposta. Tomemos como um possível exemplo uma mulher trans, cujo nome civil registrado é “Paulo”, mas o nome social seja “Paula”. Nesse caso, é possível perceber a demarcação da desinência de gênero “-a” em “Paula” que evoca o sentido de feminino ao nome, correspondendo assim com o objetivo do nome social.

Cabe ainda destacar que, atualmente, surgem cada vez mais discursos relacionados à identificação de gênero, que não se limita à perspectiva binarista de gênero. Nesse sentido, Padilha e Palma discutem em sua obra *Vivências não binárias na contemporaneidade: um rompimento com o binarismo de gênero* (2017) a respeito dessa problemática. Na obra, as autoras explicam que pessoas não binárias são sujeitos que não se identificam com a perspectiva dicotômica do gênero, que se limita a existência dos conceitos “feminino” e “masculino”, e que podem não se identificar com nenhuma dessas faces.

Nessas ocorrências, também é possível que esses indivíduos assumam um nome social que corresponda melhor a sua identificação. Mesmos nesses casos, em que não há interesse na evocação dos sentidos “feminino” e “masculino”, a escolha dos nomes social tende a ir de encontro a antropônimos em que a desinência de gênero seja zero, ou que a vogal temática não retome sentidos binaristas, como em “Dominique”, “Manu” e “Alex”. Assim, nota-se mais uma vez a presença da arbitrariedade relativa, em que há espaço motivações, mas a escolha ainda é determinada por estruturas que independem da vontade do falante.

Dessa forma, é possível perceber que, como já previsto por Saussure, a língua pode sim assumir certo grau de motivação relativa, mas não poderá assumir motivação absoluta, demonstrando mais uma vez que mesmo quando relativo, arbitrário é uma característica essencial para o funcionamento do sistema. Assim, a teoria saussuriana parece, mais uma vez, abranger os casos mais específicos da língua.

## **7. Considerações finais**

Neste trabalho, buscamos compreender a situação dos antropônimos enquanto signo linguístico, recorrendo à teoria saussuriana. No *Cur-*

*so de Linguística Geral* procuramos entender como esta teoria aborda a questão da nomeação e quando nos nomes próprios são mencionados por ela. Para tal, utilizamos a pesquisa de Henriques (2021) como um suporte para entender a relação entre os nomes próprios, para a partir daí levar a discussão aos antropônimos. Dentre as questões expostas por Henriques, as análises entre o princípio da arbitrariedade e os antropônimos salienta-se, uma vez que, como visto anteriormente, essa classe possui um contato com os falantes que indicaria uma possível subversão deste princípio.

A fim de compreender as noções de arbitrariedade, analisamos os conceitos de arbitrário absoluto e arbitrário relativos presentes no *CLG*. Neste ponto, Saussure explica que o princípio de arbitrariedade pode assumir níveis de motivações relativas, sem que a arbitrariedade seja suprimida. Relacionando os antropônimos aos exemplos propostos por Saussure no *CLG*, parece-nos que esta classe corresponde justamente a categoria de arbitrariedade relativa, dado que a motivação no momento de designação não suprime a arbitrariedade presente na estrutura linguística desse tipo de signo.

Para melhor compreensão desta situação, analisamos a situação dos nomes sociais, uma vez que este tipo de antropônimo advém de uma necessidade particular do falante, que escolhe sua própria designação. Assim, o nome social demonstra um caráter ainda mais convencional e motivado, que, como vimos, não subverte o princípio da arbitrariedade, pois mesmo nesses casos, o falante possui limitações predeterminadas por estruturas linguísticas que são arbitrárias em si.

Por fim, concluímos que os nomes próprios pessoais configuram uma classe muito curiosa e heterogênea, mostrando-se um campo produtivo para pesquisas linguísticas. Ademais, também foi possível inferir que a teoria saussuriana ainda apresenta ferramentas úteis para análises linguísticas das mais diversas classes da língua, contrariando noções de que esta teoria está ultrapassada, dado que é capaz de elucidar questões de um objeto com tantas espinhosidades para análise como os antropônimos.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Eduardo. T. R.; SEIDE, Márcia. S. *Nomes Próprios de Pessoa: Introdução à Antroponímia Brasileira*. 1. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2020. 276p. Disponível em: <https://www.blucher.com.br/nomes-pro>

prios-de-pessoa-introducao-a-antroponimia-brasileira\_9786555500011.  
Acesso em: 15 jun. 2022.

CERQUEIRA, Rodrigo Mendes. *Nome social*: propósito, definição, evolução histórica, problemas e particularidades. Jus.com.br, ago. 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/45219/nome-social-proposito-definicao-evolucao-historica-problemas-e-particularidades>. Acesso em: 20 maio. 2023.

COELHO, Micaela Pafume. “Significação” em Saussure – os três cursos de Linguística Geral. In: SILEL, 2013. *Anais do SILEL...* [S.l.]: [s.n.], Uberlândia, 2013. Disponível em: <http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/pt/arquivos/silel2013/943.pdf>. Acesso em: 24 maio 2023.

COSTA, Camille Vieira. *Dicionário de Nomes Próprios*. São Paulo: Traço, 1988.

HENRIQUES, Stefania. M. *O caso mais grosseiro da semiologia*. O que Saussure pode nos dizer sobre os nomes próprios? Prefácio Eliane Silveira. Campinas-SP: Abralin (Altos Estudos em Linguística), 2021. 147p.

PADILHA, Vitória; PALMA, Yáskara. Vivências não-binárias na contemporaneidade: um rompimento com o binarismo de gênero. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, v. 11 & 13<sup>th</sup> Women’s Worlds Congress, Florianópolis, 2017. Disponível em: [http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499481481\\_ARQUIVO\\_FG2017completovifinal.pdf](http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499481481_ARQUIVO_FG2017completovifinal.pdf). Acesso em: 24 maio 2023.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. 7. ed. São Paulo: Cultrix, 1975.

SILVEIRA, Eliane Mara. A teoria do valor no Curso de Linguística Geral. *Letras & Letras*, [s.l.], p. 39-54, 5 dez. 2008.

SIMÕES NETO, Natival Almeida; RODRIGUES, Letícia Santos. A neologia e os processos genolexicais em antropônimos brasileiros: um breve mapeamento de estudos realizados. *Mandinga: Revista de Estudos Linguísticos*, [s.l.], v. 1, ed. 2, p. 110-27, 11 ago. 2017. Disponível em: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/mandinga/article/view/33>. Acesso em: 24 maio 2023.



Outra fonte:

SIGNIFICADO dos Nomes – Dicionário de Nomes Próprios. [S.l.], 1 jan. 2008. Disponível em: <https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/nomes-criados-brasileiros/>. Acesso em: 24 maio 2023.

**ESTUDO TOPONÍMICO BILÍNGUE  
DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PÚBLICAS  
DE FEIRA DE SANTANA-BA: PORTUGUÊS E LIBRAS**

*Emanuelle Reisurreição Santos Carneiro Dantas* (UEFS)

[emanuelletils@ufpb.edu.br](mailto:emanuelletils@ufpb.edu.br)

*Liliane Lemos Santana Barreiros* (UEFS)

[lilianebarreiros@uefs.br](mailto:lilianebarreiros@uefs.br)

**RESUMO**

A toponímia insere-se nas ciências do léxico como ramificação da onomástica e dentro destes estudos ocupa-se pela investigação dos nomes próprios de lugares. O processo de nomeação de lugares é comum a todas as línguas, por isso esta ação também é verificada na Libras, por meio de atribuição de sinais aos espaços. Diante disso, o presente trabalho busca analisar as motivações toponímicas da nomeação das instituições de ensino públicas da cidade de Feira de Santana em língua portuguesa e em Libras. Trata-se de um recorte de uma pesquisa de mestrado em andamento, que se integra a outros estudos associados ao projeto de pesquisa Estudo bilíngue da toponímia de Feira de Santana-BA: Português-Libras. A pesquisa fundamenta-se nos pressupostos teóricos da Lexicologia e da Lexicografia Moderna (BIDERMAN, 1984; 1998; 2001; VILELA, 1983; BARREIROS, 2017), da Toponomástica (DAUZAT, 1926; DICK, 1987; 1990; 1992; SEABRA, 2004; 2006) dos estudos toponímicos em Libras (SOUSA, 2017; 2019; 2021; 2022) e dos estudos linguísticos da Libras (FELIPE, 2006; FERREIRA, 1995; GESSER, 2009; SOUZA JÚNIOR, 2012; KARNOPP, QUADROS, 2004). Adota-se também a proposta das fichas lexicográfico-toponímicas usadas em estudos semelhantes (FERREIRA, 2019; JESUS, 2019). Pretende-se ao final desta pesquisa contribuir para o fortalecimento da toponímia bilíngue, além de construir um inventário de fácil acesso, constituído pelos sinais das instituições públicas de ensino de Feira de Santana-BA, garantindo assim uma maior acessibilidade ao povo surdo feirense.

**Palavras-chave:**

**Libras. Toponímia. Instituições de ensino públicas.**

**ABSTRACT**

Toponymy is part of the lexicon sciences as a branch of onomastics and within these studies it deals with the investigation of the proper names of places. The process of naming places is common to all languages, so this action is also verified in Libras, by attributing signs to spaces. Given this, the present work seeks to analyze the toponymic motivations for naming public educational institutions in the city of Feira de Santana in Portuguese and in Libras. This is an excerpt from a master's research in progress, which is integrated with other studies associated with the research project Bilingual study of the toponymy of Feira de Santana-BA: Portuguese-Libras. The research is based on the theoretical assumptions of Lexicology and Modern Lexicography (BIDERMAN, 1984; 1998; 2001; VILELA, 1983; BARREIROS, 2017), Toponomastics (DAUZAT, 1926; DICK, 1987; 1990; 1992; SEABRA, 2004; 2006) from toponymic

studies on Libras (SOUSA, 2017; 2019; 2021; 2022) and from linguistic studies on Libras (FELIPE, 2006; FERREIRA, 1995; GESSER, 2009; SOUZA JÚNIOR, 2012; KARNOPP, QUADROS, 2004). The proposal of lexicographical-toponymic sheets used in similar studies is also adopted (FERREIRA, 2019; JESUS, 2019). At the end of this research, it is intended to contribute to the strengthening of bilingual toponymy, in addition to building an easily accessible inventory, consisting of the signs of public educational institutions in Feira de Santana-BA, thus guaranteeing greater accessibility to the deaf people of Feiraense.

**Keywords:**

**Libras. Toponymy. Public educational institutions.**

## **1. Introdução**

O processo de nomeação de lugares é comum a todas as línguas, por isso esta ação também é verificada na Língua Brasileira de Sinais (Libras), por meio de atribuição de sinais aos espaços. Um sinal não é um gesto simples ou uma mímica, é um signo linguístico constituído a partir das suas unidades mínimas (parâmetros) e formado com regras gramaticais complexas, tal qual ocorre com as palavras nas línguas orais. Contudo, ao atribuir um sinal há um determinado local (tarefa essa que deve ser exercida exclusivamente pelo povo Surdo) não estão envolvidas apenas questões de ordem gramatical, mas também sociais, ao passo que revela toda compreensão que este povo tem da realidade que os cerca.

O conjunto desses sinais forma o repertório lexical na Libras. Refletir sobre a formação do léxico da língua é compreender as relações históricas, sociais e culturais que exercem influência sobre ela, ou seja, se debruçar sobre o léxico é abrir a possibilidade de conhecer a história do povo que a utiliza (Cf. ABBADE, 2011)

Sendo assim, a área da linguística que ocupa-se pelas investigações da nomeação de lugares é a Toponímia. Este artigo é fruto do recorte de uma pesquisa de mestrado em andamento e tem como objetivo principal analisar, a partir de uma toponímia bilíngue (Libras/língua portuguesa), a nomeação das instituições de ensino públicas Feira de Santana, buscando compreender as motivações toponímicas e traçando uma comparação entre as línguas, a fim de compreender-se as influências sócio-históricas deste processo de nomeação, bem como também contribuir para o registro dos sinais em Libras apoiando na construção do repertório lexical dos surdos desta cidade.

Diante disso, temos a seguinte questão de pesquisa: “Quais as motivações para a nomeação das instituições de ensino públicas de Feira de Santana em Libras e língua portuguesa?”.

Pretende-se tecer caminhos para a resposta a essa indagação partir dos pressupostos teóricos da Lexicologia e da Lexicografia Moderna (BIDERMAN, 1984; 1998; 2001; VILELA, 1983; BARREIROS, L., 2017), da Toponomástica (DAUZAT, 1926; DICK, 1987; 1990; 1992; SEABRA, 2004; 2006), dos estudos toponímicos em Libras (SOUSA, 2017; 2019; 2021; 2022) e dos estudos linguísticos da Libras (FELIPE, 2006; FERREIRA, 1995; GESSER, 2009; SOUZA JÚNIOR, 2012; KARNOPP, QUADROS, 2004; QUADROS, 2019).

No que tange à metodologia da pesquisa, o *corpus* é constituído por 260 topônimos educacionais, sendo organizados nas seguintes categorias: escolas municipais (204), escolas estaduais (50), centros de ensino (3), instituto federal (1), universidades (2).

Para classificar os topônimos das instituições de ensino encontrados, o aporte teórico-metodológico será composto pelos modelos taxionômicos criados por Dick (1992) e ampliado por Isquierdo (1996), Lima (1997) e Francisquini (1998), modelo este utilizado em estudos semelhantes por Ferreira (2019) e Jesus (2019).

Esta pesquisa se justifica pela não existência de estudos toponímicos bilíngues sobre as instituições públicas de ensino de Feira de Santana-BA e também na urgência por registros do léxico dessa língua. Somada a estas justificativas, acredita-se que o desenvolvimento desta pesquisa contribuirá para ampliação dos estudos toponímicos de Feira de Santana, já desenvolvidos na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), através do projeto de pesquisa intitulado “Estudo Bilíngue da Toponímia de Feira de Santana-BA: Português-Libras” (CONSEPE-UEFS044/2018), coordenado pela professora Dra. Liliâne Lemos Santana Barreiros e vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL), objetivando catalogar, classificar, descrever e analisar os nomes dos acidentes geográficos humanos e físicos, identificando as motivações toponímicas em línguas orais e em Libras para a nomeação dos topônimos encontrados.

## 2. *A cidade de Feira de Santana-BA e sua comunidade surda*

Feira de Santana é a segunda maior cidade do estado da Bahia, localizada a 109 km da capital, tem uma população estimada em 616.272 pessoas e uma área territorial de 1.304,425 km<sup>2</sup> (IBGE, 2022), destacando-se como o maior entroncamento rodoviário do Norte/Nordeste e caracterizando-se como um município com forte potencial comercial-industrial, o que potencializa um grande fluxo de pessoas de diversas partes do Brasil regularmente.

Em visita à cidade, em 1919, o jurista baiano Ruy Barbosa a apelidou de “Princesa do Sertão”, a homenagem veio pela posição geográfica privilegiada. Para compreender a origem do município se faz necessário buscar escritos sobre o século XVIII, esta narrativa aponta que “a partir do desmembramento da grande sesmaria de Tocós, propriedade de Antônio Guedes de Brito, dá-se o estabelecimento de numerosas fazendas de criação de gado” (SILVA, 2000, p. 16). Neste período, houve um grande advento de fazendas, dentre elas estava a de Santana dos Olhos d’Água, pertencente ao casal português Domingos Barbosa e Ana Brando.

Com quase uma légua de comprimento e meia légua de largura, Santana dos Olhos d’Água era conhecida como uma grande propriedade nesta área. Pertencia ao Português Domingos Barbosa de Araújo e à sua esposa Ana Brandoa, que nela havia se instalado no princípio do século dezoito. De acordo com a tradição corrente em Feira de Santana, Domingos e Ana Brandoa constituíam um casal virtuoso, amado e admirado por todos que o conheciam. (POPPINO, 1968, p. 20)

Criada como vila em 13 de novembro de 1832 e instalado em 18 de setembro de 1833 data em que se comemora o aniversário da cidade, a história descrita anteriormente é apenas uma das narrativas de seu surgimento, historiadores como Andrade (1992), Oliveira (2000), Santos (2008), debruçam-se sobre as histórias dos primeiros povoadores de Feira de Santana.

Sendo Feira de Santana essa forte potência que agrega uma diversidade de povos, podemos afirmar também que consequentemente, possui uma comunidade surda grande. Essa comunidade feirense é atuante politicamente e está caminhando para sua consolidação, mas nem sempre foi assim, a história dos povos surdos em todo mundo é marcada por grandes contradições.

Daniela Betânia Ferreira (2019) e Carlos Messias de Jesus (2019) apontam em suas pesquisas que o primeiro espaço de acolhimento de

alunos surdos em Feira de Santana foi a Escola Alberto Alencar, criada em 1977 pela Dr<sup>a</sup> Mara Regina, esse espaço atendia não só surdos como pessoas com deficiência diversas e ofereciam vários serviços desde reabilitação a ensino. Nesta época os surdos feirenses utilizavam ainda mímicar, sinais caseiros e gestos para se comunicar, no período em questão a filosofia educacional era oralista, então priorizava-se a oralidade como método para o desenvolvimento cognitivo.

Passando-se 4 anos, uma grande mudança ocorreu na maneira em que os surdos se comunicavam, isso ocorreu com a chegada de uma surda de Barreiras, no período em que esteve na cidade ela ensinou a língua de sinais aos surdos feirenses.

Por volta de 1990, foi fundada na cidade a Associação Filantrópica de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos (AFADA), há uma geração inteira de surdos feirenses que foram marcados pelo período de estudos na AFADA lá funcionava, dentre outras atividades, como uma escola especial contando com ensino exclusivo em Libras.

Outro espaço educacional feirense que se destacou após o fechamento da AFADA e segue até a atualidade acolhendo os surdos é o Centro de Apoio Pedagógico (CAP). Este centro tem como objetivo oferecer o atendimento de apoio pedagógico aos estudantes com deficiências e dificuldade de aprendizagem matriculados na rede estadual, os surdos ao participarem desse espaço tem a possibilidade de aprender a Libras ou o português escrito, além de apoio diversos em suas dificuldades educacionais.

O processo de emancipação do povo surdo feirense converge com os marcos legais conquistados com muita luta da comunidade surda em todo o Brasil. Dentre eles destacamos a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 que reconhece a Libras enquanto língua, meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda.

Lei essa conhecida como a “Lei de Libras” foi impulsionadora de outras conquistas, como o Decreto que a regulamenta, Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 que em seus capítulos traz amparos legais relevantes a comunidade surda como: a inclusão da Libras como componente curricular obrigatório nos cursos de licenciatura e no curso de fonoaudiologia, da formação do professor e instrutor de Libras entre outras questões.

Motivados pelas conquistas nacionais, a comunidade surda feirense também pleiteou, lutou e conquistou algumas legislações municipais

como Lei Municipal nº 164, de 1 de fevereiro de 2005 que implementa o uso da Libras como língua oficial no Município, o reconhecimento da profissão do intérprete de língua de sinais pela criação da Lei Municipal nº 2608, de 29 de agosto de 2005, e em 19 de maio de 2009 a lei que obriga a presença do intérprete de Libras nos espaços públicos de atendimento coletivo, Lei nº 3000.

Devido ao crescente encontro de surdos para confraternizar, conversar em língua de sinais e compartilhar interesses em comum, além da necessidade de se organizarem politicamente, tiveram a ideia de criar uma associação.

Em vista disso, a Associação de Surdos de Feira de Santana (ASFS) foi fundada no ano de 2008 e nesse tempo já contou com três presidentes, a atual é Elaine Figueredo que terminará seu mandato no ano de 2023 e caso seja reeleita poderá assumir a presidência até o ano de 2028. A associação está funcionando por meio de contrato de empréstimo no Centro Esportivo, Cultural e Social José Ribeiro da Silva o qual é vinculado à Escola Infantil São João da Escócia, espaço mantido pela Loja Maçônica Luz e Fraternidade.

A ASFS é uma organização sem fins lucrativos organizada há 15 anos com o objetivo de unir os surdos da cidade de Feira de Santana, atualmente conta com cerca de 200 membros ativos associados, dentre outras pessoas surdas que frequentam esse espaço e ouvintes colaboradores, ressalta-se a partir dos relatos de surdos, que há espaço para pessoas ouvintes nas associações atuando na secretaria lidando com questões que envolvem uma habilidade do português escrito, bem como tradutores/intérpretes de Libras mediando a comunicação com ouvintes que não conhecem a língua, mas em hipótese alguma compoendo a presidência, local esse destinado apenas às pessoas surdas.

Neste cenário já relatado até aqui, as escolas de Feira de Santana adotavam/adotam uma perspectiva de ensino voltada para a inclusão, modelo esse que se espera ter um professor e um intérprete de Libras atuando em sala de aula e no turno oposto o Atendimento Educacional Especializado (AEE), contudo a falta de profissionais qualificados e a falta também de uma metodologia baseada na pedagogia surda ou visual (modelo ideal para os surdos sinalizantes) ocasiona o fracasso escolar de muitos surdos. Desmotivada com o cenário e afim de promover mudança, no ano de 2014 uma mãe de surdo de Feira de Santana cria a Associação Mãos que Sonham, o objetivo dela era fortalecer o ensino promovendo aulas de Libras como L1 para surdos, bem como práticas de letra-

mento através do ensino do português como L2 para surdos tudo isso oferecido em caráter filantrópico. A associação funcionou e cumpriu seu papel com maestria por alguns anos, porém, recentemente foi fechada devido à falta de apoios diversos.

Na atualidade há um grande movimento de ingresso de surdos no ensino superior. Apresentado alguns aspectos históricos, sociais e educacionais da cidade de Feira de Santana, bem como o perfil da comunidade surda feirense, a próxima subseção será dedicada ao percurso teórico linguístico da pesquisa.

### **3. A Libras e os estudos toponomásticos bilíngues**

Pode-se afirmar que os estudos em relação à linguística das Línguas de Sinais é um campo novo se comparados às Línguas Orais, isso se deve ao fato do tardio reconhecimento do *status* linguístico dessa modalidade de língua visuo-espacial. Tratando-se da Libras, esta língua só foi reconhecida em 2002, como abordado na subseção anterior. Contudo, na atualidade já existem importantes pesquisas na área, construindo um arcabouço teórico vasto e em expansão a respeito dessa temática.

Destaca-se, no início dos anos 80, o trabalho pioneiro de Lucinda Ferreira-Brito, em seguida a publicação “Uma abordagem fonológica dos sinais da LSCB” e “Por uma Gramática de Língua de Sinais”. Em 2004 a obra *Língua de Sinais brasileira: Estudos Linguísticos* de Ronice Müller de Quadros e Lodenir Becker Karnopp inaugurou também um aprofundamento nos estudos da linguística da Libras.

É necessário reafirmar que a Libras surge e se atualiza diariamente através do contato surdo-surdo e as diversas pesquisas provam que esta língua possui todos os níveis e componentes linguísticos como qualquer língua natural: fonologia, morfologia, léxico, sintaxe, semântica, estilística, variação linguística, discurso, etc. (QUADROS; KARNOPP, 2004; QUADROS, 2019).

Com relação a formação lexical, tema central desse estudo, Souza (2022) afirma:

O léxico, nas línguas orais e nas línguas de sinais, constitui componentes sistemáticos, abertos, dinâmicos e em constante renovação. Nasce no/do/para o ato comunicativo e constroem significados a partir de contextos socioculturais diversos, seja pela intencionalidade do falante/sinalizante, seja pela própria dinâmica da interação entre os usuários da língua. (SOUZA, 2022, p. 16)



O campo de estudos dedicado ao léxico é a Lexicologia, Como ramificação da Lexicologia, surge a Onomástica, Seabra (2004) afirma:

A Onomástica se integra à lexicologia, caracterizando-se como a ciência da linguagem que possui duas áreas de estudo; a Antroponímia e a Toponímia - ambas se constituem de elementos linguísticos que conservam antigos estágios denominativos. A primeira tem como objeto de estudo os nomes próprios individuais, os nomes parentais ou sobrenomes e as alcunhas ou apelidos; [...] Já a Toponímia se integra à Onomástica como disciplina que investiga o léxico toponímico, através do estudo da motivação dos nomes próprios de lugares. (SEABRA, 2004, p. 36)

Diante disso, a disciplina que se debruça na investigação da motivação dos nomes dos lugares é a Toponímia (derivado do grego *topos* que significa “lugar” e *onoma* que significa “nomear”. O topônimo é então o objeto de estudo da Toponímia.

Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick é hoje considerada a maior referência nos estudos toponomásticos do Brasil. É de sua autoria o quadro taxonômico que apresenta classificações possíveis de enquadrar os topônimos brasileiros, a partir de duas principais motivações: aspectos geográficos (físicos) e antropoculturais (social, cultural ou aspectos psíquicos). Sua primeira publicação com o estabelecimento de modelos taxonômicos foi em 1975 contendo 19 *taxes* (DICK, 1990), contudo em 1992, observou-se a necessidade de ampliação chegando ao modelo atual com 27 *taxes* publicadas em sua tese “A motivação toponímica: Princípios teóricos e modelos taxionômicos”. As *taxes* se mostram de grande relevância, uma vez que, na toponímia há um “processo relacionante de motivação em que, muitas vezes, se torna possível deduzir conexões hábeis entre o nome próprio dito e a área por ele designada” (DICK, 1990, p. 34).

De acordo com Dick (1990), os topônimos são caracterizados a partir da: a) análise de estratos linguísticos: verificação da(s) língua(s) de origem dos topônimos a partir de pistas lexicais (origem indígena, africana, portuguesa, árabe etc.); b) análise semântica dos nomes (taxionomias): busca dos fatores motivacionais que influenciaram o nomeador no ato do batismo do espaço geográficos; c) análise da estrutura morfológica: identificação dos tipos de formação morfológica dos topônimos (simples, composta, híbrida) (Cf. SOUZA, 2022).

Dessa forma, segue a seguir os modelos classificatórios apresentados e descritos por Dick (1990; 1992) bem como o significado das *taxes*, a motivação semântica de cada topônimo e os exemplos deles, em consonância com Ferreira (2019).

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

As taxas de natureza física são:

Astrotopônimos – topônimos relativos aos corpos celestes; Fazenda Cruzeiro do Sul (MT);

Cardinotopônimos – topônimos que fazem referência as posições geográficas; Fazenda da Divisa (MT);

Cromotopônimos – topônimos relacionados as cores; Córrego Verde (MT);

Dimensiotopônimos – topônimos relacionados a grossura, espessura, altura, profundidade, extensão, comprimento, largura; Córrego Fundo (MT);

Fitotopônimos – topônimos relacionados a vegetação; Buritirama (BA), Xique-Xique (BA), Juazeiro (BA);

Geomorfotopônimos – topônimos relacionados a formas topográficas levando em considerações elevações ou depressões; Morro do Chapéu (BA), Monte Gordo (BA), Monte Pasqual (BA);

Hidrotopônimos – topônimos relacionados a água; Paraguaçu (BA), Cachoeira (BA), Riachão (BA);

Litotopônimos – enquadra-se nesta taxa topônimos de origem mineral; Lajedo (BA), Itaberaba (BA), Itabuna (BA);

Meteorotopônimos – topônimos que remetem a ideia de fenômenos produzidos pela atmosfera terrestre; Fazenda Alvorada (MT);

Morfotopônimos – topônimos relacionados a formas geométricas; Lagoa Redonda (BA);

Zootopônimos – topônimos com a presença do nome de animais; Jaguaquara (BA), Boipeba (BA), Onça (BA);

As taxas de natureza antropocultural são:

Animotopônimos ou Nootopônimos – topônimos relativos a área psíquica humana; Falsa (BA) Paixão (PR) Confusão (SP);

Antropotopônimos – topônimos relativos aos nomes próprios de pessoas, prenomes, apelidos, alcunhas ou pelo conjunto onomástico; Cabália (BA); Laurinha (MG); João Branco (GO).

Axiotopônimos – topônimos relativos a títulos; Barão de Bom Jardim (BA), Duque de Caxias (BA), Engenheiro Pontes (BA);

Corotopônimos – topônimos relativos a outras localidades como cidades, estados e países; Fazenda Paranavaí (MT);

Cronotopônimos – topônimos relacionados a nome de localidades que indicam um processo cronológico na passagem do tempo, assim como, Novo, Nova, Velho, Velha; Fazenda Nova Aurora (MT);

Dirrematotopônimos – topônimos constituídos por expressões populares cristalizadas; Córrego Molha Pelego (MT);

Ecotopônimos – topônimos relativos às habitações em geral; Córrego Ranchão (MT);

Ergotopônimos – topônimos relativos a elementos da cultura material humana, em que não há clareza de sua categoria; Arcos (MG) Balsas (BA) Gancho (MA);

Etnotopônimos – topônimos referentes a grupos étnicos; Córrego dos Índios (MT);

Hierotopônimos – topônimos relativos aos nomes sagrados de diferentes crenças religiosas. Os hierotopônimos são divididos em: hagiotopônimos – topônimos relativos aos santos e santas da igreja católica romana e mitotopônimos – topônimos relativos às entidades mitológicas; Conceição do Coité (BA), Bom Jesus da Lapa (BA), São Miguel das Matas (BA);

Historiotopônimos – topônimos com a presença de datas relevantes, personagens; Sete de Setembro (BA), Inconfidentes (MG);

Hodotopônimos (ou Odotopônimos) – topônimos relacionados a caminhos ou às vias de ligação entre a zona rural ou urbana; Ribeirão Ponte Queimada (MT);

Numerotopônimos – topônimos relativos a numerais; Fazenda Dois Córregos (MT);

Poliotopônimos – topônimos relacionados a aglomerados populares como vila, aldeia, cidade, povoação, arraial; Ribeirão Aldeia (MT);

Sociotopônimos – topônimos relacionados a atividades profissionais ou a um ponto de encontro de um grupo como largo, pátio e praça; Fazenda Estiva (MT);

Somatotopônimos – topônimo relativo às partes do corpo do homem ou dos animais em caráter metafórico; Fazenda Olhos d'Água (MT);

Com a ampliação das pesquisas toponímicas vem também a ampliação das taxas propostas anteriormente por Dick, destaca-se nessa ampliação as pesquisas de Isquerdo (1996), Lima (1997) e Francisquini (1998).

Acronimotopônimos – topônimos que fazem referência a lugares nomeados por siglas; Bairro Sim (BA);

Estamatotopônimos – que se referem aos sentidos; Água Doce (GO), Agua Fria (BA);

Grafematotopônimo – topônimos que utilizam as letras do alfabeto; Rua B (BA);

Higietopônimos – topônimos que fazem alusão a higiene, a saúde ou bem-estar físico; Água Limpa (GO), Saúde (BA);

Necrotopônimos – topônimos relativos ao que é ou está morto, a restos mortais. Rio Caveira (SC).

Os trabalhos toponomásticos na Libras são um campo de investigação ainda recente, sua importância se dá na “descrição da referida língua de sinais, tanto em relação ao processo de formação morfológica do sinal toponímico, quanto à relação língua-cultura” (SOUZA; BARREIROS, 2020, p. 5).

Os surdos nomeiam os espaços, diferentemente da língua oral, os espaços ganham nomes por meio da atribuição de sinais, sinais estes que refletem também a maneira como o povo se organiza na cidade. Souza Jr.(2012) pioneiro na toponímia em Libras confirma essa distinção ao destacar que

As Línguas de Sinais apresentam uma maneira distinta de nomear, uma vez que o referente, nomeado em um sistema linguístico de modalidade oral/auditivo, recebe uma nova atribuição de natureza sinalizada. Alternativamente, um nome próprio pode ser emprestado de uma língua oral para uma língua de sinais por meio de uso da transliteração do nome próprio pelo o alfabeto manual, também chamado datilológico. Contudo, geralmente um referente para um acidente geográfico (estado, cidade, país, bairro, rua etc.), ao ser incluído no cotidiano linguístico da comunidade surda, recebe um “sinal”, que correferência o indivíduo ou o lugar, em substituição ao nome próprio original e sua datilologia (SOUZA JR., 2012, p. 20)

Sousa e Barreiros (2020) realizaram um panorama histórico dos estudos toponímicos em Libras no Brasil e identificaram além desse trabalho pioneiro de Souza Jr. (2012), outras pesquisas como o ATAQB que

no ano de 2014 passou a inserir topônimos em Libras no âmbito de suas investigações e o projeto Estudo bilíngue da toponímia de Feira de Santana-BA: Português-Libras o qual esse e tantos outros estudos estão inseridos.

#### 4. Caminhos metodológicos da pesquisa

Para classificar os topônimos das instituições de ensino encontrados, o aporte teórico-metodológico será composto pelos modelos taxionômicos criados por Dick (1992) e ampliado por Isquerdo (1996), Lima (1997) e Francisquini (1998), modelo este utilizado em estudos semelhantes por Ferreira (2019) e Jesus (2019). A ficha lexicográfico-toponímica que será adotada contribuirá na organização dos dados, apresentando informações referentes à origem, à intencionalidade, à motivação, aos aspectos históricos/sociais/culturais, aspectos esses que justificam o surgimento dos topônimos tanto em língua portuguesa, quanto em Libras.

No quadro abaixo, apresenta-se o modelo de ficha lexicográfico-toponímica, criada por Dick (1992) e adaptada no Projeto de Pesquisa Estudo bilíngue da toponímia de Feira de Santana-BA: Português-Libras, com o acréscimo de mais um campo para inserção de *qr code* com um vídeo do sinal.

Quadro 1: Modelo de ficha lexicográfico-toponímica.

FICHA LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICA BILÍNGUE		NÚMERO: 01
TERMO GENÉRICO:	TOPÔNIMO EM LP:	
TIPO DE ACIDENTE:	LOCALIZAÇÃO:	
TAXONOMIA DO TOPÔNIMO EM LP:		
ORIGEM:		
HISTÓRICO:		
IMAGENS:		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:		
IMAGEM DO SINAL EM LIBRAS:		
QR CODE COM VÍDEO DO SINAL EM LIBRAS:		
TAXONOMIA DO TOPÔNIMO EM LIBRAS:		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA DO SINAL TOPONÍMICO:		
CONTEXTO DO SINAL:		
FONTES: ( ) Oral ( ) Documental		

Fonte: Projeto de Pesquisa *Estudo bilíngue da toponímia de Feira de Santana-BA: Português-Libras* (UEFS-CONSEPE 044/2018).

A cidade de Feira de Santana é um dos maiores pólos educacionais da Bahia por ser a segunda maior cidade do estado, como já foi evidenciado no referencial teórico deste projeto, sendo assim abriga muitas instituições de ensino tanto no âmbito público, quanto no privado. É comum pessoas de diversas regiões do Brasil e especificamente de cidades circunvizinhas se deslocarem até Feira para completar a educação básica, superior e a pós-graduação.

Considerando este contexto, o corpus da pesquisa corpus é constituído por 260 topônimos educacionais, sendo organizados nas seguintes categorias: escolas municipais (204), escolas estaduais (50), centros de ensino (3), instituto federal (1), universidades (2).

Para localizar os nomes das instituições de ensino foram utilizados dados abertos digitais do Ministério da Educação. Para as escolas (municipais e estaduais) e o instituto federal foi consultado o Catálogo de Escolas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) disponível no site <https://inepdata.inep.gov.br>. Já as instituições de ensino superior, foi consultado o site do Cadastro e-MEC (Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior) disponibilizado no seguinte domínio <https://emec.mec.gov.br/>.

No que concerne à sinalização desses espaços educacionais em Libras, foram realizadas consultas à comunidade surda feirense para constituir o corpus. Foram encontrados 14 sinais até o momento, escolas municipais (3), escolas estaduais (5), instituto federal de educação (1), centros de ensino (3), universidades públicas (2). Durante a coleta de dados percebeu-se que a maioria dos locais em que existe a nomeação em Libras há na atualidade ou houve anteriormente surdos matriculados.

## **5. Considerações finais**

O presente artigo apresenta os resultados iniciais de uma pesquisa sobre os estudos toponímicos bilíngues das instituições de ensino públicas da cidade de Feira de Santana-BA, que visa uma análise toponímica mais aprofundada, apresentando dados relevantes sobre a história, a cultura e o léxico das duas línguas envolvidas.

Espera-se que ao final desta pesquisa seja alcançado o objetivo proposto, analisar as motivações toponímicas da nomeação das instituições de ensino públicas de Feira de Santana em Libras e em língua portuguesa, bem como catalogar os topônimos através de fichas lexicográficas.

co-toponímicas. Espera-se também, ao final desta pesquisa, promover estratégias de divulgação de seus resultados para surdos e ouvintes imersos na comunidade surda feirense.

Por fim, espera-se contribuir para a difusão e maior visibilidade da Libras em Feira de Santana, para o fortalecimento de pesquisas linguísticas da Libras e de forma mais específica para a toponímia bilíngue em todo o Brasil, além de construir um inventário de fácil acesso, constituído pelos sinais das instituições públicas de ensino de Feira de Santana-BA, garantindo assim uma maior acessibilidade ao povo surdo feirense.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBADE, C.M.S. A lexicologia e a teoria dos campos lexicais. In: Cadernos do CNLF, v. XV, N. 5, t. 2. *Anais do XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia*. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011.

BARREIROS, L. L. S. *Vocabulário de Eulálio Motta*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

BATTISON, R. Phonological Deletion in American Sign Language. *Sign Language Studies* 5, 1974.

BRASIL. *Decreto nº 5.626*, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 22 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 10.436*, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm). Acesso em: 22 jun. 2023.

BIDERMAN, M.T. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, A.M.P.P.; ISQUERDO, A.N. (Orgs). *As Ciências do Léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: UFMS, 2001. p. 13-22

CORDEIRO, R. A. A. *Sinal Datilológico em Libras*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

DICK, M. V. de P. Toponímia e Antroponímia no Brasil. *Coletânea de Estudos*. São Paulo, FFLCH/USP, 1990.

\_\_\_\_\_. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1992.

DRUMOND, C. *Contribuições do bororo à toponímia brasileira*. São Paulo: USP/IEB, 1965.

FARIA-NASCIMENTO, S. P. *Representações Lexicais da Língua de Sinais Brasileira: Uma Proposta Lexicográfica*. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. 290f.

FERREIRA-BRITO, L. Similarities and Differences in Two Sign Languages. *Sign Language Studies*. 42: 45-46. Linstok Press, In: Silver Spring, USA, 1984.

\_\_\_\_\_. Epistemic, Alethic, and Deontic Modalities in a Brazilian Sign Language. In: FISHER, S.D.; SIPLE, P. (Eds). *Theoretical Issues in Sign Language Research*. V. 1. University of Chicago Press. 1990.

\_\_\_\_\_. *Por uma gramática de línguas de sinais*. Tempo Brasileiro. UFRJ. Rio de Janeiro, 1995.

FERREIRA, D. B. S. *Estudo toponímico Português-Libras do centro comercial de Feira de Santana-BA*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019.

FRANCISQUINI, I. de A. *O nome e o lugar: uma proposta de estudos toponímicos da microrregião de Paranaíba*. Dissertação (Mestrado) – UEL. Londrina-PR: 1998.

JESUS, C. M. A. *Estudo toponímico dos Bairros de Feira de Santana-BA: línguas orais e Libras*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019.

LIMA, I. A. de. A motivação religiosa dos topônimos paranaenses. *Estudos linguísticos* – XLV Seminário do GEL. Campinas: UNICAMP, 1997.

MELLO, O. *Topônimos amazonenses – nomes das cidades amazonenses, sua origem e significado*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1967.

MINAYO, M.C.S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, A. L. de. *Toponímia carioca*. Rio de Janeiro [Distrito Federal]: Secretaria de Educação e Cultura, 1957.



PADDEN, C.; HUMPHRIES, T. *Deaf in America: voices from a culture*. 11. ed. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

SAUSSURE, F de. *Curso de linguística geral*. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SAMPAIO, T. *O tupi na geografia nacional*. Salvador: Câmara Municipal, 1901.

SEABRA, M.C. T. C. de. *A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais: a toponímia da Região do Carmo*. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. 368f.

STROBEL, K. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. 3. ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2008.

SOUSA, A. M de. *Toponímia em Libras: pesquisa, ensino e interdisciplinaridade*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

\_\_\_\_\_; BARREIROS, L. L. S. Panorama histórico dos estudos toponímicos em libras no Brasil. *Revista Sinalizar*, v. 5, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revsinal/article/view/64069>. Acesso em: 29 jun. 2023.

SOUZA JÚNIOR, J. E. G. *Nomeação de lugares na Língua de Sinais Brasileira. Uma perspectiva de toponímia por sinais*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas. Universidade de Brasília, Brasília, 2012. 80f.

STOKOE, William. *Sign Language structure*. Maryland: Linstok Press, 1960.

WILCOX, P.; WILCOX, S. *Aprender a ver*. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2005.

#### Outras fontes:

FEIRA DE SANTANA. Lei nº 3000/2009. Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença do intérprete de Libras em locais de atendimento coletivo em Feira de Santana, e dá outras providências. Disponível em [https://leismunicipais.com.br/a/ba/f/feira-de-santana/lei-ordinaria/2009/300/3000/lei-ordinaria-n-3000-2009-dispoe-sobre-a-obrigatoriedade-da-presenca-do-interprete-de-libras-em-locais-de-](https://leismunicipais.com.br/a/ba/f/feira-de-santana/lei-ordinaria/2009/300/3000/lei-ordinaria-n-3000-2009-dispoe-sobre-a-obrigatoriedade-da-presenca-do-interprete-de-libras-em-locais-de)

atendimento-coletivo-em-feira-de-santana-e-da-outras-providencias.  
Acesso em 19 jun 2023.

\_\_\_\_\_. Lei nº 2608/2005. Cria cargos de intérpretes de libras – língua brasileira de sinais e dá outras providências. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/328/leis-de-feira-desantana/categorias/cidadao-preferencial?p=46>. Acesso em 19 jun 2023.

\_\_\_\_\_. Lei nº 164/2005. Dispõe sobre a implantação e obrigatoriedade da Libras – língua brasileira de sinais – como língua oficial do município de Feira de Santana e dá outras providências. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/328/leis-de-feira-desantana/categorias/cidadao-preferencial?p=46>. Acesso em 19 jun 2023.

Feira de Santana. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/feira-de-santana.html>. Acesso em 29 de jun. 2023.

*Revista Sinalizar*, Goiânia, v. 5, 2020. Disponível em: [http://www.Filologia.org.br/xv\\_cnlf/tomo\\_2/105.pdf](http://www.Filologia.org.br/xv_cnlf/tomo_2/105.pdf). Acesso em: 24 jun. 2023.

UEFS/CONSEPE. Resolução CONSEPE Nº 044/2018. Aprova o Projeto de Pesquisa Estudo bilíngue da toponímia de Feira de Santana-BA: Português-Libras, sob a coordenação da Profª Drª Liliane Lemos Santana Barreiros, do Departamento de Letras e Artes, desta Universidade. Feira de Santana-BA: D.O.E., 13 abr. 2018.

## LETRAMENTO LITERÁRIO NO CONTEXTO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

*Darlene Rodrigues de Freitas* (UFNT)  
[darlene.freitas@ifma.edu.br](mailto:darlene.freitas@ifma.edu.br)

### RESUMO

Considerando a diversidade de expressões assumidas pelo termo letramento, este trabalho de pesquisa faz uma abordagem sobre o letramento literário, em específico, no âmbito carcerário, em referência ao Projeto Remição pela Leitura que objetiva viabilizar a remição da pena por estudo prevista na Lei Federal nº 12.433, de 29 de junho de 2011. Tendo em vista a relevância das práticas de leitura nos ambientes familiar, acadêmico, social e laboral, este trabalho tem como objetivo principal, discorrer sobre o letramento literário e o modo como a leitura é significada no processo de ressocialização do sujeito presidiário, buscando compreender se essa política de estudo ameniza os impactos do aprisionamento, possibilitando-lhe vislumbrar um futuro sem grades. Com o intuito de justificar a base teórica, apresenta-se um resumo com alguns excertos do livro “Memórias de um sobrevivente” do ex-presidiário Luiz Alberto Mendes que descreve o processo de sua formação como leitor cuja obra foi publicada em 2001 quando o autor ainda se encontrava encarcerado. Fundamentando-se teoricamente pela perspectiva bibliográfica, realiza-se uma abordagem qualitativa sustentada por livros e artigos que dialogam com o tema em questão. A proposta de trabalhar o letramento literário na temática da relação entre literatura e leitor apenas torna-se relevante tanto no âmbito acadêmico, teórico, quanto do ponto de vista social em virtude de seu discurso exercer uma influência marcante na sociedade brasileira em relação à leitura

### Palavras-chave:

Letramento. Letramento literário. Privação de liberdade.

### ABSTRACT

Considering the diversity of expressions used by the term literacy, this research work approaches literary literacy, especially in the prison spot, referring to Remição pela Leitura Project which aims to make the remission of the sentence possible by studying provided for in the Federal Law No 12.433, June 29<sup>th</sup>, 2011. In order to consider relevant reading practices in family, academic, social and labor environments, this work has as main goal to discuss literary literacy and the way reading is signified in the process of resocialization of the prisoner, trying to understand whether this study policy mitigates the impacts of imprisonment, allowing the prisoner to glimpse a future without bars. In order to justify the theoretical basis, a summary is presented with some excerpts from the book “Memórias de um sobrevivente” by Luiz Alberto Mendes, an ex-convicted from the Brazilian prison system. His writing describes the process of formation as a reader whose work was published in 2001 when the author was still incarcerated. Theoretically based on the bibliographic perspective, a qualitative approach is carried out supported by books and articles that dialogue with the theme in question. The proposal to work on literary literacy in the theme of the relationship between literature and justice convicted reader becomes relevant both in the academic,

**theoretical, and social point of view due to this discourse exerts a marked influence on Brazilian society in relation to reading.**

**Keywords:**

**Literacy. Literary literacy. Literature in prison.**

## **1. Introdução**

A valorização da leitura como competência cultural é fundamental para a vida em sociedade, haja vista que a escrita permeia as mais diversas atividades desempenhadas cotidianamente. A fim de se compreender como a escrita perpassa as ações ao longo da existência, recorre-se aos estudos do letramento que teorizam os conhecimentos veiculados pela escrita e a maneira como a leitura e a escrita são articuladas pelas práticas sociais, isto é, o modo como elas são utilizadas para a comunicação, bem como para o relacionamento com outras pessoas, dentre outros encaminhamentos que regem a vida.

Estudiosos das mais diversas áreas têm se engajado em pesquisas que objetivam aprimorar, analisar, refletir sobre as habilidades de leitura e escrita de uma determinada comunidade. A variedade de estudos nesta área possibilitou concepções distintas acerca do letramento. Enquanto para alguns, ser uma pessoa letrada significa decifrar códigos e símbolos e poder transcrevê-los, para outros, assinar seu nome completo já garante a condição de ser letrado (Cf. TERRA, 2013). Sendo assim, a variedade de pesquisas com interesses diversos no que concerne ao letramento originou o termo “letramentos” que abrange diferentes áreas do conhecimento, tais como: letramento acadêmico, letramento social, letramento digital, letramento político, letramento racial, letramento midiático, entre outros.

Nessa direção, faz-se necessário compreender o letramento como prática social. Street (2014) aborda os modelos autônomo e ideológico de letramentos, contudo, privilegia o ideológico, em virtude desse modelo destacar a relevância da socialização no processo do letramento, tendo em vista que sua relação com as experiências de leitura e escrita leva em consideração tanto a historicidade quanto a transculturalidade de forma individual. Desse modo, enquanto o modelo autônomo é centrado no sujeito e, especificamente, em sua habilidade de uso do texto escrito, o modelo ideológico, além de considerar a escola, inclui outras instituições sociais como a família e a comunidade em geral. Assim, o autor rejeita a visão dominante do letramento como uma tarefa simples de aprender a ler e escrever e propõe práticas de letramentos imbricadas em ideologias

que envolvem relações de poder, hierarquia e controle nas quais se amalgamam a teoria, a pesquisa e a política.

Nessa perspectiva, torna-se relevante ressaltar a relação entre a linguagem e o poder, ao cogitar que apenas uma parcela dos sujeitos de uma determinada comunidade, geralmente a minoria, tem acesso à variedade linguística chamada padrão, legitimada política e economicamente a partir de tradições culturais como representante oficial no que diz respeito à forma e conteúdo. “Assim como o Estado e o poder são apresentados como entidades superiores e ‘neutras’, também o código aceito ‘oficialmente’ pelo poder é apontado como neutro e superior, e todos os cidadãos têm que produzi-lo e entendê-lo nas relações com o poder” (GNERRE, 2003, p. 9). Ao determinar o código a ser reproduzido, o Estado não pondera a desigualdade de acesso a esse código oficialmente legitimado. Portanto, um quantitativo considerável de pessoas permanece à margem da sociedade, discriminados pelas normas estabelecidas em nome da pedagogia dominante.

No Brasil, a conceitualização de letramento e alfabetização se funde e se confunde. Essa fusão conceitual é observada a partir de produções acadêmicas, mídia, censos demográficos (Cf. SOARES, 2004). Concernente às produções acadêmicas, os primeiros escritos associam alfabetização e letramento: Tfouni (1988/1995); Rojo (1998); Kleiman (1995); Soares (1998). Tais escritas fazem uma aproximação entre os termos, seja para apontar diferenças ou para contrapor os conceitos. Soares define a relação entre alfabetização e letramento como “necessária e até mesmo imperiosa”, pois tal relação “acaba por diluir a especificidade de cada um dos dois fenômenos” (p. 8). Embora o debate acerca do termo letramento esteja atrelado ao termo alfabetização, Soares (2004) observa que o conceito de letramento tem prevalecido e, como consequência disso, ocorre um apagamento do conceito de alfabetização. Referindo-se à mídia, a autora sinaliza que esta, assume e divulga um conceito de alfabetização bem próximo ao conceito de letramento. No que concerne ao censo demográfico, a referida autora menciona que há uma extensão progressiva do conceito de alfabetização em direção à conceitualização de letramento: “do saber ler e escrever em direção ao ser capaz de fazer uso da leitura e da escrita” (p. 7), apesar dessa evolução acontecer cautelosamente.

Continuando nessa linha, os estudos de Kleiman (1995) confirmam a teoria que define o sujeito leitor não apenas como alguém que sabe ler e escrever, mas utiliza-se de práticas sociais que requisitam o uso

dessas habilidades. Fundamentando-se nos estudos de Street acerca dos modelos de letramento, o posicionamento da autora consiste em defender o modelo ideológico por apresentar objetivos mais significativos que impulsionam o ato de pensar e repensar o fazer pedagógico, haja vista o caráter social da leitura e da escrita e a diversidade cultural imbricada nessa prática. Baseando-se em estudos comparativos entre grupos letrados e não letrados, Kleiman (1995) assegura que o modelo ideológico de letramento inclui as classes minoritárias devido às práticas de letramento realizadas no âmbito externo à escola. Ao associar o letramento à cognição, a autora adverte que esse tipo de comparação pode propiciar argumentos para uma suposta segregação, contudo, não há como ignorar o poder transformador da escrita, que reconhece a supremacia cognitiva do sujeito que possui tal habilidade.

Nesse sentido, o interesse do presente trabalho de pesquisa consiste em abordar o letramento literário, especificamente, na comunidade carcerária no que concerne ao Projeto Remição pela Leitura que tem como objetivo, viabilizar a remição da pena por estudo prevista na Lei Federal nº 12.433, de 29 de junho de 2011. Considerando a importância das práticas de leitura no contexto de ressocialização do sujeito apenado, exemplifica-se tal relevância a partir da apresentação do livro “Memórias de um sobrevivente” que descreve o processo de formação do leitor encarcerado Luiz Alberto Mendes.

Embora aconteça por motivos diferentes, a atividade de pesquisa científica torna-se indiscutivelmente relevante para os sujeitos envolvidos no processo, a saber, professor, aluno, comunidade e universidade. O ensino eficaz se dá através da prática contínua da pesquisa; a aprendizagem significativa depende da pesquisa para alcançar um resultado satisfatório; os produtos do conhecimento ofertados à comunidade ocorrem mediante pesquisa; através da atividade de pesquisa, a universidade age como intermediadora da educação (Cf. SEVERINO, 2017). Portanto, o sucesso das atividades de ensino e aprendizagem se encontra intrinsecamente conectado ao processo da pesquisa científica.

Nesse panorama metodológico, este trabalho se fundamenta pela perspectiva da pesquisa qualitativa mediante revisão bibliográfica à luz dos escritos de autores portadores de vasta experiência na referida área, cujas obras já comprovaram valor literário no cânone do letramento literário. Tais autores fornecem sustentação teórica no dialogismo com o letramento literário no âmbito de privação de liberdade, em conformidade com a proposta desta atividade de pesquisa.

## 2. *Letramento literário*

Compondo a pluralidade do letramento, encontra-se o letramento literário, considerado como uso social da escrita. Identificado por Cosson (2014a) como prática de leitura, o letramento literário possibilita uma espécie de apropriação da literatura pelo sujeito leitor que constrói e reconstrói os sentidos, trocando e preservando-os tanto no âmbito individual como social. Desse modo, muito além de uma habilidade de leitura de textos literários, o letramento literário consiste em construir sentidos a partir da apropriação da literatura. Logo, ao evidenciar a natureza dialógica da leitura como prática social de produção de sentidos, historicamente sedimentada, compreende-se, a partir de Cosson que essa construção acontece por via humana, haja vista que “ler não tem contra indicação [*sic*], porque é o que nos faz humanos” (COSSON, 2014a, p. 179). Recorre-se também a Cândido (2011), que percebe a eficácia da literatura no processo de humanização, possibilitando um certo equilíbrio entre homem e sociedade, considerando que “toda obra literária é antes de mais nada uma espécie de objeto, de objeto construído; e é grande o poder humanizador desta construção, enquanto construção” (CÂNDIDO, 2011, p. 179). Todorov (2010) corrobora tal ideia da leitura como construção humana quando relata que a literatura tem o poder de proporcionar sensações imprescindíveis, capazes de transformar o mundo real em um lugar mais bonito e com plenitude de sentido. “Longe de ser um simples entretenimento, uma distração reservada às pessoas educadas, ela permite que cada um responda melhor à sua vocação de ser humano” (TODOROV, 2010, p. 24). Dessa forma, a literatura permite a descoberta de nós mesmos e de nossa participação como seres sociais.

A literatura nos diz o que somos e nos incentiva a desejar e a expressar o mundo por nós mesmos. E isso se dá porque a literatura é uma experiência a ser realizada. É mais que um conhecimento a ser reelaborado, ela é a incorporação do outro em mim sem renúncia da minha própria identidade. No exercício da literatura, podemos ser outros, podemos viver como os outros, podemos romper os limites do tempo e do espaço de nossa experiência e, ainda assim, sermos nós mesmos. (COSSON, 2014b, p. 17)

O autor apregoa que a literatura possibilita uma reelaboração de conhecimento e, mais além, possibilita a incorporação do outro em nós, sem que precisemos renunciar à própria identidade. Assim, esse encontro com a subjetividade proporcionado pela literatura, fomenta a vivência de sentimentos e emoções ao integrar contextos diversos que atuam, reflexivamente, no processo de compreensão de mundo, levando-nos à humanização, tendo em vista que o texto literário, além de expressar o que realmente somos, consegue intervir em nossa formação.

Ao apresentar a fábula do imperador chinês, Cosson (2014b) mostra as três maiores dificuldades concernentes ao letramento literário: arrogância, indiferença e ignorância. Segundo o referido autor, torna-se prática cada vez mais comum pensar o ensino de literatura nas escolas como um saber dispensável. Alguns, os arrogantes, não valorizam a aprendizagem da literatura pelo fato de já dominarem o conhecimento que lhes é necessário. Considerada como um simples “apêndice da disciplina Língua Portuguesa” (COSSON, 2014b, p. 8), a estrutura curricular é generosa quando determina uma aula semanal para os estudos literários. Outros, os indiferentes, são conscientes da falta de conhecimento em relação à literatura, contudo, pensam que o custo-benefício não é proporcional ao esforço a ser empreendido no processo de aprendizagem. Cosson classifica a terceira dificuldade do letramento literário como ignorância. Os ignorantes têm o desejo ardente do letramento literário, entretanto, essa meta se torna inatingível, seja pela forma como lhes é apresentada, seja pela carência de referências culturais, o universo literário se torna impenetrável, misterioso. Para estes, a poesia é vista “como um amontoado de palavras difíceis” (COSSON, 2014b, p. 9), e fazer distinção entre os discursos de realidade e os discursos de ficção torna-se uma tarefa quase impossível.

A possibilidade de coadunar o verbo ‘descobrir’ à ação do letramento literário é considerada extremamente relevante em virtude de se compreender que o processo de formação do leitor literário se transforma em uma jornada de descobrimentos e, tais descobertas, levam ao letramento de forma prazerosa, tendo em vista que o ato da leitura consiste em “interrogar as palavras, duvidar delas, ampliá-las. Deste contato, desta troca, nasce o prazer de conhecer, de imaginar, de inventar a vida (Cf. YUNES, 1995). Nessa direção, ao consultar pesquisadores contemporâneos sobre o letramento literário, as ideias convergem no sentido de que se deve sair do tradicional que considera a leitura apenas como uma atividade, abandonar as perguntas formais de interpretação de textos, ato contínuo, explorar a subjetividade do leitor. Rouxel defende essa teoria de prática de leitura que envolve o sujeito por inteiro. “É o leitor que completa o texto e lhe imprime sua forma singular” (ROUXEL, 2012, p. 278). A autora concebe o investimento subjetivo do leitor como uma necessidade funcional da prática de leitura literária.

Essa necessidade nos faz adentrar o universo literário e, o contato com a arte literária provoca um encontro com multiplicidade de opções que só a linguagem pode oferecer. Fazer uso da palavra escrita de um texto literário é um modo singular de ocupar o espaço da linguagem, pois



a “palavra literária guarda todos os sonhos do homem ao mesmo tempo que nos diz que nenhum sonho é impossível de ser sonhado” (PAULINO; COSSON, 2012, p. 92). Ou seja, concede o direito de exercitar a linguagem a fim de se alcançar o estado de contemplação. Assim como a atividade de flutuação permite contemplar toda a beleza aquática submersa em reservas fluviais, desde que se faça uso de equipamentos apropriados, o exercício literário possibilita a contemplação para além da materialidade física, garantindo uma identidade cultural própria, especialmente se esse público leitor que se dedica à contemplação literária é um sujeito apenado, alguém privado de liberdade para quem a literatura “oferece um espaço de liberdade que não é possível encontrar em outro lugar” (PAULINO; COSSON, 2012, p. 97).

### 3. *A Leitura no contexto de privação de liberdade*

Percebendo o direito humano sob a ótica de Cândido (2011) como tudo aquilo que é indispensável à vida humana, logo, compreende-se que a leitura, já inserida na cultura como direito constitucional, é algo indispensável à formação do ser humano. A partir dessa proposição, concebe-se a leitura como um direito extensivo a todos, o que inclui a população carcerária, igualmente.

Além de ser um direito de todos, a leitura tornou-se, também, uma prática de todos. A Sociologia da leitura, Horellou-Lafarge & Segré (2010), descreve o ato de ler como uma atividade naturalizada pela rotina tanto quanto comer, beber ou dormir. Conforme a citada Sociologia, as atividades de leitura são tão indispensáveis quanto essas práticas cotidianas descritas. O livro, atualmente, pode ser encontrado nos supermercados, feiras, lojas de conveniência, pizzarias, brechós, academias de ginástica, tornando-se um produto de massa, mercadológico. Segundo as autoras, essa diversidade de acesso indica que a leitura se transformou em uma prática de usos e conteúdos sociais diversos:

Existe hoje uma profusão de textos para ler. As incessantes novidades oferecidas pelas editoras acumulam-se sem deixar às vezes, mesmo ao leitor eventual o tempo de ler, de imergir-se no texto, de esquecer-se na leitura ou de saboreá-la. Uma leitura expulsa a outra. O “é preciso ler” repetido nem sempre é convincente, nem acompanhado de efeito porque o gosto pela leitura é frequentemente rebelde, nem sempre se curva às injunções dos especialistas atilados ou às incessantes seduções publicitárias. A leitura continua sendo uma prática sempre errante e incontrolável. (HORELLOU-LAFARGE; SEGRÉ, 2010, p. 148)

A partir da concepção de que a leitura cria uma dimensão nova, proporciona um resgate de humanização, reintegra a pessoa que se viu retirada de sua condição de liberdade, oferece uma chance de conhecer a si mesmo e de se reencontrar com sua dignidade e ensina o leitor a conhecer e conviver com as diferenças do outro, acredita-se na prática de leitura no cárcere como uma possibilidade de transformação, tendo em vista que a leitura tem a capacidade de causar uma expansão mental na vida do sujeito leitor, segundo o escritor Menalton Braff:

Alguém que seja leitor tem essa vantagem sobre o não leitor porque ele tem uma noção de mundo, o conhecimento de outros países através da leitura. Mas, a leitura também proporciona o conhecimento do outro, o conhecimento da sociedade, [...] A leitura cria essas possibilidades de expansão da mente, de aumento dos conhecimentos, mas, acima de tudo, a leitura proporciona também o conhecimento de si. Uma pessoa que tenha passado pela leitura, sobretudo a literatura, tem um conhecimento do comportamento em geral [...] muito mais afinado, muito mais próprio do que a pessoa que não lê. (BRAFF, 2021)

Nesse contexto, a prática da leitura no cárcere tem uma grande relevância para a comunidade reclusa, assim como é importante para a comunidade em geral, haja vista que o Projeto Remição pela Leitura, bem como outros projetos de leitura promovidos pelas universidades, pode contribuir de forma significativa a fim de que a tão sonhada ressocialização seja uma possibilidade. Sobre esse poder que a literatura possui, lê-se:

A literatura pode muito. Ela pode nos estender a mão quando estamos profundamente deprimidos, nos tornar ainda mais próximos dos outros seres humanos que nos cercam, nos fazer compreender melhor o mundo e nos ajudar a viver. Não que ela seja, antes de tudo, uma técnica de cuidados para com a alma; porém, revelação do mundo, ela pode também, em seu percurso, nos transformar a cada um de nós a partir de dentro. A literatura tem um papel vital a cumprir. (TODOROV, 2010, p. 76)

Dando sequência às ideias do escritor búlgaro Todorov (2010) que convergem com as concepções de outros teóricos no sentido de pensar a literatura como um bálsamo, um refrigerio ou mesmo um exercício para a alma, naturalmente chega-se à conclusão de que o ato da leitura consiste no caminho mais fácil para o conhecimento de si mesmo e do outro. “Sendo o objeto da leitura a própria condição humana, aquele que a lê e a compreende se tornará não um simples especialista em análise literária, mas um conhecedor do ser humano” (TODOROV, 2010, p. 92; 93). Assim sendo, conhecer, humanizar, expandir, emancipar são verbos que configuram degraus de uma escada que, possivelmente, levará o sujeito

leitor encarcerado à transformação de si mesmo, o que, possivelmente também, contribuirá para a transformação do outro.

Desse modo, ao fazer uso de os verbos conhecer, humanizar, expandir, emancipar, percebe-se que a leitura vai muito mais além do entretenimento cultural. Sendo assim, verbos como imaginar, viajar, voar, transportar, libertar são experienciados pelo leitor em suas essências ao ponto deste se esquecer, ainda que temporariamente, de sua condição de recluso em uma cela com 20 pessoas que tem a capacidade para comportar apenas a metade deste número e murmurar da maneira como o fez o Primo Levi: “Por um momento, esqueci quem sou e onde estou.” (LEVI, 1988, p. 116).

Assim, intensificando sua busca por mais oportunidades de liberdade proporcionadas pela imersão nos livros, o leitor que é privado de liberdade inicia um processo de transformação. Involuntariamente, vai mudando a fala, o comportamento, a postura física e social. De acordo com Yunes (1995), o ser humano tende a repetir as experiências que lhe causam satisfação em detrimento daquelas que o reprimem, afastam, reduzem. Conforme a autora,

O ato de ler é um ato da sensibilidade e da inteligência, de compreensão e de comunhão com o mundo; lendo, expandimos o estar no mundo, alcançamos esferas do conhecimento antes não experimentadas e, no dizer de Aristóteles, nos comovemos catarticamente e ampliamos a condição humana. Esta sensação de plenitude, iluminante, ainda que dolorosa e aguda tem sido a constante que o discurso artístico proporciona. Diante de um quadro, de uma música, de um texto, o mundo inteiro, que não cabe no relance do olhar, se condensa e aprofunda em nós um sentimento que abarca a totalidade, como se, pela parte que tocamos, pudéssemos entrever o não-visto e adivinhar o que, de fato, não experimentamos. (YUNES, 1995, p. 185)

A fim de enriquecer toda essa teoria com uma dose a mais de pragmatismo, introduz-se a história de vida de Luiz Alberto Mendes narrada através do livro “Memórias de um sobrevivente”: Luiz era filho de um alcóolatra que o espancava brutalmente sempre que chegava em casa bêbado. Apesar do alcoolismo e do constante desemprego em razão do vício, seu pai não admitia a prática de roubos e furtos do filho, logo que ficou claro para a família o comportamento desonesto de Luiz. Com menos de catorze anos, Luiz Alberto deu a primeira entrada no juizado de menores, como eram denominados os estabelecimentos de atendimento socioeducativos. Fez amizades com alguns meninos que reencontraria em outras casas de detenção em um futuro não tão distante. Assim, participou de um plano no qual facilitou a fuga dos companheiros, entretanto,

não conseguiu fugir. “(...) choveram socos e pontapés em cima de mim. Gritava e pulava, tentava escapar (...), à vista dos dois funcionários, os maiores me bateram até que desmaiasse (...). Acordei numa enfermaria. Tudo dóia” (p. 28). Depois de passar dez dias na enfermaria, Luiz voltou para o alojamento, decidido: “Enfrentaria a surra de meu pai. Ia doer, arrancar a pele, mas eu aguentaria e ficaria em casa. Queria trabalhar, ter o meu dinheiro, ter minha cama para dormir, comida e... minha mãe!” (p. 29). Desse modo, dias depois retornou para casa. Em conversa com os pais, ficou decidido que o filho iria trabalhar. Rapidamente, seu pai conseguiu um emprego para ele numa fábrica de porcas. Após algum tempo no trabalho, Luiz começou a observar a abertura do cofre da empresa e na primeira oportunidade, fez a tentativa e conseguiu. Roubava uma nota de cada maço para não despertar suspeitas e logo elaborou um outro golpe para roubar a empresa mais ainda: o funcionário pedia um vale, Luiz roubava do cofre o recibo que comprovava a entrega do valor ao funcionário. Logo, o trabalhador recebia o salário integral e o valor que não havia sido descontado era dividido entre os dois. A primeira vez o golpe foi realizado com três torneiros, a segunda vez com oito trabalhadores e esse número crescia a cada mês. O gerente desconfiava, todavia, não tinha provas para acusá-lo, assim, oito meses depois da admissão, por falta de provas do golpe, Luiz Alberto Mendes foi demitido por roubar cigarros. Passou a frequentar o centro da cidade, integrou-se a uma turma de jovens infratores que também eram viciados em drogas, e iniciou o uso de drogas pesadas.

Dentre inúmeros furtos e roubos, Luiz aceitou o convite para passar a noite no apartamento de um homossexual. Esperou que o parceiro dormisse, só então, “(...) fechei-o no quarto e fui vasculhar o apartamento. Juntei rádio, faqueiro de prata, máquina fotográfica, toca-discos, cassetes de ouro e um porta-jóias com correntinhas de ouro e anéis com brilhantes, além de dois relógios de pulso” (p. 55/56). Além disso, levou roupas e uma caixa de aço, pesada, trancada, que parecia um cofre. Havia muito dinheiro estrangeiro na caixa. Vendeu toda aquela mercadoria roubada que rendeu muito dinheiro, contudo, em poucos dias já não restava mais nada, pois compartilhava com os infratores da Galeria e da praça. Logo foi apanhado pela polícia numa ação de roubo, na rodoviária. Levado à delegacia, desconfiaram que ele cometera o roubo do apartamento: “Então, você é o Luizinho, né? Foi você quem roubou o apartamento daquele veado na alameda Northmann!” (p. 59). Luiz replicou que não, só batia carteiras e que havia muitos Luizinhos por lá. E, nessa ocasião,

Luiz Alberto enfrentou a primeira, de muitas, sessões de tortura no pau de arara:

Despiram-no inteiramente. Passaram panos, tipo faixa, pelos meus braços e pernas. Estávamos em uma sala minúscula [...]. Enquanto amarravam-me feito um porco, já comecei a chorar [...]. Passaram um cano de ferro por trás de meus joelhos. Quando ergueram o cano, fiquei pendurado nele feito um frango assado. [...], observei-os desenrolando fios de uma pequena máquina com uma manivela. Amarraram os fios em meus dedos do pé. Já ouvira falar que era assim, mas nada me preparou para o que veio a seguir. Quando o tira girou a manivela [...], tudo repuxou. [...]. Quanto maior a rapidez com que se girasse a manivela, o choque elétrico ficava mais intenso. Eu berrava [...], o desespero me fez perder a noção de tudo, era insuportável. [...] trouxe um pedaço de pau cuja ponta era redonda e cheia de furinhos. [...] Ele erguia a palmatória bem alto, com as duas mãos, e com toda a força arriava-a na sola de meus pés. [...] Era um estilhaçamento, desintegração da carne dos pés e dor nos ossos, qual não houvesse carne protegendo-os. Gritei, mesmo sem voz, do fundo do estômago. E deve ter sido um grito tão poderoso que já, de imediato, atocharam uns panos com gosto de óleo e terra em minha boca. (p. 59)

Essa sessão de tortura funcionava como investigação. A polícia queria saber para quem foi vendida a mercadoria roubada, todavia, Luizinho não delatou seus companheiros. Disse que um malandro tomara tudo dele no centro da cidade quando tentava vender a mercadoria, fornecendo características físicas e nome fictícios. No dia seguinte houve mais uma sessão de tortura, porém, não houve delação. Luizinho passou dez dias na cela da delegacia e foi conduzido ao juizado de menores, novamente. Tentou fugir, mas ocorreu uma torção no tornozelo ao pular do telhado, assim, foi apanhado e o espancaram em excesso para, em seguida, colocarem-no em um quartinho escuro. No dia seguinte foi levado à enfermaria, onde passou três dias e depois foi levado de volta ao alojamento, permanecendo ali por alguns dias antes de ser conduzido de volta para casa.

Dona Eida, sua mãe, quando o viu, começou a chorar, sem acreditar no que via. Seu filho havia crescido, estava magro e muito, maltratado. “Quanta emoção em seus olhos, quanta devoção! Choramos juntos, abraçados, por longos momentos. Por ela, eu tentaria novamente. Enfrentava meu pai, desse no que desse” (p. 73). Ao chegar do trabalho, o sr. Luiz, seu pai, ficou surpreso com a presença dele, mas não havia raiva em seu olhar, apenas tristeza. “Você sabe que os donos da loja queriam que eu pagasse o que você roubou? Você sabe quantas noites sua mãe chorou por você? Você acha que ela merece isso?” Luizinho respondeu que não e prometeu conseguir outro emprego e ficar em casa para sempre.

Não tardou muito, conseguiu outro trabalho como *office boy*, foi conquistando a confiança da chefia aos poucos, desse modo, aprendeu o trabalho contábil e, solícitamente, ajudava na contabilidade sempre que o volume de trabalho crescia. Assim, descobriu a combinação do cofre, tirou cópia da chave de acesso e ficou aguardando o momento certo para agir. “Numa sexta-feira em que vi o cofre abarrotado de dinheiro (...), quando todos saíram para almoçar, me escondi dentro de um armário (...). Joguei numa pasta os maços de dinheiro (...) e fiquei esperando abrir o escritório”. (p.79). Após esse roubo não houve mais volta ao passado, volta para casa ou para sua mãe, a única pessoa de quem sentia saudade. Luiz Alberto se entregou totalmente a uma vida de crimes, consumo de álcool, drogas, sexo livre.

Como possuía um fascínio por tudo que era proibido e errado, Luizinho, à proporção que crescia, arraigava-se mais e mais na lama da criminalidade, da miséria humana. Em virtude de compartilhar o dinheiro com a turma ao patrocinar bebidas, drogas, roupas, comidas, o valor não demorava acabar, então, Luiz voltava à prática de roubos e furtos para conseguir mais. Dessa forma, era apanhado pela polícia com muita frequência, e logo ficou conhecendo outros tipos de aprisionamento, sendo que alguns destes locais, ele frequentou várias vezes seguidas. Foi conduzido ao temido RPM – Recolhimento Provisório de Menores; ao Instituto de correção de Mogi-Mirim; ao DEIC – Departamento Estadual de Investigações Criminais; à Casa de Detenção, popularmente conhecida como Carandiru e, finalmente, à Penitenciária do Estado de São Paulo, onde cumpriria a pena de 30 anos pela morte do guarda noturno e outras condenações que excediam o número correspondente à média da expectativa de vida. Luiz Alberto Mendes sofreu tortura física e emocional em todos esses locais de detenção. Após a série de roubos a estabelecimentos, que culminou no homicídio do guarda noturno, preso na Casa de Detenção, ele narrou:

Apanhei, apanhei, chorei, implorei que me matassem mas que não me batassem mais. Defeguei, urinei, involuntariamente, a sala ficou a maior fedentina. Passaram minhas fezes em minha boca e batiam, batiam, sem parar, sem dar descanso. As pernas doíam como se o cano estivesse entrando nelas. O choque me chacoalhava todo e com o tempo foi deixando de fazer efeito. Quando perceberam que, após desmaiar duas vezes, eu não reagia mais ao choque nem às pauladas nas juntas, tiraram-me do cavalete [...]. Passamos uma semana inteira subindo ao pau de arara quase todos os dias. Não suportávamos mais. Eu estava todo roxo e contundido novamente. Os pés queimados e muito inchados pelas palmatórias na sala, a cara toda quebrada, pernas fracas, mãos cheias de feridas. Eu era um triste humano. (p. 336/337).

Em fevereiro de 1973, já cumprindo pena no Carandiru, foi vítima de uma emboscada armada pelo Toninho, um pederasta inveterado que vinha tentando seduzi-lo desde sua chegada ali. “Colocou a faca na mesa e, com a maior arrogância, afirmou que eu teria que matá-lo ou deitar na cama com ele” (p. 362). Luizinho fingiu sentir mais medo do que realmente sentia e, dessa maneira, conseguiu reverter a situação tomando posse da faca. “Toninho tentou se agarrar em mim e novamente recebeu toda a lâmina no peito. Caiu, subi por cima e procurei só furar o coração. Só parei quando o vi virando os olhos, estava morrendo” (p. 362).

Transferido para a Penitenciária do Estado em 27 de abril de 1973, após as atividades de recepção de prisioneiros que eram de praxe daquela instituição, Luiz Alberto foi enviado para a cela-forte onde cumpriria uma pena de seis meses, que depois foi estendida para nove meses por determinação do diretor do DIPE – Departamento dos Institutos Penais do Estado, em razão do assassinato de Toninho, embora já houvesse cumprido sessenta dias de cela-forte no presídio anterior.

Desceram comigo ao porão, abriram uma cela-forte, mandaram que entrasse. Entrei, apreensivo, ordenaram que tirasse toda a roupa. Fiquei nu [...]. O pânico se apossou de mim. A cela estava nua como eu. Não havia nada ali. As paredes vertiam água. O chão era de caquinhos de cerâmica, geladíssimo. O tempo estava gelado, eu já tremia de medo e frio desde os primeiros instantes ali. (p. 372)

Luiz só não entrou em profunda depressão na cela-forte porque havia um sistema de comunicação com outros presos através do encanamento da privada e um dos amigos com quem ele falava ao ‘telefone’ era o Henrique, um dos maiores assaltantes de São Paulo. Henrique falava em livros, contava sobre os romances, as poesias que lera, falava de filosofia e muitas outras coisas novas para Luiz que se tornou extremamente fascinado pelas histórias e por tudo o mais que ouvia. Agora, ele ansiava sair do castigo para começar a ler as várias histórias contadas por Henrique. “Havia tanto assunto... (...). Seus conceitos de nobreza de propósitos, sua visão moral diversa daquela que aprendera no meio criminal, me falavam ao coração” (p. 380). No dia seguinte à saída de Luiz da cela-forte, Henrique lhe enviou uma pilha de livros, cadernos com poesias e textos dele, papéis, canetas, uma carta-rascunho que Luiz deveria escrever para sua mãe, conforme haviam conversado ainda na cela e uma carta do próprio Henrique. “Eu iria construir uma nova história de minha vida, doravante. Uma história mais bonita” (p. 385).

Nessa perspectiva, Luiz conversava com os vizinhos de cela que não liam e fazia uma lista de livros para cada um deles, dessa forma, eles

repassavam os livros para Luiz que sempre excedia sua cota. Dessa maneira, quando o bibliotecário passava com os livros, o faxineiro os recolhia dos parceiros e os entregava a Luiz Alberto que lia um total de quatro a cinco livros semanalmente.

Fui me apaixonando por livros. Lia, em média, oito a dez horas por dia. Comecei com os romances. Li todos os clássicos como quem devora o prato mais saboroso [...]. Não estava mais tão só, as histórias, os personagens ficavam vivos para mim num passe de mágica. Ler tornou-se um vício. Li todas as obras de Dostoiévski, Tolstói, Górkí, John Steinbeck, Cronin, Scott Fitzgerald, e livros de Guy de Maupassant, Françoise Sagan, Leon Uris, Walter Scott, James Michener, Harold Robbins, Morris West, Irving Wallace, Irving Stone, Irwin Shaw, Henry James, Stendhal, Balzac, Victor Hugo, Somerset Maugham, Virginia Woolf, Arthur Hailey, Sinclair Lewis, Henry Miller, Hemingway, Norman Mailer, Robert Ludlum etc. (p. 386)

À proporção que Luiz Alberto lia e ampliava seu vocabulário, o submundo do crime se tornava mais limitado, tão estreito que não o cabia mais. Passou a conhecer outros países, novas culturas, produzir textos, compor poesias, discutir ideias. Começou a se corresponder com pessoas de fora da prisão, assim conheceu Eneida que cursava o último ano de Letras, professora de inglês, português e era apaixonada por literatura. “A cada dia eu precisava mais dela, passei a lhe escrever cartas diárias. Eram cartas homéricas, de dez folhas ou mais, que ela respondia quase que instantaneamente e no mesmo diapasão” (p. 397). Eneida assumiu a posição de professora e orientadora de Luiz, sendo assim, questionava suas ideias de revolta, deixando-o sem argumentos. Utilizando-se de argumentação sólida e equilibrada, “em três meses, demoliu ou depreciou todos os valores que eu demorara a vida toda para construir. Quase tudo o que eu acreditava, com muita lógica, destruí, ridicularizei (...). (p. 398)

Nesse período, conheceu o Zé Carlos, um presidiário que também queria aprender e tinha curiosidade acerca das verdades existenciais. Como o Zé Carlos possuía um certo capital com sua esposa, fora da penitenciária, adquiriu os cinquenta e dois volumes da coleção *Os Pensadores*, desse modo, discutiam os pré-socráticos, Sartre, Merleau-Ponty, passando por todas as escolas filosóficas. Por esse viés, Luiz tomou a decisão drástica de jogar todo o seu passado no lixo. “Os valores de honra, dignidade e nobreza de ações, recém-adquiridos, sobrepujaram e de alguma forma mesclaram-se aos anteriores” (p. 399). Ele precisaria promover uma mudança em conformidade com os novos conhecimentos adquiridos.



Eneida, a professora que intentava se especializar em literatura, começou a estudar com profundidade os autores brasileiros, assim, passava os livros e as pesquisas para Luiz. Pesquisaram Érico Veríssimo, Jorge Amado, Mário Palmério, Machado de Assis, José de Alencar, Clarice Lispector, Nelson Rodrigues, Drumond de Andrade, Mário Quintana, Vinicius de Moraes e o português Fernando Pessoa. Aos poucos, sozinho, Luiz foi se definindo pelos filósofos mais contestadores, revolucionários, então, apreciava muito a história da filosofia, assim estudava até compêndios sobre a história da filosofia, sem se importar, necessariamente, com a verdade. O que realmente importava era acumular conhecimentos, pois acreditava que isso o valorizava, destacava-o da condição de presidiário.

Nessa dimensão, compreende-se, a priori, que o confinamento simboliza a perda da liberdade, a perda dos direitos civis e políticos, entretanto, não pode, de nenhum modo, simbolizar “a suspensão dos direitos ao respeito, à dignidade, à privacidade, à integridade física, psicológica e moral, ao desenvolvimento pessoal e social, espaço onde se insere a prática educacional” (BRASIL, 2013, p. 318).

#### 4. *Considerações finais*

Dentre as várias formas de leitura definidas por alguns teóricos da área, encontra-se a leitura de mundo que é compreendida como um processo contínuo ao longo da vida. Bem além de identificar e decifrar códigos e símbolos, essa prática impulsiona o leitor, de forma gradativa e natural, a ampliar sua visão de mundo, direcionando e habilitando esse leitor a imergir nas águas profundas da subjetividade. Desse modo, mergulhando profundamente nas águas da leitura, Luiz Alberto Mendes se deixou levar pela correnteza da literatura e experienciou uma mudança completa de paradigma. O submundo do crime, bem como as relações criminosas eram por demais resumidas para caber o universo pluricultural por ele conquistado através da leitura filosófica, literária, afinal, as luzes coloridas da cidade de São Paulo, o dinheiro que comprava a felicidade traduzida em álcool, drogas, roupas de marca e mulheres tornou-se insignificante em comparação com a leitura que descortinou um mundo até então desconhecido, um pluriverso que precisaria ser conquistado e, na impossibilidade de conquistá-lo presencialmente, por que não fazê-lo através dos livros?

Ao concluir sua escrita, no ano 2000, Luiz Alberto Mendes somava quarenta e sete anos de idade e havia cumprido vinte e sete anos de pena. Nesses vinte e sete anos de reclusão, havia ficado menos de cem dias fora das grades, ou seja, os cálculos matemáticos afirmam que, em uma existência de quarenta e sete anos, em porcentagem, Luiz permaneceu 57,45% do tempo encarcerado. Nesse período e nos outros subsequentes, a leitura o ajudou a superar os horrores que envolvem a vida de uma pessoa confinada. A história de vida de Luiz Alberto Mendes e de alguns outros que descobriram um novo sentido para a vida no pós-leitura impulsiona a defesa ao Projeto Remição pela Leitura e muitos outros projetos de leitura desenvolvidos pela academia que acredita no poder transformador do letramento literário que, adequadamente utilizado, pode resgatar e/ou criar valores, até então, inimigáveis.

O epílogo do livro informa que Luiz conseguiu avançar nos estudos, já havia cursado um ano de Direito na PUC, exercia a função de professor há quatro anos no pavilhão nove da penitenciária, escrevia contos para publicação em jornais e revistas, intermediado por Fernando Bonassi, escritor do jornal Folha de São Paulo na época, criador de um projeto literário no presídio e responsável pela edição e publicação do livro aqui comentado, “Memórias de um Sobrevivente”.

Nesse contexto, ressalta-se a importância de se tornar um sujeito leitor ainda que do lado de dentro dos muros de uma prisão, haja vista que a literatura ensiná-lo-á a desenvolver uma consciência crítica, tendo em vista que a educação possibilita o pensamento crítico da cultura (Cf. ARANHA, 1990). Essa criticidade, por sua vez, contribuirá com a prática de atos de responsabilidade tanto do indivíduo quanto do coletivo. Desse modo, à medida que se aprende que a educação, envolvendo a cultura e a literatura, é um direito de todos, aprende-se também que, a fim de se ter direitos, deve-se cumprir deveres.

Tendo em vista tudo o que aqui foi exposto acerca da magnitude do ato de ler e do grandioso benefício que a literatura proporciona a qualquer um que a ela se submete, incentiva-se a participação da comunidade carcerária no *Projeto Remição pela Leitura* porque, dentre todas as outras argumentações apresentadas ao longo desta pesquisa, há de se acrescentar que “vidas reclusas importam”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. *Filosofia da educação*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1990.

BRAFF, Menalton. *Porque a Leitura Pode Resignificar a Trajetória de Vida das Pessoas*. Conferência online realizada em 05/02/2021. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=YEnv4Ww\\_SYk](https://www.youtube.com/watch?v=YEnv4Ww_SYk). Acessado em 14/05/2023.

BRASIL, Diretrizes curriculares nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em privação de liberdade nos estabelecimentos prisionais. *Diretrizes Curriculares Nacionais gerais para a Educação Básica*. Brasília, 2013. p. 306-37

CÂNDIDO, Antônio. O direito à literatura. In: \_\_\_\_\_. *Vários escritos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011.

COSSON, Rildo. *Círculos de leitura e letramento literário*. São Paulo: Contexto, 2014(a).

\_\_\_\_\_. *Letramento literário: teoria e prática*. 2. ed. 4. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014(b).

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HORELLOU-LAFARGE, C.; SEGRÉ, M. *Sociologia da leitura*. Trad. de Mauro Gama. Cotia: Ateliê, 2010. (Título original: *Sociologie de La Lecture*)

KLEIMAN, Angela B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. p. 15-61. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

LEVI, Primo. *É isto um homem?* Trad. de Luigi Del Re. São Paulo: Rocco, 1988.

MENDES, Luiz Alberto. *Memórias de um sobrevivente*. Companhia de Bolso. São Paulo: 2009.

PAULINO, Graça; COSSON, Rildo. *O direito à literatura*. In: LIMA, A. de et al. (Orgs). Recife: Universitária UFPE, 2012.

ROUXEL, Annie. *Práticas de leitura: como favorecer a expressão do sujeito leitor?* Trad. de Neide Luzia de Rezende e Gabriela Rodella de Oli-

veira. *Cadernos de Pesquisa*, v. 42, n. 145, p. 272-83, jan/abr. São Paulo, 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico* [livro eletrônico]. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SOARES, Magda. Letramento e Alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*, n. 25, Jan/Fev/Mar/Abr. 2004.

STREET, Brian V. *Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*. Trad. de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2014.

TERRA, Márcia Regina. Letramento & letramentos: uma perspectiva sócio-cultural dos usos da escrita. *DELTA*, v. 29, n. 1, p. 29-58. São Paulo, 2013.

**NA FESTA DE SÃO LOURENÇO (ANCHIETA, 1587):  
A PHILOLOGICAL-HISTORIOGRAPHIC LECTURE**

*Leonardo Ferreira Kaltner* (UFF)  
[leonardokaltner@id.uff.br](mailto:leonardokaltner@id.uff.br)

**ABSTRACT**

The objective of this lecture is to discuss the text *Na Festa de São Lourenço*, a dramatic text authored by the missionary and humanist S. José de Anchieta (1534–1597) in sixteenth-century Portuguese America. The *Na Festa de São Lourenço* was performed in Niterói, within the indigenous community of São Lourenço, and stands as one of the rare surviving examples of colonial literature for which we possess complete textual documentation. During this lecture, I will delve into the textual sources of the work, which have been meticulously organized and translated by the philologist Armando Cardoso. Our analysis will engage with the Historiography of Linguistics theory, considering that the work serves as a secondary source that offers insights into the linguistic perspectives of its author, Anchieta.

**Keywords:**

Linguistic thought. Renaissance humanism. Sixteenth-century theatre.

**RESUMO**

O objetivo da palestra é debater o auto *Na Festa de São Lourenço*, texto dramático escrita pelo missionário e humanista S. José de Anchieta (1534–1597), na América portuguesa do século XVI. O auto *Na Festa de São Lourenço* foi encenado em Niterói, na comunidade indígena de São Lourenço, e é um dos raros exemplos de literatura colonial dos quais temos testemunho textual completo. Em-abordaremos em nossa palestra as fontes textuais da obra, para as quais o filólogo Armando Cardoso organizou e traduziu o texto. Nossa análise dialogará com a teoria da Historiografia da Linguística, considerando que a obra registra, como fonte secundária, o pensamento linguístico de Anchieta, seu autor.

**Palavras-chave:**

Humanismo renascentista. pensamento linguístico Teatro do século XVI.

**1. Introduction**

In the realm of Philology, any researcher delving into the essence of classical culture and literature in Brazil would inevitably consider the works of José de Anchieta (1534–1597) as integral to the canon of Brazilian classics in the early modernity (Kaltner, 2020a). This Jesuit missionary stands as the author of the most significant body of literary works from the 16<sup>th</sup> century in Portuguese America, the former colony of

the Kingdom of Portugal, which transformed into Brazil after gaining independence in 1822.

While interpretations of Anchieta's work have spanned centuries since the 16<sup>th</sup> century, the most substantial philological research on his works emerged in the 20<sup>th</sup> century, led by the Luso-Brazilian philologist Armando Cardoso (1906–2002). Cardoso meticulously curated and edited the complete works of this missionary, collectively known as the *Monumenta Anchieta*. This compilation remains a cornerstone of philological study in Brazil.

This article aims to delve into one of Anchieta's works, as edited by Armando Cardoso in the *Monumenta Anchieta*, which represents a significant piece of sixteenth-century Portuguese American drama. Specifically, I will explore the play *Na Festa de São Lourenço*, presumed to have been written and performed between 1583 and 1587 (Anchieta, 1977).

## **2. *The Jesuit Theater in Portuguese America***

Theater was one of the manifestations of the poetics of classical antiquity, and as such, it found its place in the humanistic education of the Renaissance. This, in turn, influenced the educational and missionary practices of the Jesuits, including figures like Anchieta. In this context, we can comprehend how theater was utilized in 16<sup>th</sup> century Portuguese America as an instrument of catechesis. The Jesuits were not the first missionaries to use theater as an instrument of catechesis in 16<sup>th</sup> century Portuguese America; this tradition was initiated by Franciscan missionaries (Kaltner, 2020a).

In European humanistic education, the principal Latin author employed for teaching Latin theater was *Publius Terentius Afer*, from the second century BC. His theatrical plays were utilized for activities involving the active use of the Latin language, particularly for training in the art of conducting dialogues in Latin within the colleges and universities of the 15<sup>th</sup> and 16<sup>th</sup> centuries. Over time, alongside the enactment of passages from Terence's works, more intricate exercises emerged, such as emulating the author's works. Ultimately, these exercises evolved into the creation of dramatic texts with a didactic purpose. In the case of missionary endeavors, they served a catechetical purpose.

For the Jesuits in Portuguese America, theater served the cause of evangelization, namely, the dissemination of the Christian faith among indigenous peoples, European colonists, and enslaved Africans. Theatrical representations facilitated the communication of doctrine and simplified the teaching of theological matters. Jesuit theater served as a means to dramatize biblical passages and Christian traditions, making legends and customs more comprehensible, while also recounting the life stories of significant figures in Christian doctrine (Anchieta, 1977).

Missionary education was grounded in religious instruction within the local communities of Portuguese America. Between 1549 and around 1580, Jesuit missionaries bore nearly sole responsibility for education in Brazil. Theater remained a constant presence in the schools and colleges administered by these missionaries. Its purposes included teaching the Portuguese language, conveying moral and cultural values rooted in the European Judeo-Christian and Greco-Latin traditions, and promoting socialization within the context of community life, according to Western standards of the era. Theater formed an integral part of the social life of 16th-century Portuguese America.

### **3. *Conversion and Acculturation in 16<sup>th</sup> Century Portuguese America***

Jesuit theater in 16<sup>th</sup> century Portuguese America had a primary focus on catechesis within the context of the Council of Trent and the colonialist ideology of expansion and territorial conquest. Despite the Renaissance humanism's proposition of fostering dialogue between peoples and cultures, the perception of the 16<sup>th</sup> century still reflected an asymmetrical form of humanism in which the relationships between colonizers and the colonized were pronounced. It was not a comprehensive and integral humanism in fact.

In Jesuit theater, there exists a notable record of profound criticism directed at indigenous religious practices and the indigenous culture of local populations. The European worldview, from an ethnocentric perspective, clashed with indigenous traditions that were deemed incompatible with the newly introduced Christian customs. This theme is a recurring motif in Anchieta's theater, for instance, and it was a fundamental part of the ideological rhetoric within his performance context. It's worth noting that this ideological rhetoric may not have yielded practical success in 16<sup>th</sup> century Portuguese American society, but it underpinned the

colonial society as an ideal for assimilating indigenous communities into the Portuguese American colonial project.

Furthermore, Jesuit theater served as a form of entertainment in colonial communities in 16<sup>th</sup> century Portuguese America. It took the shape of popular festivities open to the general public, often associated with public celebrations, which aimed to unite people and popularize religious conversion. The visual and musical language of Jesuit theater, as well as the communal nature of the performances that brought together indigenous peoples and European settlers, with a diverse cast of characters, made it a captivating spectacle of the 16<sup>th</sup> century. Additionally, the participation of children, the use of musical instruments, and choral singing in Portuguese, Tupi, and Spanish added to the emotional appeal for the audience attending these plays.

Lastly, the social function of Jesuit theater could also be linked to the assimilation of European thought through the transmission of cultural traditions. As the overseas colonies remained connected to their metropolis, theatrical practices became a means of preserving elements of European court life in Portuguese America, albeit with necessary adjustments. Literary traditions, music, and the performing arts, in general, played a role in establishing a European cultural identity even in Portuguese America. Overall, theater played a significant role in the missionary and educational activities of the Jesuits in colonial Brazil, enabling them to reach, educate, and influence local populations in a variety of ways.

#### **4. *Anchieta Theater and the Ecology of Language Contact***

An interpretive dimension worth exploring concerning Anchieta's theater revolves around its staging in 16<sup>th</sup> century Portuguese America. Anchieta's dramatic works were performed in open-air settings, including indigenous villages and Jesuit missions. In this regard, the environment in which his theater took place is a significant factor that must be considered.

There is, indeed, an inherent connection between the 16<sup>th</sup> century environment of Portuguese America and Anchieta's works. This connection can be explored through ecolinguistic theory, which serves as a tool for interpreting the linguistic ecosystem in which Anchieta's work evolved. In the specific case of the theatrical text *Na Festa de São Lourenço*, I find the linguistic ecosystem that emerged from the former village of São Lourenço dos Índios in the 16<sup>th</sup> century, which is now the city of Niterói.



The concept of language contact ecology, stemming from ecolinguistic theory, can be applied to the interpretation of Anchieta's play, especially since it is written in three languages: Portuguese, Castilian, and 16<sup>th</sup> century Tupi. These three languages were integral to the dynamics of linguistic contact in 16<sup>th</sup> century Portuguese America during the period of the Iberian Union, coinciding with the time of the play.

The play *Na Festa de São Lourenço* centers around the concluding moments of the life and actions of São Lourenço, a Christian saint from the 3<sup>rd</sup> century renowned for his devotion and martyrdom. São Lourenço held significant importance in the conversion of indigenous peoples. In addition to being a Catholic military saint who would aptly represent the founding wars of Rio de Janeiro, São Lourenço was martyred on a grill over embers, which held significant symbolic value in relation to the rituals of Tupinambá cannibalism.

### 5. *The first act of the play Na Festa de São Lourenço (1587)*

The first act of the play “Na Festa de São Lourenço” is written in Portuguese and features a song that reenacts the martyrdom of the saint, who was burned alive on a scorching grill during the period of Christian persecution by the Roman emperors. The poem, written in the first person, is a song and is divided into four-line stanzas (Anchieta, 1977).

The setting for the first act of the play is the courtyard of the church in the indigenous village of São Lourenço, in an open-air environment. The first stanza is an invocation of Jesus by Saint Lawrence as he is dying on the red-hot grill's flames. The saint cries out for salvation and remembers that Jesus died for his sins, according to Christian doctrine. Finally, there is a metaphor likening the fire that consumes him to the fire of Christ's love.

Por Jesus, meu salvador,  
Que morre por meus pecados,  
Nestas brasas morro assado  
Com fogo do meu amor (Anchieta, 1977).

(By Jesus, my savior,  
Who died for my sins,  
Upon these embers, I am roasted  
With the fire of my love).

In the second stanza, the suffering of Saint Lawrence evokes the suffering of Christ on the cross. This analogy allows the saint to unite

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

with Jesus in suffering, but also in love. These are the final thoughts of Saint Lawrence before his martyrdom, in devotion to his faith.

Bom Jesus, quando te vejo  
Na cruz, por mim flagelado,  
Eu por ti vivo e queimado  
Mil vezes morrer desejo (Anchieta, 1977)

(Dear Jesus, when I behold you  
On the cross, wounded for my sake,  
I live and burn for you  
A thousand times, I long to partake)

The third stanza presents more information regarding Christian doctrine, invoking the symbolic concept of the blood of Christ, which represents his passion, death, and resurrection. This blood is believed, according to the Catholic faith, to wash away the sins of humanity. São Lourenço burns in the flame of the embers, feeling the love of Christ stronger than the fire that torments him.

Pois teu sangue redentor  
Lavou minha culpa humana,  
Arda eu pois nesta chama  
Com fogo do teu amor (Anchieta, 1977).

(Of your redeeming blood,  
Which cleanses my human guilt,  
I burn within this flame  
With the fervor of your love).

The fourth stanza presents a symbolic image in which the love of Christ is depicted as the fire that burns Saint Lawrence, rather than the embers. This transfiguration serves as a metaphor for the Christian faith, illustrating how it conquers death through belief in Christ. The death of São Lourenço becomes an epiphany. This also appears to be the moment in the play when São Lourenço breathes his last and passes away.

O fogo do forte amor,  
Ah, meu Deus!, com que me amas  
Mais me consome que as chamas  
E brasas, com seu calor (Anchieta, 1977).

(The blaze of this potent love,  
Oh, my God! How it consumes me,  
More than flames and embers,  
With its fervent heat).

The last and fifth stanza already presents São Lourenço transformed into a saint, a metaphysical being engulfed in the flames of Christ's love.

It is an epiphanic presence in Anchieta's play, accompanied by hymns sung by the audience. The redefined fire no longer symbolizes the martyrdom's pyre but instead embodies divine love.

Pois teu amor, pelo meu  
Tais prodígios consumou,  
Que eu, nas brasas onde estou,  
Morro de amor pelo teu.

(For your love, and for mine,  
Such wondrous deeds are done,  
That I, amid these embers,  
Die of love for you, the One).

## 6. Conclusion

In this preliminary study, it is evident that Anchieta's theatrical text served as an instrument of catechesis while also serving as a literary record of cultural practices in 16<sup>th</sup> century Portuguese America. The ecological dimension is linked to Anchieta's plays, given their outdoor staging and the natural environment of Portuguese America in the 16<sup>th</sup> century.

The relationship between language and the environment in Anchieta's work is a topic that demands further discussion and should be the focal point of future research. The ecological dimension is crucial for analyzing historical texts concerning 16<sup>th</sup> century Portuguese America, considering that societies of that era were intricately intertwined with ecological niches, much like an ecosystem.

From the analysis of the play's passage, it becomes apparent that it possesses significant symbolic and metaphorical value, albeit constrained by the theme of Christian indoctrination, which was the predominant poetic theme in the context of 16<sup>th</sup> century Portuguese America. It represents a poetic work of sacred nature, reminiscent of other works by Anchieta. The stylistic elements employed by the missionary reflect his humanistic education, a hallmark of the training he received at the Colégio das Artes in Coimbra. It is likely that he had access to the works of another playwright, the Portuguese humanist Gil Vicente, during his time there.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMAN, Cristina. História, estórias e historiografia da linguística brasileira. In: BATISTA, R. *et al. Historiografia da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2019. p. 19-44

ANCHIETA, José de. *Teatro de Anchieta*. Edição de Armando Cardoso. São Paulo: Loyola, 1977.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. de Eni Puccinelli. Campinas: Orlandi. Campinas-SP: Unicamp. 1992.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. Historiografia da Linguística e um quadro sociorretórico de análise. In: ALTMAN, C. *et al. Historiografia da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2019. p. 81-114

FARIA, Ernesto. *Gramática Superior da Língua Latina*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1958.

KALTNER, Leonardo Ferreira. Latin in colonization of sixteenth century Brazil. *Cadernos de Letras da Uff*, n. 26 (53), p. 39-60, 2016.

\_\_\_\_\_. As ideias linguísticas no discurso De Liberalium Artium Studiis (1548). *Confluência*, Rio de Janeiro, n. 56, p.197 - 217, 2019a.

\_\_\_\_\_; SANTOS, M. C. S.; TEIXEIRA, V. L. Gaspar da Índia: o língua e o Brasil quinhentista. *Confluência*, v.57, p. 9-35, 2019b.

\_\_\_\_\_; SILVA, S. C. S. Gramáticas e gramaticografia: uma análise pela Historiografia Linguística. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, ano 25, n. 75, v. 2 p. 1564-72, set./dez. 2019c.

\_\_\_\_\_. O Brasil quinhentista e a Historiografia Linguística: interfaces. *Cadernos do CNLF (Cifefil)*, n. 23, p. 424-39, 2019d.

\_\_\_\_\_. Monumenta Anchieta à luz da Historiografia Linguística: o trabalho filológico de Pe. Armando Cardoso-SJ (1906-2002). *Cadernos de Linguística da Abralin*, ano 1, n. 1, p. 1-15, 2020a.

\_\_\_\_\_. *O pensamento linguístico de Anchieta e de Carl von Martius: estudos historiográficos*. Ponta Grossa: Atena, 2020b.

\_\_\_\_\_. Por uma edição crítica da gramática de Anchieta (1595). *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, ano 26, n. 76, v. 2, p. 717-31, set./dez. 2020c.

\_\_\_\_\_. Regna Brasillica: contextualização da Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil (1595). *Revista da Abralin*, n. 19, p. 1-25, 2020d.

\_\_\_\_\_; SANTOS, M. C. S. Schola Aquitanica e a gramática de Despau-  
terius: intertextualidades. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, n. 76, v. 2,  
p. 750-59, 2020e.

\_\_\_\_\_. The Grammar Corpus in the Horizon of Retrospection of S. José  
de Anchieta-SJ (1534-1597). *Global Journal of Human-social Science:  
G Linguistics & Education*, n. 20, p. 37-44, 2020f.

\_\_\_\_\_. The place of Anchieta's Grammar in the history of linguistic  
thought in Brazil. *Cadernos de Linguística*, v. 2, n. 1, p. e610, 2022. Dis-  
ponível em: [https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/  
610](https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/610). Acesso em 14 fe. 2022.

KOERNER, Konrad. Questões que persistem em Historiografia da Lin-  
guística. *Revista da Anpoll*, n. 2, p. 45-70, 1996.

SWIGGERS, Pierre. A historiografia da linguística: objeto, objetivos,  
organização. *Confluência*, n. 44-45, p. 39-59, 2013.

\_\_\_\_\_. Historiografia da Linguística: princípios, perspectivas e proble-  
mas. In: ALTMAN, C. *et al. Historiografia da Linguística*. São Paulo:  
Contexto, 2019. p. 45-80

**O LIVRO DIDÁTICO E O ENSINO DE ORTOGRAFIA:  
UM DESTAQUE PARA O FONEMA /S/**

Vanessa da Silva Braz (UESPI)

[vanessabraz@aluno.uespi.br](mailto:vanessabraz@aluno.uespi.br)

Lucirene da Silva Carvalho (UESPI)

[lucirenesilva@cchl.uespi.br](mailto:lucirenesilva@cchl.uespi.br)

**RESUMO**

A pesquisa consiste em uma análise das múltiplas representações do fonema /s/, no livro didático do ensino fundamental, conforme a classificação adotada por Lemle (2001). Para isso, traçar-se-á um panorama sobre esse fonema, atentando-se para os possíveis desvios ou generalizações de regras. Dessa forma, busca-se identificar, no livro didático, quais os procedimentos e propostas didáticas adotadas para tratar do ensino de ortografia, sobretudo, com relação ao grafema “s” e suas múltiplas representações. Portanto, o estudo em questão tem como enfoque as dificuldades de aquisição da ortografia do fonema /s/, verificando como o livro didático trata este fonema, tendo em vista que o sistema de ortografia da língua portuguesa se utiliza de nove diferentes grafemas para representá-lo, conforme Lemle (2001), em sua obra *Guia teórico do alfabetizador*. Essa discussão tem sido levada a cabo porque tende a confundir até mesmo os estudantes que já passaram da fase de aquisição da escrita. Contudo, o importante é fazer o aluno refletir sobre o que aprende ao invés de meramente memorizar as regras ortográficas.

**Palavras-chave:**

Grafema “s”. Livro didático. Representações múltiplas do fonema /s/.

**RESUMEN**

La investigación consiste en un análisis de las múltiples representaciones del fonema /s/, en el libro de texto de la escuela primaria, según la clasificación adoptada por Lemle (2001). Para ello, se trazará una visión general de este fonema, prestando atención a posibles desviaciones o generalizaciones de reglas. De esta manera, buscamos identificar, en el libro de texto, qué procedimientos y propuestas didácticas se adoptaron para abordar la enseñanza de la ortografía, especialmente en relación con los grafemas y sus múltiples representaciones. Por lo tanto, el estudio en cuestión se centra en las dificultades para adquirir la grafía del fonema /s/, verificando cómo el libro de texto trata este fonema, considerando que el sistema ortográfico de la lengua portuguesa utiliza nueve grafemas diferentes para representarlo, según Lemle (2001), en su obra *Guía teórica para profesores de alfabetización*. Se ha llevado a cabo esta discusión porque tiende a confundir incluso a los estudiantes que ya han superado la fase de adquisición de la escritura. Sin embargo, lo importante es hacer que el alumno reflexione sobre lo que aprende en lugar de limitarse a memorizar las reglas ortográficas.

**Palabras clave:**

Grafema “s”. Libro de texto. Múltiples representaciones del fonema /s/.

## 1. *Introdução*

O ensino da ortografia nas escolas foi por muito tempo temática considerada de extrema importância, mas estudada apenas nos anos iniciais do ensino fundamental, contudo, sabe-se o peso que a ortografia tem no ensino da língua durante todo o período de apropriação da escrita. Isso é indiscutível. Porém, embora sempre tenha tido essa importância, o que predomina é o ensino tradicional pautado no método de memorização das regras ortográficas e correções nas produções escritas dos alunos. Contudo, os estudos linguísticos mais atuais orientam o trabalho com texto como instrumento para o desenvolvimento da leitura e da escrita, a partir disso surgiu o questionamento: como lidar com os erros ortográficos, uma vez que escrever não é somente grafar corretamente as palavras?

Todos os sistemas ortográficos já adotados em português alternam entre as vertentes etimológica e a fonológica. Sendo a primeira mais conservadora e tinha o objetivo de preservar o modo como as palavras eram escritas em latim clássico e grego. A segunda vertente, é a que representa os fonemas da língua. Nesse contexto, observa-se a importância de levar em consideração a relação existente entre o sistema ortográfico e a tradição. Em função das diferentes perspectivas existentes, sobre relação letra/som, o comportamento da ortografia advinda disso acabou por conter algumas incongruências, por essa razão é fundamental que o tema seja tratado por um viés científico.

Este trabalho está dividido basicamente em breves seções que fundamentam teoricamente a pesquisa, adotando a estrutura de uma iniciação de pesquisa. A metodologia adotada baseia-se na pesquisa bibliográfica. De acordo com Gil (2002), entende-se por pesquisa bibliográfica a leitura, análise e a interpretação de material impresso. Entre estes, podemos citar livros, documentos xerografados ou fotocopiados, periódicos, imagens, manuscritos, entre outros. Na primeira seção apresentamos algumas reflexões acerca do ensino da ortografia na escola e algumas considerações sobre o grafema “s” e suas especificidades, na próxima seção descreve-se a metodologia e os materiais que serão utilizados para a realização desta pesquisa, cuja finalidade é contribuir para um ensino reflexivo da ortografia, principalmente no que tange ao grafema “s”. Na seção “Resultados esperados”, é exposto os resultados a que se espera chegar com este trabalho, e, por fim, as considerações finais.

## **2. O ensino de ortografia e o grafema /s/**

A ortografia no Ensino Fundamental é ministrada de maneira tradicional, cuja metodologia é pautada na técnica de memorização de regras ortográficas, não deixando espaço para que os estudantes possam refletir sobre os usos da língua. Entende-se que essa forma de trabalhar com a ortografia não é eficaz no que tange a formação de leitores e escritores plenos. A escola é regida pela escrita e busca incansavelmente a automatização dos seus padrões ortográficos vendo o erro ortográfico como um grande inimigo, para efetiva realização dos seus objetivos. No entanto, para Morais (2021, p. 5), “na fase inicial de aprendizagem é bem compreensível que nossos alunos cometam erros de ortografia, e isso revela que a criança precisa de ajuda para incorporar todas as facetas da escrita”, em vista disso, Morais (2021, p. 5) acrescenta ser fundamental “um novo tipo de ensino: um ensino que trate a ortografia como objeto de reflexão”, ou seja, um ensino que não considere o erro ortográfico cometido pelo aluno como um problema, mas sim como um guia para saber qual é exatamente a dificuldade daquele aluno e assim ajudá-lo.

Por conta desta preocupação pedagógica em eliminar o erro ortográfico, da forma mais automática e rápida possível, as atividades mecânicas são as que predominam quando se trata de ensinar ortografia. Vale ressaltar que a norma ortográfica da língua possui aspectos regulares – aqueles que são regidos por regras e podem ser aprendidos por meio da compreensão – e irregulares – aqueles em que é necessário a memorização (Cf. MORAIS, 2007). No entanto, na escola não existe um trabalho diferenciado para ensinar as regularidades e as irregularidades da língua, este fato contribui para dificultar a aprendizagem dos estudantes, sobretudo se tratando das irregularidades, pois estas se configuram como um desafio para o aprendiz. O grande número de erros de grafia que é perceptível, ainda hoje, em estudantes com vários anos de escolarização, aponta que esse aluno não conseguiu apropriar-se efetivamente das regras ortográficas, e também que a escola não está conseguindo reverter essa situação. Assim, a ortografia age, especificamente, no que tange à parte gráfica e funcional da escrita, portanto, somente entendendo a língua como um processo histórico-social, é que será possível compreender quais as razões e necessidades das convenções linguísticas e seus usos na sociedade, já que grande parte dos problemas relacionados com a ortografia estão associados a essas convenções.

No princípio as grafias tinham como finalidade o registro e a comunicação, com o passar do tempo suas funções foram sendo ampliadas



e, atualmente, possuem uma grande importância na convivência social. Em uma sociedade eminentemente grafocêntrica é fundamental que o aluno conheça e compreenda a dimensão histórica do sistema ortográfico, para que tenha um real domínio e compreensão das convenções ortográficas e, assim, venha a ser um leitor e escritor pleno.

Lemle (2001) ao discorrer a respeito das relações entre sons e letras do português brasileiro apresenta três formas de relações entre eles, como demonstrada no quadro 01:

Quadro 01: Três tipos de relação entre som e letra.

<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ <i>Relação de um par para um</i>: cada letra com seu som, cada som com sua letra;</li> <li>✓ <i>Relação de um par a mais de um</i>: cada letra com um som numa dada posição, cada som com sua letra numa dada posição;</li> <li>✓ <i>Relações de concorrência</i>: mais de uma letra para o mesmo som na mesma posição.</li> </ul>
---

Conforme a classificação de Lemle (2001), o fonema /s/ está inserido na terceira relação, em que um grafema corresponde a vários fonemas ou um fonema corresponde a vários grafemas, por essa razão a aprendizagem desse grafema consiste em um desafio maior, pois o sistema ortográfico dispõe de nove grafemas para fazer sua representação. Em vista disso, este trabalho tem como propósito analisar as múltiplas representações do fonema /s/, considerando a classificação proposta por Miriam Lemle, visando fazer um mapeamento do tratamento que tal fonema recebe em uma coleção de livros didáticos previamente selecionada, buscando verificar as possíveis violações ou generalizações de regras, tanto nas discussões propostas no conteúdo temático, quanto nas atividades.

### 3. Metodologia e materiais

No processo de aquisição da língua escrita um dos procedimentos básicos, é fazer o estudante dominar o sistema ortográfico da língua, para

que ele saiba identificar os símbolos gráficos durante a leitura e representá-los na escrita. No entanto, com as mudanças no ensino da língua, que passou a ter o texto como eixo, principalmente depois da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) voltando-se, assim, para os aspectos enunciativos, chegou-se ao entendimento de que o texto é mais do que um conglomerado de palavras escritas corretamente. Por isso, o aluno precisa ter conhecimento das diferentes possibilidades de usos e adequações linguísticas, seja em contextos formais ou informais, para aplicá-las de forma sistemática em situações de uso e aprendizagem.

Nesse sentido, este estudo será desenvolvido em duas etapas:

- 1ª Etapa: Considerações sobre o papel do livro didático na escola e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e considerações sobre a relevância do estudo da norma no quadro atual do ensino de Língua Portuguesa.
- 2ª Etapa: Mapeamento dos parâmetros de ensino do sistema ortográfico, enfocando as representações múltiplas do fonema /s/, nos livros didáticos selecionados e posterior análise destes.

Com base nesse levantamento, os resultados proporcionarão uma descrição detalhada dos parâmetros apresentados nos livros que permitirão uma análise mais aprofundada do tratamento que recebe o grafema s no processo de ensino e aprendizagem para o Ensino Fundamental.

A Coleção selecionada para análise e recolhimento de dados foi a coleção de livros didáticos de William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães – *Português Linguagens do 5º ao 9º ano – Ensino Fundamental*. Os recursos tecnológicos utilizados serão computador e impressora.

#### **4. Resultados esperados**

Espera-se que, ao final desta pesquisa investigativa, referente à coleção didática em análise tenhamos os seguintes resultados:

- Os parâmetros de ensino de ortografia nos livros didáticos apresentam uma preocupação significativa com o aprendizado do sistema alfabético e dá maior atenção às práticas de leitura de textos variados que tem objetivo de fazer com que o aprendiz perceba as regularidades e irregularidades nas múltiplas representações do fonema /s/;
- Os livros didáticos analisados apresentam um ensino ortográ-

fico pautado no desenvolvimento progressivo e gradual do estudante no que tange às múltiplas representações gráficas do fonema /s/ na língua escrita;

- O eixo de ensino organizado em unidades sobre essa temática é gradual e sistemático.

## 5. *Considerações finais*

Durante muito tempo prevaleceu na escola uma visão negativa dos erros ortográficos cometidos pelos alunos, mas as pesquisas têm mostrado que escrever não se trata apenas de grafar corretamente as palavras. Sabe-se que para eliminar o erro nas práticas escolares, a metodologia de ensino pauta-se em atividades mecanicistas.

Esta maneira de trabalhar a ortografia acaba por dificultar ainda mais a aprendizagem, por isso, é de suma importância que se tenha um ensino de ortografia pautado na reflexão do uso do sistema, especialmente quando se trata da aquisição de um fonema, como o /s/ que possui múltiplas representações. Portanto, é de suma necessidade, uma orientação de ensino voltada para uma reflexão mais cuidadosa ,com relação à linguagem escrita, uma vez que a sociedade prescinde desse conhecimento e os alunos também, já que saber utilizar as grafias do sistema ortográfico do português brasileiro traz contribuições para o ensino e aprendizagem.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>

CEREJA, W. R.; COCHAR, T. M. *Português Linguagens* (6º ao 9º ano). 9. ed. Reformulada. São Paulo: Saraiva, 2012.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. *Português Linguagens* (5º ano). 4. ed. Reformulada. São Paulo: Atual, 2014.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LEMLE, Miriam. *Guia Teórico do Alfabetizador*. 15. ed. São Paulo: Ática, 2001.

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

MORAIS, Artur Gomes de. *Ortografia: ensinar e aprender*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2003.

## O PAPEL DO DOCENTE NO DESENVOLVIMENTO DO LETRAMENTO CRÍTICO

Elaine Vasquez Ferreira de Araujo (UNIGRANRIO)  
[elainevfaraujo@gmail.com](mailto:elainevfaraujo@gmail.com)

### RESUMO

Em um contexto em que cada vez mais as *fake news* e textos gerados por inteligência artificial, como o *ChatGPT*, fazem parte do nosso dia a dia, é essencial ocupar uma posição mais crítica em relação às leituras e construção de saberes atribuídos aos textos. É inegável que a tela, seja do celular, do computador ou de outro aparelho, substituiu o papel na maior parte das vezes em que precisamos ler ou registrar algo por escrito. Igualmente, a leitura a partir de uma abordagem de letramento crítico é fundamental, pois entende-se que nenhuma interpretação é completamente livre ou neutra, visto que está condicionada ao contexto social, cultural e histórico em que o indivíduo está inserido. Partindo desse pressuposto, o objetivo deste artigo é discutir a importância do desenvolvimento do letramento crítico na prática docente. No entanto, acredita-se que estas discussões só serão de fato incorporadas à escola se, de alguma maneira, fizerem parte da formação de professores, não só a continuada, mas também a inicial. Como resultado, por meio de um estudo bibliográfico, verificou-se que é essencial que a universidade, em seus cursos de licenciatura, deva criar condições para o desenvolvimento das competências e capacidades necessárias ao professor para atuar na sociedade como indivíduo reflexivo e crítico, para que assim possa contribuir, de modo mais efetivo, na formação de cidadãos críticos aptos a agir na sociedade.

### Palavras-chave:

Formação docente. Letramento crítico. Prática docente.

### RESUMEN

En un contexto donde las *fake news* y los textos generados por inteligencia artificial, como *ChatGPT*, son cada vez más parte de nuestra vida cotidiana, es fundamental ocupar una posición más crítica en relación con las lecturas y la construcción de conocimientos atribuidos a los textos. Es innegable que la pantalla, ya sea en un celular, computadora u otro dispositivo, reemplaza al papel la mayoría de las veces que necesitamos leer o anotar algo por escrito. Asimismo, la lectura desde un enfoque de alfabetización crítica es fundamental, pues se entiende que ninguna interpretación es completamente libre o neutral, pues está condicionada por el contexto social, cultural e histórico en el que se inserta el individuo. Partiendo de este supuesto, el objetivo de este artículo es discutir la importancia de desarrollar la alfabetización crítica en la práctica docente. Sin embargo, se cree que estas discusiones sólo podrán incorporarse realmente a la escuela si, de alguna manera, forman parte de la formación docente, no sólo continua sino también inicial. Como resultado, a través de un estudio bibliográfico, se verificó que es fundamental que la universidad, en sus carreras de pregrado, cree las condiciones para el desarrollo de las competencias y habilidades necesarias para que el docente actúe en la sociedad como un individuo reflexivo y crítico, para que pueda contribuir, más eficazmente, a la formación de ciudadanos críticos capaces de actuar en sociedad.

**Palabras clave:**

**Alfabetización crítica. Práctica docente. Formación de Profesores.**

## **1. Introdução**

É possível afirmar que formar um estudante para participar de diferentes formas de comunicação na sociedade atual é um grande desafio. Há uma variedade infindável de práticas sociais envolvendo a leitura e a escrita em diversas esferas de comunicação, seja na escola, no trabalho, na igreja etc. E em cada uma destas esferas circulam textos próprios que, de uma forma ou de outra, ao serem mediados pelas tecnologias digitais, vem apresentando nos últimos anos grandes mudanças no modo de ler e escrever e, conseqüentemente, de compreender e produzir sentidos e discursos.

Neste contexto, além dos desafios dos textos hipermediáticos, também é preciso discutir os impactos causados pela propagação das *fake news*, e ainda o “rebuliço” que vem sendo causado pelo recém-chegado *ChatGPT* que, ao gerar textos complexos, estão cada vez mais presentes no mundo acadêmico. *Levando em conta estes aspectos, considera-se relevante discutir uma posição mais crítica em relação às leituras e construção de saberes atribuídos aos textos na contemporaneidade.*

A presente pesquisa é de abordagem qualitativa e bibliográfica. A primeira seção deste artigo analisa o papel do docente no desenvolvimento dos letramentos dos estudantes. Na segunda seção, será apresentado o conceito de letramento crítico e na terceira e última seção, discute-se como o desenvolvimento do letramento crítico é essencial na sala de aula, assim como também é fundamental na formação inicial e continuada dos professores.

## **2. O desenvolvimento dos letramentos no contexto digital na sala de aula**

É importante destacar nesta seção que a sociedade tem sido impactada pelas tecnologias de diversas formas nas últimas décadas e, claro, a sala de aula não passaria ileso a estas transformações. É inegável que, cada vez mais, os jovens utilizam os mais diversos recursos eletrônicos e transitam intensamente pelos meios digitais de comunicação, fazendo assim com que a Internet seja frequente nas salas de aula.

De acordo com a educadora Magda Soares, o letramento é a capacidade de não apenas ler e escrever, mas também de utilizar esse conhecimento no dia a dia, em benefício de si próprio e da comunidade em que vive. Em outras palavras, mais que saber decodificar o código da escrita, o letramento envolve as competências e habilidades de leitura e escrita para uma participação efetiva e competente nas práticas sociais que envolvem a linguagem (Cf. SOARES, 2004).

Com base nos estudos de Soares (2004), é comum no Brasil encontrar a discussão sobre as práticas de letramento dentro da discussão sobre a alfabetização – e vice-versa –, seja em produções acadêmicas ou na mídia. A autora defende que, apesar de manter as particularidades ao estudar os termos letramento e alfabetização, é importante que os termos sejam discutidos conjuntamente. São processos paralelos, simultâneos ou não, mas que indiscutivelmente se complementam.

Apesar de Paulo Freire não ter trabalhado com o conceito de letramento diretamente, entende-se que seus estudos foram importantes e precursores para a compreensão de letramento que temos hoje, pois o autor afirmava que

*[...] Aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade. (PAULO FREIRE, 2006, p. 8)*

Levando em consideração a popularidade da Internet e o fácil acesso aos textos que circulam na rede, o conceito de letramento digital está relacionado com as práticas de leitura e escrita em ambiente digital, como saber se comunicar e interagir por meio de atividades discursivas na Internet. Os textos multissemióticos podem apresentar, por exemplo, linguagens oral e escrita, músicas, vídeos, imagens estáticas ou em movimento e outras semioses. E, como consequência, acabam por exigirem novas competências e habilidades de leitura e escrita.

Apesar de muitas habilidades necessárias para a leitura de textos na internet serem as mesmas dos textos impressos, é importante ressaltar que a velocidade de acesso às informações e a dinamicidade dos textos *online* são bem diferentes dos textos em papel. Nos textos digitais, pode-se olhar em várias direções, rolar a página para cima e para baixo, clicar sobre *links*, avançar e voltar as páginas infinitamente, já que a trajetória de leitura é imprevisível, pois não há especificamente uma última página

ou ponto final. Por tudo isso, o percurso de leitura de um texto digital não é o mesmo da leitura de um texto impresso.

Araujo e Vilaça (2017) concordam que, ao utilizar textos da atualidade, a escola está orientando os seus alunos a produzir e ler textos que circulam em diferentes esferas e em diferentes situações. Vale ressaltar que, segundo Rojo (2012), trabalhar com os textos hipermidiáticos em sala de aula não coloca desafios aos estudantes, já que as ferramentas tecnológicas são usadas com frequência pelos jovens no apoio de pesquisas escolares e para acompanhar as postagens e os modismos que circulam nas redes sociais digitais. Os textos que circulam na internet colocam desafios então no trabalho dos professores, que precisam criar estratégias para colaborar com o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades destes alunos no contexto digital. Neste cenário, questiona-se como a formação de professores tem discutido o uso dos textos digitais em sala de aula e como os professores estão sendo preparados para desenvolver o letramento de seus alunos em contexto digital.

A inclusão de textos de diferentes mídias no ensino de leitura e escrita colabora para o desenvolvimento de competências essenciais ao universo multimidiático. No âmbito escolar, o que se espera

[...] não é simplesmente que domine um conjunto de símbolos, regras e habilidades ligadas ao uso das TIC, mas que "pratique" as TIC socialmente, isto é, que domine os diferentes "gêneros digitais" que estão sendo construídos sócio-historicamente nas diversas esferas de atividade social em que as TIC são utilizadas para a comunicação. (BUZATO, 2006, p. 7)

Apesar do letramento não ser algo restrito do ambiente escolar, é nele que seus estudos ganham força. Ao reconhecer que diferentes contextos de uso da língua precisam ser considerados nas práticas de sala de aula, os estudos de Língua Portuguesa acabam por se destacar mais na promoção do letramento por ser a disciplina que trabalha diretamente com a compreensão de textos e estudos da linguagem. No entanto, é importante ressaltar que as práticas de letramento não são de responsabilidade exclusiva dos professores de Língua Portuguesa, mas de todos os educadores, já que todas as disciplinas colaboram para o desenvolvimento do aluno por meio de atividades que envolvem a leitura e escrita. A discussão a respeito do letramento, portanto, deve fazer parte dos cursos de licenciatura de modo geral, já que cada área do conhecimento tem os seus textos de circulação e as suas peculiaridades.

Se em um primeiro momento, o letramento digital se prendia mais às habilidades e compreensão da leitura e da escrita na *Internet*, hoje os



sujeitos devem possuir outras habilidades para além de ler e escrever, pois precisam desenvolver competências para selecionar de forma crítica o conteúdo que é produzido e consumido nos meios digitais. Desta forma, o letramento digital que temos hoje é na verdade “uma expressão geral que abrangeria uma série de outros letramentos, originados tanto dos aspectos tecnológicos quanto do cenário social (...)” (RIBEIRO; BEHAR, 2013, p. 217).

Para finalizar esta seção, é interessante destacar que a formação escolar do estudante precisa colaborar para o desenvolvimento da sua capacidade de lidar com a multimodalidade textual que circula na contemporaneidade. Isto é, o aluno precisa desenvolver a capacidade de produzir e ler textos escritos e orais, digitais e impressos, além de compreender a combinação de diversos modos semióticos. Também é necessário que este aluno aprenda a agir de maneira crítica frente à diversidade nos mais diferenciados contextos sociais.

### **3. *Letramento Crítico: senso comum x reconstrução de significados***

Ao se discutir a necessidade de diferentes práticas letradas em sala de aula, reforça-se a necessidade de diminuir a lacuna entre a forma como se lê e escreve na escola e as formas como os estudantes usam a escrita e a leitura fora dela. Ou seja, é fundamental que as atividades de leitura e escrita assumam um modelo de letramento crítico, reconhecendo a necessidade de propiciar a reflexão crítica sobre os usos, valores e funções das práticas de leitura e escrita. Deve-se compreender que as formas de leitura e escrita que circulam no cotidiano são tão importantes quanto as práticas desenvolvidas dentro da escola, e que estas práticas, por serem construídas socialmente, não são neutras, já que a ideologia perpassa por qualquer texto.

A ideia principal do letramento crítico é que o letrado vá além do senso comum, ou seja, ocupe um papel ativo na construção de sentidos observando seu propósito e perspectivas. No âmbito educacional, o objetivo do letramento crítico é justamente o desenvolvimento da consciência crítica. É de grande importância, então, oportunizar atividades em sala de aula que possibilitem desenvolver o letramento crítico em diferentes contextos, colaborando assim para o amadurecimento do pensamento crítico dos estudantes.

O contexto é peça fundamental para uma participação em práticas letradas de forma crítica (Cf. SOUZA, 2011). Afinal, mesmo que de for-

ma inconsciente na maioria das vezes, nossa leitura e nossa interpretação levam em consideração o nosso contexto sócio-histórico, sem levar em conta uma variedade de interpretações provenientes de outros contextos, como os objetivos do autor. A construção de significados não pode estar separada do contexto em que o texto é veiculado e interpretado (Cf. ZACCHI, 2017).

Aqui, no letramento crítico, precisamos assumir a responsabilidade das nossas leituras e não culpar o autor do texto pela sua escritura; precisamos perceber que o significado de um texto é uma inter-relação entre a escrita e a leitura. Nós estamos nos conscientizando sobre como nós interpretamos o texto. [...] Enfocar aquilo que o aluno acha que é “natural” fazer, levar o aluno a repensar o que é natural para ele e refletir sobre isso. Perceber como aquilo que é natural para ele pode conter preconceitos que podem afetar o outro, gerar preconceito contra pessoas diferentes. E, portanto, levar o aluno, o aprendiz, a reformular seu saber ingênuo. (SOUZA, 2011, p. 295)

Como resultado, não necessariamente o que é verdade para um, será verdade para o outro, pois a verdade pode ser diferente em contextos diferentes. Neste cenário, as práticas de letramento crítico podem contribuir para a reflexão sobre a diversidade linguística e cultural em diferentes contextos sociais, nos levando a refletir a respeito da limitação dos nossos conhecimentos e entendimento do mundo.

De acordo com Cervetti, Pardales e Damico (2001), ao adotar as práticas de letramento crítico, tem-se em mente que o conhecimento não é natural nem neutro; do mesmo modo, a verdade é sempre relativa, compreendida dentro de um determinado contexto; e os significados do texto vão além das prováveis intenções do autor, visto que são construídos social, histórico e culturalmente, além de perpassados por relações de poder.

A facilidade na obtenção de informações a partir das tecnologias digitais vem possibilitando que estudantes realizem as mais diversas pesquisas na *Internet* e obtenha respostas prontas para os problemas que lhes são apresentados em sala de aula. Atualmente, já é possível encontrar informações sobre quase tudo o que se deseja na internet através das suas principais ferramentas de busca, como o *Google*, por exemplo. Fica em evidência aqui a famosa cultura do “copia e cola”, em que os estudantes buscam alguma informação na internet, copiam este conteúdo para algum processador de textos, por meio de um “*Ctrl C + Ctrl V*”, e entregam para seus professores. Entra em cena neste contexto desafios como o plágio, os direitos autorais e a ética. Por estas questões, é mais interessante

que o professor proponha atividades que vão além da simples coleta de dados, trabalhando mais com investigações, análises e discussões.

Conjuntamente, com a velocidade e o fácil acesso às informações que o ciberespaço propicia, também aumentou o alcance da desinformação. Os últimos anos foram marcados pela disseminação de “notícias falsas”, as famosas *fake news*, ficando em evidência principalmente nos anos de pandemia e de eleições. É essencial então que os estudantes sejam orientados para que sejam capazes de identificar as informações confiáveis na internet. Os impactos e o potencial de alcance dos boatos com formato de notícias, espalhados principalmente em redes sociais, são enormes e desastrosos.

Alvo de muitas discussões recentes no campo da educação, o fenômeno das *fake news* colocou em evidência a urgência da educação para a mídia e a necessidade de incluir essas discussões nas escolas. As *fake news* podem ser entendidas como

[...] toda informação que, sendo de modo comprovável falsa, seja capaz de prejudicar terceiros e tenha sido forjada e/ou posta em circulação por negligência ou má-fé, neste caso com vistas ao lucro fácil ou à manipulação política. (FRIAS FILHO, 2018, p. 43)

Se para adultos é cada vez mais complexo identificar o que é real e o que é *fake news*, para jovens e crianças é ainda mais. A comunidade escolar tem a oportunidade, então, de assumir um papel de destaque na formação de uma geração mais crítica e consciente em relação à informação, não só mais produzida e transmitida por veículos de comunicação tradicionais, mas que é veiculada também pelas redes sociais e mensagens instantâneas enviadas por aplicativos de celulares.

Além destas discussões, também vale ressaltar nesta seção, a plataforma de inteligência artificial que está se popularizando em todo o mundo, o *ChatGPT* (*Chat Generative Pre-trained Transformer*). O *ChatGPT*, criado pela OpenAI, é um programa de computador projetado para simular conversas, na forma de bate-papo, com os usuários. Em questões de segundos, qualquer pessoa pode obter uma resposta sobre qualquer conteúdo por meio do *ChatGPT*, programado para usar bancos de dados da internet, como fóruns, livros, *Wikipedia*, artigos acadêmicos e outros textos da rede mundial. Como resultado, esta ferramenta tem sido usada frequentemente pelos estudantes para a realização de trabalhos e lições de casa, muitas vezes as remetendo como se fossem de sua autoria.

Levando em conta que banir esta plataforma das salas de aula não é a solução, já que os estudantes podem acessá-la de qualquer dispositivo eletrônico e lugar, é muito mais necessário neste momento que a escola tenha a preocupação de orientar as crianças e os adolescentes quanto ao melhor uso desse recurso, ser críticos em relação às respostas, entender que a ferramenta pode misturar diversas fontes para formar uma resposta, (portanto, não é adequada como referência bibliográfica) e que compreendam as fragilidades desta ferramenta.

Muitos estudos acadêmicos dos últimos anos, ao dar destaque a necessidade do desenvolvimento de pessoas mais críticas para articular sentidos multimodais na Internet, no lugar de apresentar o termo letramento digital, trazem o termo letramento digital crítico. Segundo Takaki (2017), entende-se como letramento digital crítico o desenvolvimento da capacidade crítico-interpretativa dos leitores em ambientes digitais, analisando, filtrando e construindo sentidos em textos digitais por meio de problematizações contextuais e abrangendo diferentes leituras do que já é denominado senso comum.

Romper com uma forma interpretativa tradicional e trazer para a sala de aula textos que possibilitem essa ruptura são grandes desafios. Para que estas práticas possam ser de fato incorporadas à Educação Básica, de alguma maneira, precisam fazer parte das políticas de formação de professores, não só a continuada, mas também a inicial, que é a discussão da próxima seção.

#### **4. A formação docente e o desenvolvimento dos letramentos**

Verificou-se que a leitura a partir de uma abordagem de letramento crítico é fundamental na sala de aula, pois é urgente discutir com o estudante questões como o contexto histórico-social em que um texto foi construído, assim como sua não neutralidade. Neste cenário, o papel do professor como incentivador destas práticas dialógicas é imprescindível, pois podem contribuir, de modo efetivo, na formação de cidadãos críticos aptos a agir na sociedade.

Evidentemente, não se pode perder de vista, que a licenciatura tem dois prismas: o professor em formação aprende os conteúdos e, ao mesmo tempo, precisa aprender a ensinar o que aprendeu. Por este motivo, as disciplinas que formam o currículo da licenciatura geralmente estão divididas entre disciplinas teóricas e práticas. Entretanto, essa divisão acaba sendo prejudicial, pois os conhecimentos acabam não ficando inte-

grados. As disciplinas, tanto teóricas quanto práticas, precisam abranger uma metodologia de ensino–aprendizagem que contemplem as diferentes formas de linguagens e a diversidade das mídias, proporcionando reflexões sobre os modos como se aprende e como se ensina na atualidade.

Defende-se aqui então que a incorporação de práticas de letramento crítico precisa estar significativamente na formação inicial e continuada dos professores para poderem repercutir na atuação destes profissionais na sala de aula da Educação Básica. Partindo desse pressuposto, discute-se nesta seção como a universidade, em seus cursos de licenciatura, pode criar condições para o desenvolvimento das competências e capacidades necessárias ao professor para atuar na sociedade como indivíduo reflexivo e crítico e, assim, educar outros indivíduos.

As tecnologias digitais já estão presentes nas salas de aula da formação dos professores há alguns anos, no entanto, a presença das tecnologias como recurso didático nas aulas de licenciatura é muito mais comum que as reflexões sobre as implicações das TDICs na sociedade (Cf. BELLONI, 2012). Como resultado, não é raro que os docentes formados também acabem usando as tecnologias digitais apenas como recurso didático em suas salas de aula ou para questões pessoais no seu dia a dia (Cf. FANTIN, 2012), como a participação em redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas.

“A possibilidade de pesquisar, ler e conhecer sobre os mais variados assuntos navegando na Internet confere ao aluno um novo perfil de estudante, que exige também um novo perfil de professor” (FREITAS, 2010, p. 348). Neste contexto, é fundamental a discussão a respeito das TDICs nos cursos de licenciatura para que a escola básica acompanhe o compasso da utilização das tecnologias em diferentes esferas sociais. Muito mais que utilizar a Internet nas atividades com os alunos e torná-la um atrativo para os conteúdos, é imprescindível que as tecnologias sejam pensadas e trabalhadas pedagogicamente, contribuindo para o desenvolvimento do aluno, se relacionando com a Internet de forma crítica, com autonomia e responsabilidade.

As atividades no contexto digital podem contribuir de forma significativa na sala de aula, no entanto, é imprescindível que os professores sejam capazes de orientar e mediar a construção do conhecimento de seus alunos por meio das tecnologias.

Em um mundo digital com inúmeros caminhos para milhares de informações, a disseminação das *fake news* e de textos gerados por

*ChatGPT* constituem em novos desafios para a formação docente. Visando orientar e colaborar no reconhecimento destes textos desafiadores, a Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) sugerem algumas instruções para colaborar na segurança ao acessar informações na rede mundial, como:

(a) considerar a fonte da informação; (b) ler além do título; (c) checar se os autores existem e são confiáveis; (d) procurar fontes de apoio confirmadoras das notícias; (e) checar a data da publicação, se está atualizada; (f) questionar se não passa de uma piada; (g) revisar preconceitos afetando seus julgamentos; (g) consultar especialistas em busca de mais conhecimento sobre o assunto. (IFLA *apud* SANTAELLA, 2018, p. 30)

Faz-se necessário então priorizar e impulsionar a criticidade e a curiosidade investigativa em quaisquer contextos, inclusive no contexto digital, durante a formação docente, seja inicial ou continuada. Apesar de ser de responsabilidade de todos remar contra os prejuízos causados pela desinformação na Internet, enfatiza-se aqui que o professor é o mediador mais capaz de espalhar o conhecimento científico e colaborar no enfrentamento destes desafios. Afinal, “os educadores, numa visão emancipadora, não só transformam a informação em conhecimento e em consciência crítica, mas também formam pessoas” (GADOTTI, 2003, p. 3).

Ao colocar em pauta a formação inicial e continuada dos professores, é importante enfatizar que as universidades devem elaborar seus projetos político-pedagógicos de forma que colaborem para criar condições para que os professores em formação desenvolvam competências para participar de práticas sociais envolvendo as tecnologias digitais. Em outras palavras, assim como a Educação Básica deve proporcionar o desenvolvimento das competências e capacidades necessárias ao aluno para integrar-se como cidadão na sociedade e atuar com uma postura crítica, é indispensável que, na formação inicial, o futuro professor também possa vivenciar e entender as transformações da comunicação mediada pelas tecnologias digitais.

O desenvolvimento dos letramentos auxilia na construção de um cidadão mais crítico, participando em diversas formas de comunicação e interação na sociedade atual.

## 5. Conclusão

Considerando as exigências e desafios dos textos contemporâneos que circulam no contexto digital atualmente, é necessário que a escola prepare o aluno para a conquista e o exercício da cidadania. Em época fortemente caracterizada por práticas sociais realizadas e mediadas por tecnologias digitais, nas mais diferentes situações da vida cotidiana, é fundamental que a escola prepare os seus estudantes para produzir e consumir textos digitais de forma crítica e responsável.

Não se pode perder de vista, entretanto, que para que a formação de professores esteja em sintonia com as novas demandas educacionais, as licenciaturas devem passar por um processo permanente de análise e reestruturação. Propiciar uma posição mais crítica em relação às leituras é fundamental, como já enfatizado, pois entende-se que nenhuma interpretação é completamente livre ou neutra, visto que está condicionada ao contexto social, cultural e histórico em que o indivíduo está inserido.

Partindo do pressuposto que a leitura a partir de uma abordagem de letramento crítico é essencial na formação dos professores, a instituição formadora, portanto, é a responsável por inserir os futuros professores em práticas letradas. É necessário que as disciplinas dialoguem entre si e que os professores formadores criem condições para o desenvolvimento das competências e capacidades necessárias ao futuro professor para atuar na sociedade como indivíduo reflexivo e crítico, para que assim possa contribuir, de modo mais efetivo, na formação de cidadãos críticos aptos a agir na sociedade.

Espera-se que este trabalho, ao colocar em foco o papel do docente no desenvolvimento do letramento crítico, possa contribuir para o conhecimento e novas perspectivas de estudos sobre o tema. Ampliando, desta forma, os saberes sobre o letramento crítico no contexto educacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, E. V. F.; VILAÇA, M. L. C. Educação na Cibercultura: Letramento Digital e Letramentos Múltiplos. In: \_\_\_\_; \_\_\_\_ (Orgs). *Cultura Digital, Educação, Linguagem e Tecnologia*. Duque de Caxias-RJ: UNIGRANRIO, 2017.

BELLONI, M. L. Mídia-Educação: Contextos, Histórias e Interrogações. In: FANTIN, M.; RIVOLTELLA, P. C. *Cultura digital e escola: Pesquisa e formação de professores*. Campinas: Papyrus, 2012.

BUZATO, M. E. K. Letramentos digitais e formação de professores. In: III Congresso Ibero-Americano EducaRede, 3., São Paulo, 2006.

CERVETTI, G.; PARDALES, M. J.; DAMICO, J. S. A tale of differences: comparing the traditions, perspectives and educational goals of critical reading and critical literacy. *Reading Online*, v. 4, n. 9, 2001.

FANTIN, M. Mídia-Educação no Currículo e na Formação Inicial de Professores. In: \_\_\_\_; RIVOLTELLA, P.C. *Cultura digital e escola: Pesquisa e formação de professores*. Campinas: Papyrus, 2012.

FREIRE, P. *A importância do ato de ler*. 48. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FREITAS, M. T. Letramento Digital e Formação de Professores. *Educação em Revista*, v. 26, n. 3. Belo Horizonte, 2010.

FRIAS FILHO, O. O que é falso sobre fake news. *Revista Usp*, n. 116, p. 39-44, São Paulo, 2018.

GADOTTI, M. *Boniteza de um sonho: ensinar e aprender com sentido*. São Paulo: Grubhas, 2003.

RIBEIRO, A. C. R. R.; BEHAR, P. A. Competências para o Letramento Digital. In: BEHAR, P.A. *Competências em Educação a distância* (Org). Porto Alegre: Penso, 2013.

ROJO, R. H. R. Pedagogia dos Multiletramentos: diversidade cultural e de linguagens na escola. In: \_\_\_\_; MOURA, E. (Orgs). *Multiletramentos na Escola*. São Paulo: Parábola, 2012. p. 11-31

SOARES, M. B. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*, n. 25, p. 5-17, jan./fev./mar./abr. 2004.

SOUZA, L. M. T. M. O professor de inglês e os letramentos no século XXI: métodos ou ética? In: JORDÃO, C.M.; MARTINEZ, J.Z.; HALU, R.C. (Orgs). *Formação “desformatada”*: práticas com professores de língua inglesa. Campinas: Pontes, 2011.

SANTAELLA, L. *A Pós verdade é verdadeira ou falsa?* (Ebook). Barueri-SP: Estação das Letras e Cores, 2018.



TAKAKI, N. H. Perspectivas Derridianas e Linguagem Digital: aproximações. In: TAKAKI, N.H.; MONTE MOR, W. (Orgs). *Construções de sentido e letramento digital crítico na área de línguas/linguagens*. Campinas- SP: Pontes, 2017.

ZACCHI, V. J. Dimensões Críticas no Uso de Jogos Digitais. In: TAKAKI, N.H.; MOR, W.M. (Orgs). *Construções de sentido e letramento digital crítico na área de línguas/linguagens*. Campinas-SP: Pontes, 2017.

## **O PROCESSO DE ESCRITA NOS TEXTOS DOS ALUNOS DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO**

*Priscilla Gevigi de Andrade Majoni* (IFES)  
[pri\\_gevigi@hotmail.com](mailto:pri_gevigi@hotmail.com)

### **RESUMO**

O presente estudo, de abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, tem por objeto a ser investigado o processo de ensino e produção textual dos alunos do 3º ano do ensino médio no Ifes. O objetivo principal é avaliar o desempenho desses alunos, durante o ano letivo, no que diz respeito à estrutura da dissertação-argumentativa (gênero textual selecionado para o Exame Nacional do Ensino Médio), além de observar o processo de leitura, interpretação e escrita dos textos como um todo, seguindo os conceitos de Koch (2006; 2009) e Marcuschi (2008). Para isso, o professor-pesquisador analisará os textos produzidos em sala de aula pelos seus alunos de 3º ano do ensino médio. Espera-se, com este trabalho, auxiliar o processo de leitura, interpretação e escrita dos alunos, além de contribuir com os estudos linguísticos do português brasileiro.

### **Palavras-chave:**

**Enem. Escrita. Ensino Médio.**

### **ABSTRACT**

The present study, with a qualitative approach, of the case study type, aims to investigate the teaching process and textual production of students in the 3<sup>rd</sup> year of high school at Ifes. The main objective is to evaluate the performance of these students, during the school year, with regard to the structure of the argumentative dissertation (textual genre selected for the National High School Examination), in addition to observing the process of reading, interpreting and writing the texts as a whole, following the concepts of Koch (2006; 2009) and Marcuschi (2008). For this, the teacher-researcher will analyze the texts produced in the classroom by his 3<sup>rd</sup> year high school students. It is expected, with this work, to help the students' reading, interpretation and writing process, in addition to contributing to the linguistic studies of Brazilian Portuguese.

### **Keywords:**

**Enem. Writing. High School.**

## **1. Introdução**

É notório que grande parte dos alunos do 3º ano, apesar de terem momentos de produção textual nas aulas de língua portuguesa durante o ensino médio e, também, em outras disciplinas, enfrentam dificuldades nesse processo, entre elas: interpretação, contextualização e discussão de um tema; seleção de argumentos pertinentes; seleção de áreas do conhe-

cimento, seja conhecimento de mundo, seja conhecimento enciclopédico, para fundamentar/embasar seus argumentos; desenvolvimento, organização e articulação de ideias; resolução de problemas; escrita de tudo aquilo que pensou e esboçou.

Ademais, cabe mencionar que a redação no Enem é uma avaliação a qual merece destaque não apenas pelo seu peso em relação à nota no vestibular, mas também pela forma como auxilia a capacidade de raciocínio do estudante e direciona a articulação de um discurso coerente. Tais habilidades são, muitas vezes, cobradas em espaços acadêmicos e profissionais, por isso a importância de seu aprendizado.

Por esse motivo, surge a presente pesquisa com intuito de analisar e comprovar que a prática de redação é fundamental, uma vez que auxilia no processo estrutural, formal, estilístico, estético e gramatical do texto, levando o aluno a escrever de maneira autônoma, organizada, crítica, pertinente, consistente e com uma escrita coesa, coerente e concisa.

Sendo assim, o presente estudo tem como propósito investigar o processo de escrita das redações dos alunos do 3ºano do ensino médio, a fim de avaliar o desempenho desses discentes, durante o ano letivo, no que diz respeito à estrutura da dissertação-argumentativa, a gramática nos textos e a capacidade de compreender temas propostos.

## **2. *Fundamentação Teórica***

### **2.1. *Os gêneros textuais***

Os estudos dos gêneros textuais, segundo Marcuschi (2008), relacionam-se às formas sociais reconhecíveis nas situações de comunicação em que ocorrem, sendo o texto, portanto, uma prática social. Sobre isso, o autor registra:

Usamos a expressão gênero textual como noção proposital vaga para referir os textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sociocomunicativas definidas por conteúdo, propriedades funcionais, estilo e composição características. Alguns exemplos: Telefonema, sermão, carta pessoal e comercial, romance, bilhete, receita culinária, outdoor, cardápio. (MARCUSCHI, 2005, p. 27)

Marcuschi (2008) também descreve que sem língua não há texto. Produzir e entender um texto leva em conta as relações contextuais (elementos internos do texto) e contextuais (fonte de sentido). Para interpre-

tá-lo, considera-se a situacionalidade e a inserção cultural, social, histórica e cognitiva.

Koch (2006) afirma que é somente por intermédio da “competência textual” que se diferencia um gênero textual de outro, com base no conhecimento enciclopédico e/ou o conhecimento de mundo. Além disso, acrescenta que, para escolher determinado gênero, é preciso

[...] uma decisão estratégica, que envolve uma confrontação entre os valores atribuídos pelo agente produtor aos parâmetros da situação (mundos físico e sociossubjetivo) e os usos atribuídos aos gêneros [...]. A escolha do gênero deverá [...] levar em conta os objetivos visados, o lugar social e os papéis dos participantes. Além disso, o agente deverá adaptar o modelo do gênero a seus valores particulares, adotando um estilo próprio, ou mesmo contribuindo para a constante transformação dos modelos. (KOCH, 2009, p. 55-6)

Portanto, para que haja um domínio dos gêneros textuais, especialmente em sala de aula, o professor deve construir estratégias de ensino que levem o aluno a reconhecer no gênero textual o seu lugar social e seu papel enquanto sujeito.

## **2.2. A dissertação argumentativa**

Para haver o reconhecimento de um gênero, é necessária uma estrutura padrão que nos faça discerni-lo dos demais gêneros existentes. Bakhtin (2000) corrobora essa ideia ao afirmar que “todos os nossos enunciados se baseiam em formas-padrão e relativamente estáveis de estruturação de um todo” (p. 279).

Diante disso, destaca-se o gênero textual dissertação argumentativa com função, estilo e estrutura próprios. O texto do tipo dissertativo-argumentativo

[...] é aquele que se organiza na defesa de um ponto de vista sobre determinado assunto. É fundamentado com argumentos, a fim de influenciar a opinião do leitor, tentando convencê-lo de que a ideia defendida está correta. É preciso, portanto, expor e explicar ideias. Daí a dupla natureza desse tipo textual: é argumentativo porque defende uma tese, uma opinião, e é dissertativo porque utiliza explicações para justificá-la. O objetivo desse texto é, em última análise, convencer o leitor de que o ponto de vista em relação à tese apresentada é acertado e relevante. Para tanto, mobiliza informações, fatos e opiniões, à luz de um raciocínio coerente e consistente (INEP, 2020)

Em síntese, o texto dissertativo-argumentativo, basicamente, constitui-se de três parágrafos: introdução, desenvolvimento e conclusão, com

o objetivo de expressar um ponto de vista, um juízo de valor sobre uma problematização, de modo a defender uma ideia central por meio de argumentos. No Enem, os candidatos elaboram dois parágrafos de desenvolvimento, totalizando 4 parágrafos.

### **3. *Metodologia e Estratégia de Ação***

A produção de textos, com frequência, permite ao aluno observar os erros e acertos, contribuindo, assim, no processo de escrita, tanto no sentido gramatical, quando no sentido estrutural.

Desse modo, o professor-pesquisador, em suas aulas de língua portuguesa, trabalhará a redação, voltada ao Enem 2023, durante os meses de março a outubro. Para este artigo, analisam-se os textos trabalhados de março a junho de forma qualitativa, de uma escola pública na capital Vitória, Espírito Santo.

### **4. *Resultados iniciais***

Como se trata de um projeto-piloto, ainda em andamento, para esta análise, selecionam-se duas redações: uma produzida no início de março, outra no início de junho.

Observa-se, na imagem 1, um exemplo de um aluno, com uma redação produzida em março, apresentando um texto superficial, com uma introdução sem tese, argumentos não fundamentados e embasados. A conclusão, estruturalmente, também é superficial, genérica, não pertinente.

# Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Figura 1. Exemplo de redação produzida em março.

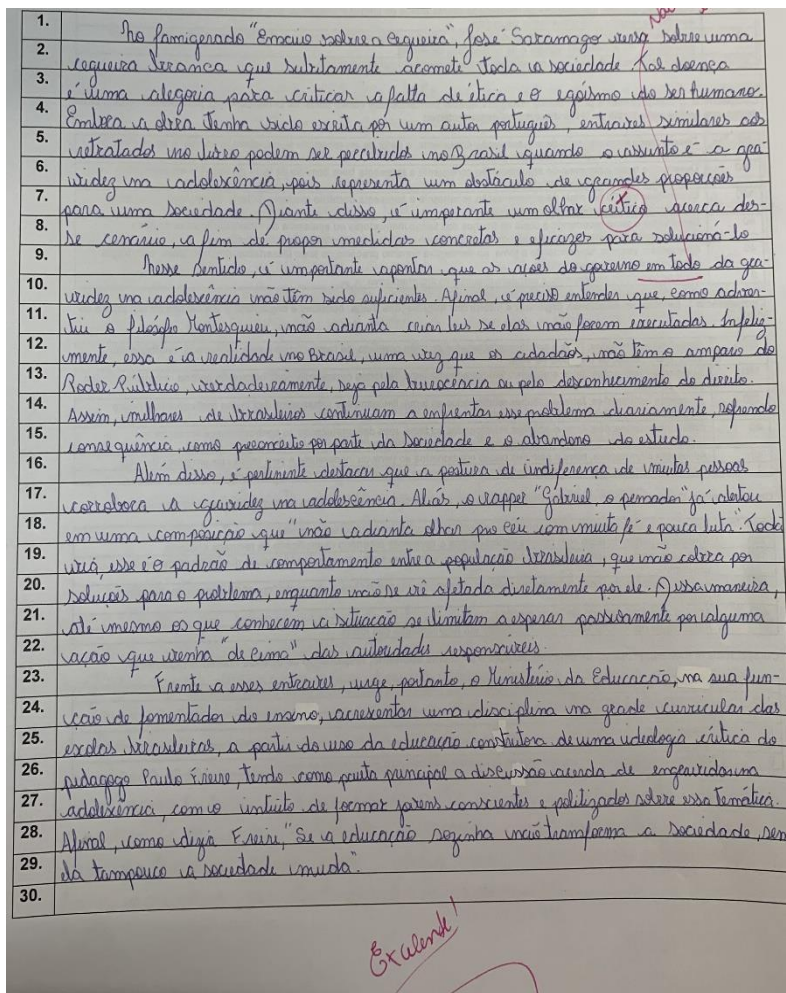
1. Segundo o professor Paulo Freire: "Educação não transforma o mundo. Educação  
 2. muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo". Neste sentido, as escolas repre-  
 3. sentam, hoje, um instrumento poderoso de transmissão de conhecimentos  
 4. e formação de pensamentos. **OK. Agora falta o 1**  
 5. Nessa perspectiva, a falta de assistencialismo pelo governo ao invés-  
 6. tante de buscar renda contribui para um ingresso precoce no mercado de  
 7. trabalho, com efeito, muitas vezes, o abandono dos estudos por conta  
 8. do cansaço.  
 9. Cabe, ainda, pontuar que o aluno tem a possibilidade  
 10. de apresentar um rendimento baixo, por falta de não ter tempo  
 11. para realizar assuntos relacionados à escola. Nesse modo, observa-se  
 12. uma acentuada responsabilidade sobre o aluno.  
 13. A partir da análise dos aspectos observados, é necessário  
 14. promover ações que de fato, possam alterar esse quadro. Nessa perspec-  
 15. tiva, o governo ~~deve~~ <sup>deve</sup> lançar uma bolsa de estudos, apenas para  
 16. os alunos de baixa renda, com o intuito de não precisarem estar  
 17. expostos ao trabalho de menor aprendi. No entanto, o problema é um fato  
 18. real que exige atenção e vontade de todos.  
 19. **Falta } por meio de ...  
 a fim de ...**  
 20. **1** A problematização do tema e tese  
 21. **2** Elaborar no mínimo 3 períodos  
 22. **Sugestão:**  
 no lugar do "com  
 intuito" → a  
 de intuito  
 23.  
 24.  
 25.  
 26.  
 27. **Não use  
 período no  
 conteúdo**  
 28.  
 29.  
 30.

COMPETÊNCIA 1	COMPETÊNCIA 2	COMPETÊNCIA 3	COMPETÊNCIA 4	COMPETÊNCIA 5
160	120	120	160	120

Texo Básico. Com a estrutura, vai melhorar

Com a frequência de produção, esse mesmo aluno apresenta, em poucos meses, um texto com qualidade, pertinente, consistente e bem fundamentado, conforme pode ser observado na imagem 2 a seguir.

Figura 2. Exemplo de redação produzida em junho.



Tanto a gramática, quanto a estrutura do texto, além do tempo de duração da redação, foram aspectos que o aluno considera que melhorou. Visivelmente, nos exemplos, é possível constatar isso.

Portanto, é nítido afirmar que a prática textual, com orientação, correção, gera um texto coerente e pertinente.

## 5. Conclusão

Conforme supracitado, levando em conta as análises que serão realizadas ao final do projeto, espera-se, com esta pesquisa, encontrar resultados positivos no que tange à produção de textos dos alunos.

Os textos exemplificados já apontam para uma análise positiva do processo final.

De modo específico, espera-se que os alunos que produzirem as redações com frequência apresentem: uma melhor organização do tempo de escrita; uma seleção vocabular pertinente; uma unidade textual coesa, coerente, seguindo a norma padrão da língua portuguesa; uma estrutura textual de acordo com a forma e estilo da dissertação argumentativa; uma substancial melhora no processo de leitura, interpretação e escrita textuais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KOCH, Ingedore; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e Compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. *Desvendando os segredos do texto* 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 168 p.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

### Outra fonte:

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *A redação do Enem 2020: cartilha do participante*. 2020. Disponível em: <https://download.inep.gov.br> Acesso em: 01/02/23.



**O PROCESSO DE GRAMATICALIZAÇÃO DA EXPRESSÃO  
“DE REPENTE” NA LÍNGUA FALADA  
NO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

*Lucirene da Silva Carvalho (UESPI)*  
[lucirenecarvalho72@gmail.com](mailto:lucirenecarvalho72@gmail.com)

**RESUMO**

À luz da abordagem funcionalista, que concebe a língua em situação de uso efetivo, este trabalho analisa o comportamento da expressão de repente, examinando as circunstâncias discursivas que envolvem o seu uso na língua falada do Brasil, a partir de dados de falas colhidos em telenovelas, entrevistas, reportagens etc. Procura-se mostrar que tal expressão está perdendo seu valor sintático original, o de expressão adverbial de tempo, conforme a NGB. Contudo, vem assumindo funções pragmático-discursivas diferentes, denotando expressão de dúvida (de repente eu vou), ou expressão de modo (ele chegou de repente), servindo, assim, para modalizar o discurso e constituindo-se numa “muleta linguística” na língua falada. Portanto, podemos dizer que o item lexical de repente está em processo de gramaticalização, porque assume “funções referentes à organização interna do discurso” (MARTELOTTA; VOTRE; CEZARIO, 1996, p. 46), adquirindo funções gramaticais antes não previstas na língua. Esse processo torna o elemento linguístico mais regular e previsível, partindo do nível da criatividade eventual do discurso penetrando nas restrições gramaticais.

**Palavras-chave:**

Gramaticalização. “De repente”. Muleta linguística.

**ABSTRACT**

In the light of the functionalist approach, which conceives the language in a situation of effective use, this work analyzes the behavior of the expression *suddenly*, examining the discursive circumstances that involve its use in the spoken language in Brazil, based on speech data collected in soap operas, interviews, reports, etc. We try to show that such an expression is losing its original syntactic value, that of an adverbial expression of time, according to the NGB. However, it has been assuming different pragmatic-discursive functions, denoting expression of doubt (suddenly I'm going), or expression of manner (he arrived suddenly), thus serving to modalize the discourse and constituting itself in a “linguistic crutch” in the spoken language. Therefore, we can say that the lexical item *suddenly* is in process of grammaticalization, because it assumes “functions referring to the internal organization of the discourse” (MARTELOTTA; VOTRE; CEZARIO, 1996, p. 46), acquiring grammatical functions not previously known in the language. This process makes the linguistic element more regular and predictable, starting from the level of eventual creativity of the speech, penetrating the grammatical restrictions.

**Keywords:**

Grammaticalization. Suddenly. Linguistic crutch.

## 1. Considerações iniciais

Este trabalho é um recorte da dissertação de mestrado intitulada “de repente” ... um aspecto da modalização do Português oral do Brasil que analisa o comportamento da expressão “de repente”, a qual examina as circunstâncias discursivas que envolvem o seu uso no português oral do Brasil. Nela procura-se mostrar que tal expressão está perdendo seu valor sintático original – o de adjunto adverbial de tempo, por força de um deslizamento semântico e assumindo funções pragmático-discursivas diversas, modalizando o discurso, ora como marcador discursivo, ora como operador argumentativo, constituindo-se de maneira geral numa espécie de “muleta linguística” do falante nas diferentes situações do ato comunicativo, conduzindo-a rumo à trajetória de discursivização e de gramaticalização.

Os dados aqui analisados foram extraídos do *corpus* da dissertação acima mencionada, cuja metodologia de coleta se deu de forma assistemática, através de interações assimétricas observadas e anotadas de entrevistas – os chamados *talk shows* –, de bate-papos informais por telefone, ou por meio da interação face a face, ou, ainda de elocuções formais, como aulas, seminários, palestras e colígidos também de conversas espontâneas de colegas e professores do curso de Pós-graduação em Letras, da PUC/Minas<sup>38</sup>, sem falar, ainda, nas mídias, incluindo-se, aí, as telenovelas.

A proposta aqui apresentada à época constituía certa novidade<sup>39</sup> em virtude de ainda ser muito pouco explorada em português estudos na vertente da corrente funcionalista – cuja base se ancora na análise de fatos da língua como ela é usada no cotidiano para satisfazer as necessidades comunicativas de seus usuários.

Entende-se que, na práxis do cotidiano, o português semelhante a qualquer outra língua está sempre aberta a novidades, sendo que essas novidades podem ser registradas pelos estudiosos ou não; a depender dos fatores que lhes asseguram a estabilidade.

Essa entrada da inovação é geralmente monitorada pelo próprio usuário, que ora a acolhe ou rejeita, isto depende muitas vezes do que se

---

<sup>38</sup> Dissertação defendida em outubro de 2000, junto ao Programa de Pós-graduação em Letras, na PUC/Minas.

<sup>39</sup> Estudo semelhantes realizou Bittencourt (1997), ao investigar numa perspectiva de estudos da variação e mudança linguística, as ocorrências dos itens lexicais “tipo” e “assim” no Português oral do Brasil.

originou, do nível de ruptura com a norma culta, do grau de adesão que ela vai tendo na comunidade de fala.

A mídia vem se mostrando um valioso veículo para o registro das novidades linguísticas que emergem dos usos latentes em telenovelas, *talk shows*, entrevistas em telejornais falados etc. Assim, a mídia tem funcionado como força retentora de implementação ou expansão.

Dessa forma, termos e expressões como “de repente, com certeza, assim, tipo assim, a nível de, preços praticados” e um sem-número de outras mais poderiam ser listados aqui, como ilustrativos de uso cada vez mais decorrentes da criatividade linguística do falante. Isso mostra o caráter dinâmico e heterogêneo da língua que vai se construindo e (reconstruindo de forma multifacetada, segundo a sua localização espacial, sua modalidade e a estratificação social da sua comunidade de uso.

Esse caráter dinâmico e multifacetado não é de todo livre e nem imprevisível, já que a língua é regulada por regras e princípios e o seu construir-se tem relação com os propósitos e com a proficiência comunicativa.

A consecução desse trabalho teve como fundamentação teórica autores que discutem ou tratam de questões relativos à língua em uso e sua funcionalidade, dentre estes destacam-se Bittencourt (1999), Castilho (1990), Goffman (1967), Kock (1996, 1997), Neves (1997) entre outros.

## **2. A expressão de repente na Gramática Tradicional: uma breve discussão**

O ponto de partida para a realização do presente estudo recaiu nas incoerências e ineficientes análises feitas pela Gramática Tradicional ao considerar apenas fatos da modalidade da língua escrita, desconsiderando uma análise na modalidade oral, de itens, termos ou até mesmo expressões de natureza semelhante à “de repente”, a partir de enunciados produzidos pelos falantes nas mais diversas formas do ato comunicativo.

Essa perspectiva de análise encontra amparo em estudiosos de décadas ou séculos diferentes – dentre eles, Saussure, pai do estruturalismo – que reconhecia – “o tempo muda tudo: não há nenhuma razão que leva a língua a escapar dessa lei universal” (SAUSSURE, 1970, p. 74). Do mesmo modo são pertinentes as observações de Faraco (1998) sobre o dinamismo das línguas, bem como sobre o preconceito em torno desse fator constitutivo das línguas. Na mesma linha de pensamento encontra-

se Castilho (1990, p. 106), que considera a língua “um fenômeno heterogêneo, como um conjunto de usos”. Ressalte-se que, neste último, a língua é vista como forma de interação e estabelecadora das relações humanas, em determinadas situações e contextos sociais, e não mais como objeto distante e independente de seus usuários.

Observa-se que, mesmo na linguística moderna que tem se preocupado sobremaneira com questões ligadas à língua oral, muito ainda precisa ser feito nesse campo de pesquisa, principalmente relacionado com os usos empreendidos pelo falante do português corrente do Brasil. Além disso, a linguagem – tanto a oral quanto a escrita-, por resultar da interação entre os homens, está em constante vir a ser, não está pronta definitivamente, e sempre emerge das necessidades comunicativas de cada época, e por isso mesmo, não é produto acabado, mas em permanente construção. Nessa perspectiva, ao observar-se o rol dos enunciados entre os quais a expressão “de repente” percebe-se que o falante usa as palavras para transmitir suas experiências e são elas que realizam e concretizam a interação entre homem e sociedade. Portanto, é através da seleção de certas palavras que o indivíduo age sobre o outro, suscitando, por meio delas, argumentos favoráveis ou não ao seu discurso com relação às intenções pretendidas durante a interlocução.

Sabe-se que, na gramática Tradicional a expressão “de repente” é classificada como locução adverbial de tempo, dentre os que classificam assim, encontram-se Chaves de Melo (1968), trazendo dentro da sua gramática o conceito de locução adverbial, esclarecendo que:

[...] denominam-se assim as combinações de palavras, fixadas por largo uso, que têm valor circunstancial, ou seja, adverbial. São muito numerosas e, na maioria dos casos, iniciam-se por preposição. (MELO, 1968)

Em seguida, o autor lista algumas locuções adverbiais, incluindo no rol destas a expressão “de repente”.

Na gramática Histórica de Said Ali (1971, p. 183) o autor assegura que são inúmeras “as locuções adverbiais resultantes da combinação de preposições com substantivos. Segundo esse autor, “diferem dos advérbios propriamente ditos apenas por serem frases mais ou menos longas”. O autor acrescenta que “na prática muitas vezes se lhes aplica, por comodidade, o nome de advérbios.” Com relação à locução adverbial “de repente” Said Ali enfatiza que “algumas vezes, por analogia de outros advérbios, antepôs-se preposição a advérbio preexistente: de súbito (a par de súbito), de repente, de certo”. O mencionado autor faz algumas explicações etimológicas para alguns advérbios e locuções, contudo, não faz

uma classificação destas nem trata especificamente da tipologia das locuções adverbiais nem menciona nada mais sobre “de repente”.

Em *Serões Gramaticais* (1955), de Ernesto Carneiro Ribeiro, o gramático conceitua locução adverbial como “formadas de duas ou mais palavras, e muitos outros vocábulos, sobretudo da classe dos adjectivos, que, por acidente, muitas vezes nossa língua emprega adverbialmente.” (RIBEIRO, 1955, p. 492). Após a conceituação de locução, este autor, menciona que há inúmeras locuções adverbiais, apontando algumas delas, dentre as quais a locução de repente, contudo não faz uma classificação dela. O mesmo gramático faz uma observação pertinente com relação às locuções adverbiais, ensinando que:

[...] bem ao revez, são mais independentes, não se prendem tão directamente, não se subordinam tanto às expressões onde se entremeiam, podem, pelo comum, meter-se entre vírgulas, e não raro cercear-se da textura do discurso, sem se mutilar nem desfigurar essencialmente o pensamento. (ERNESTO RIBEIRO, 1955, p. 492-93)

Como se vê, Ernesto Ribeiro considera que a locução adverbial é mais flexível, uma classe mais livre para expressar o pensamento, podendo, por essa razão, sofrer variações sem se prender ao contexto do discurso.

Outros estudiosos importantes que vale à pena mencionar aqui, é Antenor Nascentes, que em sua obra *O idioma nacional* (1965, p. 104) já tratava dos aspectos gramaticais levando em conta os usos que se fazia da língua e não somente o que propunha a Gramática Tradicional, tanto que ao tratar de locução o fazia de maneira conceitual e objetiva. Dessa maneira, ao apresentar a definição de locução adverbial assevera “duas ou mais palavras que funcionam como um advérbio constituem o que se chama locução adverbial”. Assim, é que no item “observações” em destaque na obra, afirma textualmente “alguns advérbios aparecem mais na língua literária do que na conversação usual” (NASCENTES, 1965, p. 104). Mais na frente acrescenta “os advérbios de lugar às vezes funcionam como de tempo”, citando como exemplo “infelizmente até aqui nada se há feito sobre tão importante objeto”. Em outra nota explica que “não às vezes não indica negação, indica dúvida, mencionando como exemplo: “Eu não lhe dizia?” (NASCENTES, 1965, p. 105). Em mais outra nota, Nascentes (1971, p. 106) ressalta que “o advérbio também aparece desviado de seu sentido próprio em fases como: “isso também é um desaforo. Esclarecendo que o emprego aí “equivale a realmente, na verdade”. Para finalizar as observações, o autor explica que “nem, que habitualmente é conjunção, aparece com valor de advérbio, como por exemplo, em “nem

tudo que reluz é ouro. Nem mesmo. Nem sempre” (NASCENTES, 1965, p. 106). Já com relação à locução adverbial de repente, o mencionado autor apenas lista como locução de tempo, sem tecer maiores comentários.

Nota-se que dos quatro autores de gramática tradicional apresentados, Nascentes (1971) e Ernesto Ribeiro (1955) inovam na maneira de conceber os advérbios e as locuções, contudo não fazem um detalhamento sobre a expressão “de repente”, mas o destaque nesse tocante fica com Said Ali (1971) que enfatiza ser “por analogia de outros advérbios” que se antepôs a preposição a advérbio preexistente: fazendo parte dos exemplos a expressão “de repente”.

Ao fazer essa breve análise a partir de três gramáticos consagrados e respeitados, verifica-se um problema quando se tenta explicar os usos dessa locução/expressão tomando apenas a Gramática Tradicional como fundamentação, observando dois aspectos importantes: ou a gramática trata de modo breve sobre essa locução, estabelecendo para ela apenas a classificação de locução adverbial de tempo ou não faz menção alguma sobre ela. Por essa razão, faz-se, portanto, imprescindível a discussão e a análise dos papéis exercidos pela expressão/locução “de repente”, verificando-se que tais análises não encontram na abordagem tradicional, uma explicação adequada para a sua multifuncionalidade que leva em conta seus usos em situação real.

Na próxima seção, far-se-á uma breve análise da expressão “de repente” mostrando a multifuncionalidade que ela exerce dentro da perspectiva pragmática- discursiva, nos enunciados extraídos de excertos de falas espontâneas.

### **3. “A expressão de repente” e sua multifuncionalidade: uma breve análise**

A expressão de repente conforme nossa pesquisa exerce múltiplos papéis – por isso, diz-se que ela é multifuncional, tendo em vista que se comporta a priori como uma muleta linguística do usuário, assumindo, dependendo da sua necessidade e intenção comunicativa, funções pragmático-discursivas, o que caracteriza uma progressão no sentido de usos mais abstratos e mais subjetivos em um processo de discursivização. E dentre as tantas funções pragmático-discursivas assumidas por “de repente” na língua oral.

Na verdade, pode-se afirmar que essa expressão está em vias de se gramaticalizar, uma vez que a gramaticalização, é concebida como o processo segundo o qual itens lexicais com referências extralinguísticas desenvolvem significados gramaticais ou itens já gramaticais se tornam ainda mais gramaticais.

Meillet (1912 *apud* CASILHO, 2004) chama atenção para o fato de que todos os itens gramaticais têm origem em itens lexicais, o que significa dizer que o léxico alimenta a gramática, enquanto os elementos gramaticais, nos seus últimos estágios, podem desaparecer ou sobreviver como elementos fonológicos.

Desse modo, o resultado de um processo de gramaticalização pode ser um novo lexema, uma nova unidade forma/sentido e não uma sequência fonológica desprovida de conteúdo semântico. São considerados propriedades da gramaticalização:

- a) partir de itens lexicais, em direção à gramática;
- b) obedecer a uma hierarquia de abstração metafórica;
- c) alimentar a sintaxe da língua e afetar o léxico.

Dentro dessa perspectiva, a gramaticalização é compreendida como o processo em que o item lexical:

- 1) modifica seus traços fonológicos, morfológicos e sintáticos;
- 2) muda de classe gramatical;
- 3) torna-se uma forma presa;
- 4) pode desaparecer em função de uma cristalização extrema.

Uma vez que no processo de gramaticalização há não só a recategorização, a morfologização e a sintaticização, mas a aquisição de um novo conteúdo semântico e de uma nova função gramatical, o item gramaticalizado passa a ocupar um lugar no acervo lexical da língua. Assim, a gramaticalização parece contribuir para a lexicalização.

Postula-se, assim, para a expressão “de repente” o seu comportamento gramaticalizado, de gramaticalização, tendo em vista que esta não tem mais o papel de adjunto adverbial de tempo, e sim de marcador discursivo ou operador argumentativo, a depender das funções pragmático-discursivos que exerce dentro do enunciado, com vistas a estabelecer uma interação comunicativa.

À guisa de ilustração, vale à pena citar aqui, principalmente, algumas ocorrências que demonstram a expressão aludida na função de marcador discursivo ou de operador argumentativo, para exemplificar o quão o processo de gramaticalização está presente no português falado do Brasil, conforme, os exemplos a seguir:

I – “(...) seria mais justo uma mulher de calça...seria mais respeitosa pra ela...**de repente** ela vem de saia...ah...não...num fica bem...né?”

II – “(...) ah...**de repente** até deixando o jogador à vontade pra discutir isso...sabe?...”

III – “(...) eh...porque **de repente** ocês têm acesso a textos que eu não tenho ou vice-versa...”

IV – “(...) **de repente** eu posso até compor um pouco...eh...coisas mais melosas...né?...”

V – “(...) agora...se **de repente** eles entrarem num acordo...á é outra coisa...né?...”

VI – “(...) eu tô lutando...**de repente** isso pode dar dinheiro...quem sabe?!...”

VII – “(...) trabalhar paráfrase nessa perspectiva ...**de repente**...pode ser interessante...né?!...”

Como se vê nos exemplos apresentados que, a expressão “de repente” funciona, na verdade, como uma muleta linguística, exercendo o papel de marcador discursivo, como verificado nos excertos (II), (IV) e (VII), contrapondo-se a funções diferentes dos ocorridos nos excertos (I), (III), (V) e (VI), que atuam como operador argumentativo dentro do discurso. Em linhas gerais, essa expressão funciona como marcador discursivo nos enunciados (II), (IV) e (VII) porque tem um estatuto típico de marcar ou identificar uma mudança de comportamento, ao mesmo tempo em que segmenta a ação. Além disso, “de repente” funciona ali como uma orientação do discurso, colocando em relevo a importância de organizar a interação verbal. Já nos enunciados (I), (III), (V) e (VI), a expressão “de repente” constitui-se como um operador argumentativo, uma vez que está a serviço da gramática da língua com a função de apontar, indicar ou mostrar a força argumentativa que tem pela sua própria natureza funcional de servir de argumento dentro do discurso.

Ressalte-se ainda que, como marcador discursivo registrado nos enunciados (II), (IV) e (VII), a expressão “de repente” serve como meca-



nismo de construção e organização do discurso, no plano verbal atuando como recurso orientador nas relações textual-interativas da língua falada. Ao passo que essa mesma expressão na função de operador argumentativo exerce nos enunciados (I), (III), (V) e (VI) o papel de orientador dos argumentos, que servem para apontar para uma conclusão, produzindo um efeito de sentido. Daí poder-se depreender os seguintes sentidos para a expressão “de repente”: em (I) seria mais justo uma mulher de calça ...seria mais respeitosa pra ela [**talvez**] ela vem de saia ...ah...não...num fica bem...né?...; em (III) “ch...porque [**certamente**] ocês têm acesso a textos que eu não tenho...ou vice-versa...”; (V) “agora se [**talvez**] eles entrarem num acordo ...aíu é outra coisa...né?!...” e em (VI) “eu tô lutando...[**talvez**] isso aqui pode dar dinheiro...quem...sabe?!...” Como se constata nos exemplos arrolados, a expressão “de repente” veicula, produz efeito de sentido de dúvida, na função de operador argumentativo, podendo-se afirmar que tal expressão assume a subfunção de conectivo, e não meramente uma locução adverbial, como determina a Gramática Tradicional. Contudo, vale destacar, a análise empreendida pela gramática tradicional leva em conta as frases, textos isolados e não o uso que se faz da língua nos processos de interação, como são os defendidos, aqui, para a expressão “de repente”. Além do uso, com valor de conectivo, há também um outro aspecto relevante: trata-se do fato de também funcionar como atenuador, no sentido de neutralizar a maneira como se diz as coisas, através da fala do locutor. Essa ideia vai ao encontro do que postula Goffman (1967) – no tocante ao “princípio da preservação das faces”. Segundo esse autor, numa interação geralmente os participantes estão constantemente preocupados em se resguardarem e não ferirem a face do outro. Isso acontece porque todo indivíduo tem uma face externa (positiva) – o modo como deseja ser visto por outros – que gostaria de ver preservada – e uma face interna (negativa) – seu território íntimo, que não gostaria de ver invadido.

### 3.1. “De repente ...” um modalizador

Além dos papéis mencionados anteriormente, a expressão “de repente” também assume funções de modalizador. A modalização é um processo que retrata uma estratégia de escolha do falante para designar qualquer marca, lacuna meio ou recurso adotado por este para interagir com seu interlocutor. Portanto, o modalizador é um elemento gramatical ou lexical (palavra ou expressão) por meio do qual o enunciador revela alguma atitude a respeito do que ele mesmo enuncia. Nesse sentido,

mesmo de forma sutil, o produtor do texto deixa seus posicionamentos subentendidos ou sugeridos, influenciando o leitor a compreender o que é dito por ele. Dessa forma, o modalizador modifica a maneira de como dizemos/escrevemos as ideias.

Segundo Neves (2007, p. 169) os modalizadores são caracterizados “por uma grande diversidade de formas, de sentidos e de empregos”, sendo que seu uso depende da intencionalidade do locutor e “serve tanto para determinar uma tipologia do discurso com base nos critérios da eficácia, ideologia e vontade, como para funcionar como marcador de tensões, compromissos, intenções”, como enfatiza Koch (2011, p.11). Por outro lado, para Miranda,

[...] o que o processo de modalização promove é a negociação de identidades, é a representação do drama, removendo-se barreiras ou impondo-se forças em relação ao interlocutor. Não há, pois, a nosso ver, como se propor uma análise desse fenômeno, a não ser tentando captá-lo em meio à chama, ou seja, no processo discursivo em que não há como separar o semântico-linguístico do interacional e do cognitivo. (MIRANDA, 2005, p. 180)

Nesse sentido, a autora toma a modalidade como uma propriedade do discurso, da enunciação, e não da frase, do enunciado. Isso implica dizer, conforme Corbari (2013), que os modalizadores não revelam apenas a posição tomada pelo locutor em face do conteúdo verbalizado, mas também em face do interlocutor.

Diante das muitas classificações acerca de modalização, é frequente nos estudos linguísticos o destaque para as noções de “deônticos” e “epistêmicos”. O eixo epistêmico, como afirmam Castilho e Castilho (1992), expressa uma avaliação sobre o valor de verdade e as condições de verdade da proposição. Koch (2011) explica que essa categoria refere-se ao eixo da crença, reportando-se ao conhecimento que temos de um estado de coisas.

Por sua vez, os modalizadores deônticos “referem-se ao eixo da conduta, isto é, à linguagem das normas, àquilo que se deve fazer”, como assevera Koch (2011, p. 75). Nesse mesmo viés, Neves (2007, p. 160) aponta que a modalização deôntica se situa no domínio do dever (obrigação e permissão), pertence ao eixo da conduta e “está relacionada com obrigações e permissões”. Ou ainda, conforme explicam Castilho e Castilho (1992), os modalizadores deônticos indicam que o falante considera o conteúdo proposicional como um estado de coisas que deve, precisa ocorrer obrigatoriamente.

Travaglia (2012, s/p) sugere uma classificação para os tipos de modalização, incluindo a certeza, desejo/volição, dúvida/incerteza, necessidade, obrigação/obrigatoriedade etc. como os principais tipos. E dentro dessa tipologia, inclui-se a expressão “de repente” com valor de dúvida/incerteza, como se pode ver nos exemplos a seguir:

(VIII) “(...) eu também passo por isso ... **de repente** ...eh...me ajuda muito...”

(IX) “(...) Luci...eu vou te levar lá nessa loja...**de repente** ocê gosta...”

(X) “(...) oh...não sei...**de repente** a gente vai ficar tão chocado com a passagem que a gente fez por aqui...”

Nesses exemplos e em todos os dados da pesquisa, a expressão “de repente” comporta-se também como modalizador – marca linguística da enunciação, cumprindo a função de determinar o modo como é dito, pois como assevera Koch (1997, p. 23) “a par daquilo que efetivamente é dito, há o modo como o que se diz é dito”, o que permite indicar a orientação argumentativa dos enunciados. Nesse caso, tal expressão assume marcas linguísticas que podem indicar certeza, dúvida, intenção, possibilidade e tantas outras, como aponta Travaglia (2012). Para tanto, as condições de produção, lugar, papéis representados pelos participantes do evento imagens recíprocas, objetivos almejados na interação etc. são constitutivos do sentido.

Ao analisar o enunciado do exemplo (XVIII), depreende-se que o falante quer dizer “eu também passo por isso [é provável, é evidente] me ajuda muito. Nesse exemplo, a expressão “de repente” funciona um a inserção no enunciado, correspondendo, dessa forma, a um parêntese. Esse parêntese serve para modalizar a fala, surtindo um efeito menos negativo sobre a situação descrita, o que do ponto de vista do sentido mitiga o valor negativo, anunciado através da ideia de probabilidade.

Já com relação ao enunciado do exemplo (IX) não se pode dizer o mesmo, pois a ideia carregada é de dúvida, como se o falante quisesse dizer “Luci... eu vou te levar lá nessa loja [talvez, certamente] ocê gosta...” pelo expresso no enunciado, o falante não tem certeza da atitude que o interlocutor terá quando da ida de ambas à loja referida. A atitude da interlocutora poderá ser positiva ou negativa; ela poderá gostar ou não das roupas. Portanto, “de repente”, além de veicular dúvida, também revela uma intenção na fala do locutor, que é a de que o seu interlocutor goste das roupas da loja, sinalizando mais um aspecto positivo do que negati-

vo. Por conseguinte, a intenção real do locutor é atrair a atenção do seu interlocutor e fazer com que este sinta-se tentado e queira ir à loja, daí poder-se dizer que a referida expressão exerce, no enunciado o papel de modalizador.

A mesma situação de verifica com o enunciado do exemplo (IX), cujo efeito de sentido é também o de dúvida, visto que ali o locutor quer dizer: “oh... não sei... [possivelmente, talvez] a gente vai ficar tão chocado com a passagem que a gente fez por aqui...”. Há, como se percebe, pelo tom como é dito o enunciado e pela inserção dos itens lexicais “oh” e “não sei” uma incerteza, um abrandamento naquilo que é dito, sendo, por essa razão, a escolha da expressão “de repente” uma maneira de suavizar, abrandar a informação. Elementos dessa natureza são vistos por Fraser (1980 *apud* ROSA, 1992) – como uma forma de *abrandamento* (mitigation), indicando a modificação de um ato de fala, que visa reduzir os efeitos indesejados que este possa transmitir ao ouvinte. Assim, o papel efetivo de modalizador que essa expressão tem, no enunciado, parece ser categórica quando o falante demonstra dizer alguma coisa da qual não tem certeza, através do seu uso que serve para abrandar a informação, modalizando, dessa forma, o conteúdo proposicional recaiu na escolha da expressão “de repente” no processo interativo.

Como se viu, no processo interativo e argumentativo que se constrói nos enunciados dialógicos entre locutor e interlocutor, o locutor recorre a diversas estratégias argumentativas para interagir com seu interlocutor, com vistas a alcançar o(s) objetivo(s) que motivou a interação. Cada palavra

adquire uma dimensão e está associada à concepção e ideologia do seu produtor. Esse aspecto, segundo Bakhtin (1997), refere-se às escolhas linguísticas – o vocabulário, as variedades linguísticas, as formas gramaticais feitas pelo locutor – as quais se alinham à estrutura composicional do gênero e às finalidades comunicativas.

#### **4. Considerações finais**

Como se viu, não somente a função de modalizador cumpre a expressão “de repente” dentro dos enunciados. Essa talvez seja a mais preponderante função encontrada nos dados da presente pesquisa, tendo em vista que se trata de excertos da língua oral e é através desta que o falante indica atitudes, opiniões, pontos de vista naquilo que ele diz, ao escolher um modo de dizê-lo.

Pode-se, outrossim, afirmar que a análise dos dados evidenciou uma certa produtividade da expressão “de repente” no discurso oral do português brasileiro em uso. Essa produtividade é atribuída, a princípio, à criatividade e à necessidade de comunicação do falante. Em segundo lugar, tal princípio basilar permite explicar o comportamento e a codificação dos efeitos de sentidos, resultantes dos valores pragmáticos-discursivos verificados em cada enunciado em que a expressão “de repente” ocorre. Do comportamento e uso da referida expressão em diferentes enunciados examinados conclui-se que:

- 1 – por ter um uso em ascensão na modalidade oral, prestando-se, antes de mais nada, à organização do discurso, serve ainda como guia do usuário, constituindo-se, assim, como muleta linguística do falante;
- 2 – como marcador discursivo exerce principalmente funções pragmático-discursivas, visto que tais funções se caracterizam de forma mais subjetiva em decorrência da necessidade de o falante atingir os seus objetivos comunicativos;
- 3 – funciona também como operador argumentativo, pois se volta, dentro dos enunciados, sobretudo, para a organização textual, devendo-se ao fato de que os usos dessa expressão, na maioria dos casos, atribuem-lhe uma relação de valor argumentativo, nos quais determina a orientação argumentativa;
- 4 – finalmente, considerando o comportamento da expressão “de repente” – percebeu-se que essa, dentro dos enunciados examinados, atua como modalizador do discurso. Essa, talvez, seja o ponto crucial da análise, pois o falante ao introduzir a citada expressão, o faz porque ela lhe permite construir algo que não está no que é dito, mas na maneira de dizer, denunciando, dessa feita, um ponto de vista, a irrupção de um sujeito, em suma, a sua opinião.

Como visto, “de repente” vigora tanto como marcador discursivo, quanto como operador argumentativo, produzindo um efeito de sentido nos enunciados nos quais atua. Por isso, a posição aqui adotada é diferente do que vem se postulado para termos, palavras ou expressões que passam por um processo ou por outro, ou seja, o de discursivização ou de gramaticalização. Como é sabido, os marcadores discursivos não produzem sentido. São destituídos de valor semântico, conforme registram os estudos linguísticos. De acordo com esses estudos, os marcadores discursivos

sivos servem simplesmente para ajudar a processar o assunto em andamento pelos falantes. No entanto, conforme a nossa proposta de análise, postula-se o contrário para a expressão “de repente”, tendo em vista que o constatado nos enunciados revelou efeitos de sentido diversificados. Percebe-se, ainda que, a referida expressão não funcionou meramente para ajudar a estruturar a informação, mas sobretudo para produzir um efeito de sentido intencionado pelo falante.

É, por fim, nesse âmbito da produtividade das interações verbais que emerge a expressão “de repente” está se tornando uma expressão bem mais que “de repente” o era.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de; CASTILHO, Célia Maria Moraes de. Advérbios modalizadores. In: ILARI, R. (Org.). *Gramática do português falado*. 2. V. Campinas: Unicamp/Fapesp, 1992. p. 199-247

\_\_\_\_\_. de. Reflexões sobre a teoria da gramaticalização. Contribuição ao debate sobre gramaticalização no contexto do PHPB. In: DIETRICH, W.; NOLL, V. (Orgs). *O português do Brasil: perspectivas da pesquisa atual*. Frankfurt am Main/Madrid: Vervuert/Iberoamericana, 2004. p. 203-30

CORBARI, Alcione Tereza. *Elementos modalizadores como estratégia de negociação em textos opinativos produzidos por alunos de ensino médio*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

GOFFMAN, E. *Interaction ritual: essays on face behavior*. Garden City: New York, 1967.

HOCK, Ingedore G. Villaça. *A interação pela linguagem*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Argumentação e Linguagem*. São Paulo: Cortez, 2011.

MELO, Gladstone Chaves de. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: livraria Acadêmica, 1968.

MIRANDA, Neusa Salim. Modalidade: o gerenciamento da interação. In: \_\_\_\_; NAME, M.C. (Orgs). *Linguística e cognição*. Juiz de Fora: UFJF, 2005. p. 171195.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2007.

NASCENTES, Antenor. *O idioma nacional*. 5. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1965.

SAID ALI, M. *Gramática Histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. Trad.de Antônio Cheline, José Paulo Paes e Isidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1970.

RIBEIRO, Ernesto Carneiro. *Serões grammaticaes ou nova grammatica portugueza*. 6. ed. Bahia: Livraria Progresso Editora Aguiar e Souza Ltda, 1955.

ROSA, Margaret de Miranda. *Marcadores de atenuação*. São Paulo: Contexto, 1992.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Módulo 16*: alguns pontos importantes sobre o ensino de vocabulário. Disponível em: [http://www.moodle.ufu.br/pluginfile.php/mod\\_resource/content/1/](http://www.moodle.ufu.br/pluginfile.php/mod_resource/content/1/). Acesso em: 15 ago. 2012.

## OS MÚLTIPLOS NORDESTES DE SUASSUNA

Marcella Maria Leite Sá (UNEB)  
marcella.leitesa@gmail.com

### RESUMO

Na primeira metade do século XX, instaurou a sedimentação de uma visão regionalista, proposta abraçada para o Nordeste, na qual essa região é caracterizada por uma visão unificada da seca, do sofrimento e do sertão. Assim, para tal desmistificação, esse estudo traz a análise de “A história do amor de Fernando e Isaura”, primeiro romance de Ariano Suassuna, a obra foi produzida em 1956. Propõe-se uma leitura distanciada dos *clichês* e estereótipos com os quais se costuma qualificar o Nordeste. Há o intuito de revisitar os espaços múltiplos, míticos e poéticos do Sertão e do Nordeste, acrescentando-se o léxico “Paraíso” – graças à leitura desse romance primeiro –, já que tais noções e imagens são recorrentes nas temáticas suassunianas, embora não visualizadas claramente pelo leitor e pela crítica.

### Palavras-chave:

Romance. Ariano Suassuna. Literatura brasileira.

### ABSTRACT

In the first half of the 20<sup>th</sup> century, it established the sedimentation of a regionalist vision, a proposal embraced for the Northeast, in which this region is characterized by a unified vision of drought, suffering and the hinterland. Thus, for such demystification, this study brings the analysis of “Fernando and Isaura’s love story”, the first novel by Ariano Suassuna, the work was produced in 1956. It proposes a distanced reading of the clichés and stereotypes with which it is usually qualified the Northeast. There is an intention to revisit the multiple, mythical and poetic spaces of the Sertão and the Northeast, adding the lexicon “Paradise” – thanks to the reading of this novel first –, since such notions and images are recurrent in Suassunian themes, although not visualized clearly by the reader and critics.

### Keywords:

Romance. Ariano Suassuna. Brazilian literature.

## 1. Introdução

Para adentrar ao sertão de Ariano Suassuna é oportuno pedir empréstimo a João Cabral de Melo Neto, poeta pernambucano e amigo próximo do escritor, o qual o definiu com maestria e, também, o múltiplo sertão suassuniano em um poema que recebeu o mesmo título do romance consagrado como a obra prima de Suassuna:



A PEDRA DO REINO

*A Ariano Suassuna*

1

Foi bem saber-se que o Sertão  
não só fala a língua do não.

Para o Brasil, ele é o Nordeste  
que, quando cada seca desce,

que quando não chove em seu reino,  
segue o que algum remoto texto:

descer para a beira do mar  
(que não se bebe e pouco dá).

2

Os escritores que do Brejo,  
ou que da Mata, têm o sestro

de só dar a vê-lo no pouco,  
no quando em que o vê, sertão-osso.

Para o litoral, o esqueleto  
é o ser, o estilo sertanejo,

que pode dar uma estrutura  
ao discurso que se discursa.

3

Tu, que conviveste o Sertão  
quando no sim esquece o não,

e sabes seu viver ambíguo,  
vestido de sola e de mitos,

a quem só o vê retirante,  
vazio do que nele é *cante*,

nos deste a ver que nele o homem  
não é só o capaz de sede e fome.

4

Sertanejo, nos explicaste  
como gente à beira do quase,

que habita caatingas sem mel,  
cria os romances de cordel:

o espaço mágico e o feérico,  
sem o imediato e o famélico,

fantástico espaço Suassuna,  
que ensina que o deserto funda. (MELO NETO, 1994, p. 420-1)

Percebe-se que talvez ninguém mais do que João Cabral tenha tão grande a sensibilidade de qualificar o espaço sertanejo abordado por Suassuna, em quatro estrofes constituídas de harmoniosas oitavas, que parecem multifacetar os espaços sertanejos, míticos e nordestinos das obras de Suassuna. Na estrofe inicial, João Cabral dá conta da universalidade do sertão de Suassuna, pelo acréscimo acoplado ao regionalismo de 30, proposta estético-social que cultua o sertão da seca e da fome. O sertão de Suassuna é o espaço físico que se transmuta, sim, em outros espaços, outros contextos, outros mundos – quer universos físicos, quer universos sociais.

A maiúscula com que João Cabral destaca alguns léxicos pode ser compreendida como mais uma homenagem não só ao estilo, mas, sobretudo ao modo como Suassuna, em verso ou em prosa, singularmente, visualiza signos tão presentes e tão importantes no Nordeste, na vida do nordestino e na universalidade. É importante observar quanto às palavras Sertão, Mar, Brejo, Mata, vocábulos destacados no poema de Cabral, são elementos simbólicos com que Suassuna realça bem mais que os espaços físicos e geográficos; representam-se, sim, a multiplicidade, a riqueza, o vigor, a criatividade do Nordeste e do homem nordestino.

O sertão de Suassuna descrito no poema é também o sertão mítico, é o espaço das adversidades, é aquele que reflete ascensão e declínio, possibilidades e impossibilidades, um sertão transcrito por uma dualidade, por uma triplicidade declarada ou mesmo por uma multiplicidade. Nesses sertões e/ou nordestes tão bem descritos por João Cabral, nenhuma dessas possibilidades atua eterna e perenemente; elas se alternam, fazendo com que o Nordeste expresse uma das suas outras faces – o sertão portentoso, espaço do “sim”, mesmo que apresentado recorrentemente como espaço do “não”. A região Nordeste refuta assim a unicidade esteireotipada com que é representada:

Por meio do resgate seletivo do que individualizaria aquele espaço, essa variada produção cultural inventa os códigos de compreensão simbólica de uma comunidade e simultaneamente a eles se conforma, adquirindo um inequívoco caráter regional e fazendo com que o Nordeste se perceba e se apresente como *nordestino*. Ainda que fisicamente dispersos e distintos em quase tudo, os habitantes dos seus mais distantes recantos constroem um lugar simbólico comum e passam, gradualmente, a se imaginar como pertencentes a uma comunidade única. (ANJOS JÚNIOR, 2000, p. 48)

Notadamente toda a investida ocorrida na primeira metade do século XX, voltada para a sedimentação de uma visão regionalista, proposta abraçada pelo Nordeste, foi responsável conforme aponta acima Moacir dos Anjos, pela criação de um sentimento redutor de identidade, enfim, uma unicidade “inventada”, ou seja, arquitetou-se um universo em que o povo nordestino, por assim dizer, se apertasse dentro do mesmo baú. Passado mais de um século, esse caráter uno se desfez, abre-se o baú, nordestinos podem agora respirar ares que não sejam os mesmos dos seus antigos conterrâneos, enfim, desfrutam de ares livres e saudáveis um tanto quanto distantes da asfixia anterior. Não cabe mais, não há mais espaço para as rotulações que reduzem a ideia de Nordeste. A contribuição artística e literária deixada por Suassuna funciona como alargadora desses limites cunhados por certa tradição.

É possível analisar a partir de “A história do amor de Fernando e Isaura”, sobretudo, a incidência dessa outra possibilidade desse Nordeste úmido tematizado por Ariano, já que com essa obra, por meio dos espaços do sertão ou não, acessa-se um Nordeste diferente do anunciado pelo regionalismo naturalista. Ainda, tais outras possibilidades estão presentes no “Romance d’A Pedra do Reino”, reiterando a tese de que Ariano Suassuna não atua, ao contrário, busca desconstruir o determinismo do constructo de um único sertão, um único Nordeste.

O sertão suassuniano não pode ser identificado, sem melhor exame, com o sertão nordestino amplamente difundido na literatura brasileira a partir do regionalismo moderno, a sub-região de clima semiárido que se transformou num dos cenários preferidos do chamado “romance de 30”, descrita, sobretudo, nos tempos de seca. Isto porque, ao sertão que lhe foi dado, Suassuna acrescentou um sertão em grande parte sonhado, um sertão transfigurado a partir do sertão real. Em certa medida, o sertão de Suassuna é o mesmo sertão seco, pedregoso e espinhento da caatinga, mas é, também, outro sertão, não descrito de forma naturalista, como fizeram os escritores regionalistas, mas de maneira a acrescentar, à verdade social da região, uma verdade mítica e poética – um sertão mais épico e maravilhoso, em grande parte influenciado pelo romanceiro popular nordestino. (NEWTON JÚNIOR, 2016, p. 140)

É pertinente afirmar que o cenário de Fernando e Isaura possibilita às gerações de leitores atuais e futuras o acesso às obras de Suassuna por meio da localização dos diversos espaços que ele traz da Região Nordeste. É claro que a intenção aqui não é elidir, desse panorama, o Nordeste da seca, o Nordeste dos escritores da “geração de 30”, o Nordeste que se “acostumou” a qualificar como próprio dessa região.

O propósito é aludir, nesta Seção, a espaços do sertão e do Nordeste que foram caracterizados por Suassuna, tais como: Paraíso – vai e vem das águas, seja da chuva, dos rios ou dos mares; Inferno – tempo da seca, da carência, das privações; e, Purgatório – fase de transição. Acrescenta-se aqui como integrante do Paraíso, o Litoral, pois, assim como ele está presente no poema de João Cabral discutido acima, é também o cenário contumaz do romance “A história do amor de Fernando e Isaura”. O Litoral aparece em poemas e outros romances suassunianos. Ou ainda como o descreve o próprio Suassuna: “Com essa autoridade, que o torna indiscutível, ele nos demonstra no seu tratado *Os Sertões* que o nosso sertão tem uma face de Inferno e outra de Paraíso... a face do Sertão é tripla, e não dupla! É o Inferno, o Purgatório e o Paraíso” (SUASSUNA, 2014, p. 409).

Há ainda a heráldica, elemento comum aos três espaços do Nordeste supracitados, visto que os elementos próprios da heráldica são visualizados constantemente nas produções de Suassuna, e, quanto mais se consegue depreender de suas obras elementos diferentes para o Nordeste, mais fidedignos se está sendo à proposição literária que se identifica com abordagens de cunho universalista.

Suassuna não foi apenas sertanejo, ele fazia questão de iluminar o Brasil em seus vários aspectos. Por isso, o sertão ganhava bastante visibilidade, mas sem que houvesse a omissão do litoral. Ariano é, sem dúvida, um intérprete do Brasil, um intérprete com ponto de partida fincado no sertão, que definitivamente não se prendeu apenas ao espaço físico. Bráulio Tavares (2007, p. 164) convida a essa reflexão: “Ariano faz uma defesa estética e moral irrestrita do sertão e de seus valores, mas sua trajetória pessoal e literária é a de uma lenta migração rumo ao Litoral e à Cidade”, ou ainda:

Ora, existem alguns escritores brasileiros do Mar, e existem outros do Sertão, isto é, uns são Tigre marinha verde-azul, e outros do Jaguar-de-ouro sertanejo, mosqueado de negro e de vermelho. Mas o único que é, ao mesmo tempo, filho da marinha Tigre fêmea verde-azul e do Jaguar-macho e sertanejo de pelo de ouro é o modesto Rapsodo que vos fala neste momento. [...] Foi então para que se cumprissem as Profecias que eu tive esse ambíguo nascimento marinho e sertanejo, bifronte, dilacerado e contraditório, muito característico, aliás, do enigmático Signo de Gêmeos que é o meu. (SUASSUNA *apud* TAVARES, 2007, p. 164)

Percebe-se que dentre as vastas faces sertanejas ou nordestinas descritas por Suassuna, o Paraíso é uma delas. Mas, a essa divisão tornam-se passíveis subdivisões, como é o caso do Paraíso dentro e fora do sertão. O Paraíso pode ser entendido em Suassuna como o lado venturoso

do Nordeste, como uma das faces do sertão. Ele caberia tanto no recomeço que se instaura após as secas, com a terra molhada, águas nos cochos dos animais, terra pronta para plantação, quanto no litoral inserido em “A história do amor de Fernando e Isaura”, aspecto que se articula com movimentos migratórios empreendidos pela vida de Suassuna.

## 2. *O paraíso de Fernando e Isaura*

A inserção de passagens do litoral em “A história do amor de Fernando e Isaura” contribui para a ampliação da visão de Nordeste esboçada nas produções do autor em estudo. Inclusive, busca-se observar quanto a presença do litoral ocorre em suas produções antes e a partir desse romance. Isso possibilita, igualmente, juntar a essa obra a ampliação da abordagem do Nordeste mítico e poético de Suassuna, esguichando água onde muitos só encontravam pedras, pedregulhos.

Esse romance corrobora, mais uma vez, com a realização da paisagem que alude ao paraíso-litoral, conforme explicita Renata Mascarenhas (2011, p. 2): “Esse deslocamento do sertão para o mar foi imprescindível para o redimensionamento do espírito marítimo aventureiro do mito celta no texto de Suassuna”. Essa transfiguração do sertão, segundo Carlos Newton Júnior (2016) em recente artigo publicado pela Academia Brasileira de Letras, classifica três planos para o sertão nordestino: o plano geográfico, o plano mitológico e o plano teleológico. Ele avalia que o plano geográfico se refere às delimitações territoriais nas quais Suassuna viveu e que são constituídas pelo sertão de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte – três Estados considerados por ele como o coração do Brasil. Esses espaços também se ampliam devido à universalidade das questões tratadas nos cenários da obra do escritor:

A transfiguração no plano geográfico não implica, somente, reconfiguração de território, mas abarca outros elementos, a exemplo da fauna, da flora ou da paisagem. Se, em sua viagem iniciática às pedras do reino, Quaderna se decepciona com a beleza e a dimensão das duas pedras que formam as torres da “Catedral Soterranha” do seu reino, por achá-las inferiores às descrições históricas e literárias que tinha delas, logo aprende, com seu companheiro de viagem, o fotógrafo Euclides Villar, que a função da arte e da literatura é justamente corrigir a “mesquinha realidade” (NEWTON JÚNIOR, 2016, p. 143)

Há ainda o plano mitológico para o qual Newton Júnior argumenta que, nas obras de Suassuna, as personagens retratadas não são apenas cangaceiros, mas também profetas, santos e todos esses componentes assumem uma conotação mítica ligada ao maravilhoso, aspecto comum nos

folhetos de cordéis. Aqui a heráldica paramenta as personagens que se transformam em cavaleiros com lanças e armaduras de couro. E, por fim, chega-se ao terceiro plano, o teleológico, que pode ser olhado exatamente como o fim e o recomeço dos outros sertões, porque, por meio dele, as obras de Suassuna representam uma salvação, um sentimento esperançoso, que seja moral, ético ou o Paraíso, trazido aos sertões com as chuvas ou com o litoral.

No plano geográfico, o sertão Paraíso de Suassuna pode ser abordado em seus primeiros poemas e vão se ampliar na ambientação do primeiro romance, aquele cuja paisagem é o litoral de Alagoas, terra de cajueiros frondosos, de um rio robusto que dá abrigo aos amantes infieis. Os planos supramencionados nos quais se divide o sertão de Suassuna, a exemplo do sertão trazido no romance em estudo, ratificam que o autor não fez parte do grupo de escritores que inventou um Nordeste para ser consolidado como marca identitária que se opõe à Região Sudeste.

Dentro dessa perspectiva, considera-se que o primeiro romance de Suassuna se incorpora ao todo da sua obra, atuando como um elemento que amplia o Nordeste suassuniano para os leitores e servindo como mais uma possibilidade de se aludir ao universo mítico e real do poeta. Esse folhetim é capaz de encantar amantes dos tempos antigos até os dias atuais, mesmo sendo essa uma história tão antiga, como advertiu o autor. Já na primeira página, é possível ao leitor deslocar-se para um Nordeste muito familiar aos que conhecem essa região, e cujas descrições poucas vezes aparecem em obras literárias:

Na fazenda São Joaquim, a terra era rica e fecunda, muito bem servida pelas chuvas por causa da proximidade do Mar. Estendia-se ela entre Penedo e Piassabussu, por uma vasta região, coberta por coqueiros na faixa da praia e na foz do Rio São Francisco; de lavouras diversas por trás da estrada que bordejava o mar; e, mais para dentro ainda, de pastagens que cobriam colinas e para onde se levava o gado. Porque o dono, Marcos Fonseca, era muito rico e possuía duas frotas de barcaças. A primeira fazia cabotagem do Mar até Maceió. A segunda entrava pelo São Francisco adentro para levar mercadorias e trazer couros de Cabra que recebia de Piranhas e transportava para o litoral, de onde eram exportados. (SUASSUNA, 2006, p. 21)

É possível ver as veredas nordestinas sendo mencionadas e representadas pela literatura brasileira, e Suassuna traz isso nesse romance, que fala do encontro das águas doces com as salgadas. A cidade de Piranhas fica localizada no alto sertão alagoano, às margens do Rio São Francisco e hoje faz parte da Rota do Cangaço, roteiro que é cumprido e visitado via catamarãs por turistas que exploram os cânions do rio. Eles

são recepcionados por guias turísticos que se vestem de Lampião e Maria Bonita, visto que lá também se localiza a Grota do Angico, local onde Lampião e seu grupo foram assassinados.

Ler passagens como as descritas acima ou como as que se seguem abaixo contribui para a visualização do cenário úmido por ele descrito, e faz, em um primeiro momento, achar que se está diante de outra região que não seja o Nordeste.

A terra reservada à lavoura ficava ensopada, transformando-se em verdadeiras lagoas quadradas que os leirões dividiam dando, ao mesmo tempo, passagem para a Mata. Rebanhos de patos bravos, em migração, estabeleciam curto pouso naquelas águas cercadas pela vegetação. As árvores ficavam inteiramente molhadas e de suas folhas caíam pingos sonolentos. (SUASSUNA, 2006, p. 22)

O romance deflagra o cenário das águas que abriga beijos ardentes e lágrimas que se misturam pela correnteza das águas. O sertão e o litoral também estão intrinsecamente ligados pelas idas e vindas de Mestre Serafim:

Quatro meses tinham decorrido desde a mudança nos sentimentos de Isaura, quando um dia, a *Estrela da Manhã* chegou a Piranhas, comandada por mestre Serafim. Trazia sal, querosene e açúcar para o Sertão, devendo voltar em poucos dias com uma carga de couros-de-cabra para o Litoral. (SUASSUNA, 2006, p. 143)

Como o próprio Suassuna afirmou, concluída “A história do amor de Fernando e Isaura”, ele já estava seguro para enveredar pela sua empreitada maior que seria o “Romance d’A Pedra do Reino”. Mais do que provedor de forças, esse romance é sem dúvida responsável por continuar escoando as águas advindas dos poemas nos cenários romanescos de Suassuna. Assim, o segundo romance “Romance d’A Pedra do Reino” também reitera, em diversas passagens, a ideia de paraíso apresentada no romance em estudo: “Pois esta tripla face de Sertão, que lhe descrevi, com sua Chapada diabólica, seu Purgatório de chamas e com sua Fronde paradisíaca de riachos, roçados, açudes e pomares, é a minha particular, única e régia “Fonte do Cavalo Castanho.” (SUASSUNA, 2014, p. 410). Eis assim essas outras faces sertanejas, conforme descrição presente no “Romance d’A Pedra do Reino”:

Sertão nosso é o Reino sagrado e misterioso, que foi predito por um dos grandes profetas da nossa terra, Frei Antônio do Rosário, filho da Capucha de Santo Antônio do Brasil [...] É o Reino sagrado, cortado pelos rios que secam e se enchem misteriosamente, rios dos quais dizia aquele mesmo Profeta, Frei Antônio. (SUASSUNA, 2014, p. 725)

Na passagem abaixo Suassuna faz no “Romance d’A Pedra do Reino” um roteiro marcado por belíssimas faixas litorâneas nordestinas saindo de Alagoas a Pernambuco, expondo este Nordeste margeado por um litoral que sempre esteve lá, anil e desanuviado, emoldurando os recortes geográficos dos mapas brasileiros.

As maiores iam somente do Mar até Penedo, onde pegavam a carga deixada pelos menores, que desciam até ali desde o Sertão das Piranhas. De Penedo então voltavam as maiores, subindo pelo Mar para o Norte e fazendo escala em Maceió, em Barra do Camaragibe, em Tamandaré e São José da Coroa Grande, até chegarem à Barra do Rio Suape, em Pernambuco. (SUASSUNA, 2014, p. 485)

O cenário das águas fez, inclusive, Suassuna articular elementos dos dois romances como é possível ver no “Romance d’A Pedra do Reino” em que aparecem novamente as barcaças, transportes marítimos de “A história do amor de Fernando e Isaura”:

Que beleza é a frota de barcos de seu Pai, Clara! As barcaças mais comuns daqui são menores e tem as velas coloridas e com figuras rostrais esculpidas em madeira, na proa. Para lhe ser franco, confesso que sinto até sensação de prazer, só em falar nisso! [...] olhando cismadoramente para o Mar verde-esmeralda e azul-turquesa, lá embaixo. (SUASSUNA, 2014, p. 496)

Todavia, a passagem descrita acima permite desmistificar a visão e estabelecer diálogos contrários aos de outros pesquisadores, os quais só conhecem o sertão de Suassuna como este foi retratado em sua maioria, a exemplo do que defende Eduardo Dimitrov (2006, p. 6) em sua dissertação: *O Brasil dos espertos: uma análise da construção social de Ariano Suassuna como criador e criatura*. Na pesquisa de Dimitrov, apresenta-se o ponto de vista de que Suassuna compõe sua obra teatral a partir do encontro entre sua biografia e o seu veio criador, misturando assim realidade e ficção e, como resultado disso, ele faz emergir um Nordeste específico de certa cultura popular e de um universo de personagens espertos que reafirmam uma identidade para os nordestinos:

Como já foi mostrado nos itens anteriores, o cenário das peças de Ariano Suassuna é a seca, a fome e a miséria. Em todas, e em graus variados, essas características do sertão nordestino rondam ora o centro, ora o pano de fundo. A população simples, de baixa renda e que luta dia-a-dia para sobreviver, faz parte do universo dramático do autor, o que colabora para que o leitor associe aquela trama às classes pobres do Nordeste brasileiro. (DIMITROV, 2006, p. 182)



### 3. *Considerações finais*

Destarte, poder iluminar, por meio de “A história do amor de Fernando e Isaura”, os outros espaços do Nordeste pelos quais Suassuna transitou e observar como eles são produtivos para desmistificar a unificação do Nordeste em torno apenas da perspectiva da seca, do inferno e do não.

Assim, as prerrogativas de Dimitrov se estreitam por apresentar pontos de fidedignidade e de ratificação à ideia una, a qual se construiu sobre o Nordeste. Desse modo, é necessária uma visão mais alargada, mais apurada, aquela que constata a ideia totalizadora de Suassuna como artista reproduzidor de uns Nordestes. E isso, é justamente o que esta análise do romance primeiro de Suassuna, “A história do amor de Fernando e Isaura” se propõe a expandir.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 3. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.

ANJOS JÚNIOR, M. T. R. Desmanche de Bordas: notas sobre identidade cultural no Nordeste do Brasil. In: HOLLANDA, H.B. de; RESENDE, B. (Orgs). *Artelatina: cultura, globalização e identidades cosmopolitadas*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. p. 45-59

BÉDIER, Joseph. *O romance de Tristão e Isolda*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

DIMITROV, Eduardo. *O Brasil dos espertos: uma análise da construção social de Ariano Suassuna como “criador e criatura”*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2006. 220f.

MASCARENHAS, Renata de Oliveira. A história do amor de Fernando e Isaura: a reescrita do romance de Tristão e Isolda por Ariano Suassuna. *Inventário*, v. 1, p. 1/6-14, Universidade Federal da Bahia, 2011. Disponível em: <http://www.inventario.ufba.br/08/A%20historia%20de%20amor%20corrigido.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2017.

MARTINS, Wilson. *O romanceiro da pedra e do sonho*. *Cadernos de Literatura Brasileira*, n. 10, p. 111-28, São Paulo, Instituto Moreira Salles, nov. 2000.

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

MELO NETO, João Cabral de. A pedra do Reino. In: \_\_\_\_\_. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. p. 420-21

NEWTON JÚNIOR, Carlos. A pedra do Reino: o sertão mítico e poético de Ariano Suassuna. In: Ciclo de conferências “Travessias no sertão”: 5º Ciclo. Coordenador Cícero Sandroni. 2015 a. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=RYPxY3Ec\\_U](https://www.youtube.com/watch?v=RYPxY3Ec_U). Acesso em: 17 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. A Pedra do Reino: o sertão mítico e poético de Ariano Suassuna. *Revista Brasileira*, p. 139-47, Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 2016. Disponível em: [http://www.Academia.org.br/sites/default/files/publicacoes/arquivos/revista\\_brasileira\\_87.pdf](http://www.Academia.org.br/sites/default/files/publicacoes/arquivos/revista_brasileira_87.pdf). Acesso em: 26 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: SUASSUNA, A. *Romance d'a pedra do Reino e o Príncipe do sangue do vai-e-volta*. 16. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017. p. 17-24

SUASSUNA, Ariano. *A história do amor de Fernando e Isaura*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

\_\_\_\_\_. *Auto da Compadecida*. 35. ed. Rio de Janeiro: Agir, 2005 a.

\_\_\_\_\_. *Auto da Compadecida*. 36. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014. p. 177-83

\_\_\_\_\_. *Poemas*. Seleção, organização e notas de Carlos Newton Júnior. Recife: UFPE, 1999.

\_\_\_\_\_. *Romance d'a pedra do Reino e o Príncipe do sangue do vai-e-volta*. 14.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2014.

\_\_\_\_\_. *Romance d'a pedra do Reino e o Príncipe do sangue do vai-e-volta*. 16. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017a.

TAVARES, Bráulio. *ABC de Ariano Suassuna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.

\_\_\_\_\_. *Tradição popular e recriação no Auto da Compadecida*.

Outras fontes:

O SERTÃO MUNDO DE ARIANO. Direção: Douglas Machado. Depoimentos Ariano Suassuna, Rachel de Queiroz e outros. Gênero: Documentário. Brasil: Trinca Filmes, 2003. 84 min. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=Xgfu4eDuzE0>. Acesso em: 5 mar 2016.

TRISTÃO E ISOLDA. Direção: Kevin Reynolds. Roteiro: Dean Georgars. Intérpretes: James Franco, Sophia Miles, Henry Cavill, Mark Strong e outros. Gênero: Drama. Distribuição: Warner Bros e Europa Filmes. Grã-Bretanha, 2006. 1 DVD (125 min).

**OS PERCURSOS DA GÊNESE DA OBRA “PARA UMA MENINA COM UMA FLOR”, DE VINICIUS DE MORAES<sup>40</sup>**

*Luana Leão Silva (USP)*

[luanaleaosilva@usp.br](mailto:luanaleaosilva@usp.br)

*Manoel Mourivaldo Santiago Almeida (USP)*

[msantiago@usp.br](mailto:msantiago@usp.br)

**RESUMO**

Diante da relevância atribuída ao estudo, à preservação do processo genético e criativo de obras significativamente essenciais para a história da língua portuguesa e da literatura e à garantia de transmissão por novos suportes e favorecimento de seu acesso, congruentemente ao que constitui o campo de Crítica-Genética e Textual, afluentes da Filologia, dar-se-á o delinear do itinerário de crônicas reunidas na obra “Para uma menina com uma flor” (1962), de Vinicius de Moraes (1913–1980), reverente multiartista, escritor e compositor brasileiro, que muito singular e moderadamente praticou o gênero. A expor e descrever os testemunhos das crônicas “Inocência” (1941), “Depois da guerra” (1944), “Meninas sozinhas perdidas no mundo e dentro de si” (1944), “Sentido da primavera” (1944), “Conto carioca” (1945), “Para uma menina com uma flor”, “Minha terra tem palmeiras...” e “Suave amiga” (1964), serão abordadas as variações evidenciadas pela construção de um aparato genético perante o coitejo entre intervenções manuscritas no datiloscrito da obra, em comparação às alterações das últimas edições, publicadas postumamente, das editoras José Olympio (12ª edição, 1981) e Companhia das Letras (5ª reimpressão, 2009), de modo a destacar índices potenciais de contextos que expressem as idealizações do autor sobre sua própria produção, tornando-a inteligível e passível de ser restaurada e lida integralmente, em termos de refletir suas metamorfoses substanciais conforme o passar do tempo.

**Palavras-chave:**

**Crítica-genética. Crítica Textual. Vinicius de Moraes.**

**ABSTRACT**

**In view of the relevance attributed to the study, preservation of the genetic and creative process of works that are significantly essential to the history of the Portuguese language and literature, and the guarantee of transmission through new media and**

---

<sup>40</sup> “VM Empreendimentos Artísticos e Culturais LTDA (CNPJ sob o nº 05.161.515/0001) na qualidade de detentora dos direitos autorais, patrimoniais e de imagem do poeta e compositor Vinicius De Moraes, sendo, também, a legítima mandatária de seus herdeiros no que se refere à tutela dos direitos de personalidade que resguardam o uso por terceiros do nome, imagem, assinatura, dados biográficos e acervo do mencionado poeta e compositor, vem, através do presente termo, autorizar a Sr<sup>a</sup> Luana Leão Silva, a publicar seu Projeto Científico, exclusivamente para fins acadêmicos. Para o atingimento da produção acadêmica referida, fica, portanto, autorizado o uso de direitos autorais de trechos e fotografia de obras disponíveis no Acervo Digital de Vinicius de Moraes, respeitando o direito de terceiros”.

favouring their access, in line with what constitutes the field of Genetic and Textual Criticism, affluent of Philology, the itinerary of chronicles gathered in the work “Para uma menina com uma flor” (1962) by Vinicius de Moraes (1913–1980), reverent Brazilian multi-artist, writer and composer, who very singularly and moderately practised the genre, will be outlined. The chronicles “Inocência” (1941), “Depois da Guerra” (1944), “Menina sozinhas perdidas no mundo e dentro de si” (1944), “Sentido da primavera” (1944), “Conto carioca” (1945), “Para uma menina com uma flor”, “Minha terra tem palmeiras...” and “Suave friend” (1964), the variations evidenced by the construction of genetic apparatus will be addressed in the face of the comparison between handwritten interventions in the typescript of the work, compared to the changes in the last editions, published posthumously, by the publishers José Olympio (12<sup>th</sup> ed, 1981) and Companhia das Letras (5<sup>th</sup> reprint, 2009), in order to highlight potential indices of contexts that express the author’s idealisations of his own production, making it intelligible and capable of being restored and read in its entirety, in terms of reflecting its substantial metamorphoses as time passes.

**Keywords:**

**Genetic Criticism. Textual Criticism. Vinicius de Moraes.**

## **1. Introdução**

Os percursos de constituição de uma obra, em sua singularidade de criação, produção e circulação, fomenta a ciência da Filologia, no contexto de evidenciar seu “estudo global, ou seja, explorando exaustiva e conjunta dos mais variados aspectos de um texto: linguístico, literário, crítico textual, sócio-histórico, etc.” (CAMBRAIA, 2005, p. 18).

Sob a ótica dos campos de Crítica Genética e Textual, disciplinas afluentes da Filologia, para além desses aspectos, compreende-se tal percurso como a síntese da derivação da pluralidade de condições dispostas ao texto, que amplia, em detalhes, o processo criativo e artístico de autores consagrados, bem como a dispor as perspectivas das escolhas editoriais, o processo de leitura, interpretação, transmissão, transformações sociais e tecnológicas conforme o decorrer do tempo, que muito resignificaram a língua, o papel da literatura, da cultura, seus objetos e as funções que um texto pode assumir.

Diz Castro (2001, p. 69) que, “em nenhuma outra época os manuscritos e restante documentação da actividade criativa dos escritores, foram tão apreciados como na presente, por parte dos estudiosos da palavra escrita (linguistas e críticos literários)”, em razão da necessidade da preservação dos documentos e do levantamento do interesse científico sobre o fornecimento de matérias e implicações teóricas fundamentadas no conceito de texto, de literatura, autoria e acessibilidade.

[O crítico genético] tem, na verdade, a função de devolver à vida a documentação, na medida em que essa sai dos arquivos ou das gavetas e retorna à vida ativa como processo: um pensamento em evolução, ideias crescendo em formas que vão se aperfeiçoando, um artista em ação, uma criação em processo. (SALLES, 2008 p. 28)

Em todas as circunstâncias, o labor de um editor ou pesquisador da área destaca-se e adquire reconhecimento, a fruir da coleta de testemunhos, materiais e da realização do acompanhamento do percurso analítico, das infinitas complementações e adaptações das obras, com a prudência de lidar com produções significativamente essenciais para a história da língua portuguesa e para a literatura, que carregam consigo transformações e marcas histórico-sociais, que podem tratar ou não de operações que se distinguem da gênese criativa e autoral do escritor, em vida ou postumamente:

A genética dos textos nos faz penetrar no laboratório secreto do escritor, no espaço íntimo de uma escritura que se busca. À crítica literária, a genética traz uma multidão de documentos aproximativos e inacabados nos quais se pode ver, de forma mais clara do que no texto, os segredos fundamentais da obra e todos os sonhos que a atravessam. A genética do texto tem algo de caça ao tesouro: é uma pesquisa sobre os indícios materiais, uma verdadeira enquete no coração da escritura, cujo projeto é reencontrar a fórmula pela qual o texto impresso continua misteriosamente a viver da escritura que o fez nascer. (DE BIASI, 2010, p. 11)

À vista disso, o observar e descrever do cotejo entre testemunhos e versões de um mesmo texto, analisando e classificando suas variantes, além de incorporar elementos e fatores em potencial de indicador de contextos que expressem as idealizações do autor sobre sua própria produção, como esboços, referências e correspondências, torna as obras inteligíveis em toda a sua extensão, como explica Spina (1994) e passíveis de serem restauradas e lidas integralmente, em termos de refletir seu itinerário e suas metamorfoses substanciais.

Os resultados deste labor contribuem, para variadas áreas, a recuperar e preservar patrimônios de relevante importância cultural, bem como possibilitando sua transmissão por novos suportes e favorecendo seu acesso, instigando novas análises que fundamentalmente terão alcance do repertório de sua tradição.

Assente desta concepção, o presente trabalho exerce a organização e construção de um aparato crítico, dando ênfase em elementos substanciais, “grupos de variantes dentro dos quais o editor escolheu as formas que fixou no texto” (CASTRO, 1997), sejam eles lexicais ou semân-

ricos, que diretamente interferem no valor linguístico e significativo, reconstituindo o processo de publicação das crônicas “Inocência” (1941), “Depois da guerra” (1944), “Meninas sozinhas perdidas no mundo e dentro de si” (1944), “Sentido da primavera” (1944), “Conto carioca” (1945), “Para uma menina com uma flor”, “Minha terra tem palmeiras...” e “Suave amiga” (1964), presentes na obra “Para uma menina com uma flor” (1966), de Vinicius de Moraes.

## 2. *Sobre “Para uma menina com uma flor” (1966)*

Entre os principais e mais conhecidos nomes da música popular brasileira e entusiasta constituidor da Bossa Nova, Vinicius de Moraes ou o “Poetinha”, como fora apelidado por Antônio Carlos Jobim, nascido na Gávea, Rio de Janeiro, em 19 de outubro de 1913 e falecido em 1980, contribuiu para a arte brasileira com seus prodigiosos conhecimentos líricos e aptidões em diversos âmbitos, destacando-se em sua genialidade poética, de composição, dramaturgia e em outros prestigiados campos, incluindo, correspondendo ao título que lhe cabe neste artigo, a experiência como um cronista singular. Sua atípica prática no gênero, para além de escritas sobre obras cinematográficas, proporcionou a elaboração de somente duas obras, reunindo publicações dos jornais e revistas: “Para viver um grande amor” (1962) e “Para uma menina com uma flor” (1966).

Esta última obra trata de uma antologia composta por 54 crônicas e um poema, a qual é fragmentada por duas partes, as quais dividem os textos a partir do período de sua produção e também por onde anteriormente e individualmente foram publicadas, em revistas e jornais como Sombra, O Jornal, Diário Carioca, Última hora, Flan, Manchete e A Vanguarda durante os anos 40.

Após serem selecionadas para compor a obra e a anteceder a publicação em 1966 pela Editora do Autor, todas as crônicas, datilografadas, foram submetidas a um processo de reanálise e revisão por Vinicius de Moraes que, por sua vez, produziu emendas e intervenções manuscritas, que evidentemente constitui-se de um testemunho de correção, da expressão e expectativa sobre sua própria produção, antes de ser publicada – sendo, portanto, o primeiro testemunho do cotejo.

Este material foi disponibilizado de forma *on-line* pelo Acervo Digital Vinicius de Moraes, em maio de 2021 e disposto à comparação com as últimas edições de cada editora pelas quais o livro foi publicado,

ambas após a morte do autor: da editora Livraria José Olympio, que comprou a editora Sabiá, originada de uma fragmentação da Editora do Autor, que produziu até a 12ª edição, de 1981 – um ano após a morte do autor – e da Companhia das Letras, que produziu a última edição, 5ª reimpressão, em 2009. Dentre as 54 crônicas, oito foram antepostas como objeto de observação, sendo elas: “Inocência” (1941), “Depois da guerra” (1944), “Meninas sozinhas perdidas no mundo e dentro de si” (1944), “Sentido da primavera” (1944), “Conto carioca” (1945), “Para uma menina com uma flor”, “Minha terra tem palmeiras...” e “Suave amiga” (1964).

### **3. Aparato genético**

Conforme o exposto, o trabalho crítico genético, justificado na pretensão de se aproximar, por diferentes ângulos, o processo responsável pela geração de uma obra de arte (Cf. SALLES, 2008 p. 26), reintegra os documentos preservados em seu fluxo de vida, ou melhor, a devolver à vida a documentação, na medida em que essa sai dos arquivos ou das gavetas e retorna à vida como um processo: um pensamento em evolução, ideias crescendo em formas que vão se aperfeiçoando, um artista em ação uma criação em processo (Cf. SALLES, 2008, p. 28).

Com a obtenção da tradição a qual descreve o contexto de publicação da obra, através do ato comparativo e evolutivo entre as duas últimas edições, foram auferidos os fatores heterogêneos e catalogados. O datiloscrito comportou-se como o ponto inicial de análise, como o estado mais primitivo da obra e, portanto, a propor a consideração das emendas de Vinicius como a origem das variantes. Delas, a divergência entre as duas edições póstumas, respectivamente, pela editora Livraria José Olympio e Companhia das Letras. Deste modo, cada variante foi atribuída à edição remanescente, em qual foi identificada.

Entre as formas de variação encontradas, as de natureza substancial funcionam como um registro do distanciamento do texto perante ideia original do autor, ou do primeiro testemunho, em fatores semânticos. Por esta razão, nota-se, entre tais, dois principais fatores os quais envolvem o processo desta obra em específico: a substituição de elementos textuais, os quais podem ter sido resultado de erros de datilografia ou por mudança executada pelos editores do texto.

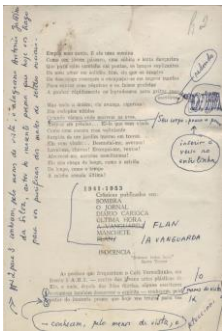
De modo a aplicar a conceituação de Castro (2001), a qual proporciona melhor e mais adequada análise de tais parâmetros, as variações



substanciais foram extraídas e dispostas em um aparato genético, o qual descreve, dando enfoque aos lugares críticos comuns entre as edições, a evolução destas variantes, a estabelecer o processo realizado até chegar à última edição.

LEGENDA DO APARATO GENÉTICO	
Datiloscrito	DS
Emendas manuscritas	EM
12ª Edição (1981), Editora José Olympio	A
19ª Edição, 5ª reimpressão (2009) Editora Companhia das Letras	B

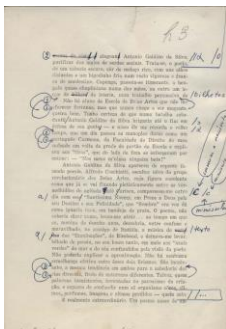
### 3.1. Inocência



4-5 DS conhecem, pelo autor do inocente poema que hoje vos trago

EM conhecem, pelo [→menos de vista [↓conhecem, pelo menos de vista, o [←conhecem, pelo menos de vista, o alagoano Antonio Galdino da Silva]].

AB conhecem, pelo menos de vista, o alagoano Antonio Galdino da Silva.



11-12 DS leque de bilhete de loteria

EM leque de <bilhete> [→bilhetes] de loteria

AB leque de bilhetes de loteria

27 DS Café Carioca

EM <†>afé <C>arioca [→/C [↑conservar a maiúscula]/c [↑minúscula]]]

A Café carioca

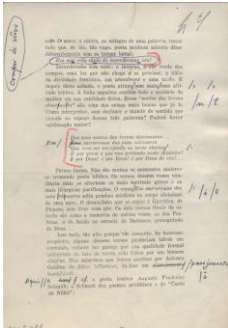
B Café carioca

33 DS a música do verso

EM a música do <verso> [→texto]

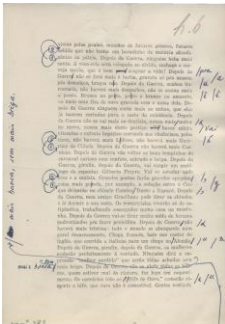
AB a música do texto

# Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos



- 55 DS são uma das coisas mais loucas que já li
- AB são uma das coisas mais doidas que já li
- B 79 DS dá lhes um planeamento
- EM dá lhes um <planeamento> [→panejamento]
- AB dá lhes um panejamento

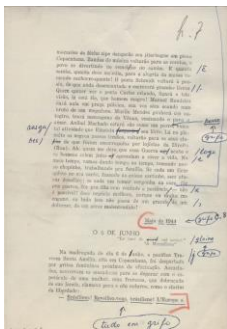
## 3.2. Depois da guerra



- 44 DS que convida o italiano para um chope no Alemão.
- EM que convida o italiano para um chope no Alemão [→ “/”]
- A que convida o italiano para um chope no “Alemão”.
- B que convida o italiano para um chope no Alemão.

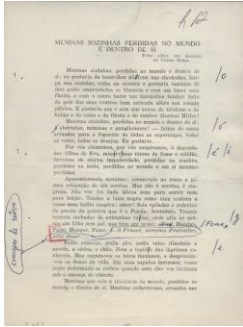
47-48 DS que serão todas achadas sem mais briga.

- EM que serão todas achadas sem [←sem mais banca,] mais briga.
- AB que serão todas achadas sem mais banca, sem mais briga.



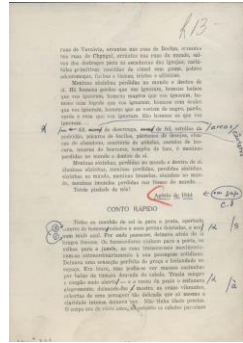
- 65 DS tal atividade que Einstein rasgará seu livro.
- EM tal atividade que Einstein <rasgará> [←rasga] seu livro.
- AB tal atividade que Einstein rasga seu livro.

3.3. Meninas sozinhas perdidas no mundo e dentro de si



35 DSA Meninas que sois a inocência do mundo, perdidas no mundo e dentro de si.

B Meninas que sois a inocência do mundo, perdidas no mundo e dentro de vós.



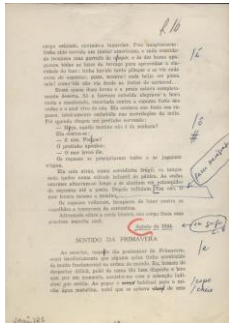
47 DS Ah, arcos de descrença, casas de fel

EM Ah, <arcos> [→arcas] de descrença, <casas> [→cântaros] de fel

50 DS cemitério de anhelos, castelos de loucura

AB cemitério de anelos, castelos de loucura

3.4. Sentido da primavera



6 DS Ao pegar o corpo habitual

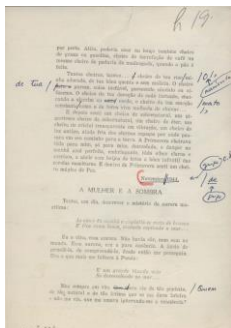
EM Ao pegar o <corpo> [→copo] habitual

AB Ao pegar o copo habitual

7 DS notei que se achava cheia de uma

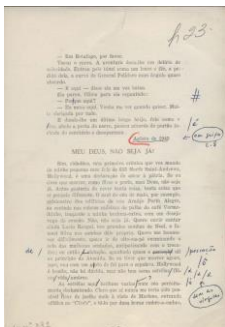
EM notei que se achava <cheia> [→cheio] de uma

AB notei que se achava cheio de uma



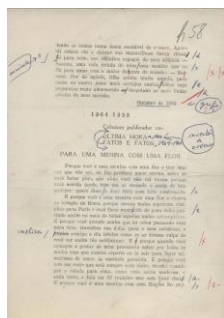
100 DS em seu caminho para a terra.  
 AB em seu caminho para a Terra.

**3.5. Conto carioca**

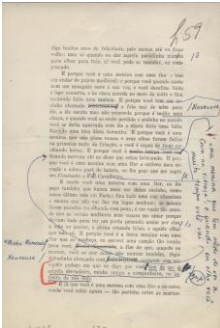


63 DS – Porque aqui?  
 EM – Por<que> [→#] aqui?  
 AB – Por que aqui?

**3.6. Para uma menina com uma flor**



10 DS E o porque quando você  
 EM E <o> [→X] porque quando você  
 AB E porque quando você



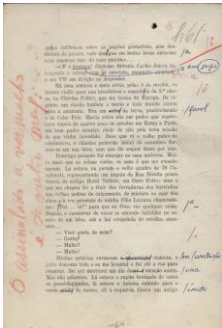
37-38-39 DS E porque você é muito tempo você vai

EM E porque você é <muito tempo você vai> [→ uma menina que tem medo de ver a Cara-na-vidraça, e quando eu olho você muito tempo você vai]

A E porque você é uma menina que tem medo de ver a Cara-na-vidraça, e quando eu olho você muito tempo você vai

B E porque você é uma menina que tem medo de ver a cara na vidraça, e quando eu olho você muito tempo você vai

3.7. Minha terra tem palmeiras...



29 DS Era um calor de terra, possivelmente

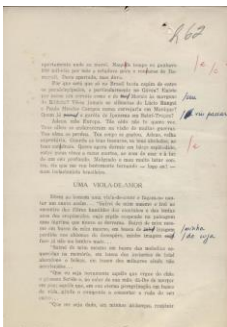
EM Era um <calor> [→farol] de terra, possivelmente

AB Era um farol de terra, possivelmente

57 DS verde unido do morro,

EM verde <unido> [→úmido] do morro,

AB verde úmido do morro



66 DS Quem já passar a garôta de Ipanema

EM Quem já <passar> [→viu passar] a garôta de Ipanema

AB Quem já viu passar a garota de Ipanema

3.8. Suave Amiga



22-23 DS *núvem, pólen lunar habitados por imensos olhos*

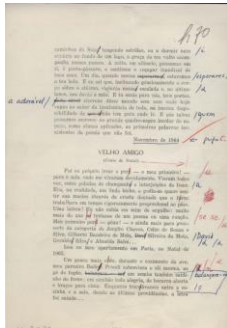
EM *núvem, pólen lunar* <[->; *bruma, nuvem, pólen lunar]* habitados por imensos olhos

AB *nuvem, [feita] pólen lunar: bruma, nuvem, pólen lunar habitados por imensos olhos*

28 DS *mas não verde-que-te- quero-verde:*

EM *mas não <verde>[->verde-que-] te- quero-verde*

AB *mas não verde-que-te- quero-verde*



48 DS *Um dia, quando menos esperarmos*

EM *Um dia, quando menos <esperarmos> [->esperares]*

AB *Um dia, quando menos esperares*

4. Considerações finais

O compêndio demonstrativo entre os potenciais índices de contextos que expressam as idealizações de Vinicius sobre a publicação de suas crônicas como livro, efetuadas no datiloscrito, em comparação às edições póstumas, permite notar a forma como a substituição de elementos textuais – resultado de possíveis erros de datilografia ou por mudanças realizadas por editores do texto ao longo de sua tradição – é capaz de remontar distintamente a atmosfera do conceber artístico original do autor.

A construção do aparato genético e a execução de demais procedimentos, que visam a desmistificação do processo de transformação das obras literárias e de outros materiais que podem convir como um objeto de pesquisa neste campo, proporcionam o detalhar das mudanças e suas

novas adaptações que em muito são essenciais de serem apontadas e avaliadas, de modo a preferencialmente conservar o seu estado primitivo, que possuem grande valor cultural, linguístico e artístico a ser explorado.

Além disso, a tarefa atribuída aos estudiosos da área, de tornar esses materiais mais acessíveis, é de evidente importância, visto que a transmissão da obra e de sua história de produção através de novos suportes – como no caso do datiloscrito da obra “Para uma menina com uma flor”, que ineditamente foi digitalizado e disponibilizado pelo Acervo Digital de Vinicius de Moraes em maio de 2021 –, possibilitam a restauração da obra em seu estado mais próximo da idealização do autor, a instigar a possibilidade de novas descobertas e futuras pesquisas.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à Crítica Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 18

CASTRO, Ivo. Filologia. In: *Biblos: enciclopédia verbo das literaturas de língua portuguesa*. Verbo, 1997. p. 602-10

\_\_\_\_\_. Metodologia do aparato genético. In: \_\_\_\_\_. *Memória dos Afetos (Homenagem a Giuseppe Tavani)*. Lisboa: Colibri, 2001. p. 69-81

MORAES, Vinicius de. *Para uma menina com uma flor*. (Datiloscrito: [http://acervo.viniciusdemoraes.com.br/acervo/2062/para-uma-menina-com-uma-lor?busca=para+uma+menina+com+uma+flor&titulo=&autor=&local=&obra=&registro=&resumo=&ano\\_de=&ano\\_ate=&page=2](http://acervo.viniciusdemoraes.com.br/acervo/2062/para-uma-menina-com-uma-lor?busca=para+uma+menina+com+uma+flor&titulo=&autor=&local=&obra=&registro=&resumo=&ano_de=&ano_ate=&page=2))

DE BIASI, Pierre-Marc. *A genética dos textos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. (Coleção Delfos)

\_\_\_\_\_. *Para uma menina com uma flor*. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

\_\_\_\_\_. *Para uma menina com uma flor*. 5. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SALLES, Cecilia Almeida. *Crítica Genética: uma (nova) introdução*. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2008.

SPINA, Segismundo. *Introdução à ecdótica: crítica textual*. São Paulo: Edusp, 1994.

**PRESENÇA DA NARRATIVA INDÍGENA  
NA ESTRUTURAÇÃO DE GAMES ELETRÔNICOS**

*Luama Socio* (UNITINS)

[luamasocio@gmail.com](mailto:luamasocio@gmail.com)

*Amanda Mendes Pereira* (UNITINS)

[amandaleal013@gmail.com](mailto:amandaleal013@gmail.com)

**RESUMO**

Este trabalho investiga a presença de elementos narrativos dos povos originários em *games* eletrônicos brasileiros, com foco na análise do jogo Huni Kuin-Os caminhos da Jiboia, produzido por membros do povo indígena kaxinawá, do Acre, apontando para a convergência entre a universalidade estrutural das narrativas tradicionais e os novos suportes narrativos interativos e cibernéticos configurados pelos *games* disponibilizados pela *internet*. A investigação é realizada no contexto do grupo de pesquisa em “Poéticas discursivas em textos de autores representativos dos povos originários brasileiros” do curso de Letras da Universidade Estadual do Tocantins – Unitins. A metodologia é exploratória bibliográfica e o embasamento teórico inclui pensadores da cultura brasileira e indígena e também da teoria literária e da *cibercultura*, dentre os quais, Ailton Krenak, Vladimir Propp e Pierre Lévy. Constatamos que o modo da oralidade subjacente a várias histórias indígenas disponíveis no ambiente da *cibercultura* remete às estruturas e funcionalidades das narrativas universais, aproximando essas histórias do conceito do maravilhoso e também das estratégias funcionais das narrativas tradicionais, e que essas estratégias são aproveitadas na estruturação dos pontos-chave interacionais dos *games* eletrônicos de temática indígena disponibilizados pela *internet*.

**Palavras-chave:**

Estruturalismo. Games indígenas. Narrativas indígenas.

**ABSTRACT**

This work investigates the presence of narrative elements from original peoples in Brazilian electronic games, focusing on the analysis of the game Huni Kuin-Os Caminhos da Jiboia, produced by members of the Kaxinawá indigenous people, from Acre, pointing to the convergence between structural universality of traditional narratives and the new interactive and cybernetic narrative supports configured by games made available on the *internet*. The investigation is carried out in the context of the research group on “Discursive poetics in texts by authors representing indigenous Brazilian peoples” of the Literature course at the Universidade Estadual do Tocantins – Unitins. The methodology is bibliographical exploratory and the theoretical basis includes thinkers from Brazilian and indigenous culture and also from literary theory and cyberculture, including Ailton Krenak, Vladimir Propp and Pierre Lévy. We found that the mode of orality underlying several indigenous stories available in the cyberculture environment refers to the structures and functionalities of universal narratives, bringing these stories closer to the concept of the marvelous and also to the functional strategies of traditional narratives, and that these strategies are used in



**structuring the Interactional key points of indigenous-themed electronic games available on the internet.**

**Keywords:**

**Structuralism. Indigenous games. Indigenous narratives.**

## **1. Introdução**

Desde o advento e implantação cultural em nível mundializado da *internet*, os povos indígenas passaram a se mobilizar para a utilização das novas ferramentas tecnológicas de comunicação. Dentre vários aspectos da necessidade dessa utilização destaca-se o fato de que a apropriação da *internet*, sob todas as suas formas, está ligada à ideia de protagonismo.

Segundo Pierre Lévy (1998), com a *internet*, a humanidade vive a potencialidade de exercer diretamente a autoria de suas próprias histórias e também de ler a história dos outros sem a mediação das instituições curatoriais anteriormente plenamente vigentes, tais como editoras, universidades, museus, etc.

A partir de pressupostos teóricos estruturados na observação das relações entre literatura, arte e mídia, as quais configuram a linha do grupo em que estamos inseridos na Universidade Estadual do Tocantins, pretende-se, neste artigo, apontar para elementos de abertura de artistas e representantes indígenas à utilização de ferramentas e inserção de seus valores na rede de trânsito comunicativo específico dos modos da era da *cibercultura* com vistas à veiculação de mensagens oriundas especificamente da mentalidade dos povos originários.

O que aprendi ao longo dessas décadas é que todos precisam despertar, porque, se durante um tempo éramos nós, os povos indígenas, que estávamos ameaçados de ruptura ou da extinção dos sentidos das nossas vidas, hoje estamos todos diante da iminência de a Terra não suportar a nossa demanda. (KRENAK, 2018, p. 30)

Percebemos, então, que os povos indígenas, com suas poéticas, artes e discursos têm realizado uma contribuição orientada pelo desejo de fomentar o sentido de urgência para com a necessidade da preservação da natureza através da comunicação. Essa contribuição dissemina-se hoje pelas redes, incluindo os jogos eletrônicos.

Selecionamos, portanto, narrativas indígenas que se apresentam em forma de *game*, veiculadas em suportes característicos da comunicação digital com o objetivo específico de realizar leitura e análise de aspectos temáticos e formais de tais narrativas. Trata-se aqui do jogo ele-

trônico Huni Kuin-Os caminhos da Jiboia, produzido por membros do povo indígena kaxinawá, do Acre.

Nossa análise das temáticas indígenas é embasada pelos pensamentos teóricos de Ailton Krenak e nossas análises formais seguem o método da teoria literária, especialmente os ensinamentos de Antônio Cândido quanto à relação das estruturas formais narrativas, seus símbolos e sua relação com a dimensão histórico-social em associação com a teoria estrutural da narrativa de Vladimir Propp.

Ao longo de nossos estudos passamos a perceber que os valores de preservação da vida e da natureza, nitidamente associados à visão de mundo indígena, expressos em suas obras poéticas e discursivas por meio de estruturas formais desafiadoras dos gêneros canônicos, devem agora ser vistos como algo longe do rótulo de “primitivos” pela sociedade contemporânea, pois combinam a mais avançada tecnologia em sua divulgação, com os valores mais fundamentais, ou “tradicionais”, considerados próprios à sobrevivência ameaçada da humanidade no planeta.

## **2. A teoria funcional da narrativa e a estruturação de games**

Para a análise do jogo eletrônico Huni Kuin-Os caminhos da Jiboia, partimos do ponto de vista de que os jogos eletrônicos ou *games* são estruturados pelas tecnologias digitais em parâmetros estéticos anteriores à própria função de jogo, tais como figuras, desenhos, grafismos, animações, efeitos (sonoro/visuais), em conjunto com as regras, as quais configuram o jogo propriamente dito, colocadas ao jogador, ou seja, em suas interfaces, como explica Cristiano Natal Tonéis (2012):

Podemos assim compreender que uma interface inteligente é uma interface planejada segundo critérios de *design* e jogabilidade, citemos: apresentar-se prazerosa para o jogador; ser amigável, de fácil utilização (intuitiva); esteticamente agradáveis e também divertidas. Uma interface inteligente pode contribuir para experiências estéticas no interior do *game* (Tonéis 2010) ao passo que colaborem no processo de aprendizagem do jogo, do novo universo a ser descoberto, ou seja, para momentos de apreciação e construção de conhecimentos oferecidos neste universo alternativo – metaverso. (TONÉIS, 2012, p. 158)

Ressalta-se que o jogo é disposto ao jogador na forma de um universo narrativo, em que ele, ao adentrar nesse universo, assume o papel de personagem e interage nessa esfera, participando do enredo de forma ativa. Nesse sentido o jogo, como tal, é composto de uma estrutura narra-

tiva em que se encontram todos os elementos funcionais comuns a todas as narrativas, os quais vão sendo atualizados enquanto se joga.

Portanto, utilizamos ferramentas da teoria literária para a análise dessa narrativa. Nesse ponto lançamos mão das noções colocadas pela teoria da narrativa das funções morfológicas propostas por Vladimir Propp (1984, p. 27), em que se analisa os “elementos constantes (...), permanentes, os quais são as funções das personagens (...), o número de funções (...), a sequência das funções”, entre outros aspectos.

Ao mesmo tempo observamos que a transposição das narrativas orais para o *game*, mobiliza em seu *design* e em seus temas a conexão entre os aspectos formais (de gênero), temáticos, sociais e históricos das histórias advindas das formas orais das culturas originárias (no caso, aqui a Huni-kuin), tais como a presença de figuras relacionadas ao respeito à natureza e à presença dos mundos animal e vegetal em conexão com a valorização da vida em meio à natureza, o que fica patente no cenário da floresta, nas vestimentas das personagens, no tipo de personagens, que se constituem de animais em meio aos humanos, assim como os objetos todos utilizados pelas personagens remetem às culturas indígenas.

Observamos, ao longo de nossa pesquisa, que os povos originários, agora na época da *cibercultura*, não hesitam em se apoderar de todas as formas possíveis de comunicação para espalharem sua poética e sua política pelo mundo, através da *internet*.

Silenciados, negados e anulados historicamente, vemos, como uma atitude cada vez mais consolidada no meio indígena, lideranças e intelectuais indígenas apropriarem-se direta e fortemente da literatura, do livro, da *internet*, isto é, dos meios de comunicação que circundam a academia e o jornal para se expressarem e denunciarem a violência física e simbólica a que são submetidos, tensionando esse espaço de produção de discurso com suas vozes, literaturas, performances, artes plásticas, e, com isso mostrando, por meio de suas expressões, que reivindicam o presente, o passado e o futuro. (DORRICO, 2017, p. 115)

Pelo fato de a *internet* oferecer possibilidades multimidiáticas, ou seja, audiovisuais, além da escrita, as performances indígenas na forma da oralidade, antes restritas ao nível da presença física, agora são disponibilizadas em plataformas digitais. Esse fenômeno corrobora o pensamento de Pierre Lévy quanto à nova emergência do valor da oralidade com o advento da *cibercultura*:

Antes de condenar os videogames, os humanistas, os pedagogos, os criadores, os autores, deveriam valer-se desta nova escritura e produzir com ela obras dignas desse nome, inventar novas formas de saber e exploração

que lhes correspondam, dar-lhes seus títulos de nobreza. Nada seria pior do que uma situação em que as pessoas de cultura se crispasssem sobre o território do texto alfabético, enquanto a linguagem do futuro seria deixada aos técnicos e comerciantes. [...] Por uma espécie de retorno em espiral à oralidade das origens, o saber poderia ser de novo tomado pelas coletividades humanas vivas antes que por suportes separados. (LÉVY, 1998, [n/p])

Nossa pesquisa aponta para o fato de que os suportes da *cibercultura* no formato audiovisual e interativo, a despeito da atualidade de sua tecnologia e pós-modernidade, abriga, no contexto discursivo indígena, histórias tradicionais, ou seja, poéticas indígenas advindas das narrativas orais ancestrais, numa espécie de mensagem de união entre passado, presente e futuro. Sobre a ideia de vínculo entre literatura oral e passado lemos em Câmara Cascudo:

Outrora os chefes indígenas reuniam-se, ao redor das chamas, para discutir a vida da tribo, marcha dos dias, mudança das malocas, situação dos plantios, proximidade das piracemas. Era também a hora em que os moços, os curumiaçu, tomavam conhecimento das tradições guerreiras, das ocorrências seculares, dos segredos orais que orgulham a memória de narradores e auditório, ligados pela continuidade do idioma e do sangue. (CASCUDO, 2012, p. 81)

Através da persistência da oralidade subjacente às produções literárias indígenas é possível observar a afirmação de identidade e memória social pela permanência e reiteração de imagens criadas a partir de uma realidade vivida e ao mesmo tempo constante nas obras poéticas desses povos. Essas histórias são exemplos, por um lado, de um pensamento que desafia a abstração típica da mentalidade do colonizador, mas que, por outro lado, dialoga com estruturas narrativas universais, aproximando essas histórias do conceito do maravilhoso dos contos de fada tradicionais (TODOROV) e também das estratégias funcionais das narrativas universais (PROPP).

Vladimir Propp foi o primeiro a estudar a estrutura narrativa, sendo que seu trabalho é considerado pioneiro para outros estudos na área. Em 1928, na Rússia, Propp lança o livro “Morfologia do Conto” [...]. O trabalho de Propp se concentra no estudo de uma centena de contos russos de uma coletânea, sendo que ao final do estudo das partes constitutivas de cada conto desse *corpus* o autor conseguiu esboçar um modelo geral de descrição e de funcionamento que permitiu classificar os contos, não segundo seus assuntos, mas sim segundo as suas estruturas, para Propp, o mais importante estava nas regras estruturais que regem uma narrativa e não seus elementos. Em outras palavras, se trata de uma descrição dos contos segundo suas partes constitutivas e as relações dessas partes entre elas e com o todo. Propp define trinta e uma funções, chegando à conclusão de que todos os contos são iguais, isso se tratando de sua estrutura. O autor

ainda diz que “da mesma forma que se utiliza um metro para determinar o comprimento de um tecido, pode-se utilizar este esquema para definir os contos”. (MAIOLI; MONTEIRO, [s/d], p. 2)

Refletindo sobre a estrutura universal das narrativas tradicionais descritas por Propp é possível inferir a adequação das histórias indígenas como propícias à base temática dos *games* interativos disponibilizados pela *cibercultura* à medida que fornecem histórias estruturadas sobre as funções narrativas discernidas por Propp, as quais configuram os pontos de interatividade dos jogos.

[...] os primeiros jogos digitais surgiram em princípio nas décadas de 1950 e 1960 em bases militares, laboratórios e departamentos de pesquisa e tecnologia. Seu desígnio inicial não era o de entretenimento [...]. Inicialmente, a linguagem utilizada para os jogos digitais era simples, semelhante aos jogos de tabuleiro, posteriormente com o avanço da tecnologia em busca de soluções estético-formais que resolvessem pontos como imersão e expressividade narrativa, os jogos adquiriram linguagem análoga a do cinema, chegando atualmente ao fotorrealismo gráfico. [...] Os jogos digitais hoje dialogam com linguagens pictóricas, figurativas, mecanismos de interação e narrativas, portanto são multimidiáticos. (FAQUIN; VIEIRA, 2016, p. 4)

Assim, ao mesmo tempo que as narrativas indígenas transformadas em *games* dão suporte à jogabilidade porque são estruturadas sobre a universalidade funcional, também veiculam as imagens específicas dos valores dos povos originários, as quais são importantes na militância pela conscientização da luta por direitos e na contribuição dos povos originários para o mundo globalizado contemporâneo.

Do ponto de vista estrutural, as funções das personagens que representam as partes fundamentais do conto tradicional, ocorrem em campos de ação que se dividem a partir de possibilidades binárias que são “contadas” pelo narrador tradicional consistindo no enredo das histórias. Porém esse mesmo binarismo constitui, no *game*, justamente o elemento programado da jogabilidade em que o narrador é substituído pelo jogador. Do ponto de vista específico da natureza da oralidade como aspecto estilístico de base das histórias dos povos tradicionais é possível e desejável ultrapassar a “rigidez” do binarismo estruturalista ao analisarmos as narrativas das culturas orais à medida que tais narrativas, embora apresentem padrões, devem muitas vezes sua complexidade justamente a tudo o que fica de fora do padrão, pois são atualizadas no momento da oralidade. No entanto, assim que passadas para o estatuto do registro escrito ou para a programação do jogo, é notável como a abordagem estruturalista se adequa aos modos do próprio funcionamento da interatividade digital, a qual se caracteriza por basear-se inteiramente no binarismo dos al-

goritmos que programam a jogabilidade. Sobre a insuficiência da análise estruturalista na abordagem especificamente do fenômeno da literatura oral, Walter Ong faz uma crítica que, não obstante esteja impregnada por um tom negativo, ao mesmo tempo inclui a ideia de aproximação do binarismo estrutural à realidade atual da *cibercultura*:

[...] a análise estruturalista, que muitas vezes é acusada de ser patentemente abstrata e tendenciosa - todas as estruturas discernidas revelam-se binárias (vivemos na era do computador), e o binarismo é obtido pela omissão de outros elementos, muitas vezes cruciais, que não se adaptam ao padrão binário. Além disso, as estruturas binárias, por interessantes que sejam os padrões abstratos formados por elas, não parecem explicar a pressão psicológica de uma narrativa - não conseguem, assim, explicar por que uma história é uma história. Estudos sobre a oralidade, como esses, revelaram que a narrativa oral nem sempre é composta de forma a admitir uma análise binária estruturalista pronta, ou mesmo a análise temática rígida que Propp (1968) aplica aos contos populares. A estrutura da narrativa oral de vez em quando malogra, embora esse fato não cause embaraços a um bom narrador, treinado em técnicas de digressão e de *flash-back*. O "fio" narrativo direto, como evidenciou Peabody 0975, pp. 179, 235), é muito menos funcional na apresentação oral primária do que na composição escrita (ou na apresentação oral por pessoas influenciadas pela composição escrita). (ONG, 1988, p. 184)

Aparentemente cuidadosos com essa questão do perigo reducionista na adequação das histórias da oralidade ao suporte digital dos *games*, os desenvolvedores do jogo eletrônico Huni Kuin-Os caminhos da Jiboia, disponibilizam em um *site* todo o processo de construção do jogo, incluindo os vídeos com a contação de histórias (que foram a base do jogo) pelos contadores da comunidade Kaxinawá, num esforço de produção documental concomitante à produção de um objeto específico do contexto da *cibercultura*, qual seja, o próprio *site*. Nesse sentido, a produção do *game* originou vários outros produtos culturais de natureza multimidiática, os quais podem ser acessados facilmente pela *internet*.

### **3. Huni Kuin-Os caminhos da Jiboia**

Estratégias narrativas tradicionais (funções) podem ser nitidamente detectadas no jogo eletrônico Huni Kuin-Os caminhos da Jiboia, produzido por membros do povo indígena kaxinawá. Nesse tópico, nossas análises mostram como a própria configuração das narrativas tradicionais estruturam modos discursivos específicos da *cibercultura*, como é o caso dos jogos eletrônicos.

Os desenvolvedores do *game* Huni Kuin-Os caminhos da Jiboia explicam que o trabalho:

[...] foi desenvolvido a fim de abordar a cultura do povo indígena Kaxinawá (ou Huni Kuin, como os próprios se denominam), a fim de possibilitar uma experiência de intercâmbio de conhecimentos e memórias indígenas por meio da linguagem dos *videogames*. Sua proposta é propiciar uma imersão no universo *huni kuin*, em que os jogadores possam entrar em contato com saberes indígenas – como os cantos, grafismos, histórias, mitos e rituais deste povo – possibilitando uma circulação destes conhecimentos por uma rede mais ampla. Neste sentido, a produção do jogo foi concebida como uma criação coletiva da equipe de pesquisadores, da equipe técnica e dos narradores, desenhistas e cantadores indígenas, que buscaram um esforço permanente de tradução entre culturas, mídias e formatos. (HUNI KUIN, [s/d])

Ao acessarmos o *site* em que o jogo é disponibilizado para *download* gratuito, deparamo-nos efetivamente com todo o processo de coleta, pelos desenvolvedores, das histórias que dão base para a narrativa interativa do jogo em si através dos traços mencionados acima (cantos, grafismos, histórias, mitos e rituais), compondo desde a caracterização visual e linguística das personagens, até o enredo estruturante dos passos do jogo. As ações estruturantes do *game* baseiam-se na seguinte narrativa, a qual, na verdade é a condensação de várias narrativas ancestrais:

Um casal de gêmeos kaxinawá foram concebidos pela jiboia *Yube* em sonhos e herdaram seus poderes especiais. Um jovem caçador e uma pequena artesã, ao longo do jogo, passarão por uma série de desafios para se tornarem, respectivamente, um curandeiro (*mukaya*) e uma mestra dos desenhos (*kene*). Nesta jornada, eles adquirirão habilidades e conhecimentos de seus ancestrais, dos animais, das plantas e dos espíritos; entrarão em comunicação com os seres visíveis e invisíveis da floresta (*yuxin*), para se tornarem, enfim, seres humanos verdadeiros (*Huni Kuin*). (HUNI KUIN, [s./d.])

O jogo é organizado em fases, as quais são protagonizadas por personagens diferentes em cada uma delas. A primeira fase é protagonizada pela personagem *Yube Nawa Aïbu*, um dos heróis da história, que tem como tarefa aprender a acionar o poder especial do cipó, o *nixi pae*. Levando em consideração a síntese narrativa dessa fase e, posteriormente, a contextura do jogo como um todo, é possível observar como sua estruturação, em cada uma das fases, se dá nos termos funcionais morfológicos ensinados pela teoria de Vladimir Propp (1984) sobre o conto maravilhoso:

O conto maravilhoso, habitualmente, começa com certa situação inicial. Enumera-se os membros de uma família ou o futuro herói [...] é apresentado simplesmente pela menção do seu nome ou indicação de sua situa-

ção. [...] Definimos este elemento como “situação inicial” [...]. Após a situação inicial vem as seguintes funções. (PROPP, 1984, p. 31)

Destarte, é possível observar como a fase inicial, caracterizada pelo *afastamento* do herói, é caracterizada, na narrativa do jogo, pelo encontro do herói com uma personagem que lhe diz que, “para se tornar uma pessoa verdadeira” é necessário adquirir os “conhecimentos do Yuxibu”. E é assim que Yube Nawa Aibu afasta-se da estabilidade subentendida como anterior à história, a qual caracteriza o contexto dessa primeira fase, e inicia seu percurso nos moldes mencionados por Propp (1984, p. 32): “As formas habituais de afastamento são: para o trabalho, para a mata, para dedicar-se ao comércio, para a guerra”.

A partir daí, Yube Nawa Aibu, herói do jogo e da história, que investirá o jogador do *game* das funções de seu percurso, terá que saltar obstáculos, lutar com animais, aproveitar oportunidades, todas pequenas ações de transposição de obstáculos específicas do formato de jogo eletrônico, as quais são genericamente classificadas como critérios de “jogabilidade” ou *gameplay*:

Sid Méier uma vez definiu *gameplay* como “uma série de opções interessantes”, (...) Para outros autores, *gameplay* é “uma ou mais séries de desafios” em uma relação causal, num ambiente de simulação. (PRADO; VANUCHI, 2009, p. 133)

Observa-se que frequentemente o jogo se caracteriza pelo preenchimento, através da “jogabilidade”, do intervalo entre uma primeira e uma segunda função (Propp). Do ponto de vista estritamente funcional narrativo, de acordo com Propp, a segunda função relaciona-se com uma “proibição” que, numa terceira função, é “transgredida”. Ao jogar o Huni Kuin são perfeitamente discerníveis tais funções assim que Yube Nawa Aibu encontra a grande cobra que lhe diz que ele “não deve fugir do meu mundo e roubar o meu conhecimento”; ou seja, a partir da segunda função segue-se outro nível de jogabilidade constituído efetivamente pelo *gameplay* embasado na transgressão de tal proibição, com Yube Nawa Aibu agora tendo que continuar seu caminho cheio de obstáculos, perseguido pela cobra.

Dessa forma podemos perceber como as narrativas ancestrais estruturam os formatos de narrativas típicas da *cibercultura*, como o *game* abordado nessa análise.



#### 4. Considerações finais

Com o advento da *internet* e das mídias digitais foram surgindo novas formas da cultura manifestar-se no mundo e essas mídias passaram a ser o espaço da diversidade e do diálogo político. Isso proporcionou aos indígenas comunicarem suas criações poéticas em conexão com a condição humana universal, isto é, trazendo à tona estruturas e temas de extrema necessidade como preservação da natureza e respeito à diversidade da vida através dos *games* entre outros formatos disponíveis.

Esta pesquisa consistiu num caminho de produção de reflexões e análises sobre esses discursos manifestados das mais diversas formas, em específico sobre a intersecção entre histórias tradicionais e estruturação de *games*.

Acreditamos que o nosso papel de acadêmicos da área das Letras se faz nessa contribuição de fomentar discussões sobre temas urgentes e contemporâneos, tais como as novas formas em que a Literatura aparece.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: \_\_\_\_\_. *Vários escritos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2004.

CASCUDO, Câmara. *Literatura oral no Brasil*. São Paulo: Global. 2012.

DORRICO, Julie. A literatura indígena brasileira e as novas tecnologias da Memória: da tradição oral à escrita formal e à utilização de mídias digitais. *Littera On-line*. p. 113-39, n. 14, 2017. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/littera/article/view/8119>

FAQUIN, César Biégas, VIEIRA, Cíntia Marques. Apontamentos Sobre as Narrativas Aplicadas em Jogos Digitais. Universidade Tuiuti Do Paraná – UTP Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens; Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. In: XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, São Paulo-SP, 05 a 09/09/2016. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-0529-1.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2023.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEVY, Pierre. *Nós Somos o Texto*. 1998. Disponível em: <http://caosmo>

se.net/pierrelevy/nossomos.html. Acesso em: 10, outubro 2023.

MAIOLI, Melina Altavini, MONTEIRO, Suelen Santos. *Estudando o texto narrativo através das teorias de Propp, Bremond e Larivaille: um trabalho com 1ª e 2ª séries para a construção de textos mais coerentes*. Disponível em: [https://alb.org.br/arquivo-morto/edições\\_anteriores/anais\\_17/txtcompletos/sem13/COLE\\_1426.pdf](https://alb.org.br/arquivo-morto/edições_anteriores/anais_17/txtcompletos/sem13/COLE_1426.pdf). Acesso em: 22 jun. 2023.

ONG, Walter. *Oralidade e cultura escrita: A tecnologização da palavra*. tradução Enid Abreu Dobránszky. Campinas: Papiрус, 1998.

PRADO, G; VANNUCHI, H. Discutindo o conceito de gameplay. *Revista Texto Digital*, v. 5, n. 2, p. 130-40, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 2009. Disponível em: [https://periodicos.ufsc.br/index.php/texto\\_digital/article/view/1807-9288.2009v5n2p130](https://periodicos.ufsc.br/index.php/texto_digital/article/view/1807-9288.2009v5n2p130)

PROPP, Vladimir. *Morfologia do conto maravilhoso*. Trad. de Jasna Paravitch Sarhan. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1984.

TONÉIS, Cristiano Natal. Experiência estética e a interface nos jogos digitais: a produção de um edutainment game – Lua. *Revista Tecnologia e Sociedade*, v. 8, p. 150-65, Curitiba. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/2600> Acesso em 12 mai. 2022.

Outra fonte:

HUNI KUIN. *Huni Kuin-Yube Baitana*, [s/d]. Disponível em: [http://www.game\\_hun\\_ikuin.com.br/](http://www.game_hun_ikuin.com.br/). Acesso em: 10, outubro 2023.

## I MOSTRA DE VÍDEOS APINAJÉ COMO PROPOSTA NO ENSINO SUPERIOR

*Mara Pereira da Silva* (UFNT)  
[maramusic.uft@uft.edu.br](mailto:maramusic.uft@uft.edu.br)

### RESUMO

O presente texto se coloca como um relato de experiência e tem como finalidade apresentar aspectos linguísticos, culturais, e identitários presentes na I Mostra de Vídeos Apinajé, intitulada “Conhecendo a comunidade Apinajé” que ocorreu na Aldeia São José na Escola Estadual Indígena Matyk, localizada em Tocantinópolis como proposta de atividade do Curso de Educação do Campo (LEdoC) – Artes e Música. Os procedimentos para a realização desse artigo foram leituras bibliográficas e documentais, e a pesquisa qualitativa com abordagem etnográfica. Por fim, acredita-se que essa atividade pode contribuir com outros espaços educacionais que trabalham com povos do campo e que desenvolvem a alternância pedagógica.

#### Palavras-chaves:

Apinajé. Linguagem. Educação do Campo.

### ABSTRACT

This text is placed as an experience report and aims to present linguistic, cultural, and identity aspects present at the I Apinajé Video Show, entitled “Knowing the Apinajé Community” that took place at São José village at the Matyk State School, located in Tocantinópolis as a proposal for activity of the field education course (LEDOC) – Arts and Music. The procedures for the realization of this article were bibliographic and documentary readings, and qualitative research with ethnographic approach. Finally, it is believed that this activity can contribute to other educational spaces that work with the people of the countryside and that develop the pedagogical alternation.

#### Keywords:

Apinajé. Language. Field Education.

### 1. Introdução:

A educação é uma prática social, e como prática social e um espaço produtor de linguagem, cultura e revelação de identidades. Como já nos dizia Freire (1996, p. 35) “não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio”. Cada ser humano é educado dentro do ambiente que vive trazendo conhecimentos obtidos a partir da própria experiência e que ao se expressar revela linguagem, cultura e identidades e que são fatores sociais de suas sociedades.

A linguagem é “um fenômeno que dá ao homem a condição de entender os significados do mundo e essas significações devem ser compreendidas tendo em vista a cultura de valores que cada pessoa imprime em seu agrupamento social” (SOUZA; ANTUNES, 2017, p. 1). Tudo aquilo que praticamos no nosso dia a dia são expressos por meio de alguma forma de linguagem.

A linguagem pode ser verbal e não verbal e por meio dela o ser humano pode expressar seus sentimentos, saberes, gostos, e características específicas do seu meio cultural desenvolvendo um diálogo entre pessoas de diferentes partes do mundo. Ao apresentar a importância da linguagem na vida das pessoas, Fiorin (2008, p. 29) diz que “é ela que permite a cooperação entre os seres humanos e a troca de informações e experiências”. Para o autor ela pode ser objeto de estudo de várias disciplinas, pertencendo aos diversos ramos dos saberes. A linguagem é um elo de comunicação e, se divide em dois ramos de conhecimento podendo ser verbal e oral.

A linguagem verbal está relacionada com a comunicação escrita e oral. A escrita é formada por códigos específicos de determinada língua organizados previamente. A oral tem a ver com o processo de fala em que o indivíduo se expressa de acordo com sua realidade e experiências de vida, o que a faz diferenciar de uma pessoa para outra, levando muitas vezes a julgamentos preconceituosos pois o ouvinte não leva em conta o falar peculiar de cada região.

A linguagem não verbal está relacionada com a comunicação simbólica, representada por meio de signos, imagens, sons, desenhos e figuras, tendo como característica a ausência de palavras. Linguagem é diferente de língua, sendo um conceito mais amplo.

A língua é uma das vertentes da linguagem, referindo-se a processos de comunicação por meio da oralidade a qual Souza e Antunes (2017) denominam manifestação acústico-oral, e seus estudos estão relacionados diretamente a cultura. A língua envolve aspectos sonoros e a fala. De acordo com Oliveira (2013, p. 1), “a língua de um povo faz parte da cultura e suas características definem a identidade do mesmo”. Por meio da língua temos noção de que país determinada pessoa possa pertencer. Não é possível, portanto, pensarmos a identidade desvinculada do ser humano, da sua relação com a humanidade (Cf. SILVA, 2014, p. 751). É no interior dessas relações que a identidade se constrói e se reconstrói de forma constante (Cf. CUCHE, 1999). A identidade é construída e reconstruída todos os dias por meio das interações sociais, sendo

modificada, alterada, não instável e “inconsciente” (Cf. CUCHE, 1999). Ao se relacionar com a sociedade o homem estabelece e restabelece a sua identidade, pois a mesma é mutável, sendo assim, “o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente (Cf. HALL, 2006). Entretanto, a cultura de um povo pode mostrar a identidade de uma comunidade.

A cultura de um povo no seu sentido mais amplo revela as identidades da comunidade e que de acordo com Cuche (1999) envolve processos conscientes. Assim, a identidade de uma região encontra-se marcada principalmente pelas tradições culturais em que se inclui a língua e as demais práticas culturais como música, dança, canto, artesanato, pinturas, festas, cerimônias e outras. Nas interações entre o professor e o aluno, é possível construir e reconstruir conhecimentos sem desconsiderar um em detrimento do outro, levando em consideração a experiência de cada um no processo de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, o artigo tem como finalidade apresentar aspectos lingüísticos, culturais, e identitários presentes na I Mostra de Vídeos intitulada “Conhecendo a comunidade Apinajé” que ocorreu na Aldeia São José na Escola Estadual Indígena Matyk, localizada em Tocantinópolis.

O uso do vídeo na educação oferece a oportunidade de se trabalhar com diversas linguagens. Moran (1993, p. 2) ao conceituar o vídeo afirma ser “sensorial, visual, linguagem falada, linguagem musical e escrita. Linguagens que interagem superpostas, interligadas, somadas, não separadas. Daí a sua força”. A potencialidade que existe no vídeo pode ser usada para o registro das práticas culturais dos povos indígenas como forma de resgate, documentação e difusão do conhecimento dos povos originários funcionando também como um recurso tecnológico de ensino e aprendizagem para as aulas da universidade como das escolas das aldeias e permite trabalhar por meio dele diversas linguagens.

Os vídeos apresentados na mostra retrataram especificamente dos apinajé, que são povos da família Jê e tronco lingüístico Macro-jê, e vivem ao norte do Tocantins, na região conhecida como Bico do Papagaio. Segundo Da Mata (1978) a aproximação deles com os núcleos urbanos regionais é um fator muito importante na história de vida desses indígenas pois facilitou o processo de comunicação colocando os mesmos como produtores regionais do babaçu.

Oliveira (2013) ao se referir ao tronco lingüístico Macro-jê afirma que “abrange doze famílias e tem uma peculiaridade hipotética, devido

ao seu descobrimento recente e poucas pesquisas relacionadas ao mesmo” (OLIVEIRA, 2013, p. 3). Esse fato apresentado por Oliveira (2013) nos leva a pensar sobre a importância de escrever ainda mais sobre esses povos, em que se inclui os apinajé.

Os procedimentos para a realização desse artigo foram leituras bibliográficas e documentais, e a pesquisa qualitativa com abordagem etnográfica. De acordo com Flick (2009, p. 59), ao se referir à pesquisa qualitativa, diz que tem a ver com “à produção e a análise de textos, como transcrições de entrevistas ou notas de campo e outros materiais analíticos”. Em se tratando desse trabalho, trata-se da produção e análise dos registros gráficos realizados durante o evento. A abordagem etnográfica para Severino (2007, p. 119) “visa compreender, na sua cotidianidade, os processos do dia a dia em suas diversas modalidades. (...) mergulho no microssocial, olhando com uma mente de aumento”. Nesse trabalho, o mergulho foi na I Mostra de Vídeos Apinajé. Os instrumentos para a coleta dos dados além dos registros gráficos, serão utilizados os vídeos apresentados pelos alunos que serão descritos. De acordo com Loizos (2017), ao apresentar a função do vídeo, diz estar relacionada ao registro de dados. Para o autor esse registro precisa ser feito “sempre que algum conjunto de ações humanas é complexo e difícil de ser descrito compreensivamente por um único observador, enquanto ele se desenrola” (2017, p. 149). O vídeo possibilita ser descrito por um número maior de pessoas e não somente aquela que observou. E para Loizos (2017), “(...) Qualquer ritual religioso, ou um cerimonial ao vivo pode ser candidato” a essa prática de filmagem.

Os vídeos apresentados na mostra foram resultantes da Disciplina Seminário Integrador II que é ofertada aos estudantes do Curso de Educação do Campo – Códigos e Linguagens – Artes e Música da Universidade Federal do Tocantins – UFT, em Tocantinópolis, o que proporcionou a produção de conhecimento a partir da própria realidade, garantindo uma prática educativa relacionada ao contexto dos estudantes.

Hoje, com a nova reconfiguração da universidade, o curso está na Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) que agregou os *campi* de Araguaína e Tocantinópolis, denominados atualmente de centros.

O funcionamento da atividade de construção de vídeos por meio da produção audiovisual pode ser visto no artigo “Campo em vídeo: experiências artístico-educativas na produção de audiovisuais no norte do Tocantins, elaborado pelos autores Paula e *et al.* (2017). É mister infor-

mar que um dos encaminhamentos dado aos alunos era que o referido trabalho deveria articular elementos textuais, imagéticos e sonoros, o que podemos deduzir o uso de linguagem verbal e não verbal.

Considerando a necessidade dos povos indígenas em se envolverem na sociedade, é mister se pensar em práticas educativas que considerem a realidade dos mesmos, valorizando seus protagonismos como nos diz Paulo Freire (1996) ensinar exige respeito aos saberes dos educandos e respeito a autonomia do ser do educando.

Neste sentido, o curso vem tentando manter o diálogo intercultural entre os mesmos e valorizar seus conhecimentos empíricos e desenvolver práticas interdisciplinares. Segundo Nunes e Andrade (2015), a interdisciplinariedade possibilita que a inovação e a dinâmica sejam constantes no âmbito das disciplinas e das metodologias aplicadas, ampliando assim, o processo de aprendizagem” (NUNES; ANDRADE, 2015, p. 516). O trabalho intercultural para Fleuri (2003, p. 17) “pretende contribuir para superar tanto a atitude de medo quanto a de indiferente tolerância ante o “outro”, construindo uma disponibilidade para a leitura positiva da pluralidade social e cultural”.

A perspectiva intercultural quer promover uma educação para o reconhecimento do outro, o diálogo entre os diferentes grupos socioculturais. O curso, funciona de forma regular tendo como proposta de ensino a Alternância Pedagógica que se desencadeia em duas dimensões: o Tempo Universidade (T. U.) e o Tempo Comunidade (T. U.). Falando em formação por Alternância Gimonet (2007) afirma ser o “processo que parte da experiência da vida cotidiana para ir em direção à teoria, aos saberes dos programas acadêmicos, para, em seguida, voltar à experiência, e assim sucessivamente” (GIMONET, 2007, p. 16). Então, é uma proposta que surge com a ideia de valorizar as experiências dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem considerando tanto os conhecimentos acadêmicos como os saberes de suas comunidades.

A Disciplina Seminário Integrador II é ofertada no 2º semestre do curso, juntamente com as disciplinas História da Educação do Campo, Leitura e produção de texto, História da Educação, Teoria e Percepção Musical I, Percepção visual, Sociologia da educação e Filosofia da Educação formando o Bloco - 2, de matérias.

No Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso, consta a ementa da Disciplina Seminário integrador II, que tem como foco ser um “Espaço de diálogo interdisciplinar para discussão das atividades realizadas no

bloco. Assim como preparação do instrumento de pesquisa para o tempo comunidade envolvendo todos os docentes e discentes do bloco” (PPP-UFT-Tocantinópolis, 2016, p. 53).

Então, essa disciplina funciona como um elo entre a universidade e a comunidade, assim também, entre as disciplinas do bloco, sendo que essa ligação é responsabilidade de todos os professores que ministram disciplinas no semestre. Além disso, a disciplina permite “modos de estabelecer relações entre campos, formas e processos de conhecimento que até agora eram mantidos incomunicáveis” (SANTOMÉ, 1998, p. 124). No caso da produção dos vídeos, e da organização da mostra além da autora, houve o envolvimento de outros professores do bloco e alunos do curso. O objetivo do trabalho de produzir um vídeo com duração de 1 (um) minuto foi conhecer um pouco das manifestações culturais da Comunidade dos alunos do curso, no caso dos indígenas, a cultura apinajé.

## **2. A Mostra de Vídeos Apinajé**

A partir da produção desses vídeos, pensou-se na realização da mostra com os vídeos produzidos especificamente pelos estudantes indígenas do curso para exibição em suas aldeias, como uma atividade do Tempo comunidade. É importante enfatizar que essa ideia da mostra de vídeos na aldeia foi discutida em conjunto com os alunos indígenas do curso e acompanhada por eles durante todo o processo, garantindo o protagonismo dos indígenas dentro do processo de ensino e aprendizagem.

O objetivo geral do evento foi propiciar aos alunos da LEdoC suporte para a reflexão da proposta pedagógica da Educação do Campo, considerando a integração entre o conhecimento científico multi- e interdisciplinar e o conhecimento recorrente no espaço do indígena, visando a interculturalidade.

Os objetivos específicos foram: realizar exibição dos vídeos que foram produzidos pelos alunos indígenas do Curso, durante a disciplina Seminário Integrador II; propiciar ao aluno um espaço de discussão sobre atividades realizadas e a construção de instrumento de pesquisa para o tempo comunidade; traçar estratégias acerca dos problemas ligados à educação do campo na comunidade indígena em Tocantinópolis; dialogar com os indígenas sobre os projetos de extensão que seriam realizados no âmbito das aldeias; socializar com o corpo docente/discente e a comunidade experiências vivenciadas e/ou resultados de pesquisas desenvolvidas pelos alunos da etnia apinajé.



Pensou-se então em um momento de trocas interculturais visto ser esse conceito um dos princípios básico de projetos de educação direcionados para as populações indígenas, visando a valorização dos saberes indígenas e ao conhecimento construído de forma universal. Assim, as atividades desenvolvidas na mostra, possibilitaram abarcar os objetivos do curso, possibilitando debates e reflexões sobre o processo formativo dos povos indígenas que frequentam o curso, assim como desenvolver a oralidade.

A língua materna dos apinajé se fez presente durante todo o evento. Esse tipo de língua refere-se à primeira língua que o ser humano aprende e quase sempre está relacionada a um grupo etnolinguístico que a pessoa vive culturalmente.

A abertura da mostra foi realizada por um estudante indígena do curso da Aldeia Serrinha que cumprimentou os presentes com boas-vindas, manifestou a sua alegria em estar participando do evento e apresentou os professores e demais estudantes da LEdoC a comunidade. O interessante desse momento é que sua fala iniciou na língua materna e posteriormente ele traduziu na língua portuguesa, fato que causou estranhamento a alguns não indígenas por não compreenderem o que ele estava falando. Souza e Antunes (2017) afirmam,

Sabe-se que é por meio da língua que o homem expressa as ideias de sua geração, da comunidade, de seu tempo, utiliza-a de acordo com uma tradição que lhe foi transmitida e contribui para sua renovação e constante transformação. (SOUZA; ANTUNES, 2017, p. 10)

Entende-se que o aluno iniciou a fala pela língua materna como forma de legitimar a sua identidade e expressar as ideias construídas na universidade. No entanto, os não indígenas estranharam pelo fato de desconhecerem a língua falada por seus alunos, temos nesse contexto alunos bilíngues e professores não bilíngues. Ao se pronunciar na língua materna os indígenas da etnia apinajé demonstram a vitalidade da sua língua, fato que já não existe em outras etnias no Brasil em que a língua se encontra ameaçada ou já foi dizimada por completo. Por outro lado, o uso da língua portuguesa acaba descaracterizando os elementos específicos da língua apinajé e demonstrando a sua integração na cultura não indígena, fato que já foi apontado por Albuquerque (2008).

Rodrigues (2005) ao apresentar sobre a diversidade linguística no Brasil afirma que são faladas atualmente aproximadamente 180 línguas indígenas e que antes da colonização eram em torno de 1500. Para o autor, essa redução se justifica a partir do processo colonizador e que ainda

continua até os dias de hoje, sem interrupção, mesmo com os movimentos políticos que aconteceram na época, como a “independência política do país no início do século XIX”, a “instauração do regime republicano no final desse mesmo século”, e a “promulgação da “Constituição Cidadã” de 1988” (RODRIGUES, 2005, p. 36).

Segundo Rodrigues (2005) para revitalização das línguas faladas pelos povos indígenas no Brasil para que elas não venham desaparecer e sejam documentadas é preciso uma grande quantidade de pesquisadores que se dediquem de forma continuada, considerando a grande quantidade de línguas ainda existentes. Sabemos que os indígenas são povos de tradição oral, nesse sentido, quando uma pessoa mais velha morre, leva com ele a biblioteca do povo, pois a língua vai junto com ele por isso a necessidade de serem registradas.

Os vídeos construídos pelos estudantes e que foram demonstrados na mostra continham imagens, outras imagens e filmagens, alguns somente filmagens, sendo que todos inseriram escritas e sonoridades em suas produções. De acordo com Loisos, (2017, p. 138): “Fotografias e sequências de vídeo podem também incluir palavras escritas, e muitas vezes o fazem.”. Isso podemos perceber nos vídeos apresentados na mostra pelos estudantes indígenas apinajé sobre algo peculiar de suas realidades, e além de incluir as palavras escritas houve também as sonoridades. Consideramos ser essa prática uma atividade de multiletramentos envolvendo multiculturalidades e a multimodalidades tendo como fundamento o uso das tecnologias e diferentes linguagens envolvendo também a diversidade cultural. Rojo e Moura (2012) afirmam que o conceito de multiletramentos foi criado “para abranger esses dois ‘multi’ – a multiculturalidade característica das sociedades globalizadas e a multimodalidade – dos textos por meio dos quais a multiculturalidade se comunica e informa” (ROJO; MOURA, 2012, p. 13). Para Rojo e Moura (2012):

Trabalhar com multiletramentos pode ou não envolver (normalmente envolverá) o uso de novas tecnologias de comunicação e de informação (“novos letramentos”), mas caracteriza-se como um trabalho que parte das culturas de referência do alunado (popular, local, de massa) e de gêneros, mídias e linguagens por eles conhecidos, para buscar um enfoque crítico, pluralista, ético e democrático – que envolva agência – de textos/discursos que ampliem o repertório cultural, na direção de outros letramentos [...] (ROJO; MOURA, 2012, p. 8)

Na produção dos vídeos apresentados envolveu as novas tecnologias e foi um trabalho que teve como ponto inicial a cultura dos acadêmi-

cos indígenas por envolver aspectos peculiares de suas diversidades culturais e lingüísticas. Esses aspectos, segundo Rodrigues (2001, p. 269), se quisermos definir em uma palavra, só seria etnolingüística que se refere a processos seculares e milenares de dispersão de grupos humanos e de interação de uns com outros e com novos meios ambientes”. Assim onde houver vida humana no planeta existe a interação de pessoas por meio do ambiente, língua e das práticas culturais formando o ecossistema.

Durante a exibição dos vídeos na mostra, cada estudante indígena ou dupla de estudante, falou sobre a experiência em participar dessa prática pedagógica e o porquê escolheu a temática retratada em seu vídeo, na verdade narraram sobre os sentidos que eles atribuíram na construção dos vídeos. Nesse momento, eles se expressaram na língua apinajé e depois faziam a tradução na língua portuguesa. Percebi que nessa hora um dos alunos tinha muita dificuldade em traduzir na língua portuguesa por se mostrar tímido e segundo ele não teve muita convivência com os não índios.

Os vídeos apresentados na mostra abordaram as seguintes temáticas: a pintura extraída a partir do fruto jenipapo, o Ritual em homenagem aos mortos na Aldeia São José (Corrida de Tora), o ritual do corte de cabelo, a medicina da Aldeia São José, a importância das plantas medicinais, o processo de produção da farinha de mandioca na aldeia Pintada, a importância do pé de babaçu para os apinajé e o povo apinajé e o movimento social e indígena. Sendo que nesse último foram apresentados vários movimentos de luta que eles já participaram.

O primeiro vídeo apresentado tratou do fruto jenipapo, considerado nativo, de onde se extrai a tinta que é utilizada na pintura corporal; segundo o vídeo, a tinta é produzida da semente ainda verde e depois colocada por um tempo na vasilha para somente depois ser usada. A tinta é usada em manifestações culturais, cerimônias e luta por direitos. Almeida (2015, p. 182) informa que “a Pintura Corporal é uma prática de letramento e, como tal, deve ser incluída no Currículo Bilíngue e Intercultural”. De acordo com Almeida (2015, p. 84), “as pinturas em negro e vermelho desenham no corpo as formas da natureza, de peixes e cobras. Os adornos em penas rosa, vermelha, azul e branca contam histórias tradicionais”.

Segundo Giralдин (2000), em relação as pinturas dos apinajé, “cada nome, ou mais especificamente a cada conjunto de nomes corresponde uma pintura corporal específica. Para o autor, apesar dos apinajé afirma-

rem isso, na prática não é o que acontece hoje, as pessoas “pintam-se com qualquer pintura, independentemente de portar determinado nome ou não” (GIRALDIN, 2000, p. 145). Apesar que o vídeo se concentrou no fruto jenipapo e não nas pinturas corporais, no entanto deixa-se a abertura para futuras produções que retratem em vídeo aspectos mais específicos das pinturas dos apinajé.

O segundo vídeo tenta apresentar o Ritual dos Mortos na Aldeia São José, que, segundo a autora do vídeo, existe uma homenagem que é escolhida pela família após um ano da morte, no caso da imagem do vídeo foi escolhido a Corrida da Tora Grande, em que aparecem parentes chorando ao redor da tora que simboliza o morto. Posteriormente, a tora é levada ao cemitério, sendo que antes precisa passar pela casa de todos os parentes do morto, e por fim acontece a despedida dos familiares ao morto, que na verdade é simbolizado pela tora. A Corrida da Tora grande é um ritual de homenagem ao morto e, segundo Giralдин (2014), é denominada “A Festa do Párkapê”, sendo considerada uma das principais cerimônias para finalização do luto. O outro ritual que acontece na morte dos apinajé é denominado “Mêkaprí” sendo considerado uma cerimônia para retorno do espírito do doente ao corpo.

Depois foi apresentado o terceiro vídeo que retrata o ritual de corte do cabelo em que os indígenas da aldeia serrinha realizaram para homenagear os familiares de um morto também após um ano da sua morte. E, segundo o vídeo essa homenagem tem como foco não esquecer o falecido. Assim, no dia do ritual o cabelo dos parentes do falecido são cortados. O ritual acontece durante todo o dia entrando pela noite. Durante o ritual os indígenas cantam, dançam e servem comida aos convidados, homenageando o falecido.

O tema a medicina da Aldeia São José e a importância das plantas medicinais abordam a valorização que os apinajé atribuem aos recursos naturais para o bem-estar da saúde. Essas plantas ainda hoje são utilizadas com pouca frequência mas que muitas vezes acabam substituindo os remédios oferecidos pelo posto de saúde. Essa temática foi abordada no quarto vídeo em que aparece um agente de saúde indígena que trabalha na aldeia serrinha falando sobre alguns remédios e seus benefícios. Do mesmo modo que na abertura da mostra, o agente de saúde fala o nome do remédio na língua materna e seu significado na língua portuguesa remetendo ao bilinguismo existente entre o povo apinajé. O bilinguismo é quando um sujeito ou toda a comunidade são falantes de duas ou mais línguas ao mesmo tempo. Ao escrever sobre bilinguismo, Santos (2012,

p. 55) afirma que “essas línguas podem ter sido aprendidas ainda na infância, de forma simultânea – ou quase simultânea – ou em momentos distintos da vida do indivíduo, neste caso, podendo ultrapassar o período da infância”. Em se tratando do povo apinajé, o aprendizado da língua materna ocorre na infância e, posteriormente, o da língua portuguesa, desse modo, são considerados povos bilíngues.

O quinto vídeo tratou sobre o processo de produção da farinha de mandioca na aldeia Pintada, A farinha é um elemento que contribui na alimentação do povo apinajé, sendo uma forma de subsistência e é produzido na roça.

O sexto vídeo apresentou a importância do pé de babaçu para os apinajé. O babaçu é uma matéria prima muito utilizada por eles e que no passado serviu como integração entre índios e não índios. Do babaçu eles utilizam o óleo, a palha para a construção de artesanatos como cestos, abanador e esteira.

O sétimo vídeo explicitou o povo apinajé e o movimento social indígena apresentando algumas ações que foram significativas para eles como: a manifestação contra a Proposta de Ementa a Constituição – PEC 2015/2000 no assentamento vitória em Colinas-TO e na Belém-Brasília, em que contou com a participação dos povos apinajé, krahô e xerente. Essa PEC, trata-se de incluir nas competências exclusivas do Congresso Nacional as decisões sobre aprovar, demarcar e ratificar as terras indígenas que naquele momento eram competências da União Federal e com sua aprovação os artigos 49 e 231 da Constituição Federal – C. F. de 1988, sofrem modificações que excluem os direitos dos povos tradicionais.

Além do direito à terra, os povos indígenas têm o direito ao meio ambiente equilibrado que como consequência auxilia na preservação da saúde. Nesse sentido, outra mobilização apresentada no vídeo foi uma reunião que ocorreu na aldeia Patizal para discutirem sobre desmatamento do entorno da terra apinajé que culminaram em audiências públicas no ministério público. A plantação de eucaliptos é outro entrave para o povo apinajé, que também é retratada no vídeo, as fazendas da região costumam cultivar essa prática o que acaba causando sérios danos ambientais. No entanto, a C. F de 88 em seu artigo 225 garante:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Nesse sentido, os apinajé têm cumprido o seu papel como cidadão ao defender e preservar o meio ambiente para as suas futuras gerações, sendo que em alguns momentos acaba fugindo do controle dos mesmos pelas atitudes irresponsáveis de pessoas. Ações dos brigadistas apinajé contra os incêndios nas terras indígenas também foi uma das temáticas apresentadas. Os brigadistas trabalham em parceria com o Programa de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais – PREVFOGO e têm, como finalidade, atuar na preservação ambiental nas terras indígenas, em que se inclui a conscientização das pessoas quanto a realização de queimadas adequadas. O PREVFOGO trabalha em parceria com a Fundação Nacional do Índio – FUNAI e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA sendo formado tanto por indígenas como não indígenas atuando na prevenção e combate de incêndios florestais.

Outro ponto presente no sétimo vídeo foi o Bloqueio da Rodovia TO 210 reivindicando manutenção de estradas. Em vista as aldeias tenho percebido as dificuldades de locomoção que os alunos enfrentam para chegar até a universidade, principalmente no período do inverno que a situação se torna ainda mais complexa. Essas dificuldades com a estrada também já foram relatadas pelos próprios estudantes na sala de aula que muitas vezes influenciam no atraso e até mesmo a ausência as aulas. Alguns desses alunos moram até 70 km longe da universidade.

Outra manifestação dos povos indígenas do Tocantins presente no vídeo foi a luta por educação e garantia dos territórios. A luta por territórios é uma demanda antiga dos apinajé ainda hoje tem suas terras invadidas por fazendeiros da região que extraem a madeira de forma ilegal. Mesmo com a demarcação das suas terras, os invasores não deixam de explorar.

A presença das lideranças indígenas em Brasília mobilizados pela saúde também são algumas das causas dos movimentos indígenas que o vídeo retrata. E por fim a participação dos apinajé na III Romaria do Padre Josimo que foi um dos grandes lutadores nas causas dos povos do campo. Na apresentação dos vídeos os estudantes puderam expressar a cultura em que eles vivem, apresentando algo peculiar de seus cotidianos e que de certa forma revelam suas identidades por meio da língua e das práticas culturais.

Além dos vídeos sobre a cultura foi exibido um vídeo que conta as experiências dos alunos indígenas no Programa Institucional de Monitoria Indígena (PIMI) em Alternância pedagógica, aproveitando o momento para apresentação do referido programa a comunidade. Esse vídeo

foi elaborado pelas bolsistas do PIMI vinculado ao Curso de Educação do Campo – Artes e Música que foram orientadas pela professora orientadora Mara Pereira. A pergunta geradora para geração de dados foi: Conte-me sobre suas experiências com o PIMI? Por meio desse questionamento os estudantes indígenas puderam se expressar sobre o que vivenciaram no Programa. É mister informar que nas narrativas dos estudantes surgiram dados que não estavam previstos mas que foram mantidos para dar sustentação ao enredo. Assim eles falaram sobre o PIMI, suas dificuldades na universidade e no deslocamento até a mesma. Além disso, contaram sobre seus sonhos e projetos de futuro.

Os apinajé, em contato com os não indígenas, acabam realizando troca linguística entre os falantes da língua portuguesa. Sobre esse assunto da troca linguística os autores Souza e Antunes (2017) afirmam:

É sabido que de acordo com o grau de contato do falante com outros membros da comunidade, maior será a troca linguística entre os falantes de uma língua. Isso gera uma tendência para a maior semelhança entre os atos verbais dos membros de uma mesma comunidade fazendo com que o fator geográfico seja considerado no processo sociolingüístico de análise. (SOUZA; ANTUNES, 2017, p. 3-4)

Essa troca linguística podemos perceber durante a narrativa de uma idosa da aldeia na I Mostra de Vídeo Apinajé em que ela começa falando na língua materna apinajé e, durante seu discurso, insere palavras da língua portuguesa, dando a entender que o fator geográfico, a sua convivência com não índios, as relações sociais preestabelecidas permitem acontecer a troca linguística.

Souza e Antunes (2017) apresentam que “os nativos de determinado setor geográfico convergem sempre para um centro cultural, político e econômico que funciona como um polo” em se tratando dos apinajé, povos tradicionais, tenderam se dirigir para a cidade de Tocantinópolis com o objetivo de comercializar seus produtos de babaçu, abacaba e artesanato. Além disso, com a chegada da universidade, os indígenas sentem a necessidade de estudar e tem se deslocado das aldeias para a cidade com a finalidade de cursarem o ensino superior, visto que a instituição passou a ser um ambiente cultural e político para os mesmos, ocasionando uma estreita relação dos moradores de Tocantinópolis com os apinajé.

Dentro da programação da mostra de vídeos, ocorreu também a apresentação a comunidade de alguns projetos de extensão demandados pelos estudantes como: Projeto de apoio as populações indígenas e o projeto de extensão “Violão Apinajé”. No contato com a sociedade tomam

aquilo que de acordo com sua própria cultura poderia ser resignificado e incorporado aos seus valores culturais.

Aconteceram também apresentações musicais tanto por indígenas como por não indígenas oportunizando aos não indígenas conhecerem a cultura indígena.

No caso da comunidade indígena, tiveram a oportunidade de conhecerem alguns instrumentos musicais do não índio como o violão e a flauta doce, como também a mistura desses instrumentos com o maracá, que é instrumento identitário dos apinajé.

As danças e cantos dos Apinajé foram direcionadas pelo cantor Apinajé conhecido como Zé Cabelo, acompanhado pelos estudantes indígenas do curso em estudo, das monitoras do PIMI, professores do curso e a população indígena que se fez presente entre homens, mulheres e crianças. As manifestações culturais desenvolvidas pelo grupo revelam e registram valores desenvolvidos pelo grupo, tornando-se um padrão de identificação dos demais. As apresentações musicais dos não indígenas foram conduzidas por alguns professores de música da LEdoC.

### **3. Considerações finais:**

Podemos dizer que a II Mostra de Vídeos está condicionada com os princípios da pluralidade cultural e diversidade linguística por envolver a cultura do educando, a sua língua materna e a segunda língua, além disso contou com diferentes linguagens verbal e não verbal o que remete a uma prática de multiletramentos.

Acreditamos que essa atividade Mostra de vídeos Apinajé no tempo comunidade adquiriu um caráter interdisciplinar por envolver professores de diferentes disciplinas, além de ser bilíngue e intercultural, pois diante do que foi apresentado foi possível o uso da língua materna e da língua portuguesa no desenvolvimento das atividades e valorização das diversidades, contemplando as culturas locais. Além disso foi valorizado tanto os saberes da cultura apinajé como da sociedade nacional por meio do diálogo.

Portanto acredita-se que essa prática educacional poderá contribuir em outros espaços de educação superior que tenham como proposta de ensino a alternância pedagógica e que trabalhem com os povos indígenas valorizando suas experiências advindas do cotidiano das aldeias, garantindo a voz dos sujeitos no processo de ensino e aprendizagem.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Francisco Edviges. Aspectos do Processo de Educação Escolar Bilíngüe dos Apinayé. *Cadernos de Educação Escolar Indígena – PROESI*, v. 6, n. 1. Organizadores Elias Januário e Fernando Selleri Silva. Barra do Bugres: UNEMAT, 2008.

ALMEIDA, Severina Alves de. *De etnossociolinguística e letramentos: contribuições para um currículo bilíngüe e intercultural indígena apinajé*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, 2015.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 01 julho de 2019.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 1999.

FIORIN, José Luiz. Linguagem e interdisciplinaridade. *Revista Alea*, v. 10 n. 1, p. 29-53, janeiro-junho 2008.

FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura e Educação. *Revista Brasileira de Educação*, n. 23, Maio/Jun/Jul/Ago 2003.

FLICK, Uwe. *Introdução a pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, Paulo. *A pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. São Paulo: Vozes, 1996.

GIMONET, Jean-Claude. *Praticar e compreender a pedagogia da alternância dos CEFFAs*. Petrópolis-RJ: Vozes, Paris: AIMFR – Associação Internacional dos Movimentos Familiares e de Formação Rural, 2007.

GIRALDIN, Odair. *AXPÊN PYRÀK: História, Cosmologia, Onomástica e Amizade Formal Apinaje*. Tese (Doutorado) – Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2000.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LOIZOS, P. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, M.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 137-55

MORAN, José Manuel. *Leituras dos meios de comunicação*. São Paulo: Pancast, 1993.

OLIVEIRA, Mileide Terres de. Etnolinguística: semelhanças e diferenças tupi e macro-jê. *Revista Científica da Ajes*, v. 4, n. 8, 2013.

PAULA, Leon; BONILLA, Marcus Facchin; SILVA, Cícero. *Campo em vídeo: experiências artístico-educativas na produção de audiovisuais no norte do Tocantins*. Educação do campo, artes e formação docente / Cícero da Silva, Cássia Ferreira Miranda, Helena Quirino Porto Aires, Ubiratan Francisco de Oliveira (Orgs). Palmas-TO: EDUFT, 2016.

RODRIGUES, A. D. Biodiversidade e diversidade etnolinguística na Amazônia. In: SIMÕES, M. do S. (Org.). *Cultura e biodiversidade entre o rio e a floresta*, 1. ed. Belém: Universidade Federal do Pará, 2001. v. 1, p. 269-78. Disponível em: [http://www.amazoe.org.br/textoreferencia/biodiversidade\\_e\\_diversidade\\_etnolinguistica.pdf](http://www.amazoe.org.br/textoreferencia/biodiversidade_e_diversidade_etnolinguistica.pdf). Acesso em: 02/07/2019.

RODRIGUES, Dall'Igna Rodrigues. Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil. *Revista Cienc. Cult.*, v. 57, n. 2, São Paulo, Apr./June 2005.

ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola, 2012.

SANTOS, Alessandra de Souza. *Multilinguismo em Bonfim/RR: o ensino de Língua Portuguesa no contexto da diversidade linguística*. Tese (Doutorado) – Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília – UnB, 2012.

SANTOMÉ, J. Torres. *Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Mara Pereira. Constituindo a identidade musical indígena no curso em agroecologia dos povos indígenas do Sudeste paraense. In: V SITRE. *Anais...*, p. 744-53, 2014.

SOUZA, Geralda Fátima de; ANTUNES, Paulo Roberto. Etnolinguística: uma breve incursão. *Àgora – A Revista científica da FASAR*, n. 1, Junho, 2017.

**(RE)EXISTÊNCIA INDÍGENA LINGÜÍSTICA E CULTURAL  
EM CONTOS DE KAWANY FULKAXÓ: NOTÍCIAS  
DE UMA PESQUISA EM ANDAMENTO**

*Maria Ionaia de Jesus Souza* (UNEB)

[ionaiasouza@yahoo.com.br](mailto:ionaiasouza@yahoo.com.br)

*Maria da Conceição Reis Teixeira* (UNEB)

[conceicaoreis@terra.com.br](mailto:conceicaoreis@terra.com.br)

**RESUMO**

A presença do indígena em território brasileiro remonta a um passado marcado por uma destruição massiva dos povos originários, que culminou no apagamento de memórias linguísticas e culturais das comunidades indígenas no Brasil colonial. Por entender que a temática indígena, em perspectiva histórica, ainda é pouca explorada em pesquisas, principalmente questões relacionadas a fatos linguísticos, esta pesquisa poderá promover o conhecimento – ainda que indireto – da cultura indígena e fomentar discussões para futuras intervenções no campo das ações em políticas públicas educacionais, de forma a lançar um olhar mais atento à construção da identidade indígena lexical e cultural, disseminada na sociedade brasileira. Assim, este estudo objetiva reconhecer o léxico da comunidade kariri-Xocó em contos de Kawany Fulkaxó como instrumento de (re)existência indígena linguística e cultural.

**Palavras-chave:**

Kariri-xocó. Contos indígenas. Povos originários.

**ABSTRACT**

The presence of indigenous people in Brazilian territory dates back to a past marked by a massive destruction of native peoples, which culminated in the erasure of linguistic and cultural memories of indigenous communities in colonial Brazil. Understanding that the indigenous theme, in a historical perspective, is still little explored in research, especially issues related to linguistic facts, this research may promote knowledge – albeit indirect – of indigenous culture and foster discussions for future interventions in the field of actions in public educational policies, in order to take a closer look at the construction of lexical and cultural indigenous identity, disseminated in Brazilian society. Thus, this study aims to recognize the lexicon of the Kariri-xocó community in tales by Kawany Fulkaxó as an instrument of indigenous linguistic and cultural (re)existence.

**Keywords:**

Kariri-xocó. Indigenous tales. Native peoples.

**1. Introdução**

Memória e esquecimento são caminhos que se cruzam, movidos por um fio que é a lembrança. O movimento da lembrança ativa as mar-

cas temporais, estabelecendo uma relação de convívio. Segundo Le Goff (1996, p. 426), “o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordarmos os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento”.

Preservar a memória histórica, cultural e linguística de uma comunidade é uma tarefa à qual ainda se interpõem alguns entraves. Um dos mais significativos se refere a pouca disponibilidade de documentação histórica. Para Mattos e Silva (1991, p. 27), “o conhecimento de qualquer língua – se ela é documentada por algum tipo de *escrita* ou de *inscrição* – é sempre fragmentado, porque fragmentário é o espólio de que dispõe o pesquisador”.

Com o intuito de dar continuidade à temática indígena, abraçada no desenvolvimento do projeto de mestrado em Letras, intitulado “Cartas, requerimentos, pareceres e afins: edição e estudo de documentos da Capitania da Bahia do século XVIII”, cujo objetivo principal foi editar diplomaticamente vinte e quatro manuscritos do século XVIII, pertencentes ao Arquivo Histórico Ultramarino e relacionados à temática indígena da Capitania da Bahia, buscou-se ampliar o conhecimento sobre a história dos povos originários, especificamente sobre a comunidade karirixocó no nordeste brasileiro, por apresentar uma família linguística bastante dispersa, resultado de dialetos falados por outras tribos. Por entender que a temática indígena, em perspectiva histórica, ainda é pouca explorada em pesquisas, principalmente questões relacionadas a fatos linguísticos, a pesquisa detalhada neste projeto poderá promover o conhecimento – ainda que indireto – da cultura indígena e fomentar discussões para futuras intervenções no campo das ações em políticas públicas educacionais, de forma a lançar um olhar mais atento à construção da identidade indígena lexical e cultural, disseminada na sociedade brasileira. Outra questão relevante é sobre o espaço territorial. Os indígenas foram, gradativamente, perdendo o território, o que para eles é sagrado e por isso bastante simbólico. As palavras de Haesbaert (2005, p. 4) reafirmam a importância dessa territorialização, quando expressa que

Assim, poderíamos falar em dois grandes “tipos ideais” ou referências “extremas” frente aos quais podemos investigar o território, um mais funcional, outro mais simbólico. Enquanto “tipos ideais” eles nunca se manifestam em estado puro, ou seja, todo território “funcional” tem sempre alguma carga simbólica, por menos expressiva que ela seja, e todo território “simbólico” tem sempre algum caráter funcional, por mais reduzido que ele seja. (HAESBAERT, 2005, p. 4)

É válido lembrar que, no Brasil, foram suprimidas nações indígenas inteiras, e como forma de resistência e sobrevivência, muitas ainda lutam pelo reconhecimento de sua condição. Preservar e permitir maior acessibilidade à historicidade dos povos originários em território brasileiro é urgente, no sentido de construir uma sociedade mais justa e digna para a promoção do respeito aos valores, tradições e conhecimentos indígenas milenares. Diante do exposto, e sabendo-se que muito da cultura do povo brasileiro foi herdada do indígena, faz-se necessário compreender e preservar as diferentes expressões dentro do contexto onde se originam.

Ao delinear o processo de pesquisa, percebe-se a importância deste estudo por três olhares. O primeiro é o olhar acadêmico, uma vez que a universidade está cada vez mais inclusiva, dialógica e possibilita que as minorias sejam visibilizadas, sejam vistas, não como coitadas, mas como contribuintes para a formação do Brasil. O segundo olhar é o social, porque a sociedade não pode negar o extermínio e invisibilizar as populações dos povos originários; inclusive é papel da escola trazer essas discussões para a sala, incluindo em suas atividades as manifestações culturais dos povos indígenas, não da maneira folclórica como usualmente era feito. E, por último, e não menos importante, o conhecimento pessoal, uma vez que, anteriormente à produção acadêmica, o que se conhecia sobre a população indígena se limitava, apenas, ao que era apresentado no livro didático, todavia, depois de um contato mais direto, principalmente pela voz do indígena, há uma abertura para o crescimento profissional e, também, como ser humano.

Nesse sentido, crê-se que um estudo linguístico e cultural proposto no projeto intitulado *(Re)existência indígena linguística e cultural: um estudo do léxico kariri-xocó em contos de Kawany Fulkaxó* poderá revelar, não apenas a (re)existência linguística do povo kariri-xocó, mas também questões sócio-históricas e culturais em relação à inserção dos povos indígenas no contexto social, além de contribuir com informações relevantes para compreender como a produção literária poderá auxiliar na preservação e sobrevivência dos indígenas no contexto onde se originam.

## **2. Justificando a escolha do corpus**

Durante muito tempo os livros didáticos apresentaram uma visão estereotipada da figura indígena no processo de formação da sociedade brasileira. O indígena, que deveria ser o protagonista de sua própria his-

tória, foi silenciado e o olhar ocidental disseminou uma história forjada que camuflou os saberes e a cultura dos povos originários. A violência e a crueldade que os povos indígenas sofreram pelos colonizadores desde o “achamento” do Brasil causaram a dizimação de vários povos e constituem um crime contra a espécie humana, contra o patrimônio ecológico e o patrimônio cultural brasileiro. Essa diversidade de riqueza é ressaltada por Aryon Rodrigues (2002):

Os índios do Brasil não são um povo: são muitos povos, diferentes de nós e diferentes entre si. Cada qual tem usos e costumes próprios, com habilidades tecnológicas, atitudes estéticas, crenças religiosas, organização social e filosofia peculiares, resultantes de experiências de vida acumuladas e desenvolvidas em milhares de anos. E distinguem-se também de nós e entre si por falarem diferentes línguas. (RODRIGUES, 2002, p. 17)

Nunca é demais lembrar que, no Brasil, nações indígenas inteiras foram suprimidas, causando o apagamento da identidade linguística e cultural dessas comunidades. No prefácio da obra de Grondin e Viezzler (2021, p. 17-18), as palavras de Ailton Krenak expressam a violência que os povos originários sofreram em solo ameríndio:

Seguindo a mesma rota de fome de riquezas, os portugueses chegaram à América do Sul, tratando com ferro e fogo os povos Guarani e Tupinambá, em toda a costa brasileira, destruindo milhares de aldeamentos e cobrindo as praias de cadáveres em represália às lutas de resistência nativa nas chamadas guerras indígenas... [...] Cobiça e vingança foram o motor daquelas guerras de destruição movidas contra as nações indígenas. [...] Aldeias inteiras foram destruídas, milhares de mortos e terras conquistadas para o rei: este foi o saldo da celebrada “descoberta” do Brasil. (KRENAK. In: GRONDIN; VIEZZER, 2021, p. 17-18)

Muitos remanescentes indígenas que resistiram aos conflitos, por questões de sobrevivência, tiveram que assimilar a cultura do colonizador. Outros, por atração ao desconhecido, aderiram ao convívio com os novos senhores, causando o apagamento cultural de sua identidade. Pode-se dizer que a perda dessa história está relacionada, como chamou Darcy Ribeiro, à “criação de um povo novo”, a partir da interação cultural e étnica das populações que habitavam o território brasileiro no período colonial.

O etnocentrismo europeu disseminou um discurso que apresentava o indígena como selvagem, indolente, preguiçoso e possuidor de maus costumes. Essa visão silenciou muitos outros discursos, como aponta Orlandi (1990, p. 56):

Esse processo de apagamento do índio da identidade cultural nacional tem sido escrupulosamente mantido durante séculos. E se produz pelos meca-

nismos mais variados, dos quais a linguagem, com a violência simbólica que ela representa, é um dos mais eficazes. (ORLANDI, 1990, p. 56)

Com a prática de evangelização dos “gentios”, o discurso etnocêntrico foi persistindo e a identidade do indígena foi se distanciando, como escreve Teyssier (2001, p. 62): “no que se refere à cultura, a contribuição do português foi de longe a mais importante”. Os indígenas tiveram que abdicar de uma organização societária e política, sem o direito de viverem aglomerados, por conta da vontade do dominador, que não lhes assegurava o direito de ser indígena. Ao contrário, as classes dominantes causaram tensões de caráter traumático porque, como bem assinala Daniel Munduruku (2007, p. 50) “não viam os indígenas como ser de vontade própria e por isso passaram a ser (...) uma pedra no calcanhar do progresso sem direito a se rebelar pelos maus tratos que sofriam”. O indígena passou a ser um infortúnio divino, sinônimo de atraso, de selvageria, de barbárie, de primitivismo, de canibalismo, etc. Havia um verdadeiro exército, inclusive religioso, a lembrar para os nativos e seus descendentes que sobre eles pesavam uma grande sentença: não viverás, não vencerás.

As classes dominantes causaram, nos povos originários, grandes tensões, de caráter traumático, com uma história dolorosa, sobretudo nos primeiros séculos de colonização no Brasil, onde os indígenas tiveram que abdicar de uma organização societária e política, sem o direito de viverem aglomerados, por conta da vontade do dominador, que não lhes assegurava o direito de ser indígena.

Hoje as perspectivas de lutas *indígenas* são outras. A revolução é de outra ordem, que parece ser silenciosa, pois os indígenas não estão pegando em zarabatanas, em arcos ou flechas. Eles estão se apropriando de outro recurso para lutar por seus direitos, reivindicando a representatividade como forma de exercer o papel enquanto cidadãos. Hoje eles estão usando a língua, que é a educação, outro conhecimento que vai ser unido ao conhecimento ancestral deles, um conhecimento empírico, e somado ao científico, o indígena vai se apropriando e se transformando nesse conhecimento através da ancestralidade. Ou seja, na centralidade da educação como força motriz de mudança, ao mesmo tempo, de preservação de uma memória ancestral.

A comunidade indígena vem contribuindo com uma vasta produção literária. Autores e autoras indígenas perceberam a literatura como meio para rever os estereótipos criados pelo olhar colonizador, essa literatura é apresentada pelo lugar de fala na concepção de Djamilia Ribeiro

(2020). Para Djamilia (2017), “lugar de fala se refere à discussão de poder a partir da localização de um indivíduo dentro da estrutura social”. Em outras palavras, “é a forma como cada pessoa se posiciona e debate questões sociais a partir do seu lugar social. Não se trata da experiência individual, mas das experiências comuns a grupos”.

Dentro dessa concepção, os indígenas, considerados minorias, vivenciam uma experiência com tratamento social desigual e possuem propriedade para reivindicar por respeito, num diálogo onde podem se posicionar sobre a própria participação na construção social. Assim, o lugar de fala pode proporcionar aos indígenas, “historicamente invisibilizados”, direito à voz, cujos pensamentos foram desconsiderados durante muito tempo. De encontro a essa questão, produções literárias que associem a cultura indígena com a vivência no contexto social contemporâneo vêm aumentando de forma significativa e pode abrir uma reflexão para pautas que têm como temática o lugar do indígena no panorama social brasileiro. Cabe aqui exemplificar as produções literárias da indígena Kawany Fulkaxó.

O legado de luta e resistência é uma ação recorrente entre os povos originários e não poderia ser diferente com o povo kariri-xocó, classificado pelo colonizador de tapuias, no sentido de rebelde, “brabo”, e se esse termo generalizava as etnias de índole e procedências diametralmente opostos ao que pregava o colonizador, vale ressaltar que os indígenas eram os donos da terra e viviam livres, respeitando a terra e em sintonia com a ancestralidade. Além do mais, ser diferentes dos invasores era uma característica genuína aos povos originários.

Dentro da dinâmica de revitalização cultural e perpetuação dos costumes ancestrais, está a indígena Denízia Cruz, nome civil, todavia, nos livros que escreve ela se apresenta como Denízia Kawany Fulkaxó<sup>41</sup>. Para entender a potência dessa mulher, é preciso traçar um pouco da sua trajetória dentro do contexto onde ela se insere.

Denízia Kawany é indígena do povo Fulkaxó, da aldeia Fulkaxó, situada na cidade de Pacatuba-SE, e do povo kariri-xocó, da cidade de Porto Real do Colégio-AL. Mulher, mãe, professora, pedagoga, especialista em desenvolvimento Infantojuvenil, com enfoque psicoeducacional, bacharela em direito, mestre em história (Educação Africana, Povos In-

---

<sup>41</sup> Explicação dada por Denízia para a escolha do nome social: “Kawany, que significa folha em Tupi, foi escolhido para proteger minha espiritualidade e Fulkaxó significa a junção de três etnias: Fulnio-ô, do estado de Pernambuco; Kariri, do estado de Alagoas; Xocó, do estado de Sergipe.”



dígenas e Culturas Negras), escritora e contadora de histórias. É ativista na defesa dos povos originários, do meio ambiente e dos direitos humanos. Nasceu em 1980, na Aldeia Kariri-Xocó, na cidade de Porto Real do Colégio, em Alagoas, e dedicação voltada à cultura e história do povo indígena. Com uma trajetória autorreflexiva, Kawany está empenhada nas questões que envolvem a organização social, econômica e cultural das pessoas da comunidade em que ela vive. Ela verbaliza que o seu povo viveu conflitos intensos, enfrentando, desde sempre, o preconceito e a violência, sendo confrontado e confrontando a sociedade não indígena, esta, por sua vez, não entende, não aceita e, muito menos, respeita a cosmologia dos povos originários. Ressalta que a busca de entendimento, aceitação e respeito à causa indígena é uma luta diária para reversão de um imaginário distorcido e estereotipado, criado pelos invasores e mantido pelos seus descendentes, o que fez do seu povo, e dela, aquilo que se autodenominam: aldeia de “índios fortes”.

Nesse sentido, esta pesquisa objetiva reconhecer o léxico da comunidade kariri-xocó em contos de Kawany Fulkaxó como instrumento de (re)existência indígena linguística e cultural, para compreender de que forma o léxico usado pela comunidade pode contribuir no processo de preservação e disseminação da cultura dos povos originários. A pesquisa também objetiva: a) verificar como o léxico indígena contribui para a construção identitária do povo kariri-xocó no contexto das obras literárias pesquisadas; b) possibilitar a abertura de novos diálogos para a condução da leitura e do ensino da literatura de produção indígena; c) debater sobre as ações educacionais adotadas por indígenas em prol da revitalização linguística e cultural dentro da comunidade que estão inseridos; d) fomentar discussões para futuras intervenções no campo das ações em políticas públicas educacionais, de forma a lançar um olhar mais atento à construção da identidade indígena linguística e cultural; e) proporcionar o conhecimento – ainda que indireto – da cultura indígena; f) analisar os campos lexicais de base indígena usados nos contos de Kawany Fulkaxó.

### **3. *Sobre o suporte teórico***

Para direcionar a pesquisa proposta neste projeto, no que se refere ao léxico, tem-se como suporte os estudos de Coseriu (1977). Para Coseriu, há uma correlação entre as palavras, as quais podem ser organizadas por meio de sistemas ou campos (macro e microcampos), e essa teoria facilitaria a organização do léxico a ser levantado na pesquisa proposta. Cada campo, conforme Mário Villela (1979, p. 60-61), “(...) compreende

um conjunto de unidades léxicas que dividem entre si uma zona comum de significação com base em oposições imediatas”. Sendo assim, não se podem analisar as lexias isoladamente, mas em seu contexto. Daí a importância de pesquisar e considerar, no *corpus*, o contexto em que as lexias foram empregadas.

Há muitos exemplos da aplicação da Teoria dos Campos Lexicais proposta por Coseriu (1977), dentre eles, o de Leite e Abbade (2018) no artigo intitulado “O campo léxico da vaqueiragem nas cartas destinadas ao barão de Jeremoabo”. Nesse artigo, as autoras apresentaram resultados de investigação documental nas 190 cartas supracitadas, *corpus* da pesquisa, a qual identificou e detalhou o léxico de uma comunidade de vaqueiros. Tal exemplo demonstra que a retomada de fontes históricas escritas pode subsidiar pesquisas científicas sobre o léxico de um povo, revelando muito da sua cultura. Outro exemplo de estudo do léxico é o artigo de Souza e Queiroz (2018), “Filologia, léxico e crime: edição e estudo lexical de uma queixa-crime”, onde foi analisado o campo léxico das ações na queixa-crime (microcampo das ações praticadas; microcampo das ações sofridas).

Desse modo, aplicando a Teoria dos Campos Lexicais, pretende-se compreender a construção identitária do povo kariri-xocó no contexto das obras literárias pesquisadas, a partir das realizações linguísticas presentes nos contos estudados. Visando um conhecimento mais profundo sobre a aplicação dessa teoria coseriana, serão considerados os estudos de Celina Abbade (2006, 2015). Também serão usadas as reflexões de Biderman (2001), pois, segundo ela, os falantes são os únicos responsáveis pelas transformações lexicais, podendo criar ou conservar novas acepções do léxico. Sendo assim, a expansão do léxico será contínua enquanto a língua existir como meio de comunicação oral ou escrita. Para Biderman (1981, p. 138), o léxico pode ser definido como o “(...) tesouro vocabular de uma determinada língua”, a qual incorpora a “(...) nomenclatura de todos os conceitos linguísticos e não linguísticos e de todos os referentes do mundo físico e do universo cultural, criado por todas as culturas atuais e do passado”. Pode-se, então, considerar o léxico como o nível da língua que melhor revela a realidade extralinguística. Nesse sentido, estudar o léxico é estudar a história, memória e cultura de um povo.

Em relação ao suporte teórico para entender a história linguística e cultural sobre o povo kariri-Xocó, as obras de Ulysses Fernandes (2013), Copque (2021), Viezzer e Grondin (2021) e Paiva (2015) apresentam um panorama sócio histórico dos povos originários e algumas es-

pecificidades sobre a comunidade kariri-xocó. Os textos do pensador e escritor Nhenety Kariri-Xocó discorrem sobre vários temas sobre a história e tradição dos povos originários, dando um panorama amplo e geral dos costumes antigos e atuais do indígena no Nordeste brasileiro, o que possibilitará uma imersão da cultura no contexto social da comunidade kariri-xocó.

Também são repletos de historicidade os quatro volumes dos contos de Kawany Fulkaxó, *corpus* de base para a pesquisa proposta neste projeto, que evidenciam comportamentos em direção da manutenção da identidade indígena.

#### 4. Considerações finais

Em relação à coleta de informações, como a pesquisa está em curso, foi possível fazer a abordagem sócio-histórica do povo kariri-xocó. As leituras evidenciaram que Kawany Fulkaxó se tornou defensora e protetora das questões que envolvem os indígenas e, mesmo diante da invisibilidade social enfrentada pelos povos originários, ela rompe as barreiras do preconceito e em seus contos, numa busca desbravadora, dissemina comportamentos culturais e usos linguísticos que fazem parte da identidade indígena do seu povo, tendo como base o comportamento ancestral.

Também foi selecionado o material que embasa a teoria dos campos lexicais e, por fim, foi feita a seleção das obras de Kawany Fulkaxó, *corpus* de base para esta pesquisa.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBADE, Celina M. de Souza. A teoria dos campos lexicais. In: ALMEIDA, A.A.D.; SANTOS, E.S. dos; SOLEDADE, J. (Orgs). *Saberes lexicais: mundos, mentes e usos*. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 73-91

\_\_\_\_\_. O estudo do léxico. In: TEIXEIRA, M. da C.R. *et al. Diferentes perspectivas dos estudos filológicos*. Salvador: Quarteto, 2006, p. 213-25

BAGNO, Marcos; CARVALHO, Orlene Lúcia de Sabóia. *Pororoca, pipoca, paca e outras palavras tupi*. São Paulo: Parábola, 2014.

BERTOLETTI, E. C. *Arquivo – escaninho das memórias*. Disponível em: <http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=11716>. Acesso em: 13 jun. 2019.

BIDERMAN, Maria Tereza C. A estrutura mental do léxico. In: \_\_\_\_\_. *Estudos de filologia e linguística: homenagem a Isaac Nicolau Salum*. São Paulo: T. A. Queiroz / EDUSP, 1981. p. 131-45

\_\_\_\_\_. *Teoria linguística*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais (2008). Estudo de escolarização de aldeados no Brasil do século XVII: um caminho para a compilação de possíveis fontes escritas em português por “Tapuia”. *Libro de resúmenes de XV Congreso Internacional de la Asociación de Linguística y Filología de América Latina/ALFAL*, p. 263-63.

COPQUE, Diego de Jesus. *Do Joanes ao Jacuípe: uma história de muitas querelas, tensões e disputas locais*. Salvador: Cogito, 2021.

COSERIU, Eugenio. *Princípios de semântica estrutural*. Madrid: Gredos, 1986 [1977].

FULKAXÓ, Nankupé Tupinambá. *Entre cartas, crônicas e textos jornalísticos: o que fizemos com o nosso povo?* Camaçari-BA: Pinaúna, 2019.

LE GOF, Jacques. Memória. In: \_\_\_\_\_. *Memória e História*. Trad. de Bernardo Leitão *et al.* 4. ed. Campinas, 1995.

LEITE, Eliane Santos; ABBADE, Celina M. de Souza. O campo léxico da vaqueiragem nas cartas destinadas ao Barão de Jeremoabo. In: SANTOS, E.S. dos; ALMEIDA, A.A.D.; SIMÕES NETO, N. (Orgs). *Olhares sobre o léxico: perspectivas de estudos*. Salvador: EDUNEB, 2018. p. 251-68

MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes; MAIA, Clarinda de Azevedo. *Diálogos de São Gregório: edição e estudo de um manuscrito medieval português*. Salvador-BA: EDUFBA, 2008.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola, 2008.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Dicionário de tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Global, 2013.

NHENETY, Kariri-Xocó. *Fulkaxó: ser e viver Kariri-Xocó*. Organizado por Ulysses Fernandes; Serviço Social do Comércio. São Paulo: Edições SESC SP, 2013.

PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SOUZA, Damares O. de; QUEIROZ, Rita de Cássia R. de. Filologia, léxico e crime: edição e estudo lexical de uma queixa-crime. In: ABBADE, C.M. de S.; BARREIROS, L.L.S.; DOURADO, L.M.A.; BARREIROS, P.N. (Orgs). *Filologia e estudos do léxico*. Feira de Santana: UEFS, 2018. p. 109-24

GRONDIN Marcelo; VIEZZER, Moema. *Abya Yala, genocídio, resistência e sobrevivência dos povos originários das Américas*. 1. ed. Rio de Janeiro, 2021.

VILELA, Mário. *Estruturas léxicas do português*. Coimbra: Almedina, 1979.

## **TEMPLO É DINHEIRO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA TEOLOGIA DA PROSPERIDADE**

*Francieli Gonzalez Santos* (UNIOESTE)

[francieli.gonzalez97@gmail.com](mailto:francieli.gonzalez97@gmail.com)

*Raquel Moreira* (UTFPR)

[raquelmoreira@utfpr.edu.br](mailto:raquelmoreira@utfpr.edu.br)

### **RESUMO**

O discurso religioso é um dos discursos fundadores no Brasil, pois, desde a colonização, a Igreja Católica teve muita influência. Mas, nos últimos 50 anos o protestantismo vem ganhando espaço. Por isso, o objetivo do artigo é compreender a relação entre os dogmas das igrejas evangélicas com a Teologia da Prosperidade e os discursos que permeiam essa relação a partir da teoria francesa de análise do discurso (AD). Além disso, identificar como a Teologia da Prosperidade funciona discursivamente nas igrejas neopentecostais. Foi escolhido o discurso da Igreja Universal do Reino de Deus, a maior representante do neopentecostalismo no Brasil, que circula no Jornal da Igreja Universal para realizar este trabalho. A base teórica utilizada foi a Análise do Discurso de orientação francesa e a teoria da ética protestante de Max Weber. Os nossos objetos discursivos foram as publicações no site da Igreja Universal do Reino de Deus e o periódico semanal *Folha Universal*.

### **Palavras-chave:**

Análise do Discurso. Teologia da Prosperidade. Igreja Universal do Reino de Deus.

### **RESUMÉN**

El discurso religioso es uno de los discursos fundadores en Brasil, hacia la colonización del país la Iglesia Católica tuvo mucha influencia. Pero, en los últimos 50 años las iglesias evangélicas están ganando espacio. En este trabajo buscamos comprender la relación entre los dogmas de las iglesias evangélicas con la Teología de la Prosperidad y los discursos que permeian esta relación, a partir de la teoría francesa de la Análisis de Discurso. El objetivo desta pesquisa es comprender como la Teología de la Prosperidad funciona discursivamente en las iglesias neopentecostais. Elegimos el discurso de la Iglesia Universal del Reino de Dios, que es la más grande representante del neopentecostalismo en Brasil, que circula en el periódico *Folha Universal* para realizar este trabajo. La base teórica utilizada fue, como ya mencionamos, la Análisis de Discurso francesa y la teoría de la ética protestante de Max Weber. Nuestros objetos discursivos fueran las publicaciones en el sitio de la Iglesia Universal del Reino de Dios y el periódico *Folha Universal*.

### **Palabras clave:**

Análisis de discurso. Teología de la Prosperidad. Iglesia Universal del Reino de Dios.

### **1. Introdução**

A presente pesquisa consiste na investigação sobre o funcionamento do discurso religioso, disseminado pelas igrejas neopentecostais, e

os efeitos de sentido que relacionam o fato de o fiel frequentar a instituição religiosa, com a sua prosperidade financeira. Tal objeto de análise foi escolhido uma vez que a Igreja Universal do Reino de Deus é o maior expoente do neopentecostalismo brasileiro, pois possui cerca de 2 milhões de adeptos no Brasil e atua em mais de 130 países.

Com relação à base teórico-metodológica, a pesquisa será realizada sob os pressupostos da Análise do Discurso francesa, a partir da obra de Michel Pêcheux. Bem como será utilizado o livro *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, do sociólogo Max Weber, para compreender a relação das religiões protestantes com o desenvolvimento do capitalismo. Aliado a essas teorias linguísticas e sociológicas, associaremos a Teologia da Prosperidade, uma doutrina religiosa cristã a qual defende que a bênção financeira é o desejo de Deus para os fiéis e, dessa forma, que a fé e as doações para as instituições religiosas irão sempre aumentar a riqueza material do cristão.

Isto posto, cabe ressaltar a importância social da pesquisa, uma vez que o Brasil tem como referência hegemônica religiões de matriz judaico-cristã em sua formação, devido à colonização europeia. Dessa forma, a partir da invasão portuguesa, houve a imposição da religião Católica, com a presença dos padres jesuítas, no ano de 1549, em uma tentativa incisiva de aculturar os indígenas.

Com essa imposição religiosa e a vinda de mais imigrantes europeus, o Brasil se tornou um país oficialmente de maioria católica, tal religião se mantém até os dias atuais como majoritária no país, conforme o jornal Folha de São Paulo (2020), 50% dos brasileiros são católicos. Sendo assim, na tentativa de construir um discurso fundador dessa nação, o discurso religioso foi utilizado e, segundo Orlandi (1993), existem vários caminhos a serem percorridos no entendimento do que seja o discurso fundador, quando se trata de pensarmos a formação de um país. Um deles é perceber que esse discurso fundador é algo que instala condições de formação de outros discursos que produzem uma região de sentidos e, assim, configura um processo de identificação para uma cultura, uma raça, uma nacionalidade.

Por conseguinte, a língua e a história são os fatores que possibilitam a produção de sentidos, portanto, nos atentamos ao fato de que um dos discursos fundadores que se estabelece no Brasil é o da Igreja Católica. Essa questão é levantada, uma vez que o catolicismo é a religião que possui o maior número de fiéis no Brasil, mas com o desenvolvimento

das igrejas evangélicas, a Igreja Católica vem perdendo espaço, principalmente nos últimos 50 anos.

Desse modo, é preciso observar que as igrejas evangélicas apresentaram um crescimento considerável em seu número de seguidores nos últimos 50 anos. Segundo dados do IBGE de 2020, 31% da população se declarou adepta a alguma vertente evangélica, sendo que em 1970 esse número era de apenas 5,2%. Por isso, é fundamental analisar os impactos sociais e políticos que essas religiões causam no país.

Nesse sentido, destacamos a Teologia da Prosperidade (TP), que teve origem nos Estados Unidos durante o século XX e tem como referência o puritanismo (uma vertente do Calvinismo), o qual pregava que o trabalho era uma vocação divina, e o sucesso decorrente dele, um sinal da predestinação. Isso levou muitos teóricos a considerarem o Calvinismo a religião do capitalismo, pois ao contrário da Igreja Católica, não condenava o comércio, o empréstimo a juros e considerava as riquezas oriundas do trabalho como graça divina.

Sendo assim, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, cabe ressaltar que a TP ascendeu em um contexto de progresso tecnológico muito acelerado, no início do século XX, sobretudo nos EUA com o *american way of life*. Isso não significa a democratização dos bens de consumo, porém, com a difusão das ideias capitalistas há o incentivo ao consumismo e o avanço do liberalismo econômico.

Com isso, a Teologia da Prosperidade constrói um imaginário no qual o fracasso financeiro é atribuído à falta de fé do indivíduo, muito mais do que ao contexto social ou econômico. Sendo assim, o pagamento do dízimo, passa a ser entendido como expressão da fé dos fiéis, por isso, ganha um espaço central é apresentado por líderes neopentecostais como caminho principal para esse sucesso.

Por isso, a Teologia da Prosperidade explica que qualquer sofrimento que atinja o fiel indica falta de fé. Então, o que representa o cristão bem-sucedido é a plena saúde física, emocional e espiritual, além da prosperidade material. Pobreza e doença são resultados visíveis do fracasso do cristão em pecado ou que possui fé insuficiente. Seguindo essa lógica, mazelas como a miséria, o desemprego, a violência, a precarização da saúde e da educação não estão relacionadas a uma questão estrutural de desigualdade social e má distribuição de renda. Se essas adversidades estão atingindo a vida dos fiéis é estabelecida uma relação direta com a ausência de fé ou a falta de ofertas à Igreja.



A Teologia da Prosperidade provoca um retorno aos moldes pré-protestantismo, pois a Igreja volta a ser o caminho de intermédio entre o fiel e a divindade e, com isso, instrumento de centralização de poder vinculado ao capital. Fator contraditório, pois, um dos principais pilares do protestantismo é a possibilidade da livre interpretação da bíblia pelos fiéis, o que para a Igreja Católica era inconcebível, pois eles mantinham a exegese

## 2. *A prosperidade como motor da fé*

Para realizar este estudo, compreender a complexidade da atuação da Igreja Universal do Reino de Deus e sua relação com a sociedade contemporânea, assim como o fenômeno neopentecostal no Brasil se faz necessário uma intensa contextualização do processo de constituição do cenário religioso brasileiro e sua dinâmica particular. Então, apresentaremos os conceitos de condições de produção e de ideologia, que são fundamentais para compreensão deste trabalho. Em seguida, faremos um retorno histórico que explica o surgimento das doutrinas pentecostal e neopentecostal, a partir da Reforma Protestante, bem como, a teoria de Max Weber que associa o desenvolvimento do capitalismo ao crescimento do protestantismo.

A Linguística tem como objeto a língua e considera que ela possui sua ordem própria. Já a Análise do Discurso reconhece que a língua não é transparente e por isso, “procura mostrar que a relação linguagem/pensamento/mundo não é unívoca, não é uma relação direta que se faz termo-a-termo, isto é não se passa diretamente de um a outro” (ORLANDI, 2015, p. 17). Para Linguística, a língua é abstrata, a Análise do Discurso (AD) considera-a como forma material, pois contempla o legado do materialismo histórico, há uma ligação entre língua e história para a produção de sentidos.

Sendo assim, conforme Pêcheux (1997), entender a língua em sua materialidade permite a comunicação e a não-comunicação. Para o autor, não se trata de transmissão de informação – mensagem - que necessariamente teria algum sentido, pois as palavras não têm sentido em si mesmas, descoladas da história e da sociedade. A compreensão das palavras passa por um percurso de leitura, também exterior, das suas condições de produção. Nesse sentido, se é possível existir escolha, é porque existem possibilidades, e os motivos para que todas as outras opções fossem deixadas de lado são parte do que a Análise do Discurso pecheutiana

conceitua como condições de produção. São elas que permitem o que o sujeito produza algum discurso fora delas; que restringem e assim possibilitam a produção e a reprodução de discursos.

Sob essa ótica, Pêcheux entende que “a contradição é intrínseca a todo modo de produção baseado numa divisão de classes; assim, a reprodução/transformação faz parte de um mesmo processo que atravessa o modo de produção em seu conjunto” (DRESCH, 2003, p. 1). Soma-se a isso, o fato de que tais contradições são formadas em um momento histórico dado, pelo conjunto complexo dos aparelhos ideológicos de Estado que essa formação social comporta.

Dessa forma, “os estudos discursivos visam pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem, descentrando a noção de sujeito e relativizando a autonomia do objeto da Linguística”. (ORLANDI, 2015, p. 14). Então, a Análise do Discurso não é uma aglutinação dessas áreas do conhecimento, mas representa um novo olhar para elas, a partir da perspectiva de uma nova área que emerge: a Análise do Discurso. Então:

Os conceitos que a AD traz de outras áreas de saber, como a psicanálise, o marxismo, a linguística e o materialismo histórico, ao se integrarem ao corpo teórico do discurso, deixam de ser aquelas noções com os sentidos estritos originais e se ajustam à especificidade e à ordem própria da rede discursiva. (FERREIRA, 2004, p. 41)

A Análise do Discurso busca compreender como um objeto simbólico produz sentidos, é uma proposta em que há o conflito entre o político e o simbólico. Dessa forma, ela “critica a prática das Ciências Sociais e da Linguística, refletindo sobre a maneira como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua”. (ORLANDI, 2015, p. 15).

Orlandi está alinhada a noção de ideologia concebida por Pêcheux, que não compreende o conceito como uma mera “consciência de grupo”, uma forma de representação do mundo, defendida pela classe dominante. O autor considera que se trata de processos que atravessam a formação social de diferentes formas, ao passo que esta não se mostra como um conjunto identificável na estrutura social. Então, considerar as ideologias como um todo descolado da sociedade impossibilita que se entenda o que é próprio da estrutura social, ou seja, sua contradição, seus mecanismos de dominação e de resistência.

O conceito de ideologia em Pêcheux se baseia nos estudos de Althusser, o qual aponta que “a ideologia interpela os indivíduos concretos

em sujeitos concretos” (ALTHUSSER, 1970/1980, p. 98), de modo que a percepção dos sujeitos se refere a um efeito ideológico, assim como a noção de transparência da linguagem, que gera a impressão de que uma palavra designa um sentido estabelecido. É provocado por esse paralelo entre a evidência subjetiva e a evidência referencial que Pêcheux estabelece sua teoria materialista do discurso.

Dessa forma, o fato de interpretarmos um enunciado já carrega elementos ideológicos, pois há uma ideia de evidência na interpretação, como se o discurso fosse apenas interpretável do modo que foi feito por aquele sujeito, naquele momento histórico e que possui aquele lugar social. Logo:

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queira dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o *caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados. (PÊCHEUX, 1993)

Há uma naturalização do sentido e, assim, da relação existente entre o histórico e o simbólico. “Por esse mecanismo – ideológico – de apagamento da interpretação, há transposição de formas materiais em outras, construindo-se transparências – como se a linguagem e a história não tivessem sua espessura, sua opacidade.” (ORLANDI, 2015, p. 44).

Sem a ideologia não há realidade, pois, ela representa a relação do sujeito com a língua e por conseguinte, com a história, para que o discurso possa ser significado. A ideologia também forma o sujeito, é pela interpenetração ideológica que o indivíduo se torna sujeito e assim pode inserir-se em uma discursividade.

Há uma ilusão de literalidade, como se os sentidos estivessem colados nas palavras. No entanto, se consideramos a ideologia de acordo com Análise do Discurso, é possível perceber “a ilusão que está na base do estatuto primitivo da literalidade: o fato de que ele é produto histórico, efeito de discurso que sofre as determinações dos modos de assujeitamento das diferentes formas-sujeito na sua historicidade e em relação às diferentes formas de poder” (ORLANDI, 2015, p. 49).

Então, ao se falar em discurso, ainda que se existam fronteiras do que pode ser dito em determinado tempo, chamados na AD de formações discursivas, uma das maneiras de existência da ideologia, se define no exercício do dizer. Logo, o que é imprescindível é que a teoria discursiva

traz as condições de produção do campo das ideias para materialidade linguística.

Por conseguinte, concebemos, a partir da teoria de Pêcheux, a linguagem como sendo constituída por um aspecto material, a língua, atravessado pela história e pela ideologia as quais caracterizam relações essenciais para compreendermos a manifestação dos sentidos no discurso da Teologia da Prosperidade. Desta forma, tomamos um caminho de leitura que se delinea a partir de uma materialidade linguística, as sequências discursivas analisadas no capítulo 3.

A Análise do Discurso ressalta as condições de produção. O sujeito, estando exposto à ideologia, constrói um saber que não é ensinado, mas que está em andamento e que produz seus efeitos. Este processo de constituição do saber e do esquecimento ocorre por meio da exposição do sujeito às condições de produção de sentido, tanto restritas, aquelas que se limitam às circunstâncias da enunciação (contexto imediato), quanto abrangentes, das quais faz parte o contexto social, o histórico e o ideológico.

Elas englobam dois níveis, o contexto imediato, que se refere às circunstâncias da enunciação e o sentido amplo que diz respeito ao contexto histórico, social e ideológico em que foi produzido o enunciado. Já “o contexto amplo é o que traz para a consideração dos efeitos de sentidos elementos que derivam da forma de nossa sociedade com suas instituições” (ORLANDI, 2015, p. 29). Para a Teologia da Prosperidade, a pobreza se desloca de uma condição de humildade ou semelhança com Jesus e passa para uma condição de vergonha ou constrangimento.

Sob esse prisma, as construções discursivas são frutos do imbricamento entre o político e o simbólico, influenciadas pelas instituições e pela história. “Os sentidos não estão nas palavras elas mesmas. Estão aquém e além delas.” (ORLANDI, 2015, p. 40). O sentido das palavras não é inerente a elas, dessa forma, ele pode mudar conforme a posição da pessoa que a está utilizando, elas significam a partir do momento que se inscrevem em formações discursivas que podem ser entendidas, segundo Orlandi (2015), enquanto regionalizações do interdiscurso.

Os sentidos inscritos nas formações discursivas estão relacionados às formações ideológicas, a ideologia se materializa no discurso, nele podemos perceber como linguagem e ideologia se relacionam. As formações discursivas não são homogêneas, elas se constituem na contradição “são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluídas, configu-

rando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações” (ORLANDI, 2015, p. 42).

O sentido é construído historicamente na relação que se estabelece entre o sujeito e a língua. Dado que não podemos considerar sentidos colados nas palavras, é possível compreender que a condição da língua é a incompletude, pois sujeitos e sentidos não são constituídos definitivamente. Eles se constituem a partir da relação que estabelecem com a língua, história e ideologia.

A partir dos conceitos apresentados (condições de produção, ideologia, efeito de sentido) acima é possível compreender o dispositivo de análise que a AD propõe. “Esse dispositivo tem como característica colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar como o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro” (ORLANDI, 2015, p. 57). Ele procura considerar a partir da fala do sujeito o que está oculto e o que está presente, pois o dito e o não dito contribuem igualmente para a construção de sentidos desse discurso.

Então, o analista deve constituir uma análise a qual englobe a ideologia e o inconsciente, os processos de identificação do sujeito, a relação com a memória, o interdiscurso. Ele vai interpretar o discurso, pois não há descrição sem interpretação, portanto, todos os aspectos que serão analisados por ele também estarão presentes na sua interpretação, pois o analista também é atravessado pela língua e pela ideologia, é assujeitado pelo seu inconsciente e pela história que o constitui enquanto sujeito.

### 3. *Max Weber e a Teologia da Prosperidade*

A relação entre prosperidade financeira e protestantismo foi analisada de forma pioneira por Max Weber, em sua obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1905). Neste livro, o autor revela as afinidades entre a doutrina protestante e o desenvolvimento da sociedade capitalista. Segundo Weber (2004), o protestantismo foi capaz de captar o espírito do tempo em que surgiu ou de que ele é fruto, pois há uma incorporação de elementos que antes eram restritos à esfera religiosa, no cotidiano de seus fiéis. Então, “a religião foi capaz de dar uma espécie de “espírito” ao capitalismo, com justificativas e valores que transcendem a simples lógica material, mas que emanam do próprio Deus.” (FIGUEIREDO, 2007, p. 18).

Com o fim da Reforma Protestante se impôs a crença de que o dever é cumprido em primeiro lugar pelo exercício de um ofício no mundo, nas atividades do mundo, em oposição à vida religiosa fora do mundo, proposta pela doutrina católica, em que o clero apenas realizava tarefas eclesiásticas e quem trabalhava eram apenas os servos. Até a Idade Média, o trabalho era visto como algo de menor valor, a ser realizado pelos servos e não gerava qualquer riqueza, pois a única classe que trabalhava eram eles, portanto, precisavam sustentar a nobreza e o clero.

Mas a partir do desenvolvimento das corporações de ofícios e do avanço do comércio, o trabalho passou a gerar lucro. Essa nova concepção, no desenvolvimento do capitalismo, pode possibilitar desviar-se da questão das finalidades do esforço no trabalho (enriquecimento) e assim superar o problema do empenho proposto pelas novas práticas econômicas.

A concepção do trabalho como vocação religiosa auxiliou normativamente os comerciantes e os empreendedores do capitalismo nascente, dando-lhes boas razões para “entregar-se sem descanso e conscienciosamente à sua tarefa, para empreender a racionalização implacável para perseguirem o ganho, sinal de sucesso no cumprimento da vocação” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 40). Ela também serviu para convencer os operários que trabalhavam de forma assídua, pois estavam certos de que o homem deve cumprir seu dever onde quer que Deus o tenha colocado, ele não questionava a situação que lhe era imposta.

Outro ponto que Max Weber destaca em sua obra é a diferença de trabalho e dedicação entre os fiéis ao protestantismo e os católicos da época, para ele os protestantes “têm mostrado uma especial tendência para desenvolver o racionalismo econômico, fato que não pode ser observado entre os católicos” (WEBER, 2004, p. 40). Essa maneira de ver o trabalho e a conquista de patrimônio é oposta ao ideal bíblico de que se deve obter apenas o necessário para viver, tanto que a usura e o lucro eram considerados pecados até a Idade Média.

A colocação de Weber demonstra a diferença de valor agregado ao trabalho no medievo e na Idade Moderna, pois os servos não trabalhavam em busca da conquista de bens materiais, eles executavam sua função porque não podiam optar por outra. A pirâmide social do medievo era dividida por estamentos, clero, nobreza e servos, era uma sociedade em que não havia mobilidade social, ou seja, quem nasceu servo morreria nessa condição.

A Idade Moderna traz uma mudança nessa perspectiva, pois o trabalho possibilitava a ascensão social. Mas isso em raros casos, a maioria da sociedade ainda se mantinha na classe social a qual havia nascido. Então, essa pequena chance de crescimento financeiro, fez com que os cren-tes em Lutero, se dedicassem mais ao trabalho, como maneira de ter po- tencial de compra, acúmulo de capital, já que houve uma flexibilização na ideia de lucro, antes não aceita pela Igreja Católica.

A Reforma Protestante foi o início dessa mudança de paradigma da igreja em relação ao dinheiro e ao trabalho. O protestantismo nasce também de um desejo de contestação da ordem religiosa mantida pela igreja católica por tantos séculos e com esse argumento consegue angari- ar muitos fiéis.

As igrejas protestantes históricas surgem no momento das grandes navegações e formação dos Estados-Nação, o que marca o processo de mudança com o fim da Idade Média e início da Idade Moderna. A Re- forma Protestante serviu também a interesses políticos de fortalecimento do Estado, os príncipes das monarquias europeias desejavam maior auto- nomia e poder em relação à Igreja Romana. Além de pagar menos impos- tos, os nobres também se beneficiaram do confisco das terras da Igreja. É o caso da Inglaterra, com a Reforma Anglicana, a Igreja e o clero tiveram os bens confiscados e ficaram subordinados ao rei, que passou a ser o chefe da Igreja.

A Reforma Protestante quebrou o “monopólio” espiritual da Igre- ja Católica na Europa e abriu caminho para o surgimento de diversas ver- tentes do Cristianismo. No século XVI surgiram as religiões Anglicana (Inglaterra), Luterana (Alemanha), a Calvinista (França e Suíça). No sé- culo XVIII, surge a Igreja Metodista (Reino Unido) e, a partir do século 19, as religiões Pentecostais e Neopentecostais, que ficaram populares nos Estados Unidos.

Na Inglaterra houve a expulsão dos puritanos, eles foram exilados no território que atualmente representa os Estados Unidos. Dessa forma, a colonização dos Estados Unidos se deu pelo povoamento e não pela exploração. Mas, mesmo assim, continuavam sendo colônia inglesa na América, até conseguir sua liberdade pela guerra da independência (1775-83). Como a população que foi enviada ao território americano possuía uma religião originária da Reforma (puritanismo), as religiões que foram se desenvolvendo no país também descenderam da linhagem protestante. Existe um grande número de igrejas evangélica, adventista e testemunha de Jeová nos Estados Unidos. Como o Brasil, principalmente

a partir do século XX sofreu muita influência dos norte-americanos a religião também foi um ponto crucial em que os brasileiros se inspiraram na antiga colônia inglesa.

As igrejas protestantes históricas se desenvolveram enquanto a Europa estava no processo de colonização da América, período das grandes navegações. Na arte e na filosofia o continente passava pelo renascimento cultural, humanismo, grande avanço científico e bélico. Dessa forma, havia muita prosperidade financeira e novas terras a serem observadas, tanto que a América ficou conhecida como Novo Mundo. Com isso, as teologias do luteranismo, calvinismo e anglicanismo se difundiram rapidamente pela Europa. Embora as duas coroas que detinham o monopólio sobre a América fossem extremamente católicas – Portugal e Espanha – elas mantinham relações comerciais assíduas com a França e a Inglaterra, pois necessitavam exportar e importar produtos.

Nesse sentido, com o desenvolvimento das igrejas protestantes surge o movimento pentecostal, que em grego antigo, “pentecost” significa quinquagésimo dia. O dia marca a passagem de 50 dias depois da Páscoa. No judaísmo, se refere à Festa das Semanas ou Festa dos 50 Dias, celebrado no 50º dia depois da Páscoa judaica. No cristianismo, é marcado por um evento em que cristãos receberam dons do Espírito Santo, conforme descrito no segundo capítulo dos Atos dos Apóstolos, quinto livro do Novo Testamento. “Todos ficaram cheios do Espírito Santo e começaram a falar noutras línguas, conforme o Espírito os capacitava”, diz a passagem.

Tal movimento tem sua gênese nos EUA no início do século 20. A sequência de eventos conhecida como “avivamento da rua Azusa”<sup>42</sup>, ocorrido em Los Angeles, entre 1906 e 1915, é um marco inicial. Em um prédio despojado, sem adornos ou púlpito, de formato quadrangular, o pastor afro-americano William J. Seymour conduziu um evento no qual teriam se registrado ocorrências da atuação direta do Espírito Santo, como pessoas falando em línguas (glossolalia), a cura de doenças e a salvação espiritual de indivíduos. Esse estilo das cerimônias fugia do padrão reservado presente em cultos católicos e protestantes tradicionais. Visto que, o clima era eufórico, barulhento, marcado por gritos, dança e gestulações.

---

<sup>42</sup> Os participantes foram criticados pela mídia secular e teólogos cristãos por considerarem o comportamento escandaloso e pouco ortodoxo, especialmente para a época. Hoje, o avivamento é considerado pelos historiadores como principal catalisador para a propagação do pentecostalismo no século XX.



Já as igrejas neopentecostais, que surgem no século XX, enfrentam em um momento histórico de crise no ocidente, desemprego, falência, pobreza. Foi quando o capitalismo teve uma de suas piores crises com a queda na bolsa de valores (1929), Primeira Guerra Mundial (1914–18), Segunda Guerra Mundial (1939–45), o período entreguerras (1918–39), a Guerra Fria (1945–91), o conflito das Coreias (1950-53) e do Vietnã (1955-75).

Com isso, são perceptíveis distinções entre a corrente protestante histórica e a neopentecostal. “Apenas o fato de mencionarmos a Teologia da Prosperidade (TP) já implica em uma grande distinção entre as neopentecostais e as protestantes históricas. As primeiras pregam “vida e vida com abundância” já as segundas, práticas ascéticas e moderação.” (FIGUEIREDO, 2007, p. 42)

Boltanski e Chiapello (2009) propõem um “novo espírito do capitalismo”. Esse novo espírito considera que a expansão do capitalismo e o incentivo à acumulação, a subordinação do trabalho às demandas de produção, precisa de ideologias que justifiquem o engajamento com o capitalismo e que tornem este engajamento atraente. Em meio a falência causada pelas grandes guerras, ao alto índice de desemprego, suicídios em massa, o surgimento de uma teologia que versasse sobre a possibilidade de um futuro próspero e que ele aconteceria na vida terrena ainda atraiu muitos fiéis. Esse contexto histórico de crise no capitalismo e quebra na bolsa de valores talvez tenha sido o que ocasionou o surgimento da Teologia da Prosperidade nos Estados Unidos e também seu desenvolvimento e disseminação para o mundo tão rapidamente.

Outro pilar comum na maior parte das igrejas neopentecostais é a batalha espiritual entre os componentes da “Santíssima Trindade” e o Diabo, o que remonta valores medievais, tais como o confronto direto entre o homem e os demônios, as ditas maldições hereditárias, a posse dos crentes pelas forças do mal. É comum “pastores” ou “médiums” operarem “curas milagrosas” para doenças psíquicas ou físicas, chegando mesmo ao ponto de negação da materialidade dos males que afligem os homens. Apontam preceitos do Antigo Testamento como a busca de revelações diretamente feitas por Deus ou pelo Espírito Santo a seus “pastores”, “bispos” ou “apóstolos”.

Somado a isso, o neopentecostalismo, na arena política também é muito expressivo e difunde valores politicamente reacionários, como os

preconceitos claros ou encobertos contra a homossexualidade<sup>43</sup> e a possibilidade de a mulher decidir sobre seu próprio corpo.

Podemos observar isso quando membros da bancada evangélica na câmara e no senado barram projetos de lei que dizem respeito à saúde pública e à liberdade de expressão em nome da religião, como o aborto e a permissão de aulas sobre educação sexual nas escolas.

Dessa forma, as doutrinas neopentecostais não se atentam o ensinamento de Jesus, presente na bíblia: “dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus” (Mt, 22, 21). Uma das interpretações possíveis para esse enunciado é o reconhecimento da importância da separação entre Estado e Igreja. Atualmente, o Brasil é um país declaradamente laico, porém diversos órgãos do Poder Judiciário brasileiro mantêm crucifixos em salas de sessão e em outros espaços eminentemente públicos, inclusive no Supremo Tribunal Federal.

Sobre esse tema, a ocupação do espaço político por membros de igrejas evangélicas é um dos fatores que justificam sua influência na sociedade brasileira nos dias atuais. Esse movimento começou a partir da Assembleia Constituinte realizada entre 1987 e 1988. Realizada para a elaboração da Carta Magna no Congresso Nacional, a qual contou com a participação de 33 deputados evangélicos.

Entre as pautas da recém-constituída “bancada evangélica” estava o pedido de que um exemplar da Bíblia fosse deixado na mesa da constituinte para consulta dos congressistas. A ideia foi do deputado Antônio de Jesus (PMDB-GO), ligado à Assembleia de Deus. O pedido do parlamentar foi atendido e a partir de então a presença do “livro sagrado” no recinto seria mencionada em diversos pronunciamentos ao longo do processo de construção da nova constituição. A Bíblia foi utilizada para apoiar discursos com temas que incluíam a “permissividade” da sociedade em relação à AIDS, à pena de morte, à reforma agrária e às injustiças sociais, conforme relato do cientista político Sydnei Melo em *Deus, a Bíblia e os evangélicos na Constituinte* (1987-1988).

Durante a assembleia, os temas mais abordados<sup>44</sup> pelos componentes da bancada evangélica foram: planejamento familiar e aborto, direito

---

<sup>43</sup> Aliança entre o pastor Marco Feliciano (deputado pelo Partido Social Cristão) e o pastor Silas Malafaia contra o Projeto de Lei 122, que criminaliza a homofobia. <https://veja.abril.com.br/brasil/pastor-silas-malafaia-organiza-marcha-contra-o-casamento-gay-em-brasilia/>.

à vida, contracepção, direitos e deveres dos menores, entre outros. Os parlamentares evangélicos defenderam seus pontos de vista partindo explicitamente de sua fé, deixando claro que suas opiniões provinham de valores cristãos. Eles defenderam uma visão de família nuclear, formada por pai, mãe e filhos, desconsiderando a possibilidade de famílias com outras configurações, como casais homossexuais. Também, se opuseram ao divórcio e se mostraram favoráveis à censura nos meios de comunicação.

Após esse evento, a Igreja Universal do Reino de Deus, doravante IURD, começou a se infiltrar na arena política. Na virada do milênio, ela contava com 18 deputados na Câmara, em partidos diferentes. Eram liderados pelo Bispo Rodrigues, que na época chegou a ser vice-presidente do Partido Liberal (PL). Os eventos foram desencadeando a presença progressiva da instituição religiosa no cenário parlamentar. Um dos principais momentos dessa empreitada foi em 2002, quando pastor Marcelo Crivella, sobrinho de Edir Macedo, estreou no pleito eleitoral, candidatando-se a senador pelo Rio de Janeiro, pelo PL, ele derrotou Leonel Brizola e Artur da Távola, figuras políticas consagradas na época, já apontando o poder de influência que a IURD possuía no início dos anos 2000.

Com esse crescimento, líderes de várias igrejas evangélicas passaram a figurar no âmbito político e formaram o que ficou conhecido como “Bancada Evangélica”<sup>45</sup>. Como exemplos expoentes podemos citar o Pastor Magno Malta (PR), que foi eleito senador pelo Espírito Santo em 2003 e o Pastor Marco Feliciano (PODE) deputado federal representante do estado de São Paulo desde 2010. Em 2005, a Universal coletou mais de 600 mil assinaturas para a criação de um partido político, o PMR (Partido Municipalista Renovador). Em seguida, por sugestão de seu filiado José Alencar (então vice-presidente de Luiz Inácio Lula da Silva), mudou o nome para Partido Republicano Brasileiro (em 2019, mudaria outra vez para Republicanos), um dos mais influentes no cenário político até hoje.

Trata-se de uma prática antiga e disseminada no Brasil, em que o cristianismo é majoritário. Outro ponto que contribui para essa prática é que não há uma tradição cultural enraizada de separação entre os espaços

---

<sup>44</sup> Informações sobre o processo constituinte, as Comissões e subcomissões da Assembleia Constituinte, que estão disponíveis no site do Senado Federal: [https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/CT\\_Abertura.asp](https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/CT_Abertura.asp).

<sup>45</sup> A Bancada Evangélica ou Frente Parlamentar Evangélica expressa os interesses das igrejas evangélicas em geral, entretanto é principalmente constituída de deputados pertencentes a igrejas pentecostais.

religioso e jurídico-estatal. Todavia, tal prática passou a sofrer contestações nos últimos anos, baseadas na afirmação de violação ao princípio da laicidade do Estado, consagrado no art. 19, inciso I, da Constituição da República. Nesse contexto, ocorreu uma mudança fundamental para o a expansão das Igrejas evangélicas na América, surge nos Estados Unidos, um fenômeno denominado neopentecostalismo. Com essa perspectiva são mantidos os dogmas protestantes, mas surgem novas oportunidades para os fiéis, “a possibilidade de cura não só para o corpo e para a alma, mas para a vida do fiel como um todo. Para isso ele deve reivindicar seus direitos sobre as promessas divinas, através da chamada Teologia da Prosperidade (TP).” (FIGUEIREDO, 2007, p. 28).

Poucos anos depois, é fundada, no Brasil, a Igreja Universal do Reino de Deus (1977), que foi a primeira no país direcionada aos ideais neopentecostais. Ela foi inaugurada no Rio de Janeiro, por Edir Macedo de Bezerra, seu cunhado Romildo Ribeiro Soares e Roberto Augusto Lopes. Mas em 1980 Soares se desvinculou da Igreja Universal do Reino de Deus e fundou seu próprio templo, denominado Igreja Internacional da Graça de Deus (IURD). A partir dessa instituição, a influência midiática das igrejas evangélicas, sobretudo a IURD, começa a ser massiva.

Edir Macedo, líder máximo da IURD se intitula bispo e é dono da TV Record, programas na Rede Mulher, Rede Família e CNT, o jornal Folha Universal, o portal online Arca Universal. Bem como, tem espaço em diversas rádios cariocas e paulistas, também uma nova igreja no continente africano, além de seu livro “O Bispo: A História Revelada de Edir Macedo, escrita por Douglas Tavolaro, publicada pela Editora Larousse Brasil, em 2007”.

A corrente teológica adotada pela IURD acredita em uma visão afirmativa acerca de Deus, da vida e do “direito do fiel a tomar posse da sua “herança” na terra, ou seja, dos bens, da prosperidade e da felicidade aos quais ele tem direito por ser filho de Deus e membro da Igreja do Senhor.” (FIGUEIREDO, 2007, p. 28). A partir dessa visão, constrói-se uma relação de parceria entre a divindade e o sujeito, dessa forma há um deslocamento, pois Deus deixa de ocupar o centro da vida do fiel. Esse papel é ocupado pelo próprio crente, que passa a ser então protagonista da sua vida, que busca disfrutar de bens materiais na vida terrena.

#### 4. *Considerações Finais*

A Teologia da Prosperidade propõe que os “verdadeiros fiéis têm o direito de “exigir” de Deus bênçãos e bens materiais, e que a vida deve ser desfrutada imediatamente e com abundância.” (FIGUEIREDO, 2007, p. 30). Os únicos compromissos que o crente necessita assumir para isso são a fé e o pagamento regular de dízimos e contribuições à Igreja, cujo número de coletas chega a ser três por culto. A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) apresenta uma ideia muito atrativa para seus fiéis, pois atende à demanda de um contingente populacional com anseios de desfrutar dos privilégios proporcionados pela posse do capital. Acrescenta-se ainda a possibilidade de alcançá-lo de forma prática através de uma intercessão sobrenatural.

A IURD atende essa demanda quando insere o bem-estar material no discurso que ela dissemina pelos meios de comunicação de massa, utiliza a Teologia da Prosperidade como seu marketing para atrair mais fiéis. Dessa forma, passa “a contar com um conjunto de procedimentos altamente comprometido com o desenvolvimento da sociedade de consumo. Nesse sentido, a mídia torna-se um aparato indispensável para atingir o maior contingente possível de seguidores” (LEMOS, 2017, p. 83).

Portanto, consegue expandir o alcance da sua mensagem, transcende o campo religioso e passa a dominar outros âmbitos, como a política, por exemplo. – O atual prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, é sobrinho do fundador da IURD, bispo Edir Macedo. “Em vez de partir da acumulação de excedentes, com na ética protestante tradicional, empreendedorismo nas novas Igrejas nasceria do desejo de auferir lucros e consumir.” (FIGUEIREDO, 2007, p. 42).

Nesse sentido, a proposta das igrejas evangélicas, inicialmente, é de que o fiel deve ter acesso ao livro sagrado, para que ele possa criar esse vínculo individual com Deus, sem que tenha obrigatoriamente um intermédio da instituição. Até as rezas mudam, as rezas tradicionais da Igreja Católica não são muito usuais em ritos evangélicos, pois eles falam que a oração deve ser feita pelo fiel, como se fosse uma conversa com Deus, sem que haja um texto estabelecido. Essas foram algumas convenções herdadas da Reforma Protestante (1517), a qual inspirou a criação das igrejas evangélicas em geral.

O valor dado ao dinheiro supera a importância dada a salvação ou a outros objetivos que antes eram muito explorados no cristianismo, como a vida eterna e a remissão dos pecados, por exemplo. Ser próspero e

alcançar posições sociais significativas passa a ser o objetivo que a IURD propõe aos fiéis. Assim como, Weber (2007) afirma, a ressignificação do trabalho que passa de uma posição social dos servos, para se tornar um dom divino, após a Reforma Protestante, é uma missão sagrada dada por Deus. Essa sequência discursiva mostra um novo papel dado ao trabalho, o de fazer fortuna, ser digno de respeito ocupando posições de liderança e exercendo poder, o *status* social que o sujeito detém, passa a ser objeto de desejo.

A menção ao dinheiro, a riqueza e a uma vida opulenta, demonstra a necessidade de obter bens de consumo e a importância dada ao poder. Coloca o fiel enquanto servo do dono de toda Terra e do Céu, é uma reconfiguração da posição do sagrado na vida do crente, pois certifica que Deus pode levar o sujeito a ascensão social.

Há uma referência à Teologia da Prosperidade e o discurso neopentecostal, “vida abundante” é o que prevê o discurso neopentecostalista, que coloca o sujeito e suas necessidades no centro e Deus como um meio para atingir essa meta. Esse discurso se aproxima da ótica neoliberal muito difundida atualmente e ele é muito poderoso, sendo que mesmo quando não garante o sucesso do crente, e assim, a Teologia da Prosperidade falhe, o discurso justifica o ocorrido por ausência de fé, falta de pagamento do dízimo, desrespeito às leis divinas ou mesmo a guerra espiritual citada anteriormente, em que o próprio demônio pode estar agindo sobre a vida desse sujeito.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado (Notas para uma investigação)*. Lisboa: Presença / Martins Fontes, 1980 [1970].

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. *O novo espírito do capitalismo*. Paris: Wmf Martins Fontes, 2009.

CAMPOS, Leonildo Silveira. *Teatro, templo e mercado: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Simpósio, UESP. 1997.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *Análise de Discurso e Psicanálise: uma estranha intimidade*. Porto Alegre: Correio da APPOA, 2004.

FIGUEIREDO, Carolina Dantas de. *O espírito empreendedor na Igreja Universal do Reino de Deus: As representações sociais sobre empen-*

dedorismo. Dissertação (Mestrado) – Curso de Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. 172f.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Pontes: Campinas, 2015.

\_\_\_\_\_. *Discurso em Análise: Sujeito, Sentido e Ideologia*. 2. ed. Campinas-SP: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel. A Análise do Discurso: três épocas. Trad. J. de A. Romualdo. In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Unicamp, 1997, p. 311-320.

\_\_\_\_\_. Papel da Memória. Trad. de José Horta Nunes. In: ACHARD, P. *et al. Papel da Memória*. Trad. de José Horta Nunes. Campinas: 1999. p. 49-57

\_\_\_\_\_. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1995.

\_\_\_\_\_. Análise Automática do Discurso (AAD-69). Trad. E. P. Orlandi. In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de M. Pêcheux*. Campinas: Unicamp, 1993, p. 61-105

SOUSA, Bertone de Oliveira. *A Teologia da Prosperidade e redefinição do protestantismo brasileiro: Uma abordagem à luz da Análise do Discurso*. Maringá: Revista Brasileira de História das Religiões, 2011.

WEBER, M. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PERTRI, Verli; DIAS, Cristiane. *Análise do discurso em perspectiva: teoria, método e análise*. Santa Maria: UFSM, 2013. 312p.